

Índice

Editorial	1
Para onde vai a África?	
<i>Joseph Ki-Zerbo</i>	5
O combate de Joseph Ki-Zerbo: teórico e técnico do desenvolvimento endógeno em África	
<i>Françoise Ki-Zerbo</i>	9
Joseph Ki-Zerbo: a seiva alimentadora da identidade africana!	
<i>Penda Mbow</i>	15
Joseph Ki-Zerbo e a preocupação com a África	
<i>David Musa Soro</i>	18
Joseph Ki-Zerbo: um cérebro rebelde!	
<i>Basile L. Guissou</i>	20
O combate do professor Joseph Ki-Zerbo pela liberdade e justiça, e contra a impunidade	
<i>Salif Yonaba</i>	23
Joseph Ki-Zerbo : o intelectual, a política e a África	
<i>Salim Abdelmadjid</i>	26
Joseph Ki-Zerbo e a luta pela independência	
<i>Toyin Falola</i>	47
Joseph Ki-Zerbo: uma personalidade africana em acção	
<i>Lazare Ki-Zerbo</i>	51
Joseph Ki-Zerbo e a UNESCO	
<i>Jacqueline Ki-Zerbo</i>	59
A grandeza das margens?	
<i>Fabien Eboussi Boulaga</i>	60
Joseph Ki-Zerbo e o impulso da historiografia africana: Testemunho	
<i>Thierno Mouctar Bah</i>	61
Homenagem da Associação dos Historiadores Africanos (AHA) ao Professor Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) um homem de consciência, de ciência e de dever	
<i>Doulaye Konaté</i>	63
Joseph Ki-Zerbo, retrato de uma geração africana sob a influência colonial	
<i>Cheikh Hamidou Kane</i>	68

Editorial

Este número especial do *Boletim do CODESRIA* é uma homenagem ao Professor Joseph Ki-Zerbo, falecido a 4 de Dezembro de 2006 em Ouagadougou (Burkina Faso). Joseph Ki-Zerbo representava um dos intelectuais-cidadãos mais ilustre de África. Historiador universitário de primeira categoria, pan-africanista ao longo de toda a sua vida por instinto e por escolha, militante implacável a favor da mudança social e da justiça social, defensor incansável da independência colectiva africana, docente de pelo menos três gerações de investigadores africanos em ciências sociais, fonte de inspiração inesgotável para muitos que tiveram a sorte de se encontrar com ele, um grande exemplo de altruísmo para a comunidade, Iroko gigante, rei da floresta tropical, mantendo a cabeça erguida na dignidade e na majestade. Este é, em quinta-essência, Joseph Ki-Zerbo que, após uma estadia de 84 anos entre nós, foi-se agora embora, deixando as suas marcas indeléveis na areia do tempo – de todos os tempos – e lançando-nos um desafio em honra da sua memória, para agarrar o testemunho com coragem e engajamento até que a África esteja toda libertada.

Nascido de um pai com a reputação de ter sido o primeiro convertido ao cristianismo na zona conhecida na época com o nome de Alto Volta, Joseph Ki-Zerbo teve que definir muito cedo uma trajetória clara para si mesmo enquanto historiador engajado, manifestando um interesse profundo e constante pelos dois projectos que são a democracia e o desenvolvimento em África. Segundo Penda Mbow, David Musa Soro, Salim Abdelmadjid, Toyin Falola, Lazare Ki-Zerbo e outros, Joseph Ki-Zerbo, enquanto jovem universitário, investiu-se no estudo da história de África, contribuindo, através das suas primeiras obras, simultaneamente para enriquecer e pôr em causa os erros da época relativamente à África, e não menos importante, o discurso racista largamente difundido da época segundo o qual a África não tinha história. Com outros historiadores nacionalistas da época, eles formaram um corpus de literatura que se tornou no núcleo da história africana enquanto domínio de conhecimentos dotado com os seus métodos e instrumentos. Uma parte importante deste esforço foi sintetizado na *História Geral de África*, publicado pela Unesco e cuja edição dirigiu. Mas como observam Doulaye Konaté e Thierno Mouctar Bah, no seu papel enquanto cidadão dos historiadores africanos, ele dedicou também o seu tempo à edificação da base institucional da produção e da reprodução dos conhecimentos históricos em África e em relação à África. O papel capital que ele jogou na criação da Associação dos Historiadores Africanos (AHA) não constituía senão um aspecto dos seus engajamentos em relação a isso.

A erudição de Joseph Ki-Zerbo relacionou-se com a necessidade de proteger e de promover a dignidade africana com um engajamento intelectual e político para documentar e pôr em causa as histórias de fontes diferentes. As suas obras, declarações e actividades, celebraram simultaneamente as contribuições de África para a civilização humana e o que a África deveria fazer, segundo ele, para retomar a iniciativa nas questões essenciais para o seu destino. Criticando muito as iniciativas exógenas e a própria passividade dos africanos no processo de

desenvolvimento de África, Joseph Ki-Zerbo lançou inúmeras vezes um apelo para que os africanos tivessem um conhecimento de si próprios. Recomendou, em relação a muitos aspectos, e praticou a documentação metódica das culturas e das histórias pré-coloniais de África como imperativo categórico para conhecimento de si própria, confiança em si própria e dignidade necessárias para se fundar o desenvolvimento africano a partir das necessidades africanas. O desenvolvimento endógeno necessita de uma pesquisa endógena que, a nível conceptual, esteja livre das hipóteses básicas e que não tomam em conta as realidades e as experiências africanas. A nível metodológico, esta busca tem de ser flexível de tal modo que integre as fontes escritas, orais, arqueológicas, linguísticas e antropológicas, e seja guiada pela interdisciplinaridade, a endogeneidade, o espírito das civilizações, das instituições, das estruturas técnicas, sociais, políticas e culturais africanas (Ki-Zerbo 1986: 22-32; 1992: 28-67).

Para J. Ki-Zerbo, apenas esse investimento no conhecimento de si próprio e no saber alternativo tomando em conta as perspectivas africanas poderia garantir que os africanos mudassem e se libertassem pouco a pouco da sua oposição incomfortável em cima da “esteira dos outros” e deixando de defender um sistema educativo muitas vezes em desacordo com os seus próprios contextos culturais e as suas in experiências vividas. O desenvolvimento, J. Ki-Zerbo nunca se cansou de defender, deveria vir não de empréstimos estéreis, da capacidade de endividamento ou do fascínio que exercem os gadgets e os produtos de consumo dos outros euro-americanos, mas da integração africana, da pesquisa e da formação. Ele afirmou: “O desenvolvimento africano será endógeno ou não o será”. E para engendrar esse desenvolvimento, lançou um apelo para uma democracia pertinente no plano contextual, do género largamente desenvolvido por um outro ícone desaparecido do saber africano e um dos pais fundadores do CODESRIA, o Professor Claude Ake (Ki-Zerbo 1992: 1-71). Recomendou igualmente o enraizamento da África nos seus sistemas educativos endógenos a fim de se garantir melhor um sistema colectivo autónomo para a auto-reprodução (Ki-Zerbo 1990).

A mensagem de adeus do Professor Joseph Ki-Zerbo é tão simples e coerente como ele o foi sempre: os africanos devem colocar-se acima da situação onde não são mais do que parasitas das lixeiras do mundo, ou então reduzidos a se alimentarem com as migalhas e os restos dos outros. Ele indicou: “Dormir na esteira dos outros é como se se dormisse no chão”. Os africanos deve ter orgulho nas suas próprias esteiras culturais e intelectuais, por muito modestas que elas sejam, pois abrir-se aos outros não deverá ser sinónimo de esquecer-se dos seus próprios valores, métodos ou da sua própria criatividade (Ki-Zerbo 1992: vii).

Ki-Zerbo fustigou muitas vezes a maneira como os intelectuais africanos se reduziram ao silêncio, quer dizer, calando-se eles próprios em relação às questões de desenvolvimento do seu próprio continente. Resumiu uma vez a sua frustração a este

propósito nestes termos: “Silêncio: Estamos a desenvolver”. Ele não acreditava na existência de uma dicotomia entre o intelectual e a política. Estava convencido de que um intelectual devia ser socialmente responsável e politicamente engajado. E, como testemunham as homenagens que se seguem, engajou pessoalmente o seu intelecto na procura da justiça política e social no seu Burkina-faso natal e no resto do continente pelo qual ele nutria um sonho pan-africanista. Em 1958 criou o *Movimento de Libertação Nacional* (MLN) que dirigiu até à sua morte, participando activamente na procura de democracia enraizada nos valores africanos (ver Basile L. Guissou e Cheikh Hamidou Kane, abaixo).

Para Ki-Zerbo, a pesquisa e a documentação da história de África foram talvez a maior preocupação a que se dedicou inteiramente. Mas por si só, isso não bastaria se essa história – com os seus tempos fortes e fracos – não servisse como ponto de partida para a criação de uma fundação autónoma para a emancipação política, económica, social e cultural de África e dos seus povos. E foi no quadro desta preocupação que ele acabou por mergulhar, enquanto pesquisador e militante, nas lutas pela libertação nacional, democracia, justiça social e desenvolvimento, fazendo isto sem se desculpar diante dos que consideraram talvez que ele tivesse ido demasiado longe, para além da sua vocação de pesquisador, para mergulhar nas contestações políticas locais e internacionais. Assim, ele teve que assumir diversos papéis ao mesmo tempo: professor universitário prolífico, militante incansável em diversos movimentos sociais, dirigente de partido, sobretudo na oposição, e finalmente, a consciência da nação africana. É assim, como indicam o Cheikh Hamidou Kane e Basile Guissou neste número, o inimitável Ki-Zerbo, um homem apaixonado pelas suas convicções e que estava pronto a pagar o preço que fosse necessário, incluindo o facto de abandonar o seu cargo de professor em França para se apresentar como voluntário no Estado da Guiné recém- independente dirigida por Sékou Touré que tinha conseguido mobilizar o povo para rejeitar o projecto neo-colonial de federação francesa alargada proposto por Charles De Gaulle; teve que passar também algum tempo no exílio longe do Burkina Faso nos anos 80.

Poucos intelectuais da geração de Ki-Zerbo surgiram para se tornarem numa enciclopédia viva da história humana, incluindo lembranças detalhadas de muitos acontecimentos que são datadas na história de África e do mundo do século vinte dos quais ele próprio foi muitas vezes testemunha, ou neles participou indirectamente. Ele trabalhou, de maneira oficial e informal, com muitos dirigentes do projecto de independência africana, de entre os quais Kwame Nkrumah, Sékou Touré, Frantz Fanon, Modibo Keita, Amílcar Cabral, Jomo Kenyatta, Tom Mboya e Julius Nyerere, apenas para citar alguns. Participou em todos os debates importantes sobre o futuro do panafricanismo aquando da independência, assim como nas reflexões sobre as escolhas de desenvolvimento que o continente poderia explorar. Mas, ao longo de todas essas experiências, ele nunca manchou a reputação relativamente à sua integridade intelectual e a sua honestidade pessoal, um facto que lhe valeu o sentido moral elevado que lhe conferiu o direito de fazer repreensões – em público e em privado – à primeira geração de nacionalistas, dado que muitos deles começaram a abandonar as ideias de nacionalismo, à procura de projectos pessoais de maximização do poder. A sua voz representava a da autoridade e ao longo da sua vida, à

medida que a primeira geração de dirigentes dava lugar às gerações seguintes, ele reservou-se o direito, exercido de maneira excepcionalmente magistral, de aconselhar, lembrar, criticar e condenar se necessário fosse.

Os membros do CODESRIA tiveram a oportunidade de gozar de uma visão global da rica experiência que incarna Ki-Zerbo quando este pronunciou um dos seus três discursos-programas por ocasião da grande conferência final que marcou a celebração do 30.º aniversário do Conselho em Dezembro de 2003 em Dakar (Senegal). Foi também uma ocasião durante a qual, em reconhecimento da sua contribuição, ele foi homenageado pela comunidade africana da pesquisa em ciências sociais, que o escolheu como membro vitalício do CODESRIA, ao lado de Archie Mafeje, Ngũgĩ wa Thiong’o e Ali Mazrui. Ninguém dos cerca de 500 pesquisadores africanos reunidos em Dakar para escutar o seu discurso abandonou o local da conferência sem se sentir inspirado, que pela riqueza e clareza da sua mensagem, quer pela coerência e lucidez com as quais, apesar dos seus 82 anos, pronunciou o seu discurso. Era o nosso Joseph Ki-Zerbo, o Iroko sem idade que, aos olhos da comunidade africana de pesquisa em ciências sociais, representava o mestre do pensamento de todos os tempos. Mas para além da África, ele foi igualmente celebrado enquanto dom raro para a humanidade como o testemunham os seus muitos galardões, de entre os quais o Prémio Nobel Alternativo atribuído pelos movimentos sociais de base às eminentes personalidades mundiais.

No seu discurso-programa pronunciado na conferência que marcou o 30.º aniversário, Ki-Zerbo reafirmou mais uma vez as suas responsabilidades enquanto intelectual africano: “Escolhi ser simultaneamente um intelectual e um homem politicamente engajado”. Na sua qualidade de intelectual politicamente engajado e socialmente responsável, Ki-Zerbo lega ao intelectual africano uma missão clara, coerente e simples: para ser pertinente, o intelectual africano deve mostrar em que medida ele ou ela é sensível e está engajado(a) em relação às dificuldades e às aspirações da sociedade e da humanidade. Ele entende assim o intelectual como alguém de “indeterminado”, independente, crítico, chamado a mudar, a ultrapassar e a contornar os outros”, e portanto comparável a um “crocodilo à vontade na sua água ou pouco à vontade fora da água”. Para ele, todos os que se consideram como intelectuais não deveriam ser passivos ou comprazer-se na neutralidade ou na inocência do pensamento. O intelectual impregna-se forçosamente na sociedade e não se pode autorizar a ficar a olhar para as coisas a estragarem-se. O intelectual nunca é totalmente independente do sistema do qual ele ou ela “constitui um mecanismo super-estrutural decisivo” (Ki-Zerbo, 2005: 79-80).

Assim, para Ki-Zerbo, um intelectual africano não pode dar-se ao luxo de ser neutro. Numa série de questões retóricas sobre este tema aquando da conferência que marcou o 30.º aniversário do CODESRIA, ele reiterou o seu ponto de vista:

“Mas, será que se pode permitir ser-se neutro num estado africano onde reina o monopartidarismo de facto? Será que se pode ser um espectador passivo diante da ostentação do pensamento único, seja ele exógeno ou endógeno? O intelectual pode acampar como um grande nómada no oásis de um deserto, enquanto que à sua volta acontecem os genocídios, os êxodos de refugiados, as torturas e as mutilações, os assaltos ao ambiente e à biodiversidade, a captura de jovens gerações como reféns,

como carne para canhão dos senhores da guerra, a dizimação da população pelas pandemias, o controlo sobre o exército republicano, a liquidação total e a erradicação de culturas milenares e de saberes únicos no seu género?” (Ki-Zerbo, 2005: 80).

Essas preocupações do eminente erudito defunto estão de acordo com o programa do CODESRIA intitulado Liberdade Académica e Responsabilidade Social, que encoraja e protege os ideais exprimidos claramente nas Declarações de Dar-es-Salam e Kampala sobre a liberdade intelectual e a responsabilidade social em África. O Conselho espera que os intelectuais africanos irão dar ouvidos e basear-se-ão na ideia de Joseph Ki-Zerbo relativa ao papel do intelectual em África. Através deste conjunto de homenagens prestadas pelos seus colaboradores, pelos contemporâneos, pelos amigos e pelos estudantes de Ki-Zerbo, o CODESRIA chama também a atenção para duas das suas últimas iniciativas: o “Projecto de Arquivo dos Eruditos Africanos”, visando conservar os arquivos pessoais dos eminentes pesquisadores africanos em ciências sociais; e o “Projecto de Documentação Oral do CODESRIA” que visa documentar a vida e a carreira profissional ou o itinerário dos pesquisadores africanos eminentes em ciências sociais. A este propósito, foi realmente uma sorte para o CODESRIA ver que a entrevista com o Professor Ki-Zerbo que ele comanditou tenha podido acontecer apenas algumas semanas antes do seu falecimento. O CODESRIA compromete-se a continuar a honrar a memória e a sua herança, bem como as dos outros desaparecidos. O Conselho, através das novas iniciativas, procura sobretudo assegurar que as contribuições para o saber e para a sociedade pelos intelectuais africanos sejam imortalizadas.

Enquanto instituição, só podemos felicitar-nos pelo facto de, durante o último mês da sua vida, e com o apoio da sua viúva Jacqueline e dos seus filhos, o CODESRIA ter tido o privilégio de gravar as entrevistas com ele sobre a sua vida, a sua obra, a sua época, no quadro da iniciativa do Conselho que consiste em documentar as contribuições dos eruditos africanos mais importantes em formato numérico, o que poderia tornar-se num verdadeiro instrumento pedagógico para as gerações presen-

tes e futuras. Ki-Zerbo e a sua família não poderiam ter oferecido aos membros do CODESRIA e à comunidade africana de pesquisa em ciências sociais no sentido largo, um melhor presente a transmitir ao mundo. E agora, exprimindo a nossa tristeza pelo seu desaparecimento, inspiramo-nos igualmente para celebrar a sua vida e para nos felicitar pelo facto de que durante a sua vida, Joseph Ki-Zerbo era dos nossos como um dos eruditos mais vistos e melhor conhecidos em África, um historiógrafo nacionalista de primeiro plano, um professor engajado e um militante a favor da independência política, intelectual e cultural africana. Como o provam as contribuições para este número especial do *Boletim CODESRIA*, Joseph Ki-Zerbo mantinha a cabeça erguida no que diz respeito às realizações, à erudição e ao intelectual. Passou o testemunho à jovem geração para prosseguir a tarefa de valorização de África e da dignidade dos africanos.

A sua mensagem de adeus à juventude africana era a de construir uma África que conte consigo própria, que seja respeitada a nível mundial enquanto mãe da humanidade e local de nascimento da história, e de fazer compreender aos parceiros de África o facto de que “não se pode cortar os cabelos a ninguém na sua ausência”.

Referências

Ki-Zerbo, J., ed., 1986, « Introduction Générale », *Histoire générale de l'Afrique : Méthodologie et Préhistoire Africaine*, Paris : Présence Africaine/Edicef /Unesco, pp.22-32.

Ki-Zerbo, J., 1990, *Éduquer ou périr : Impasse de l'Afrique et Perspectives*, Abidjan : UNESCO/UNICEF.

Ki-Zerbo, J., ed., 1992, « Le Développement clé en Tête », *La natte des autres : Pour un développement endogène en Afrique*, Dakar : CODESRIA, pp.1-71.

Ki-Zerbo, J., 2005, « Intellectuels africains, Nationalisme et panafricanisme : Un Témoignage », Thandika Mkandawire, ed., *Intellectuels africains : Repenser la Politique, le Langage, le Genre et le Développement*, Dakar : CODESRIA/ZED Books, pp.78-93.

Adebayo Olukoshi
Secretário Executivo

Francis B. Nyamnjoh
Administrador de Publicações
e Disseminação Programas

Para onde vai a África?

Prólogo

Não se trata aqui de uma exposição académica. É a palavra de alguém que está quase imerso na vida concreta, mas que recusa a se afogar: uma reflexão a partir da vivência diária para contribuir para transformá-la.

Há um provérbio africano que diz: “Quando um cavalo tem demasiados palafreiros, arrisca-se a morrer de fome”. Ora, o número de médicos que se apressam para a cabeceira do continente doente aumenta paradoxalmente, numa altura em que se vê uma maior desobrigação em relação à África; é neste momento que se fala mais e que se constroem teorias sobre o direito e o dever de ingerência, que se parecem estranhamento com as ideologias do tempo do tráfico de negros e da conquista colonial.

Apesar da grande quantidade de reuniões, pesquisas e obras, não há uma verdadeira compreensão da África. O grande risco aqui são as imagens choque da televisão que ofendem por vezes a dignidade humana; é a confusão das sínteses que precedem muitas vezes a análise; tomam-se alguns efeitos pelas causas, alguns sintomas pela própria doença. Daí os múltiplos qualificativos muitas vezes pejorativos de que a África está vestida “avariada, esquarterada, rebentada”, etc. É o conhecimento de África que sofre de todos esses males.

É preciso ir-se às raízes da crise. E antes de mais, será que há mesmo crise? Não no sentido conjuntural e cíclico do termo, à semelhança de 1929. Não se deve fazer nenhum anacronismo como esses gerais cuja estratégia se inspira nos dados da guerra de ontem. Claro, há ainda acessos de febre devidos, por exemplo, a fluxos financeiros gigantescos de capitais especulativos que navegam a uma velocidade electrónica. A crise em África não é totalmente uma crise da África; mas uma crise do mundo ao qual a África está estruturalmente submetida pela sua própria extravasão, por vezes com a cumplicidade de muitos dos seus dirigentes.

Ora, essa crise não é apenas uma crise no sistema; é uma crise do sistema, uma crise de civilização e uma passagem para um

Joseph Ki-Zerbo
1922-2006

outro modo de produção comunicacional, com as mutações económicas, sociais, e mentais aferentes. Assim, a África está envolvida sobretudo em virtude da sua extravasão e dos efeitos induzidos por este abalo sobre o metabolismo de base das sociedades; por exemplo, quando as fibras ópticas substituem o cobre e alteram o crescimento de um determinado país africano, exportador de cobre. Do mesmo modo, a nível do Estado que em África é duplamente uma super-estrutura enquanto Estado e como Estado transplantado. Ainda do mesmo modo, a nível da educação que, demasiadas vezes, em vez de reproduzir a sociedade africana desenraíza a juventude para projectá-la para moldes exógenos. Se então a crise é estrutural e orgânica, isso implica que para se compreender a África é preciso necessariamente voltar no tempo para reparar a fonte do rio que corre debaixo dos nossos olhos. Compreender é ultrapassar a fotografia instantânea e plana, para ver o filme e explicar o processo. É aqui que intervem o valor metodológico da abordagem histórica. A história dos povos africanos é análoga à das outras sociedades. Mas ela apresenta diferenças de ritmo, de contexto ecológico e ideológico, que se inserem tanto nos genes como nos mitos. As particularidades aqui não são as do apartheid nem da exclusão, mas provêm das “determinações” ou influências singulares do espaço e do tempo. A história é um motor e uma bala; ficando claro que a bala de uns pode servir de motor para outros, tanto entre povos como dentro do mesmo povo.

Para além disso, o papel da abordagem histórica é apenas válido se se definir correctamente a História. A História não é o passado – é “o Homem no tempo” (Braudel) – o tempo tridimensional (passado, presente e projecção para o futuro).

Ora, a História da África negra tem um perfil singular. É a mais longa do mundo

enquanto berço da humanidade. Esta história seguiu um caminho globalmente ascendente até ao século XVI. Depôs é uma desaceleração até aos nossos dias por razões que não são metafísicas ou “raciais”; elas são concretamente identificáveis. Em vez de restituir a África num contexto pertinente no espaço (globalização) e no tempo (história) a abordagem plana e sem espessura dos flashes mediáticos provoca muitas vezes estereótipos subjectivos e irracionais.

A constatação

Posto isto, o diagnóstico do mal africano é geralmente aflitivo mas muitas vezes unilateral. Na arena internacional, a África é um peso ligeiro e um grande doente. Dos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD, destaca-se que quantitativa e qualitativamente em valor absoluto e relativo, as avaliações africanas são inquietantes, deploráveis ou catastróficas.

A *demografia* é um dos raros terrenos onde há um crescimento bastante sustentado (até 3%) com duplicação de 25 em 25 anos, ou seja, 1 bilião no 2003 mais ou menos.

A nível das partes do mercado mundial, e do valor mercantil das exportações, a África é comparável a Hong Kong com 1,5% do mercado mundial e em relação ao PNB ela é igual a um país europeu médio; o orçamento de um país sub-sahariano médio equivalente ao orçamento de uma cidade média da Europa. O mesmo em relação ao poder de compra de um africano que é 20 a 50 vezes inferior ao de um europeu. Um africano em cada dois está na pobreza e o número absoluto dos pobres vai triplicar em 15 anos, passando de 100 milhões em 1985 para 300 milhões no ano 2000.

A esperança de vida aproxima-se dos 52 anos, ou seja, 10 a 20 anos menos que no Norte. E com razão: em média, três (3) milhões por ano sucumbem à mortalidade infantil.

A *nível político*, observa-se uma contracultura da violência banhada por vezes com integralismo religioso. Zona de grandes pressões conflituais, o continente passou dos choques inter-Estados para os confrontos inter-Estados, para as guer-

ras civis e para genocídios programados por senhores da guerra (cerca de meia dúzia de conflitos permanentes, 15 milhões de refugiados africanos, ou seja, quase 50% do total mundial).

Em resumo, a África tem muitas vezes metade (50%) do peso da miséria do mundo: 10 a 15% da população mundial. Em 30 anos (de 1960 a 1990) estima-se em 7 milhões o número de pessoas que perderam a vida devido a conflitos, sem contar com os mutilados e inválidos para toda a vida, vítimas essencialmente civis.

A lógica da vontade de potência, do poder para a ter (e reciprocamente) leva a melhor quase sempre. As despesas militares são muitas vezes suicidárias cobrindo facilmente de 15 a 30% do orçamento nacional (contrabalançando ou ultrapassando as despesas sociais).

Os esforços da OUA para proteger os direitos humanos e autogerir as convulsões africanas pondo a funcionar novas instituições ou instrumentos jurídicos, esbarram com as forças centrífugas e dissidentes das estratégias micro-nacionais muitas vezes subordinadas aos interesses pessoais e aos das grandes “potências” locais ou extra-africanas.

Sem contar a impotência técnica e financeira para traduzir nos factos, por exemplo, em termos de logística, as resoluções hesitantes das múltiplas cimeiras de dirigentes muitas vezes dirigidos. Mas uma das crises mais graves do continente, se bem que mal conhecida e silenciosa, é a *desordem ambiental*. A natureza suporta a cultura. O património ecológico que condiciona qualquer progresso está em vias de erradicação. A floresta marfinense perdeu pelos menos 2/3 da sua capacidade desde o início do século. A fauna desaparece. Os recursos haliêuticos estão entregues a uma explosão desenfreada.

No entanto, o continente negro arrisca-se a servir de lixeira para todos os resíduos ou excesso rejeitados pelo Norte: veículos reformados, roupa em segunda mão, drogas e medicamentos fora do prazo, em resumo, tudo o que está à altura das modas desvalorizadas do continente.

Mas, ao se querer desfiar as infelicidades de África, ficaríamos diante de um muro das lamentações de um novo género. O primeiro remédio aqui também é a lucidez.

Problemas, falsos problemas e pseudo-soluções

Questão de método

Perante as provações de África, é grande a tentação de se procurar culpados e de preferência, mesmo um culpado.

A galeria dos denunciados já é longa: “o Norte, o Sul, as Transnacionais”, “a Burguesia compradora”, os dirigentes africanos, os intelectuais, os “primogénitos”, os jovens, a cultura e a “tradição africana”, as ideias e costumes “modernos”, etc.

Ora, procura um bode expiatório é quase sempre procurar um álibi. No entanto, recusar-se a procurar e designar responsáveis da situação actual, é também uma outra forma de álibi. É por isso que se trata menos de classificar “inimigos” individuais ou colectivos do que descobrir as ideias, os comportamentos, as políticas, as estratégias que debilitam ou assassina África; e inversamente, as estruturas que poderiam salvá-la.

É preciso assim repudiar os extremos ou os integristas dos dois campos: os desenvolvedores diplomados que se obstinam desde há décadas a estudar menos as doenças africanas e ainda menos os povos doentes do que a maneira como os seus remédios devem ser administrados imperativamente em África.

Mas outros sossegam a consciência rejeitando todos os problemas africanos para os estrangeiros, dos “imperialistas”, etc. A estas posições de facilidade e sem saída, pode-se opor as teses seguintes a desenvolver:

Em primeiro lugar, tudo está longe de ser negativo em África: há uma vontade feroz de viver, de viver na alegria e na solidariedade com os mais fracos, o que é um seguro de vida para todo o continente. Os grupos associativos, mutualistas, multiplicam-se e a ideia de contar antes de mais consigo próprio que é o B a BA do desenvolvimento impõe-se pela necessidade. A adopção de certas tecnologias adaptadas começou a revolucionar os domínios fundamentais da energia, dos transportes, da alimentação. As mulheres enfrentam magnificamente os desafios que se lhes impõem através de uma autogestão admirável, para a sobrevivência da família em caso de grandes problemas, como no tempo do apartheid sul-africano. Os jovens que lutaram nobremente pela democracia procuram um novo sopro para além do desemprego, apesar de 80% da pesquisa em África se fazer fora de África. A perícia técnica africana afirma-se com brilho em todos os domínios;

apesar de a matéria cinzenta africana (100 000 quadros) ser transvazada pelo exterior e substituída em África por peritos ou assessores estrangeiros; apesar de a preponderância continuar a ser dos economistas que imaginam que tudo é uma questão de gestão. Os povos africanos são geralmente tolerantes e pacíficos, virtudes eminentemente democráticas.

Os outros continentes podem dar-nos algumas lições mas devem evitar dar-nos demasiadas. A Europa em particular que se inspirou tanto em África para realizar a sua própria revolução industrial; que recebeu para além do imposto forçado, a participação obrigatória e voluntária da fina-flor da juventude negra nas guerras nacionais e de libertação das ditaduras. A Europa que foi durante quatro séculos a mestre do mundo, não pode hoje fazer de Pôncio Pilatos e lavar as mãos virando as costas à África. A Comissão para as Reparações da África criada pela OUA não tinha em vista nenhuma desforra (impossível!), nem antes de mais uma compensação financeira; mas o reconhecimento que com os genocídios e o tráfico de negros e a colonização, é o género humano no seu todo que foi ofendido por um crime contra a humanidade. Isso nunca foi oficialmente feito, salvo recentemente, individualmente e quase sub-repticiamente por algum dirigente do Norte.

A imagem de si e a imagem perante os outros

A partir da constatação do não arranque africano apreciado em termos puramente económicos, conclui-se demasiado depressa que o continente é inapto para o arranque (o take-off de Rostow), definido de resto, unilateralmente.

Quando a definição do objectivo estratégico final escapa aos interessados, só há lugar para a paranóia e a esquizofrenia. A consciência de si é obscura e infeliz. Esta imagem colectiva é “rasgada” a nível social por desigualdades cada vez maiores mas estéreis, por que não dinamizantes. A pauperização desenvolve-se sem luta de classes real. Esta imagem é ressoada também pela não consciência de si atrás nos tempos, e no espaço (ignorância do lugar de África na fisiologia do mundo – relação de forças) ... Esta é imagem é ressoada, finalmente, a nível sociocultural, com a dissecção dos grupos étnicos pelas fronteiras. A identidade antiga perde-se, enquanto que a nova, a do Estado-Nação, continua a ser embrionária¹.

Portanto, o verdadeiro desenvolvimento que consiste a partir de si mesmo é inibido. O olhar dos outros desencadeia em muitos africanos complexos paralisantes, e essa falta de segurança inicia o círculo vicioso do “subdesenvolvimento”. Pois a confiança em si é o primeiro passo do desenvolvimento; é o capital mais precioso, a energia autónoma sempre renovável.

Para indexar esta imagem viciada de África, citemos duas obras recentes:

“Sociedades primitivas, existem na América do Sul, na Nova Caledónia. A técnica pobre estagna desde talvez há milénios. O próprio conceito de ciência é desconhecido. Nenhuma protecção existe contra as calamidades e a doença. Nenhuma civilização, mas uma cultura do cérebro direito com rituais sancas rítmicas e ritos de passagem... Que seja preciso protegê-los e respeitá-los é uma evidência para muitos hoje! Mas como? E será preciso ajudá-los a avançar? Será desejável para o seu próprio equilíbrio? Será mesmo possível? Eles já produziram em termos de cultura o que podiam produzir, sem que o hemisfério esquerdo nisso participasse” (Israel 1955 : 285-286).

Onde se vê o paradigma Sul-Norte projectado no próprio cérebro na forma do cérebro direito (sulista) e do cérebro esquerdo (nortenho). As mulheres são estão agrupadas com os sulistas por necessidade da causa! Já século XIX, um autor assimilava os negros a uma “raça fêmea”. “Do mesmo modo que as mulheres, o negro está privado das faculdades políticas e científicas; ele nunca criou um grande Estado”.

Outro autor, as mesmas insanidades:

“Dado que o homem fracassou no seu esforço para controlar a demografia, porque não deixar actuar as calamidades naturais? A guerra, a fome, as cheias ou as epidemias encarregar-se-ão bem de eliminar alguns excedentes de população...; a SIDA está a tornar-se em África no principal corrector do crescimento demográfico”.

O mesmo autor recomenda, face à ameaça de invasão dos países do Sul, a mesma política que a Europa romana outrora face aos bárbaros – o limes romano, “por outras palavras, a fronteira que, separando a Europa do resto do mundo, estabelecia contra os bárbaros uma espécie de barreira magnética”. Prossegue: Os nossos

critérios económicos do desenvolvimento seriam no fundo bastante inadaptados para essas sociedades baseadas na predação e na circulação dos bens. O que nós chamamos de corrupção seria somente um dos aspectos desta economia sem produção. Contrariamente à Europa da pós-guerra, o Sul está cada vez mais fora da história...

Se o Norte, esse velho rico e egoísta, quer segurança, deverá renunciar a levar justiça para os países pobres (Rufin 1991a : 8 ; 1991b : 242). Afirmações extremistas. Ou até mesmo integristas ou terroristas. Mas que reflectem mais ou menos a tendência actual, no exacto momento em que o FMI aconselha a integração ao mercado mundial; e somente 50 anos depois de os africanos terem vindo em dezenas de milhar morrer nas frentes da segunda guerra mundial, para enterrar o racismo...

Este tipo de preconceito coloca mal os problemas demográficos de África tantas vezes desconectados do seu contexto geral, isolados de modo reducionista dos outros factores socioeconómicos, políticos e culturais; apresentados como a causa do subdesenvolvimento, enquanto que eles são muito mais o efeito do que a causa. Com efeito, a experiência histórica prova que a transição do crescimento demográfico para um perfil baixo se operou sempre depois de um aumento do nível de vida das populações. Sem pretender que o maior afrodisíaco é a miséria, o melhor contraceptivo é o desenvolvimento.

Seria portanto necessário atacar antes de mais a miséria, em vez de considerar o nível de consumo dos preservativos como um indicador de desenvolvimento! A mesma observação é válida para as migrações. Qualquer população é a resultante de imigrações e de emigrações. A Europa é impensável sem as deslocções massivas para a África e para as Américas. Os primeiros antepassados dos europeus são africanos (*Homo erectus*).

Mas a urbanização das pseudo-cidades africanas que sorvem a população rural sem industrialização compensadora coloca um problema ainda mais temível. E deve ser ligado à emigração africana para a Europa.

A bala económica (Mbaye 1977)

É neste domínio sobretudo que é preciso evitar as condenações unilaterais: pois os factores internos e externos interagem para provocar bloqueios ou declínios que

são os filhos naturais do sistema instalado, e não o resultado de negros complots contra a África.

Há revoluções internas prévias ainda não realizadas no continente. Elas são incontornáveis: pesquisa endógena; aplicação de tecnologias pertinentes; mutações na energia, nos transportes, na gestão da água, na alimentação, prioridade ao espírito científico e às instituições de saber, em particular na farmacologia, nas agro-indústrias, na comunicação (Silla 1994), nas indústrias culturais, nas biotecnologias (em que a África dispõe de trunfos e vantagens comparativas importantes), reforma agrária, constituição de um espaço económico viável, domínio de um sistema monetário autónomo, divisão inter-africana do trabalho, reequilíbrio dos papéis respectivos do Estado, do privado e da economia mista ou comunitária, promoção e auto-estruturção do imenso sector (popular)! Auto-ajustamento. Só a partir daí é que podem colocar-se correctamente os desafios vitais da colonização económica externa sofrida pela África desde o século XVI.

Esta dominação é a realidade permanente e invariável que se perpetua, enquanto que ondas de fórmulas ideológica, de estratégias, para não dizer de gadgets e de senhas na moda sucedem-se sem parar e beneficiam de financiamentos que, até aqui não mudaram nem o papel, nem o estatuto económico, político e moral de África. São as aventuras africanas, ideias euro-americanas do desenvolvimento: evangelhos de tal modo categóricos que roçam o feiticismo. “Eles têm que fazer como nós!” proclamava o presidente Reagan. De entre essas ideias, citemos “as etapas do crescimento”, a modernização, a teoria dos pólos motores que produziu os famosos “elefantes brancos” cuja raça não está extinta; a estratégia marxista da indústria pesada industrializante, o desenvolvimento autocentrado depois de desconexão, a boa governação, etc.

Hoje é quase o pensamento único do novo liberalismo que se estende na Economia-Mundo singularmente sob a palmatoada das instituições financeiras internacionais que operam agora independentemente das Nações Unidas com meios gigantescos.

Os programas de ajustamento estrutural têm a vantagem de trazer os Estados africanos para as duras realidades mascaradas pelos anos de dinheiro fácil e de con-

corrência com o Norte no quadro da guerra-fria (OUA-UNESCO 1994). O ajustamento é uma lei aritmética de gestão baseada num certo equilíbrio entre despesas e receitas. Mas o que falseia o jogo é que o ajustamento é praticamente imposto a todos os Estados africanos, carrega a marca de um molde exógeno idêntico: um sistema.

A tal ponto que os parlamentos são colocados perante dilema que se tornou banal: “Adoptar uma certa lei ou renunciar ao financiamento do banco – para ganhar divisas fortes – e para pagar as suas dívidas é preciso exportar; e para exportar é preciso investir e contrair empréstimos – quer dizer, continuar o endividamento...

As prioridades dos PAS estão consignadas no bloco (package) imposto e comportam a compressão das despesas públicas, as privatizações massivas, a redução das despesas sociais, as desvalorizações, a “verdade dos preços através da interdição de ‘subvenções’ para proteger o poder de compra, etc.

Esse tipo de ajustamento, um desenvolvimento com fórceps, é demasiado ajustado na medida em que está reduzido apenas aos equilíbrios agregados macroeconómicos, e não afecta necessariamente as estruturas internas e externas que geram os ditos desequilíbrios. Pois a dívida, o desequilíbrio da balança comercial ou de pagamentos, o défice do orçamento, etc., são menos causas da crise africana do que efeitos e sintomas de outros factores ainda mais fundamentais: declínio dos preços das matérias-primas, não industrialização estrutural desde a colonização (pacto colonial), gestão crapulosa de certos dirigentes, mentalidades nem sempre negativas, opostas ao projecto de sociedade imposto. É assim que se a dívida fosse abolida, ela arriscar-se-ia a renascer das suas cinzas no dia seguinte, em virtude das tendências pesadas que subtendem o sistema, geram as trocas desiguais e o fluxo líquido de capitais em proveito do Norte. De resto, a prova de que não se trata de leis naturais como se pretende é que as grandes potências não construíram a sua própria prosperidade a partir de leis como essas, mas pelo contrário (com protecção); e que as mesmas leis não se cansam ainda hoje de transgredir se o seu interesse assim o ditar (défice, políticas fiscais, etc.).

Os resultados em África continuam a ser dos mais ambíguos, e agravam as condições sócias com custos que se tornam

realmente sacrifícios humanos: agravamento pela erradicação das classes médias, ascensão de uma classe de novos-ricos enquanto que camadas massivas descem da pobreza para a miséria que é a ausência total de escolha. (No Burkina-faso 46% da população está abaixo do limiar da pobreza e 27% na miséria).

Em África os grupos mais afectados são os jovens e as mulheres. Estas vêm os seus encargos aumentados, enquanto que as suas desvantagens se agravam: saúde, escolaridade das crianças, apoio aos pais idosos, água, transporte, energia, não acesso à terra, ao crédito, aos cargos administrativos e políticos: as meninas são as primeiras rejeitadas do sistema escolar em caso de falta de dinheiro: por vezes estabelecem-se dois equilíbrios na família, comendo cada uma um dia em cada dois. Em resumo, estas categorias que apesar de tudo são as mais inventivas e industriais para ultrapassar as provações, são as primeiras a “saltar” e a cair; como os fusíveis de um sistema eléctrico. Poderia dizer-se que o processo de constituição de classes sociais que aconteceu na Europa do século XIX se produz actualmente (mas sem industrialização) em África; e a ajuda humanitária, longe de a atenuar pode agravá-la quando ela é desviada dos seus destinatários. Em todos os casos, a pauperização das massas deve analisar-se como uma amputação do poder de compra e da demanda solvível: por conseguinte, o bloqueio da economia mundial que provém em grande parte da pauperização do Sul inapto para jogar um papel de mercado rentável e assim de motor da produção, arrisca-se a reproduzir aqui o nível de cada país africano, conformemente às análises penetrantes e geniais de Keynes.

A economia da oferta, incluindo através das desmoralizações, deslocalizações e zonas francas, não é a grande solução.

Políticas

Em África a política deve ser definida e revalorizada: a começar pela autonomia da esfera política em relação à religião (integristas diversos).

Seria também preciso rejeitar a asserção de que o desenvolvimento (mas que desenvolvimento?) é um ponto prévio cronológico para a democracia – daí a fórmula assombrosa “Os africanos não estão maduros para a democracia!”. Mas, contrariamente à abordagem de muitos analistas externos, o mal africano não estará

curado pela fixação sobre a democracia no sentido restrito do termo, a saber as instituições como o multipartidarismo formal, uma constituição dos “poderes” legais, ou mesmo legítimos. É esta a vitrina que provoca os encorajamentos, ou mesmo, os aplausos de certos observadores ainda mais apressados do que neutros. Estes testemunhos credibilizam geralmente os regimes instalados que organizam todo o processo desde as comissões eleitorais, o código eleitoral, o estabelecimento das listas, das cartas eleitorais, até à gestão administrativa do escrutínio. A democracia é constituída pelas instituições mas também democratas, e finalmente, uma cultura social de tolerância e de respeito pelo direito vivido no dia a dia. Estes dois últimos elementos estão longe de estarem realizados em África: em particular, a noção de alternativa (e de alternância) e de oposição não é aceite e implementada por muitos dirigentes singularmente de origem militar.

Ora, depois de algum recuo dos países ricos que preferem em África a estabilidade à democracia, os golpes de estado ressurtem. O Banco Mundial e o Fundo Monetário acomodam-se de resto em tempo normal de orçamentos militares (ditos “da defesa”) pletórico (15 a 30%) e do tráfico de armas.

A recusa de facto da alternância (pouco frequente em África) significa o monopartidarismo de facto que aferrolha a permanência no poder, segundo uma fórmula que ouvi pronunciar: “O poder é feito para guardar o poder!”.

É por isso que o estatuto da oposição continua a ser um desafio muito grave para a democracia africana. Não se entende que a oposição é também necessária para a democracia como o poder: com, claro está, direitos imprescritíveis mas também deveres. Aqui colocam-se problemas muitas vezes não resolvidos da utilização equitativa dos média, do financiamento público dos partidos quase sempre ausente: o que faz com que a oposição vá muitas vezes às eleições com as mãos vazias perante um poder provido de meios gigantescos (dinheiro, cargos para distribuir, mercados públicos, parques de veículos públicos, etc.). Entre a luta de dois elefantes não há jogo possível.

A logística da democracia não está suficientemente estudada nos manuais de politologia!... E, apesar de tudo, sobretudo em África, ela faz a decisão.

“Não se aplaude gratuitamente”! Observava recentemente uma mulher da África ocidental. Sem meios para juntar os milhares de aldeias (8 a 10 000 por país) para falar às pessoas nas suas línguas, pois o analfabetismo é por vezes o caso da maioria da população (73% no Burkina-faso); só resta dizer, como um certo professor primário: “Hoje o pobre já não pode fazer política!”.

Para além disso, como escolher entre os boletins de dez partidos na penumbra de uma cabina de voto, quando se analfabeto e não só se dispõe das cores e símbolos para determinar?

Fica ainda o espinhoso problema das comissões eleitorais nacionais autónomas dificilmente aceites pelos poderes instalados, etc.

Apenas os democratas convictos e inovadores podem combinar justamente adopção e adaptação neste domínio.

Que fazer?

Ao lado da logística e dos meios; é preciso antes de mais o recurso aos valores que subtendem qualquer progresso humano. O filósofo Emmanuel Kant prescrevia que se tratasse qualquer ser humano de tal modo que ele fosse “sempre um fim e nunca um meio”.

Os ditados africanos: “O dinheiro é bom, mas o homem é melhor porque responde quando se chama”, “O velho vale mais do que o seu preço”, exprimem à sua maneira que nem tudo que está no mercado é da ordem dos meios e não dos fins.

Há toda uma cultura humana de opções e de princípios humanistas, ao lado de afirmações e de condutas negativas e perversas: tanto em matéria de direitos humanos, como para a filosofia política do estado de direito: “Não é o rei que tem a realeza; é a realeza que tem o rei”. Um rei não tem parente, nem amigo. O vizinho e o parente para brincar são-lhe mais próximos do que um parente de sangue.

“O louco é uma pessoa louca” “O homem é o remédio do homem”. “Se houvesse alguma coisa de positivo na violência, os cães teriam encontrado”. “O raio não cai em cima de um embaixador!”. Este último princípio de direito internacional consagrado em África é como em outros lados, a humanidade dos enviados plenipotenciários e era geralmente observado: seria necessário recuperar e reutilizar todos os princípios de vida que protegem e

promovem o colectivo humano em África: aqui intervém o falso dilema entre o universal e o particular, entre a modernidade e a tradição. O sociólogo J. Copan e o jurista-antropólogo E. Le Roy preconizam que cada sociedade forge a sua própria modernidade. Mas ela deve concretizar-se em grandes obras a definir (as pirâmides modernas). Essas obras tornarão visível a nova identidade africana que responde às questões primordiais: “Quem somos nós? Onde queremos ir? Por que caminhos?”. Ora, a única questão da mendicidade africana hoje é “Com que meios?”. O particular e o universal não são, com efeito, exclusivos, mas estão em ligação dialéctica. O universal não é a soma mecânica de todos os particulares; também não é um único particular imposto aos outros como universal; é a sinergia de tudo o que há de suculento em todos os particulares, e isso apesar das dominações ideológicas, económicas, políticas ou militares crónicas. Nem tudo o que vem do Norte não é moderno.

Nem tudo o que é local é tradicional. A ciência médica enriquece-se bem com o património africano da terapêutica. Os africanos sairão do imobilismo e dos desvios mórbidos de hoje; se eles sabem aplicar algumas prescrições fundamentais que são condições *sine qua non* da mudança positiva. Dado que a designação é o mal n.º 1 de África *a integração no tempo e no espaço continua a ser a principal solução*, a prioridade n.º 1. *No tempo*, trata-se de não se fixar no presente apenas: mas integrar o passado e o futuro através da consciência histórica. *No espaço*: é preciso constituir-se através da integração do espaço económico inter-africano e as novas coerências a substituir a desagregação actual. Fica o grande desafio da identidade: conhecer-se e fazer-se conhecer desenvolvendo com potência os sentimentos de pertença que se afastam do tribalismo e do micro-nacionalismo. Este último deve ser ultrapassado:

- por uma lado, para baixo através da descentralização real; e
- por outro lado, para cima através da constituição de uma entidade sociopolítica com a dimensão das comunidades continentais do século XIX.

Isto supõe a constituição de cidadanias de várias etapas desde a da aldeia e da comuna, até à dos espaços sub-regionais: Norte Africano, Oeste Africano, Centro Africano, Este Africano, Sul Africano.

A identidade cidadã deve substituir pouco a pouco a impossível “etno-democracia”. Isso supõe, face ao Estado, que não deve ser um leviatão tropical, uma sociedade civil forte. A sociedade civil é o povo organizado e engajado num desenvolvimento endógeno definido como a passagem de si para si próprio a um nível superior através de trocas com os outros, e não como uma corrida olímpica de recuperação impossível: já alguma vez se viu vagões ultrapassarem a locomotiva? Isso supõe finalmente *uma dimensão pedagógica do progresso*: a formação permanente a todos os níveis e em todos os domínios. A África atravessou na sua longa história, provações mais graves do que a que vive neste momento: saharização, tráfico dos negros, epidemias terríveis. Mas este continente soube sempre ressaltar como diz o provérbio: “Quando tu deste um salto para o fogo, falta-te dar um outro salto”. É preciso procurar e encontrar vias alternativas (UNESCO-IAD 1996). É preciso conhecer a África dos africanos. É preciso ajudar os africanos a se conhecerem a si próprios através de uma pesquisa endógena aprofundada (OUA-UNESCO 1994), a defenderem-se eles próprios através de um sistema imunitário apropriado: senão, é a SIDA da personalidade africana.

O novo princípio da cooperação com a África deve ir, para além da famosa ajuda por vezes baptizada de humanitária, como se o outro não o fosse! É a parceria autêntica que assenta na co-responsabilidade, que supõe o conhecimento e o reconhecimento mútuo. Pois como se pode – ajudar alguém que não se conhece? Mas para se criar um animal é preciso conhecê-lo. Como ajudar alguém que não existe? *A grande prioridade para a África é pois constituir-se*. É ajudar África e se for necessário obrigá-la a constituir-se. É a única condicionalidade que se poderia impor, auto-impor à África para que ela não seja o eco tropicalizado da sua voz, da dos seus donos. To be or not to be.

Para não se apreender e forjar o desenvolvimento africano por procuração, a questão central dos parceiros do desenvolvimento deve sempre ser: Onde está o povo africano? Pois diz-se: “Não se pode pentear alguém na sua ausência”.

Nota

2. O Estado africano coloca muitos problemas. A nação ainda mais: sobretudo na hora da CNN, da Internet e das antenas parabólicas

em que a grande quantidade das vozes impõem aos africanos o que eles devem pensar eles próprios. O não-alinhamento está excluído.

Referências

Israel, L., 1995, *Cerveau droit, cerveau gauche, culture et civilisations*, Paris : Plon.

Mbaye, S., 1997, « Fausse embellie économique en Afrique subsaharienne », *Le Monde diplomatique*, juin.

OUA-UNESCO, 1994, *Les Industries culturelles pour le développement de l'Afrique. Le plan d'action de Dakar* en commission mondiale de la culture et du développement, Yamoussokro, juillet. Le droit de se connaître soi-même et d'être connu devrait être inscrit parmi les droits humains fondamentaux.

Rufin, J.-C., 1991a, *Paris Match*, Paris N. 11. 252204-14 au 22 août, p. 8.

Rufin, J.-C., 1991b, *L'Empire et les Nouveaux Barbares. Rupture Nord-Sud*, Paris : Éditions J. C. Lattès.

Silla, M., 1994, *Le Paria du village planétaire ou l'Afrique à l'heure de la télévision mondiale*, Dakar : NEAS.

UNESCO-IAD, 1996, *État, Démocratie, Sociétés et Culture en Afrique*, Dakar : Éditions Démocraties africaines.

O combate de Joseph Ki-Zerbo: teórico e técnico do desenvolvimento endógeno em África

O historiador, o pioneiro africano da História de África, Joseph Ki-Zerbo é conhecido. O homem político é igualmente conhecido. Mas como a sabedoria africana lembra: “No pântano, há mais para além do crocodilo...”. O intelectual Joseph Ki-Zerbo foi um professor-pesquisador, um pensador, um filósofo (quer dizer, fez uma reflexão e pesquisas específicas) que marcou o século XX e que continua a influenciar as ideias e as acções de muitos dos nossos contemporâneos.

Ele construiu com pedagogia uma teoria do desenvolvimento endógeno em África. Contribuiu significativamente, como africano autêntico, para o conhecimento de África e para o seu reconhecimento, para a reprodução social deste continente que ele tanto amava, trabalhando incansavelmente para estabelecer firmemente um processo de preservação da identidade, das identidades dos seus contemporâneos e dos que retomarão a tocha, para o desenvolvimento endógeno de África, através da aprendizagem e da transformação dos nossos valores intrínsecos.

O pensador, o “criador” que ele foi teve um procedimento antropológico. Foi um testemunho activo do mundo, da África colonial, da África das independências, da África do século XX e do início do século XXI. Como africano autêntico, ele é um modelo de comportamento. Transmitiu “Maneiras de estar, de fazer” para concretizar o ideal das comunidades de vida, diferentemente dos etnólogos “observadores externos” que examinam as nossas sociedades à luz (e segundo) da lógica de culturas ditas “desenvolvidas”.

Françoise Ki-Zerbo
Notário, jurista-antropóloga
Ouagadougou

Ele tem discursos baseados nos discursos dos seus contemporâneos e dos seus antepassados, mas também com base na sua “vivência”, nas suas práticas. Essa “vivência” explicou através do “concebido”.

Para além disso, ele propõe novos comportamentos baseados nas representações, quer dizer em crenças e símbolos. A melhor homenagem, o melhor testemunho de respeito e de consideração que posso prestar a Joseph Ki-Zerbo, meu pai, tendo tido a oportunidade e a insígnia privilegiada de viver acontecimentos importantes da sua vida, da sua vida de intelectual até ao seu último suspiro, é conhecer melhor e dar a conhecer o seu pensamento, que nunca deixará de ser descoberto, de tal modo é multidimensional o homem e a sua obra.

Com efeito, resulta da sabedoria africana:

O que o velho vê deitado, o jovem, mesmo em pé não consegue avistar.

Quando a memória vai procurar lenha para se aquecer, ela traz somente os melhores troncos.

Este artigo é assim inteiramente dedicado ao pensamento de Joseph Ki-Zerbo, apresentado na sua substância, à nossa maneira. Isto tanto mais que, de resto os Bambaras dizem:

N'i ma se ka yelen y fa yelen jiri koro kan, i ka son, a ka na sa. Literalmen-

te: “Se não consegues subir à árvore do teu defunto pai, rega-a para evitar que ela morra”. Mas sobretudo, “É considerando a farinha que se tem na mão que se mede a água para a massa”.

A necessidade de agir, de conhecer e manter as nossas raízes é imperiosa. É pois um dever filial que eu cumpro, como ele próprio o fez tão bem antes de nós, convidando os jovens deste continente como teórico, mas também como homem de acção.

Muitos são aquelas e aqueles que foram testemunhas de momentos de comunhão intensa entre Joseph Ki-Zerbo e os seus contemporâneos, os intelectuais, os investigadores, os camponeses, as mulheres, os jovens, as crianças, tanto à escala internacional, como no continente, nas capitais, aldeias, anfiteatros, salas de conferência, salas de aula, laboratórios de pesquisa,...

Esses jovens, esses intelectuais de todas as raças e condições, já lhe agradeceram, já lhe prestaram homenagem e continuam a prestar-lhe homenagem.

À injunção dos que ele identificou com o vocábulo “desenvolventirosos”: “Silêncio” Estamos a desenvolver”; ele respondeu: “Não se desenvolve; desenvolvemos”. Ele não se contentou em responder, ele agiu e isso durante mais de meio século.

Não se desenvolve: as representações das raízes para se ser si próprio e se desenvolver

Ele foi um rebelde. Foi contra o statu quo. Não concedeu aos “desenvolventirosos” o silêncio que eles pediam. Ele trabalhou para que o desenvolvimento de

África nascesse em África nas suas sociedades sob a influência de valores, de causas internas.

Ele próprio o dizia muitas vezes, ele escolhia “colocar correctamente os problemas; e estar preparado para apoiar com alguns exemplos”. Para isso ele inspirou-se, entre outras coisas, na “jazida” das culturas das sociedades de África baseadas na oralidade.

Sabedoria africana e desenvolvimento

Joseph Ki-Zerbo aborda temas importantes, graves, sérios, muitas vezes relacionados com o desenvolvimento endógeno em África, com humor e seriedade, simplicidade e pedagogia.

Enfrentou desafios, questões em jogo (que clarificou), colocou questões graves, tais como:

... quem vai gerir as mutações económicas africanas em curso, e em proveito de quem? Um dos seus artigos é dedicado às “aventuras africanas da ideia europeia de desenvolvimento”.

Os provérbios constituem condensados de sabedoria, suficientemente explícitos, para o bem-estar (diário) do indivíduo e do grupo social. O próprio Professor Joseph Ki-Zerbo lembrou, o provérbio é um “comprimido de sabedoria”. Ele “resolve através da sua lógica peremptória”. Sobre os provérbios, disse ele que eram “poços, fontes de consciência”.

O provérbio é um pensamento (uma palavra) se basta a si próprio, mas que permite também ir-se para além da sua substância, que dá a oportunidade de a analisar, de a desenvolver. A simples leitura ou audição desses provérbios, desses ditados, suscita nos interlocutores de Joseph Ki-Zerbo, ou dos que lêem os seus escritos, a reflexão, mas sobretudo uma certa consciência de si, dos outros, das suas responsabilidades. Ele utilizou várias vezes nas suas análises algumas dessas sentenças populares, desses princípios-verdade que decorrem do bom senso e da experiência comum:

Se deste um salto em direcção ao fogo, sobra-te um outro salto a dar.

O dinheiro é bom, mas o homem é melhor porque responde quando se chama por ele.

Se queres andar depressa, caminha só. Se queres ir longe, caminha com os outros.

É reunidos que os tições ardem: é separados que eles se apagam.

“Quando se caiu, deve-se olhar para onde se tropeçou em vez do sítio em que se caiu”.

Joseph Ki-Zerbo apropria-se, como bom africano, destes ditados do património oral das nossas sociedades ancestrais. O seu pensamento, a sua filosofia baseia-se na sabedoria africana. Como professor pedagogo, ele vai para além do provérbio para comunicar, enviar mensagens claras aos seus contemporâneos de todas as idades, de todas as condições, de todas as origens. Aqui estão então as suas expressões (em estilo figurado) próprias dele, os seus ditados, provérbios atrás de provérbios.

É preciso encontrar-se vias alternativas. É preciso conhecer a África. É preciso ajudar os africanos a se conhecerem eles próprios através de uma pesquisa endógena, a fim de deixar de se apreender e forjar o desenvolvimento africano por procuração. Pois “não se pode pentear ninguém na sua ausência. “É melhor conservar a cabeça do que o chapéu”. “É melhor manter a nossa personalidade do que +preservar os diversos chapéus de desenvolvimento com os quais tentam enfarpelar-nos. Pois sem a cabeça, para que serviria o chapéu?”

Em África a palavra é fundamentalmente democrática. Os sábios bambara dizem-no (Mori Julien Marie Sidibé que foi Bispo de Ségou no Mali lembra-nos no seu livro dedicado ao *Devenir du Mali à la lumière de ses racines socio-culturelles*: “*Jè ka fo ani jè ka kè! Jè ka kè daamu yé/É um prazer sem igual partilhar a acção*”... para além da palavra

O homem não nasce “eu”, ele nasce “nós”. Quando cheguei, estava nas mãos deles; quando partir será também nas mãos deles.

Inspirou-se na sabedoria e na filosofia africana, nas representações dos povos africanos, para lembrar que mais do que nunca os africanos devem conhecer-se. “... O mais importante para o ser humano é conhecer-se a si próprio”:

« *Ki yèrè don, o dé rè ko ré, o dé ka fisa à bè yé.* » Contrariamente, ignorar-se a si próprio, é ser um destroço levado pela água. É o fracasso programado do desenvolvimento “pronto a vestir”, sejam quais forem os meios investidos.

Uma das suas “ideias mestras” é a seguinte:

Dizer que o desenvolvimento é uma auto-realização que vai por si só para um nível superior, quer dizer com um valor acrescentado, significa que não se deve funcionar no sistema global por conta ou em proveito de outros actores. Assim, é ser-se si próprio. Mas si próprio, quem é? “Não se pode pentear ninguém na sua ausência”: se o interessado não se conhece a si próprio, se ele não for conhecido. A identidade é o famoso ponto de apoio da alavanca que constitui a rampa de lançamento de qualquer desenvolvimento. Conclui: “A História fornece o filme e o sentido que subte a imagem contemporânea”.

História-representação e consciência

Como pensador-pesquisador lúcido, Joseph Ki-Zerbo diz: “Lancemos um olhar crítico no cesto da nossa história para seleccionar ou reinterpretar com conhecimento de causa a partir das pregnâncias e das citações do tempo presente”.

Observa que a ideia de desenvolvimento que não é historicamente estranha às sociedades africanas foi “oferecida” de pára-quedas no século XX, enquanto que desde há séculos a “história real” tinha estado em flagrante contradição com o auto-desenvolvimento; pior, tinha-o impedido.

Uma das condições do desenvolvimento identificada por Joseph Ki-Zerbo é a consciência histórica “... que dá sentido aos três tempos do homem (passado, presente, futuro) inacessíveis enquanto a consciência não as assumir para lhes mudar o sentido”.

Depois de ter definido os dois termos que ele muitas vezes utilizou: “História” e “Desenvolvimento”, chega a uma constatação e a uma interrogação.

Constata que os “... dois pólos do tema permanecem assimétricos”. Coloca a questão central do seu pensamento, da sua obra intelectual: “A História sempre existiu; ela é consubstancial ao homem. E o desenvolvimento?”

A resposta é clara: “Isso é menos certo! Porque se trata de países subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento”.

Lembra que “Nas cavernas do tempo do Homo erectus, não se discutia sobre o desenvolvimento; mas praticava-se, mesmo assim, o desenvolvimento: era uma

questão de vida ou morte”. Fala da História como representação e jazida.

Cita tanto as riquezas naturais, os monumentos e tesouros do património histórico, os produtos e as receitas da farmacopeia e da medicina das sociedades ancestrais, como os saberes tecnológicos, as formas de organização, as línguas africanas, os valores e “mitos motores”, as artes e o artesanato que “criam as condições do desenvolvimento”. Fala de todos esses valores como sendo “cristalizações históricas” reinvestidas ou para melhor reinvestir no desenvolvimento de hoje.

Depois de ter tratado o aspecto objectivo da História, ele interessa-se pela vivência, pela consciência histórica. Fala então do conceito da totalidade que se impõe. Explica que sem um mínimo de “consciência do tempo total” (passado, presente, futuro) “... nós ficamos mutilados e desnudados de sentido”.

Faz a ligação entre a “história real” e a “História-representação” e a “Consciência histórica”.

Um outro resumo do seu pensamento: “Não se deve empurrar a extra-versão até a vender a sua própria história para se comprar o desenvolvimento de outrem. Não se deve confundir... passado e ultrapassado. O objectivo é fazer coincidir a história do desenvolvimento e o desenvolvimento da história”.

Para tal, ele indica duas “principais alianças”.

No registo de “... a História representação e consciência”, trata-se de difundir ao máximo na juventude africana a imagem, as imagens da África de ontem, para lhes mostrar o curso superior, a própria fonte do rio onde eles se agitam hoje. É por essa razão que ele próprio se investiu para fazer “... do desenvolvimento um vasto empreendimento de educação e da educação um vasto empreendimento de desenvolvimento”.

Do ponto de vista da História real, ele recomenda que se resolva a questão da sociedade civil e que se identifique e se atrele às mesmas lutas, os grupos sociais que constituem aliados naturais.

Depois de ter demonstrado aos “desenvolvedores” de África que o verdadeiro desenvolvimento de África não poderá vir do exterior, Joseph Ki-Zerbo foi o advogado da causa da África, da nossa causa. Ele enviou sinais de alerta.

Procedeu a interpelações, recomendou aos africanos para protegerem as defesas imunitárias das nossas sociedades para se evitar o desmoroamento, o que ele chamava o “sida colectivo”

Desenvolve-se: os discursos do intelectual enraizado, as suas ideias enraizadoras

Segundo Joseph Ki-Zerbo, as crises vividas pelos africanos são pré-catástrofes, mas também oportunidades, pois existe sempre um “limiar de exigência, um momento em que se tem que se dar o famoso salto para fora do fogo, o sobressalto (recomendado pelos sábios de África)”, depois do salto para o fogo.

Como teórico “criador” do desenvolvimento endógeno, analisou o desenvolvimento em várias formas. A prova disso são as numerosas definições do desenvolvimento e do desenvolvimento endógeno.

Para além dos princípios fundadores, fundamentais do seu pensamento, Joseph Ki-Zerbo, testemunho activo do seu tempo fez recomendações.

O desenvolvimento (o endógeno vivo) visto por Joseph Ki-Zerbo

Como pedagogo, Joseph Ki-Zerbo teve o cuidado de definir com precisão os conceitos de “desenvolvimento” e de “desenvolvimento endógeno”.

Segundo ele, “Desenvolver-se, é multiplicar as suas possibilidades libertadoras de escolha”. Desde 1989 que o Professor Ki-Zerbo afirma com vigor:

“Não se desenvolve, desenvolvemo-nos”. Depois, especificando o seu pensamento ele acrescentou: “Não existe nenhum desenvolvimento “já pronto”. O único desenvolvimento viável e válido, é o desenvolvimento na cabeça”. “Desenvolver-se é ser, ser sempre mais, reproduzir-se e não apenas produzir. Participar em co-responsabilidade”.

Fez a ligação com a cultura:

Desenvolvimento significa, claro está, ter, saber, mas sobretudo poder. Poder de se nomear, de nomear os seres, as coisas e os factos incluindo na esfera do imaginário, do lúdico, do ético e do estético, do mítico.

Chama a atenção para o facto de o endógeno não é o passado que ele define como “um presente efervescente no seu tempo”.

O endógeno não é nem um africanismo a mais, nem uma neo-negritude. É um conceito universal. O endógeno não é nem um tesouro enterrado que devemos desenterrar, nem um diapositivo fixo na contemplação. É o momento de um processo: um misto na verticalidade do tempo entre o antigo e o novo e na horizontalidade do espaço “poroso a todos os sopros do mundo”, (A. Césaire).

Para nós, o desenvolvimento endógeno é desde sempre uma alternativa sem alternativa.

Ele não definiu o desenvolvimento endógeno em pura teoria.

Aquando da sua reflexão sobre o tema da gestão tradicional da água na África negra, esse artigo relativo a um recurso natural indispensável à vida, Joseph Ki-Zerbo o “intelectual orgânico” demonstra a sua inclinação para uma pesquisa endógena sobre temas susceptíveis de melhorar a vida dos africanos do seu tempo, desorientados por muitos abalos que marcaram a sua história.

Afirma:

“Numa mesma sociedade, há correntes que participam antecipadamente e outras que chamam já o futuro, constituindo o conjunto do que nós chamamos o endógeno vivo...”

Para além disso, ele traz à luz os direitos humanos biológicos e socioeconómicos, os direitos de carácter sociopolítico e os fundamentos culturais e éticos desses direitos.

Em seguida faz um apelo fervoroso:

“...Se é preciso recusar a fuga para se afundar no particular dos outros, baptizado de universal, é preciso também rejeitar a fuga para um passado que apenas valeria como património mumificado. É o endógeno vivo, um misto indissociável de aqui e de outro lugar, de ontem e de hoje que é preciso gerir e transformar. Um grande esforço de refundação colectiva e de criação das condições para um desenvolvimento económico e social autónomo impõe-se, se não quisermos continuar a mendigar para sobreviver.

Recusou o “falso dilema do particular e do universal”.

Todas as culturas do mundo podem entender-se relativamente a este objectivo estratégico. O universal não é

o particular de uns imposto a todos os outros. Não é a justaposição estéril de todos os particulares. É a agregação por inter-fecundação do que há de melhor, de mais suculento e de maior em todos os particulares a fim de se fazer disso uma razão de viver suficientemente poderosa, uma ideia mestra: para nos arrancar do estado bestial do instinto com vista a responder ao apelo interior que nos convoca para as esferas mais altas da nossa condição humana.

Sendo o desenvolvimento por definição um processo endógeno, ele recusa-se a reduzir o projecto de sociedade a um projecto económico. Repreende a ideia de desenvolvimento da acumulação de bens e de serviços, mas também de valores sociais. Deduz a partir daí que o verdadeiro desenvolvimento é pois alternativo e não se pode exprimir da mesma maneira em todo o planeta.

Joseph Ki-Zerbo não se contentou de pensar, comunicar o seu pensamento, quis indicar a via, dar pontos de orientação

As recomendações de Joseph Ki-Zerbo

Em África, a palavra é profunda, sobretudo a dos filhos mais velhos (com experiência). O africano autêntico faz a ligação entre o seu pensamento, as suas palavras, as suas práticas.

Pour Joseph Ki-Zerbo :

As condições de uma teoria e de uma prática, de um discurso e de uma política para um “desenvolvimento centrado no povo” são tão importantes como o próprio conteúdo desse desenvolvimento, pois elas constituem a correia de transmissão entre o ideal e a realidade.

Trata-se de “provocar as sinergias fecundas entre os centros da pesquisa cooperativa e participada, baseada na acção por cima e desembocando na acção-pesquisa”. A sociedade deve ser transformada em laboratório. A pesquisa “enraizada e enraizadora” deve provocar o despertar de uma consciência crítica em todos.

A participação é ao mesmo tempo um meio e um fim; com efeito, a necessidade de participar é uma exigência vital essencial e existencial. Mas ao mesmo tempo, a participação é um meio único de formação recíproca, e uma maiêutica permanente do saber concreto e colectivo.

Faz-nos ver que temos o direito e o dever de nos conhecermos, o direito de ser conhecido objectivamente.

Mostra-nos a necessidade de uma pesquisa-desenvolvimento. Devemos saber quem somos nós, pois ninguém nos desenvolverá.

O desenvolvimento é uma passagem de si para si próprio a um nível superior, nas relações com soma positiva com os outros... trata-se de ser alguém, de ter uma personalidade na História. Trata-se de jogar um “papel autónomo” porque não atribuído por outros.

As condições do desenvolvimento são a “consciência histórica”, a “democracia” e a “integração social”. Finalmente faz-nos ver que deveríamos dizer, os desenvolvimentos. Tal como falámos antes da civilização antes de avistar as civilizações.

Os africanos, diz ele, revelam-se como pessoas que dormem demasiadas vezes em cima de tesouros. Nós dormimos sobre as nossas línguas africanas tal como jazidas inexploradas. Nós dormimos por cima das nossas reservas de ecossistemas: florestais, faunísticos, haliêuticos. Os nossos saberes estão em pouso; e arriscamo-nos a dormir sobre as minas fabulosas e não visíveis em valor da solidariedade africana.

Como africano autêntico, pesquisador e pensador, ele pergunta-se: “O que fazer da solidariedade africana?” Ele chama a atenção para o facto de há “... muitos ingredientes da solidariedade social africana que serviram de viático aos nossos povos desde há milénios e podem ainda servir como combustível; cabe-nos a nós identificá-los e dar-lhes um novo papel. É o princípio que importa, a norma essencial e não as modalidades.”

Lançando sempre olhares retrospectivos e prospectivos sobre as sociedades africanas, afirma:

Apenas a identidade regional africana pode conferir um papel digno do continente no mundo. Seremos visíveis e credíveis apenas a este preço. É reunidos que os tições ardem: é separados que eles se apagam. Por exemplo, a ciência será inter e pan-africana ou não o será.

É um leitmotiv:

“O homem são os outros. Lembra assim: “Se queres andar rápido, caminha sozinho. Se queres ir longe, caminha com os outros”.

Se queres ir longe, caminha com os outros”.

A memória deve ser um trampolim para o futuro.

“Ciência sem consciência” (nomeadamente em matéria dos saberes africanos em matéria de saúde, de educação, de solos, de biodiversidade...).

O desenvolvimento não é uma corrida olímpica.

A África começou mal (tráfico e colonização). Ela teve um “estatuto de vagão”. “A árvore das estatísticas do crescimento não deve esconder a floresta do desenvolvimento”.

Devemos aceitar o bilhete de identidade que nos é oferecido, o dos “países menos desenvolvidos (PMD) ou dos países pobres altamente endividados (PPAE)? Países receptores? “Marcados pelo ferro em brasa da esmola?” Os Estados africanos, diz ele, são “Estados anões”, “Estados mendigos”. É necessário sentarmo-nos à mesa dos ricos?

Devemos tornarmo-nos culpados por não assistência a pessoas em perigo? Em cada dia há um genocídio invisível que se opera debaixo dos nossos olhos, mas com uma mão invisível?

O capitalismo não pode então ser o nosso “bode expiatório de serviço”, o álibi das nossas próprias falhas e torpezas.

Educar ou morrer! Para além do slogan “A educação para todos”, ele anuncia um “desafio” e uma “ardente obrigação”.

Alguns anos antes do seu falecimento, ele coloca num livro, a questão *Para quando a África? (À quand l'Afrique?)* E como pan-africanista convicto e “endurecido” aborda num filme a questão das identidades e da identidade em África, da integração africana. Nos dois casos ele dá prioridade à expressão clara do seu pensamento em entrevistas. Os seus documentos são uma mina de recomendações para se meditar para a acção.

Ele coloca questões, verdadeiras interpeleções que apelam, necessitam de respostas e de actos. Ele coloca como postulado, a possível combinação do crescimento das cifras com o desenvolvimento cultural enraizado na história.

Desenvolvemo-nos: as práticas do intelectual enraizado

Joseph Ki-Zerbo soube resistir à “dicotomia” entre pensamento e acção, a grande tentação dos pesquisadores”.

Para além disso, ele aplicou o princípio de vida dos Bambara do “*Djè ka fo - Djè ka kè*” segundo o qual o pensamento, a palavra “chama” a comunicação (entre pensadores) e a acção comum.

O técnico do desenvolvimento (do endógeno vivo) em África

Joseph Ki-Zerbo teve sempre sede, uma necessidade vital de comunicar com os camponeses, intelectuais, sobretudo os jovens, reflectir com eles; despertar as consciências que funcionam mais ou menos “conscientemente” com “softwares” vindos de outros lugares.

Pesquisador entre os pesquisadores, a sua contribuição para a promoção de uma pesquisa endógena em África é hoje visível e notável. Ele investiu-se literalmente para a fundação do Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) criado por dezassete chefes de estado ou de governos africanos, em Niamey, no Níger, a 22 de Janeiro de 1968 e estruturado depois em Lomé no Togo, em Brazzaville, e depois em Antananarivo.

Os programas dos concursos para professores titulares do ensino superior do CAMES eram sobre a medicina humana, farmácia, odonto-estomatologia, medicina veterinária e as produções animais, mas também sobre as ciências jurídicas, económicas e de gestão.

Os três outros programas do CAMES eram sobre a equivalência dos graus e diplomas de ensino superior e profissional entre os países membros; sobre a medicina e a farmacopeia tradicional africanas; e sobre o conjunto de questões relativas à carreira dos professores das universidades dos Estados membros, nomeadamente, do estabelecimento das listas de aptidão para as funções e graus do ensino superior.

Esses programas não foram “projectos nados-mortos”. Eles são ainda hoje actuais. Os pesquisadores africanos de hoje são a prova viva disso, dada a sua própria existência e os frutos das suas pesquisas.

Em Abril de 2007, em Yaoundé nos Camarões, o Conselho decidiu igualmente a criação do prémio internacional “Rakoto-Rasimamanga” (nome de um eminente pesquisador malgaxe, mas também autor de muitas descobertas, entre as quais o primeiro anti-diabético de origem vegetal) para a valorização da farmacopeia tradicional e da medicina tradicional africana.

Para chegar a este estádio, Joseph Ki-Zerbo organizou várias reuniões de pes-

quisadores em farmacopeia africana que marcaram uma data e continuam na memória dos que nelas participaram e são testemunho ainda hoje. Os documentos elaborados nessas reuniões (“*Djè ka fo*”) são documentos de referência, verdadeiros pontos de orientação, pontos focais.

Joseph Ki-Zerbo lutou pela *promoção da saúde* em África. Por exemplo, em Dezembro de 2004, no 13.º colóquio sobre a farmacopeia e a medicina tradicional africanas, um universitário, pesquisador centro-africano, fez uma comunicação sobre o tratamento tradicional de 150 doentes com base em plantas, baseado numa experiência no terreno.

Um ministro africano disse do CAMES que este era um verdadeiro instrumento de integração africana.

Joseph Ki-Zerbo lutou pela *promoção dos direitos humanos* (recusando a impunidade, os crimes de sangue) no âmbito do colectivo composto por cerca de cinquenta organizações da sociedade civil e partidos políticos criado na sequência do assassinato do jornalista Norbert Zongo. Durante as marchas e reuniões organizadas por este colectivo, lançou o famoso slogan “Nan laara, an sara!”: “Se nos deitamos, estamos mortos!” “Captado” pelo colectivo e não só. Participou do começo até ao fim nessas marchas e nessas reuniões (apesar da sua idade avançada) mas também àquilo que ele chamou o “sobressalto humano e cultural”.

Ele próprio disse:

No CEDA que foi fundado em 1980, o nosso cartão de visita é simples, mas ambicioso: somos advogados e militantes do desenvolvimento endógeno tal como foi definido em “A esteira dos outros”...

No Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDA) do qual foi o fundador, dentro do qual criou a rede “Parceria Homens e Mulheres para o Desenvolvimento em África (PARTHEFDA) composto por grupos de homens e de mulheres, produtores na base, ele reflectiu igualmente sobre as ligações entre os desafios fundiários, a segurança alimentar e a protecção da biodiversidade.

O Professor Joseph Ki-Zerbo mostrou as ligações entre essas três componentes do tema e demonstrou que “... o progresso *na* dependência é de algum modo um progresso *da* dependência...”

Ele não fez a reflexão sozinho. Uma vez mais, o princípio do “*Djè ka fo - Djè ka kè*” (o princípio que exige comunicação, concertação e acção comum consequentemente) funcionou, pois em África “Não se conhece o ‘eu’, mas o ‘nós’”.

Jacqueline Ki-Zerbo, sua esposa, coordenadora do PARTEHFDA, explica a experiência nestes termos:

A ideia de Joseph Ki-Zerbo é que a reflexão deve articular-se com a acção. Conseguiu assim concretizar, pôr em prática o princípio contido no adágio africano segundo o qual “Dormir na esteira de outro, é dormir no chão”, ilustrado no livro intitulado *La natte des autres*. Ele sempre quis desenvolver o diálogo entre os praticantes, os técnicos e os pesquisadores. Por ocasião do seminário sobre “Os desafios fundiários, a segurança alimentar e a protecção da biodiversidade”, produtores rurais, técnicos e pesquisadores comunicaram em torno do tema dos saberes e do *know-how* endógenos. Os técnicos fizeram o ponto de situação em relação às inovações técnicas e tecnológicas. Os pesquisadores aplicaram-se a facilitar o diálogo entre os dois grupos, tudo isto para fazer avançar a procura de soluções adequadas para os problemas encontrados no terreno. Esta pesquisa foi realizada segundo uma metodologia precisa em três zonas ecológicas. Relatórios regionais foram elaborados, e depois examinados no decurso de seminários regionais e de um seminário nacional.

Todas as mensagens, engajamentos, todas as lutas de Joseph Ki-Zerbo têm ainda hoje influências, uma influência positiva sobre a vida diária dos africanos e o desenvolvimento endógeno das nossas sociedades, em termos de resultados, de consciencialização dos actores incontornáveis do desenvolvimento de África.

O modelo de comportamento: a pesquisa em comum

A convicção de Joseph Ki-Zerbo era de que a pesquisa em África devia ser pan-africana. Durante o seu exílio político que durou cerca de dez anos, tempos de provações, Joseph Ki-Zerbo não deu tréguas aos “desenvolventirosos”, ele continuou a intensificar a sua reflexão e a sua acção no quadro do Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Endógeno (CRDE) fundado com pesquisadores africanos.

Tirando lições do adágio africano: “Dormir na esteira dos outros, é como dormir no chão”, o colóquio do CDRE que teve lugar em Bamako em 1989 foi uma experiência viva da pesquisa interdisciplinar, uma ocasião para concretizar o ideal de uma “Pesquisa pan-africana enraizada e enraizadora”:

Foi a ocasião de concretizar o seu pensamento, o seu discurso. Foi um sucesso, dado que especialistas de várias disciplinas das ciências exactas e das ciências sociais, homens de terreno e/ou teóricos, comunicaram durante vários dias. Durante esse colóquio, foi claramente demonstrado que não deve haver nenhuma dicotomia entre a teoria e a prática. “O CDRE pensa que não há prática válida sem uma teoria da prática. Apenas esta nos propulsa para a comunidade internacional”.

Em Bamako, cerca de trinta pesquisadores tomaram a sua parte na “tarefa de emparcelamento e de integração global que se impõe aos nossos povos sob pena de apagamento”. Bamako foi o local de reunião de comunicação desses pesquisadores. O colóquio foi uma ocasião para de pôr em comum os pensamentos para um desenvolvimento (autenticamente) endógeno em África.

O historiador Joseph Ki-Zerbo falou do CRDE como sendo “uma garrafa lançada ao mar... no oceano do tempo que é preciso assumir e ultrapassar”. Pois, como o diz bem o provérbio africano: “É preciso cavar os poços de hoje para as sedes de amanhã”.

Conclusão

Ao colocar a questão *À quand l’Afrique?*, Joseph Ki-Zerbo faz um apelo a África do futuro. A questão é simultaneamente uma provocação, uma invocação, uma convocação, um desafio. Ele dirige-se aos partidários só statu quo. Aos jovens, ele diz: “É preciso lutar para uma “Alter África”.

Joseph Ki-Zerbo não foi nem um afro-pessimista, nem um optimista beato. Fez questão de dizer (contrariamente ao que é proclamado em certos discursos) que a África não arranca, mas sobrevive. “Não se deve ser um explorado idiota!” Como pedagogo, exprimiu a sua raiva de compreender, de se fazer compreender. Teve a ambição de indicar o sentido da História.

Baseou o seu pensamento e a sua obra nas “perspectivas históricas”. Colocou o seu olhar de historiador sobre a “impotência africana”. Fez “diagnósticos”. Para além disso, propôs a recuperação de Áfri-

ca “... através da eliminação das tendências negativas identificadas, em benefício das continuidades e mutações positivas, com vista a se encontrar, para a história do continente, os caminhos de um caminho ascendente”. Melhor, ele identificou essas mutações e continuidades negativas e positivas que marcaram a história de África.

Um dos resumos do pensamento do Professor Joseph Ki-Zerbo encontra-se na forma explícita: “Ser africano antes de ter. Ser para ter”.

Durante uma entrevista dada ao jornal *Bendre* a 10 de Fevereiro de 2005, ele disse:

... Desejo que os jovens coloquem na construção de África a mesma paixão que a que nos devorava na luta pela independência. Que eles acordem com chicotadas do seu sono cúmplice, os chefes de estado que não se interessam pela integração africana.

Tal como os seus ancestrais, ele compreendeu e viveu o princípio de vida que o é o de dizer com os outros, utilizar o seu direito de palavra com os outros, agir com os outros, tomar a sua parte de responsabilidade, ser. Os Bambaras dizem com efeito:

An taala ye nyongo ye : “Para ir onde nós vamos, a natureza estabeleceu-nos um caminho: uns pelos outros...”.

Da mesma maneira, a sabedoria bambara enuncia esta verdade evidente susceptível de ser esquecida ou omitida:

Dynè to bè ko : “Caminhamos com os olhos fixados no passado e no futuro (tendo uma memória e um projecto concordantes). Nem o homem nem o mundo nos revelaram ainda o seu segredo”.

Joseph Ki-Zerbo não pretendeu nunca tratar a fundo os temas que ele abordou. Participando numa reunião de pesquisadores, ele afirmava:

“Eu participo, portanto sou” e lembrava um ditado africano segundo o qual “No baile, a festa dos pássaros traz grãos”! Acrescentava: “Espero que algumas das ideias que vou avançar vos venham a servir de grãos, talvez não para consumo imediato, mas para se-mear, deixar crescer, deixar amadurecer.”

É nesta ordem de ideias que uma europeia militante da cultura do diálogo me dirigiu a 8 de Dezembro de 2006 a seguinte mensagem:

“ Cara Françoise,

A chama acendida pelo seu pai não se apagará nunca. A África surgirá com

os seus mais belos valores e toda a sua sabedoria, estou convencida disso. O tempo não nos pertence. Sejam perseverantes...”.

Cada uma, cada um, deve contribuir para enfrentar esse desafio permanente! Em qualquer hipótese, tal como lembra um provérbio africano:

“A palavra do velho sábio é como uma roda. Quando ela é lançada, ela acaba sempre por parar”.

Post scriptum

Convém falar do prefaciador, Joseph Ki-Zerbo. Ele redigiu o prefácio do livro dedicado à medição do direito à educação no Burkina Faso, redigido por um grupo de pesquisadores, discutido no último festival “Ciné Droit libre” cuja última edição teve lugar a 4 de Julho de 2007. Esse livro será traduzido em quatro línguas do burkina faso (sendo três línguas nacionais: o mooré, o dioula e o fulfuldé.

É preciso igualmente citar, de entre os últimos prefácios que ele redigiu, o da recolha de poemas intitulado *Nègres* e o de uma recolha de fotografias tiradas em África por um europeu.

Referencias

- Ki-Zerbo, J., 1972, *Le Monde africain noir : histoire et civilisation*, Paris : Hatier.
- Ki-Zerbo, J., 1978, *Histoire de l’Afrique noire : d’hier à demain*, Paris : Hatier.
- Ki-Zerbo, J., dir., 1980, *Histoire générale de l’Afrique*. Vol.1. *Méthodologie et préhistoire africaine*, Paris : UNESCO.
- Ki-Zerbo, J., 1990, *Éduquer ou Périr !*, Paris : UNESCO.
- Ki-Zerbo, J., dir., 1992, *La natte des autres. Pour un développement endogène en Afrique*. Actes du colloque du Centre de Recherche pour le Développement Endogène (CRDE), Bamako 1989. Paris : Karthala, Dakar : CODESRIA.
- Ki-Zerbo, J., 2003, *À quand l’Afrique ? Entretien avec René Holenstein*, La Tour d’Aigues F-84240 : Éditions de l’Aube (Diffusion Seuil) ; Genève : Éditions d’en bas.
- Ki-Zerbo, J., 2007, « L’emploi contre la pauvreté ! Une croisade, un slogan ou un alibi ? », In *Voix rebelles du monde/Rebel Voices of the World*, : % attac-04 et HB Éditions.
- Ki-Zerbo, J., 2007, *Repères pour l’Afrique*, Dakar : Panafrika/ Silex/Nouvelles du Sud.

Joseph Ki-Zerbo: a seiva alimentadora da identidade africana!

Nessa manhã, ficámos a saber pelo nosso irmão ao telefone, da morte do Professor Joseph Ki-Zerbo, pois na pequena encosta em que nos encontrávamos há três dias, tínhamos dificuldades em captar a rádio ou a encontrar jornais. Esta notícia trouxe-nos para a dura realidade: os nossos ícones partem!

Joseph Ki-Zerbo foi o último de uma geração que nos fez sonhar e que contribuiu sobretudo para o nosso rearmamento moral numa África em que a vivência diária esgota todas as nossas capacidades de reflexão.

Ele simbolizou o surgimento de uma intelligentsia africana nos anos 40. A necessidade de colocar e pensar os problemas do mundo fez da história uma disciplina guia. Ela vai situar-se no centro da sistematização da gestão científica e cultural da existência dos povos negros.

Efectivamente, quando nos anos 60 a maior parte dos africanos tiveram acesso à soberania internacional, os historiadores contribuíram muito para a definição, a construção e a consolidação dos Estados-Nações. Somente grandes nomes para animar os colóquios e conferências! Cheukh Anta Diop, Ibrahima Baba Kaké e naturalmente Joseph Ki-Zerbo chamaram a nossa atenção para a importância do conhecimento histórico desde o ensino secundário.

A última vez em que nos tínhamos encontrado e tirado uma fotografia tinha sido na Casa da Cultura Douda Seck (durante o ano de 2005) onde, depois da Universidade de Saint-Louis, ENDA, sob a autoridade de fogo de Mohammed Soumaré e Raphaël Ndiaye, lhe tinha sido organizada uma bela cerimónia de homenagem. Sentia-se o peso da idade nos seus reflexos físicos, mas o seu espírito continuava vivaz. Falou-nos durante mais de uma hora, com a paixão que lhe conhecíamos, sobre o futuro de África, o seu lugar na globalização, o papel das oposições na construção democrática, a situação dos direitos humanos no continente, etc.

Aprendíamos sempre junto deste homem, de uma bondade infinita que me inspirava confiança e coragem. Um dia, quando

Penda Mbow
UCAD de Dakar,
Senegal

se aproximava o inverno na Suécia, encontrámo-lo por acaso nas ruas de Uppsala onde ele era bolsheiro da Fundação Dag Hammarskjöld para finalizar uma das suas muitas obras; o que não deixou de me revigorar para o resto da minha estadia.

Tirando a sua emblemática *Histoire de l'Afrique noire*, publicado pela Hatier em 1972 e 1978 e que nos iniciou à compreensão da evolução do nosso continente, gostamos particularmente da obra que ele dirigiu no CODESRIA e que se intitula *La natte des autres*. Nesse livro, ele torna a colocar uma questão que continua a ser actual, a da identidade cultural. Nesta homenagem iremos visitar alguns temas da obra monumental de Joseph Ki-Zerbo. Assim, abordaremos a filosofia da história ou historiografia de Joseph Ki-Zerbo, em segundo lugar a identidade e a importância da educação para ele, antes de terminar com aquilo que consideramos como novas questões.

Joseph Ki-Zerbo e a historiografia

A releitura de Ki-Zerbo lembra-nos que os desafios em torno da disciplina histórica são mais do que nunca fundamentais para o futuro da África negra¹. Na sua definição das tarefas da história africana, ele lembra a evidência do motivo subjectivo da valorização desse passado, apesar de não se poder deixar-se de interrogar sobre a objectividade da pesquisa histórica. A esta perplexidade, ele dá uma resposta considerando que se trata de uma procura da identidade através da junção de elementos dispersos de uma memória colectiva, sobretudo num contexto em que a história foi transvestida. Durante a colonização, a “história foi apenas um vulgar apêndice, fragmento da história do colonizador” (Ki-Zerbo 1978: 9).

Uma preocupação sua de Ki-Zerbo era justamente não desertar da frente do conhecimento deixando a África entregue à cu-

riosidade de todos os que não deixaram de prolongar o procedimento inquisitório dos etnólogos, colocando-se questões, imediatamente após a acessão à soberania internacional da maior parte dos Estados africanos e que afirmavam a sua presença enquanto entidades autónomas. “Mas de facto que são esses africanos? O que fizeram eles até agora? De onde vêm eles?” Na formulação destas perguntas, detectava-se uma forma de cepticismo ou mesmo de desprezo.

J: Ki-Zerbo não era apenas motivado por esta vontade de cortar o caminho a todos que duvidavam, mas procurava sobretudo revelar e valorizar as brilhantes civilizações africanas como as de Ife, Nok, do Rift Valley, actualizadas pelas descobertas arqueológicas, mas também a história dos grandes impérios do Sudão ocidental medieval, do Gana, Mali, Songhai entre os séculos III e XVI.

Apesar dos obstáculos da raridade das fontes escritas, o carácter tendencioso das fontes árabes ou o surgimento tardio das fontes europeias (a partir do século XV com autores tais como Léon l'Africain ou Ca Da Mosto), Joseph Ki-Zerbo não perdeu de vista o facto de que neste papel que ele se tinha atribuído, existia uma dimensão problemática. A reescrita da história deveria tomar em conta grandes debates da época relativos à inferioridade da raça negra, mas sobretudo o carácter não “autóctone” das brilhantes civilizações que existiram no continente africano. O Negro, matéria-prima amassada no decurso das idades pelas influências exteriores, vindas dos fenícios, dos romanos, dos judeus, dos árabes, dos persas, dos hindus, dos chineses, dos indonésios, e (last but not least) dos europeus, é este o pano de fundo que subtende a pesquisa de alguns historiadores africanos e a maioria dos historiadores não africanos.²

Mesmo assim, para Ki-Zerbo, esta rareza de fontes em vez de ser um obstáculo, acaba por se revelar um motivo de ligação à “escola histórica mais moderna, a mais abrangente, a mais rica em possibilidades para a exploração do passado, a dos adeptos da história total” (Ki-Zerbo 1978: 15). A este nível, só podemos ser admirativos diante do procedimento do

visionário que era o de quando se sabe que a sistematização da nova história ou história total decorrente da filosofia dos historiadores da Escola dos Anais (a partir dos anos 40) só conheceu só conheceu o seu enobrecimento muito tarde, mesmo nos casos em que a pesquisa histórica é antiga e remonta pelo menos ao século XIX, quer à França.

Ki-Zerbo, ao querer contornar o obstáculo da etno-história encontrou contudo confrontado com a ausência daquilo a que Jacques Le Goff qualifica como “parte cumulativa” da pesquisa histórica, lembrando que a história é antes de mais o exercício permanente de um certo olhar, de um certo espírito crítico, de um certo “fazer” (Le Goff 1988: 13).

A este nível, Ki-Zerbo faz sua a lição do pai fundador da Escola dos Anais, Marc Bloch no que diz respeito ao carácter essencial do empirismo e da observação, pois sem negar a importância fundamental dos escritos, *os testemunhos mesmo sem quererem*, revelam-se muitas vezes mais eloquentes, menos sujeitos a caução do que as relações escritas marcadas por uma certa subjectividade.

Assim, Ki-Zerbo não negligenciou nenhum traço da história, material ou imaterial: da tradição oral às ciências auxiliares da história, como a arqueologia e a linguística. As marcas do passado de África foram procuradas em todo o lado, nas obras de arte, nos quadros geográficos. Não deixou também de confrontar o método histórico com o de outras disciplinas como a etnologia e a antropologia cultural. Vê-se a este nível que Joseph Ki-Zerbo não escapou às preocupações dos intelectuais da sua geração: a dimensão culturalista que explica numa certa medida a sua ignorância da sociologia.

Ki-Zerbo nunca contornou as dificuldades como a cronologia em relação à qual ele evitou sobretudo a abordagem eurocentrista que delimita a história na Antiguidade, Idade Média, Tempos Modernos, História Contemporânea. Ele foi guiado pela necessidade de se basear ao mesmo tempo em divisões que englobam as grandes épocas históricas, mas também a delimitação das regiões históricas caracterizadas por situações e condições particulares e a originalidade das entidades políticas. Assim, Ki-Zerbo propõe as fases seguintes para se distinguir na história africana:

- As civilizações paleolíticas com uma liderança incontestável da África;
- A revolução neolítica e as suas consequências (demografia, migrações, etc.);
- A revolução dos metais ou a passagem dos clãs para reinos ou impérios;
- O século de reajustamento: primeiros contactos europeus, tráfico dos negros e suas consequências (séculos XV – XIX);
- A ocupação europeia e as reacções africanas até ao movimento de libertação depois da segunda guerra mundial;
- A independência e os seus problemas.

Joseph Ki-Zerbo escapou realmente à dominação da história colonial? Pelo menos, tentou tornando complexas e sofisticadas as problemáticas para impelir os jovens africanos para a reflexão e curiosidade intelectual. A sua concepção da história tem uma certa elegância. A história é uma ciência humana, diz ele, que está à procura de um certo grau de certeza, dita moral ou de probabilidade, que lhe permite restituir e explicar o passado do homem (Ki-Zerbo 1978, p. 27).

Esta história de África é uma verdadeira soma na qual nada é deixado ao acaso com uma metodologia sem falhas; para cada parte é dedicada uma bibliografia exaustiva. Com esta obra Ki-Zerbo legou a qualquer pessoa em busca de conhecimento sobre a história africana, um instrumento incomparável. É depois de ter resolvido, à sua maneira, esta questão da história africana que ele se virou para o aprofundamento de temas como a identidade, a educação e as novas questões onde nós agrupamos a democracia, a igualdade dos sexos, etc.

A identidade e a importância da educação

Duas preocupações que subtendem toda a reflexão de Joseph Ki-Zerbo: a identidade e a educação. O homem político sensato, como ele era, pensava que a independências política precedia e garantiria a autonomia cultural nacional. Mas ele tinha também tomado consciência do que isso realmente significava para os nossos povos para a sua soberania cultural: “Ele sabia que fazer respeitar a nossa personalidade era ao mesmo tempo colocar a questão da solidariedade cultural dos povos negros, garante da salvaguarda dos nossos valores de civilizações e do

respeito pela nossa dignidade. Ele sabia que a unidade política de África não se faria sem uma visão clara da identidade cultural das nossas áreas de civilizações”. Na verdade, esta ideia das áreas culturais é essencial para se conseguir qualquer política de integração nos nossos dias.

A delimitação da história em Ki-Zerbo baseia-se justamente na história das regiões, como foi já lembrado. O projecto humano preconizado pelo nosso historiador estrutura-se a partir da reconstituição da identidade e do reconhecimento de um conjunto de valores. A finalidade deste enraizamento identitário é o desenvolvimento. Trata-se de se basear antes de mais na sua própria “esteira”.³ A este nível, Ki-Zerbo está tão próximo de Léopold Sédar Senghor. A força do pensamento de Ki-Zerbo a este nível é tal que é preciso retomar-se o autor integralmente: “... o homem do século XXI. Um homem aberto à alteridade que, com base num mínimo económico e social, está aberto às relações, aos laços humanos, a uma ética universal e aos valores. Quando falo de valores, penso nos valores morais, psicológicos, ideológicos e religiosos, mas não unicamente. Proponho pois um projecto, um foguetão de três andares: os bens económicos, os laços sociais (...) e os valores. Este projecto humano não visa simplesmente maximizar o consumo material, ele construir-se-á com base nos valores da solidariedade, da convivialidade, da alteridade, da compaixão, do controlo de si próprio, da piedade e do equilíbrio inspirado pelo Maât faraónico” (Ki-Zerbo 2003: 181).

A concretização deste projecto assenta no pesquisador, o intelectual africano que tem como imperativo categórico não dissociar as suas actividades da vida real. A melhor chave para se colocar correctamente os problemas africanos e assim validamente a sua resolução, é o conceito de desenvolvimento endógeno.

A questão, desde logo legítima de se colocar, é a responsabilização pela globalização. Antes de mais, o conceito de desenvolvimento endógeno não é fixo em Ki-Zerbo e não significa uma viragem para si próprio, mas para ele, “não existe nenhuma sociedade sã, sem metabolismo interno integrado, sem processos auto-gerados e auto-propulsados” (Ki-Zerbo 1992: 1).⁴

Segundo Ki-Zerbo, o subdesenvolvimento resulta de um procedimento demasiado simples que faz aparentar os países afri-

canos a uma tábua rasa, um sahará cultural, uma página em branco pronta para todas as cópias.⁵ No entanto, o historiador adverte contra a confusão entre “tradicional a preservar” e endógeno que tem a ver com a inventividade, inovação. É por essa razão que Joseph Ki-Zerbo considera que o endógeno se encontra em todas as formas de expressão artística.

É a partir de uma abordagem endógena, de melhoria das tecnologias endógenas que a África poderá reduzir a dependência. De entre os desafios a enfrentar, consta a utilização das línguas africanas no domínio da tecnologia. Isto leva-nos a evocar uma ideia muito querida para Ki-Zerbo (1990): a educação cuja importância se resume pelo título de uma das suas célebres obras publicada pela UNESCO, *Éduquer ou périr*.

No projecto de educação, as línguas ocupam um lugar primordial. O problema das línguas é fundamental porque toca na identidade dos povos. E a identidade é necessária para o desenvolvimento, assim como para a democracia. Isto leva-nos a evocar outras ideias de Joseph Ki-Zerbo.

As novas questões

Um intelectual realizado! Um homem moderno, pois, apesar da sua idade, não se distanciava nunca das preocupações do seu tempo. No seu livro-entrevista – o testamento que ele nos legou – com René Holenstein, “*À quando l’Afrique?*”, ele é o porta-bandeira da luta pela emancipação da mulher, pelo respeito dos direitos da africana! É verdade que quando ele redigia a história da África negra, não se tratava ainda de “engendering the social sciences”, mas os historiadores foram os primeiros a fazer aparecer a relação entre a África e a mulher; Cheikh Anta Diop através da explicação

da importância do matriarcado nas sociedades agrárias africanas contribuiu grandemente para isso; Baba Kaké andou por todos os liceus nos anos 70 para fazer conferências sobre Anne Zinga, a Rainha do Matamba antes da publicação da sua biografia na colecção “as grandes figuras da história africana.

No que diz respeito a Joseph Ki-Zerbo, ninguém poderá acusá-lo de ocultar o lugar das mulheres na história africana. Por exemplo, a propósito das origens do Imperador do Gana, ele tornou a falar muito sobre o carácter incontornável do sistema matrilinear na devolução do poder, o

papel das mulheres na vida quotidiana, a sua participação na resistência à colonização. Ele baseou-se nas fontes árabes, arqueológicas, na tradição oral atravessando todos os períodos: da pré-história até à época moderna, para reconstituir a civilização africana na sua grandeza, sem ocultar o lugar da mulher.

Conseguiu mostrar o carácter não discriminatório das sociedades africanas tradicionais onde “as mulheres eram terapeutas, sacerdotisas, soberanas rivais da faraona Hatshepsout”. Através dos seus trabalhos, Ki-Zerbo ajudou a africana a redescobrir os seus múltiplos saberes, apesar de lamentar a deterioração desses saberes com a experiência colonial.

A fineza da análise de Joseph Ki-Zerbo, com seguramente a contribuição de Jacqueline, fez-nos reflectir muito quando ele afirma nunca ter ouvido um debate do tipo, a propósito da escolarização das raparigas: “as mulheres são capazes de fazer isto ou aquilo?” É antes no terreno do dever que se interroga: “Será que é bom para a família e para a sociedade que as mulheres prossigam os seus estudos?” Quando ele evoca os direitos da mulher, fá-lo com conhecimento de causa, pois ele integra esta questão numa abordagem mais global, a da cidadania, da democracia e da governação.

É sobretudo para lamentar o défice de cultura política em África. Ki-Zerbo exprimiu-se longamente sobre os grandes debates do século XXI africano como as condições de um estado federal, multiétnico e o renascimento africano. O seu pensamento explorou os principais domínios procedendo a um brevíário para superar o subdesenvolvimento e lutar contra a marginalização do continente africano.

Conclusão

Esboçámos apenas algumas ideias essenciais de Joseph Ki-Zerbo em guisa de homenagem, pois é um desafio querer resumir o pensamento deste intelectual multidimensional. Ele participou sobretudo, durante décadas, desde há várias gerações, para o esplendor da cultura negra e para o despertar de uma consciência de civilização. A sua autoridade científica e o seu prestígio fizeram o orgulho do departamento de história durante os anos do seu exílio em Dakar.

Joseph Ki-Zerbo dorme em paz, tu fazes parte da seiva nutridora que alimenta a

esperança de todos os que crêem na nossa África!

Notas

1. O discurso pronunciado pelo presidente da república francesa a 26 de Julho e as reacções que ele suscitou na intelligentsia africana reactualiza todo o combate de Joseph Ki-Zerbo e dos da sua geração.
2. Mesmo os próprios africanos não escaparam a esta visão negativa da sua própria história. Abdoulaye Bathily (1972: 67-112) fustigou-o criticando as visões de Raymond Mauny, Maurice Delafosse que não deixaram de atribuir a criação dos grandes impérios a influências externas à África negra. Mas é preciso admitir que esses autores modernos são muitas vezes tributários daquilo a que Cheikh Anta Diop (1987: 162) deplora em *l’Afrique noire précoloniale* e chama “cherifismo” à tendência irresistível da maior parte dos grandes chefes muçulmanos da África negra de se ligarem, por uma acrobacia qualquer, à árvore genealógica de Maomé. Paris, Présence africaine. 1987 p 162.
3. Em referência à obra colectiva dirigida por Joseph Ki-Zerbo (1992) intitulada, *La natte des autres*.
4. Ki Zerbo (1992 : 1). No momento em que estas linhas são escritas, estávamos a acompanhar furtivamente uma reportagem sobre Mahatma Gandhi. Se a Índia se tornou hoje na 11.^a potência mundial é porque houve visionários como o Mahatma, pois no seu pedido de tecer o algodão e de produzir as suas próprias roupas, ele fez uma acto decisivo indo no sentido da auto-suficiência, em vez de serem consumidores passivos.
5. Um dos dramas da África é que na maior parte das vezes os seus filhos e filhas perderam a fé nela. O drama da imigração clandestina que fez morrer milhares de jovens no oceano Atlântico entre 2005 e 2006, ilustra até que ponto os jovens africanos perderam a esperança. Apesar disso, a África é um dos continentes mais ricos, em termos de potencialidades.

Referências

- Bathily, A., 1972, «A Discussion of the Traditions of Wagadu with some References to Ancient Ghana : including a Review of Oral Accounts, Arabic Sources and Archeological evidence », *BIFAN*, série B, XXXIV, pp. 67 -112.
- Diop, C. A., 1987, *L’Afrique noire précoloniale*, Paris : Présence africaine.
- Ki-Zerbo, J., 1978, *Histoire de l’Afrique noire : d’hier à demain*, Paris : Hatier.

Ki-Zerbo, J., 1990, *Éduquer ou Périr !*, Paris : UNESCO.

Ki-Zerbo, J., dir., 1992, *La natte des autres. Pour un développement endogène en Afrique*. Actes du colloque du Centre de Re-

cherche pour le Développement Endogène (CRDE), Bamako 1989. Paris, Karthala, Dakar, CODESRIA.

Ki-Zerbo, J., 2003, *À quand l'Afrique ?* Entretien avec René Holenstein, La Tour d'Aigues F-

84240 : Éditions de l'Aube (Diffusion Seuil) ; Genève : Éditions d'en bas.

Le Goff, J., dir., 1988, *La Nouvelle histoire*, Paris : Éditions Complexe.

Joseph Ki-Zerbo e a preocupação com a África

Enquanto contrariedade que perturba o espírito em relação a um ser ou a uma coisa, a preocupação é muitas vezes percebida no ângulo da pura negatividade. Mas há uma dimensão valorizadora da preocupação que merece ser realçada: é a de se considerar que o grau da manifestação da inquietação que ela contém traduz o grau de apego ao ser ou à coisa. É neste último ângulo que este vocábulo é tomado nesta breve apresentação dos fundamentos do pensamento e da acção do professor Joseph Ki-Zerbo. Parece-me que o sentimento que melhor explica o engajamento teórico e prático do professor Joseph Ki-Zerbo, é a preocupação com a África.

Nas poucas linhas que se seguem, mostro que a preocupação com África está na base da sua escolha da história como campo de estudo, da sua teoria da educação e, finalmente, da sua acção política.

A história e a preocupação com a África

O professor Joseph Ki-Zerbo é “o primeiro africano a conseguir o grau de professor titular de história” (Ki-Zerbo, 2003 : 10). Isto foi dito e repetido. Mas nem sempre se questiona porque é que um jovem africano que acaba de obter o seu diploma de final de escola secundária com 27 anos com notas brilhantes (Ki-Zerbo, 2003 : 189), decide lançar-se em estudos de história em vez dos domínios considerados (erradamente) como mais práticos e, portanto, mais úteis para a África. É uma questão que, à primeira vista, pode parecer muito simples, mas que, pela minha parte, é decisiva para se compreender os fundamentos da escolha da história como campo de estudo prioritário para o professor Joseph Ki-Zerbo.

Porque, mesmo que se possa explicar essa escolha pelas “suas notas excelentes” que lhe valeram uma bolsa de estudos em his-

David Musa Soro
Universidade de Bouaké,
Costa do Marfim

tória na Sorbonne (Ki-Zerbo, 2003 : 189-190), esta explicação não me parece ser suficiente. A verdadeira explicação para esta escolha encontra-se, do meu ponto de vista, na sua preocupação com a África. Se o professor Joseph Ki-Zerbo se lançou nos estudos de história, é realmente porque, para ele, o estudo da história é a primeira coisa a fazer-se para devolver à África a sua identidade perdida e a sua dignidade ultrajada. É porque ele estava convencido de que a transformação técnica do continente passava necessariamente por um trabalho de redescoberta da memória africana. Este objectivo não constitui nenhuma dúvida no seu caso. Pode-se notar isso e na sua obra há passagens significativas que reflectem esta ideia. Por exemplo, em *Godo Godo*, ele escreve: “quando se sabe de onde se vem, pode-se melhor construir o seu futuro” (Ki-Zerbo, 1975 : 30). No primeiro volume da *História geral de África* cuja direcção científica ele assegurou, pode-se ler o seguinte: “A menos que se queira optar pela inconsciência e pela alienação, não se consegue viver sem memória, nem com a memória de outro” (Ki-Zerbo, 1990 : 23). Mais adiante, na mesma obra, ele escreve “Viver sem História, é ser um destroço, ou carregar as raízes de outrem. É renunciar a ser si mesmo raiz para outros que vêm a seguir. É, na maré da evolução humana, aceitar o papel anónimo de plâncton e de protozoário” (Ki-Zerbo, 1990 : 42-43). E acrescenta: “Debaixo das cinzas mortas do passado, jazem sempre algures brasas carregadas da luz das ressureições” (Ki-Zerbo, 1990 : 43).

Esta preocupação com África, ele inaugura-a com a história, mas não pára com a história. Ele prolonga-se no tratamento que ele faz da questão da educação e do desenvolvimento.

A questão da educação e a preocupação com a África

Partilho perfeitamente o ponto de vista do colega Amadé Badini ao dizer que Joseph Ki-Zerbo é “um teórico e praticante emérito da educação da África contemporânea” (Badini 1999 : 699-711). Não apenas a quantidade e a qualidade da obra teórica o prova, mas também os seus engajamentos em favor da promoção de uma escola do desenvolvimento através de acções como a criação do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDA), do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Endógeno (CRDE) e a sua contribuição para a criação do Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES), do qual ele foi o primeiro secretário-geral, comprovam o aspecto prático.

Mas, o que é que está na base do seu investimento no tratamento da questão da educação, tanto no plano teórico, como no prático? Seguramente, como no caso da sua escolha da ciência histórica, é realmente a preocupação com a África. Depois de ter restaurado a identidade outrora perdida da África, depois de ter devolvido a dignidade ao seu continente através das suas pesquisas históricas, a preocupação com a África do professor Joseph Ki-Zerbo manifestou-se na investigação para o desenvolvimento da África. E esse desenvolvimento passava necessariamente pela resolução da questão da educação. Tratava-se para ele, tanto no plano teórico como no prático, de trabalhar para uma educação que seria o motor do desenvolvimento da África.

Ele não fez nenhum mistério em relação à conexão entre a escola e o desenvolvimento. Os limites desta apresentação não poderiam conter a evocação dos índices das suas afirmações sobre esta questão. Contentar-nos-emos simplesmente em evocar esta metáfora que eu desenvolvi num texto recente (Soro 2006: 207-22) e, que ele exprime, na sua melhor expressão, a sua posição sobre esta questão: “a escola deve ser considerada como o próprio centro do desenvolvimento” (Ki-Zerbo, 2003: 174); para dizer que a educação é o primeiro recurso que a África deve promover para sair do subdesenvolvimento. Compreende-se assim porque é que ele dedicou toda a sua existência a fazer a promoção da educação em África.

Mas a sua preocupação com a África não pára nestas duas dimensões. É na acção política que ele termina.

A acção política e a preocupação com a África

A semelhança entre o professor Joseph Ki-Zerbo e Platão fascina-me. Esta semelhança observa-se essencialmente na preocupação dos dois filósofos em encontrar um respondente à sua teoria na prática.

Enquanto que Platão fazia do filósofo o *deus ex machina* da saudação da cidade (Cf. a tese do filósofo-rei), o professor Joseph Ki-Zerbo via no intelectual aquele que deve conduzir na modéstia a África para o desenvolvimento.¹ Enquanto que se envolve na acção política indo converter os tiranos de Siracusa à filosofia e assim à boa governação, o professor Joseph Ki-Zerbo vira-se para a África, para utilizar uma expressão de Césaire, para ser “a boca das desgraças que não têm nenhuma boca” (Césaire 1983: 22). Pode-se pensar também que tanto um como o outro fracassaram neste ponto. Platão não conseguiu instaurar um poder filosófico em Siracusa, e o professor Joseph Ki-Zerbo também não conseguiu chegar ao poder supremo no seu país, apesar de uma oposição de várias décadas. Ao contrário, Platão quase conseguiu a experiência da condição de escravo, enquanto que o exílio salvou o professor Joseph Ki-Zerbo de uma condenação certa no seu país.²

Mas não é isso que é importante na nossa intenção aqui. Um estudo mais

aprofundado de um projecto evidenciará em breve os pontos semelhantes entre os dois pensadores. O que convém reter aqui, é que existe nos dois autores uma preocupação real em relação aos seus espaços vitais: a preocupação com a Grécia no caso de Platão e a preocupação com a África no caso do professor Joseph Ki-Zerbo. E como é o caso do professor Joseph Ki-Zerbo que nos interessa principalmente aqui, poder-se-á dizer que é a sua preocupação com a África que o leva a não se contentar unicamente com a teoria, com os anfiteatros, mas a se inserir na acção política.

Deste último ponto de vista, não se pode dizer que a sua acção seja um fracasso. Se o fracasso é uma falha em relação a um objectivo pretendido, ele não fracassou. Grades causas defendidas por ele estão aí para prová-lo. Ao ir para a Guiné com a sua esposa, o único país que votou “não” no referendo sobre a Comunidade, ele mostrou que podia sacrificar a sua carreira pela preocupação com a África. É muito importante que se assinale isto. Porque, o valor de um homem não se mede essencialmente pelo respeito pelas suas convicções e engajamentos? É também muito importante realçar a sua acção na gestão do assassinato do jornalista Norbert Zongo, a 13 de Dezembro de 1998. Porque, através da sua acção, apesar dos limites que lhe impunha a idade, o professor Joseph Ki-Zerbo deu uma lição magistral sobre a necessidade do respeito pelos direitos humanos e sobre a luta contra a impunidade à consciência colectiva africana. Finalmente, a sua demissão do parlamento do seu país deve poder convencer, mesmo aos mais cépticos, que o professor Joseph Ki-Zerbo nunca considerou o poder como um fim em si mesmo, mas como um meio para manifestar a sua preocupação com a África.

Conclusão

Como se vê, a obra e a acção do professor Joseph Ki-Zerbo têm toda a sua origem na preocupação com a África. É a preocupação com a África que explica a sua escolha da história como campo de estudo, é a mesma preocupação que explica a importância que ele dá à questão da educação e, finalmente, é a preocupação com a África que está na base do seu engajamento político.

Notas

1. Esta posição está claramente expressa na sua obra. Mesmo que ele não faça do intelectual o detentor exclusivo da ciência da acção política, no entanto, para ele, é ao intelectual que cabe dar “a esta massa que espera a faísca do despertar”, conduzir as massas para o progresso. Cf. meu texto (Soro 2007 : 79-88).
2. “Em 1985, um tribunal popular revolucionário condena Joseph e Jacqueline Ki-Zerbo por contumácia a dois anos de detenção e a uma pesada multa por “fraude fiscal”. (O julgamento foi revisto depois do seu regresso do exílio e o Tribunal Supremo pronunciou um veredicto de improcedência judicial” (Ki-Zerbo, 2003: 194).

Referências

- Badini, A., 1999, « Joseph Ki-Zerbo 1922 », *Perspectives : revue trimestrielle d'éducation comparée*, XXIX, 4.
- Césaire, A., 1983, *Cahier d'un retour au pays natal*, Paris : Présence Africaine.
- Ki-Zerbo, J., 1972, *Histoire de l'Afrique noire. D'hier à demain*, Paris : Hatier.
- Ki-Zerbo, J., 1975, « Histoire et développement », *Godo Godo, bulletin de l'IHAAA*, 1, octobre.
- Ki-Zerbo, J., dir., 1980, *Histoire générale de l'Afrique*, tome I : *Méthodologie et préhistoire africaine*, Paris : Jeune Afrique/Stock/Unesco.
- Ki-Zerbo, J., dir., 1990, *Histoire générale de l'Afrique*, tome I : *Méthodologie et préhistoire africaine*, Paris : Unesco.
- Ki-Zerbo, J., 2003, *À quand l'Afrique ? Entretien avec René Holenstein*, La Tour d'Aigues F-84240 : Éditions de l'Aube (Diffusion Seuil) ; Genève : Éditions d'en bas.
- Soro, G. A. D. M., 2006, « De l'exigence d'une école culturellement intégrée et la problématique du développement de l'Afrique chez Joseph Ki-Zerbo », *Éthiopiennes, Revue négro-africaine de littérature et de philosophie* Dakar, 76, 2e semestre.
- Soro, G. A. D. M., 2007, « Joseph Ki-Zerbo et la question de la responsabilité des intellectuels africains », *Revue de littératures, langues et sciences humaines. Lettres d'Ivoire*, Abidjan, 2, 1er semestre.

Joseph Ki-Zerbo: um cérebro rebelde!

Introdução: “O sábio e o político”¹

Este título é o de um livro de Max Weber, o pai da sociologia política europeia, no qual ele tenta diferenciar o pesquisador do homem político.

O professor Joseph Ki-Zerbo, falecido a 4 de Dezembro de 2006 em Ouagadougou é um exemplo e um “caso de escola” na matéria. Para mim, ele é antes de mais um intelectual antes de ser um homem político burkinabe. Mal ou bem (isso depende do julgamento subjectivo), ele escolheu livremente ser um líder político, criando e dirigindo o seu partido, o Movimento de Libertação Nacional (MLN) em 1958. A minha análise aqui, recusa-se a seguir e a apreciar (positiva ou negativamente) a acção política do homem político na arena política do Burkina-faso entre 1958 e os anos 2000.

Sendo um militante político com opiniões conhecidas, não servirá absolutamente para nada repisar as minhas divergências ideológicas e políticas com o meu pai e meu mestre em matéria de pesquisa científica. Nas linhas que se seguem, é o historiador-pesquisador e o sábio em que se tornou Joseph Ki-Zerbo que iremos apreciar. A este nível, ele foi tanto no sentido lato como no sentido figurado, “um caso à parte”.

O eterno “recusador”!

Muito poucos comentários da imprensa (escrita, oral e televisiva) que me foram dados a ouvir, ler ou ver insistiram realmente no nome e na palavra “sábio”. A meu ver, é essencial para homenagear o homem de ciência que ele foi e continuará a ser.

Por ter participado na equipa internacional dos pesquisadores reunidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a fim de escrever os (8) oito volumes da *História Geral de África*, e por ter sido o director do volume primeiro, como é que se pode hesitar ao dizer que ele procurou e encontrou, portanto que ele é um sábio?

É uma grande homenagem e um reconhecimento mundial que lhe foi prestado pelos pesquisadores, historiadores e sábios de todo o mundo. Este reconhecimento fez dele um sábio como todos os outros e

Basile L. Guissou
INSS/CNRST,
Ouagadougou, Burkina Faso

o seu país deve estar legitimamente orgulhoso.

O seu percurso intelectual está marcado por esta qualidade (ou defeito?) do eterno “recusador”, que continua a ser uma característica de todos os grandes espíritos, impossíveis de domesticar e de reduzir ao silêncio através de um estatuto social invejável e invejado por todos.

Uma evocação histórica é indispensável para se situar Joseph Ki-Zerbo no seu contexto dos anos 1940/50. Quando se apresentou como candidato livre ao BEPC, ao BAC, ao Bacharelato e em seguida à Agregação em História, este percurso era oficial e praticamente proibido aos “negros indígenas”. Os negros colonizados pela França e que frequentavam a escola primária indígena tinham que, depois da obtenção do Certificado de Estudos Primários Indígenas, inscrever-se nas escolas primárias superiores de Katibougou (actual Mali), Bingerville (actual Costa do Marfim), Saint-Louis e “William Ponty” (Senegal).

O diploma de uma das suas escolas marcava o fim do ciclo da formação pelo saber dado nas colónias. Amadou Hampâté Bâ, jovem “escritor temporário essencialmente precário e revocável” da administração colonial francesa chega em 1922 a Ouagadougou e escreve o seguinte:

Sob o efeito da colonização, a população da África ocidental francesa (AOF) dividiu-se automaticamente em dois grandes grupos, eles próprios subdivididos em seis classes que vieram substituir-se às classes étnicas. O primeiro era o dos cidadãos da República Francesa, o segundo o dos simples sujeitos... O primeiro grupo estava dividido em três classes: os cidadãos franceses puro-sangue, nascidos em França ou europeus naturalizados franceses, os cidadãos franceses das “quatro comunas de pleno exercício” do Senegal (Gorée,

Saint-Louis, Dakar, Rufisque); finalmente os africanos naturalizados cidadãos franceses. Todos gozavam dos mesmos direitos (em princípio) e dependiam dos tribunais franceses. O segundo grupo, o dos sujeitos, incluía por seu turno, três classes: no cimo... os sujeitos franceses do Senegal que gozavam de uma situação privilegiada em relação aos dos outros países... em seguida vinham... os sujeitos franceses “letrados” (quer dizer, escolarizados ou que conheciam o francês) e os sujeitos franceses “iletrados” (unicamente do ponto de vista do francês, escusado será dizer)... Do ponto de vista da divisão “oficial” das classes, eu era um sujeito francês letrado, nascido no Sudão e não no Senegal, portanto, mesmo em baixo da última categoria. Mas segundo a hierarquia indígena, eu era incontestavelmente um branco-negro, o que, como já vimos, valia-nos alguns privilégios, com a reserva de que na época o último dos brancos vinha sempre antes do primeiro dos negro... (Bâ 1996 : 241).

É justamente esta “hierarquia” que Joseph Ki-Zerbo se recusava com a sua teimosia a ultrapassar as barreiras coloniais, à procura “sempre de mais conhecimentos e saber” para consolidar a sua personalidade, a sua identidade cultural e histórica, para “estar consigo e para si”, sem a tutela humilhante dos outros. Ki-Zerbo teve a inteligência, a coragem e a perseverança para contornar todas as barreiras racistas da sua época e avançar. Quis dominar em seu proveito o que Cheikh Hamidou Kane chamava no seu romance *L’aventure ambiguë*: “saber vencer sem ter razão”.

Filho de camponês, catequista católico, consegui ter acesso ao templo francês do saber que era a Universidade de Paris (Sorbonne) para ser consagrado professor titular de história. Foi um grande feito, e ele fê-lo com brio!

Já nesta fase, uma “brilhante carreira” estava bem assegurada, mas o “cérebro recusador”, vai antes para o lado que não devia para ser “bem visto” e “bem apreciado”. Ki-Zerbo é em Paris, um militante activo das associações de estudantes afri-

canos em França, que “faziam a política” e denunciavam o sistema colonial.

Amady Aly Dieng (2003), antigo presidente da Federação dos Estudantes da África Negra (FEANF) escreve:

Em Outubro de 1950, a Associação dos Estudantes Guineenses em França foi declarada à prefeitura de polícia de Paris. A 16 de Julho de 1950, os estudantes voltaicos declararam à prefeitura a sua associação com o nome de Associação dos Estudantes do Alto Volta em francas (AEVF) que foi dirigida em 1951 por Joseph Ki-Zerbo, assistido por Pascal Pafadnam, vice-presidente.

Esta associação parece não ter objectivo político; ela constitui simplesmente o lar dos estudantes voltaicos: tem como objectivo a “ajuda moral e material aos seus membros”, precisa um relatório de polícia...

Esse relatório de polícia passa totalmente “ao lado” daquilo que os africanos procuravam na época, criando, a 30 de Dezembro de 1950, em Bordéus, a Federação dos Estudantes da África Negra em França (FEANF). Queriam ser “a boca que grita a miséria dos povos africanos!” e ensinar a se tornar “quadros tecnicamente competentes e politicamente conscientes”.

Era um programa completo de luta política que exigia uma muito longa e difícil preparação, organização e implementação prática, à saída das universidades e escolas superiores francesas.

A FEANF des Joseph Ki-Zerbo, Amadou-Mahtar M’Bow, Abdoulaye Wade et Cheikh Anta Diop, assim como a West-African Student’s Union (WASU) dos Olesejum Obasanjo (antigo presidente da República Federal da Nigéria) e outros, não falharam. Essas duas organizações cumpriram valentemente e com sucesso a sua missão histórica. Elas deram o mínimo de consciência política patriótica africana aos seus militantes. E, ainda a este nível, Joseph Ki-Zerbo iria singularizar-se. O eterno “recusador”, face às revoluções marxistas-leninistas e aos reaccionários que queriam manter a África na comunidade “franco-africana” do general Charles de Gaulle (Presidente do “Império Francês no qual o sol nunca se põe!”), vai escolher o reformismo como linha política. O seu “socialismo africano” não tinha nenhum espaço sociológico, cultural e político para se enraizar nas populações. Era a sua escolha para se

manter equidistante entre a revolução e a reacção. Nem revolucionário, nem reaccionário, o Movimento de Libertação Nacional (MLN) fez a campanha eleitoral do referendo de 28 de Setembro de 1958 apelando a votar Não! Mas foi o Sim que ganhou no Alto Volta (actual Burkina Faso) e em todas as colónias, com a notável excepção da Guiné Conacri, onde o sindicalista Ahmed Sékou Touré e os seus camaradas conseguiram vencer a máquina colonialista, encarregue de impor o voto do Sim. É preciso ler o livro de Pierre Mesmer (1998), *Les Blancs s’en vont* para saber e compreender tudo o que foi feito pela França como as “trapaças das listas eleitorais”, “intimidações verbais e físicas”, “acções terroristas encomendadas” para obter o voto “democrático” do Sim na maioria dos países da ex-África Ocidental Francesa (AOF) da qual ele era o último governador no cargo

O autor deste artigo foi testemunha em Yamoussoukro, (Costa do Marfim), das revelações de Félix Houphouët-Boigny, aquando do 40.º aniversário da criação (a 16 de Outubro de 1946) do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA) em Outubro de 1986. Durante duas (2) horas, Houphouët contou como o ministro do estado do governo francês do presidente Charles de Gaulle em 1957/58 manobrou no Alto Volta para evitar a “destruição programada” do seu partido (o RDA) face ao Movimento Democrático Voltaico (MDV) do capitão francês Michel Dorange e os seus “discípulos políticos locais”, Gérard Kango Ouédraogo e Maurice Yaméogo.

Resumindo, digamos que o jogo estava já preparado antecipadamente. Frédéric Fernand Guirma (1991), cronista e polemista burkinabe relatou muito bem esses episódios da vida política nacional do nosso país, entre 1950 e 1966 no seu livro “como perder o poder? A queda de Maurice Yaméogo”.

Joseph Ki-Zerbo, eterno “recusador” vai conhecer então a sua primeira “derrota política” eleitoralista segundo as palavras de um dos seus fiéis tenentes, Ahmadou Dicko (1992), professor de espanhol, que escreveu um livro, *Journal d’une défaite*. O referendo de 28 de Setembro de 1958 era uma armadilha política na qual não deveria ter caído. De Gaulle não era historicamente à altura de propor a independência. Os vietnamitas tinham-no compreendido muito bem. Lutaram e arrancaram a sua liberdade de armas na mão, contra

De Gaulle e os EUA, durante vinte e cinco (25) anos.

“A tinta do sábio é mais sagrada do que o sangue do mártir”

Os fiéis muçulmanos cultos saberão que esta frase é a do seu profeta que pedia aos seus fiéis para irem o mais longe possível à procura do saber, mesmo que fosse preciso para esta causa abandonar mulheres e filhos!

É a este nível que todo o mérito de Joseph Ki-Zerbo aparece à luz do dia. Entre o saber científico e a política activa, ele soube sempre e privilegiou sempre a ciência e a investigação científica, até aos seus últimos dias. Todos aqueles que leram o seu último livro, *À quand l’Afrique?* (2003), terão compreendido que foi o seu “testamento”. A todas as perguntas que o jornalista lhe colocava, ele tinha uma resposta a dois níveis, o do “político” e o do “sábio”.

O sábio demonstrava, com provas históricas a apoiá-lo (os exemplos do rei do Congo de visita a Portugal ou a sorte das indústrias africanas de fabrico de armas no século XIX), como é que o continente foi “vencido” pela escravatura e pela colonização europeia. O “político” procurava as palavras para explicar os seus esclarecimentos com Thomas Sankara, presidente do Conselho Nacional da Revolução, entre 1983 e 1987.

O antigo secretário-geral do Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) e o presidente fundador do partido reformista (MLN) tinham uma coabitação difícil no cérebro rebelde do professor Ki-Zerbo. Mas, ele soube procurar e encontrar um “denominador comum mais pequeno” entre os dois, para viver durante 84 anos, com a “cabeça erguida”. É meritório. É preciso reconhecer-lhe isso.

No que diz respeito à sua contribuição para a reabilitação histórica do continente “mãe da humanidade” enquanto pesquisador, historiador e sábio, Joseph Ki-Zerbo acaba de entregar o seu trabalho, a 4 de Dezembro de 2006. Quem vai dar a nota para apreciar a sua herança científica? De qualquer das formas, eu não; porque para dar uma nota é preciso ser o “professor do professor”. Eu não posso ter essa pretensão. Mas posso constatar que ele mereceu o seu lugar no “Panteão” dos homens de saber (sábios) que trabalharam e tiveram sucesso na tarefa de recolocar a história de África e dos africa-

nos nos seus devidos lugares, na História Geral da humanidade.

Todos os que se deram ao trabalho de ler os livros de Joseph Ki-Zerbo estarão de acordo comigo para reconhecer que ele conseguiu reconciliar a África consigo própria, tornando compreensível e explicável “a descida aos infernos” do continente desde a decadência do “Egipto dos faraós”, à escravatura, à conquista colonial que proibiu o saber aos indígenas para impor o monopólio do conhecimento e do saber científico europeu.

A África foi e continua a ser dominada através das “elites fabricadas pela Europa”, convencidas da superioridade científica da Europa, que a enaltecem a “submissão eterna à ordem dos brancos”. Como Cheikh Anta Diop e Amadou-Mahtar M’Bow (antigo director-geral da Unesco), o professor Joseph Ki-Zerbo, continua a ser um “iluminador de consciência” para as gerações presentes e futuras do continente africano. Ele ensina-nos o espírito de luta, de resistência e de procura pelo “saber útil” em proveito dos nossos povos.

Os seus livros como, *L’Histoire générale de l’Afrique, Éduquer ou périr, La Nette des autres e Et demain l’Afrique* são clássicos para a formação das elites intelectuais de hoje e de amanhã. Os liceus e as universidades do Burkina-faso e da África deveriam inseri-los nos programas de ensino. São obras “fundamentais” a ensinar. A confiança em si, a segurança de possuir uma identidade cultural, histórica e científica virá daí e de mais nenhum lado. Seja qual for o ponto a partir do qual as futuras “reelaborações” ou “reformas” dos sistemas educativos serão feitas, não se poderá ignorar a contribuição do eminente “inspector de academia”, director dos serviços do Ministério da Educação Nacional, Senhor Joseph Ki-Zerbo, que assinou o meu diploma de estudos do primeiro ciclo do segundo grau (BEPC) em Ouagadougou, a 19 de Outubro de 1966. E foi a 16 de Outubro de 1979 que eu assumi as funções, na qualidade de “professor titular do doutoramento do 3.º ciclo em letras modernas” (opção Crítica Sociológica), pesquisador no Departamento de Ciências Sociais e Humanas do Centro Voltaico para a Pesquisa Científica.

O professor de linguística, Bakary Coulibaly (um feroz militante do MLN) acabava de recusar aceitar-me como docente na Universidade de Ouagadougou, porque eu era “um elemento comunista,

hostil ao MLN”. Não me queixo. Fez-me um favor ao querer prejudicar-me, como acontece muitas vezes aos que adoram os “ajustes de contas políticas” através das posições de “poderes administrativos”. Antes disso, muitos foram os antigos militantes do UGEV/FEANF dos anos 70/80 que foram maltratados pelos mais velhos “reformistas impenitentes do Movimento de Libertação Nacional” por causa das suas ideias políticas no Alto Volta onde toda a gente se conhecia.

O governo revolucionário de que eu fui membro durante quatro (4) anos (1983-1987) maltratou também Joseph Ki-Zerbo forçando-o ao exílio. De onde ele está agora, ele sabe também que o ministro das relações externas e da cooperação, Basil Laetare Guissou, pediu para se encontrar com ele em Nova Iorque (EUA) nas instalações da ONU em 1986, numa altura em que acabava de perder a sua mãe. Foi Léandre Bassolet, na época embaixador do Burkina-faso na ONU que me ajudou a conseguir o encontro. Nesse dia eu disse ao professor o seguinte: “Você é um bem nacional e o seu lugar não é em mais nenhum lado senão na sua pátria. Eu comprometo-me pessoalmente, se me der autorização para tal, para que você possa se inclinar diante do tumulo da sua mãe”. O “velho” chorou e eu também chorei.

Conclusão: Adeus ao “Mestre”!

Nós, os aprendizes ainda em actividade nos diferentes sectores e nos diferentes domínios da pesquisa científica, somos obrigados a prosseguir na via que o nosso mestre traçou. Era ele próprio que dizia que “é imbecil quem não faz melhor que o seu pai”. Os pesquisadores burkinabes devem saber enfrentar o desafio que o professor Joseph Ki-Zerbo lhes lança, seguindo o seu exemplo de humildade, de simplicidade e de respeito pelo outro. Com o capital científico que o mestre nos deixa, não podemos ficar sem confiança em nós próprios.

É portanto perfeitamente compreensível que, sem nenhum sentimento de nacionalismo exacerbado, a comunidade científica do Burkina-faso (os historiadores à cabeça) se organize, reflecta e encontre as vias e meios através dos quais melhor valorizar, para nós próprios e para as gerações futuras, o “Tesouro” que o nosso “Lavrador nacional” deve ter escondido nos 274 200 quilómetros quadrados do Burkina-faso, e nos seus livros. Parece-me evidente que a acção política diminuiu

enormemente a aura científica de Joseph Ki-Zerbo. Ele foi como foi. Ninguém podia fazer nada contra isso. Era a sua livre escolha. É impossível dissociar o “sábio” e o “político” para prestar homenagem a Joseph Ki-Zerbo. Ele foi as suas coisas ao mesmo tempo.

No seu prefácio do livro do seu camarada *Journal d’une défaite*, Ki-Zerbo diz:

Hoje, ainda mais do que ontem, as mesmas questões continuam a colocar-se à África com uma urgência dramática, pois o peso relativo do continente na relação de forças planetária, deteriora-se. Cinco problemas particularmente pesados de consequências interpelam a energia dos africanos:

- 1º a questão nacional ou identitária, ou ainda, histórico-cultural. Quem somos nós? De onde vimos? Qual deve ser o nosso lugar no mundo? O que temos a dizer e a fazer?
- 2º a questão do quadro ou do espaço básico. Como ordenar o espaço ambiental e económico africano através da divisão inter-africana do trabalho e através da constituição de um pólo mundial de produção e de trocas?
- 3º a questão da via democrática e social. Que Estado e para que sociedade civil? Trata-se de convidar o povo a ocupar o seu trono de soberano. E, se for preciso desalojar do trono o seu usurpador, munir-se das armas da razão, e se necessário for da razão das armas políticas para o fazer;
- 4º para isso, uma revolução coperniciana da educação, da formação e da comunicação impõe-se; para colocar também o povo no centro do sistema; para que o poder do saber seja a coisa melhor partilhada do mundo, e não o privilégio dos que exploram a sinergia do poder, do ter e do saber;
- 5º finalmente, é importante não multiplicar quantitativamente os laços com o resto do mundo, mas mudar a sua natureza; substituindo o papel auxiliar da África utensílio, por um papel de sujeito participando activamente na confecção e na realização do cenário de amanhã.

A que preço pode ser provocada esta mutação qualitativa? Por um lado, parece que seria necessário mover montanhas. Por outro, basta um punhado de ideias claras e justas e um punhado de mulheres e homens decididos a fazerem-se vectores de uma paixão mais

preciosa do que o ouro e mais perdurável do que o diamante: o imperativo da dignidade para os povos africanos, na solidariedade e na co-responsabilidade com os outros povos do mundo. Um sábio da antiguidade disse-o: “Dêem-me uma alavanca e eu levantarei o mundo”. Neste caso, a alavanca são algumas centenas de militantes como Ahmadou Abdoullahi Dicko”.

Onde está o “sábio” e onde está o “político” nesta análise e nestas propostas? Joseph Ki-Zerbo foi um pesquisador em ciências sociais e humanas que encontrou e publicou muito. Tornou-se naquilo em que todo o pesquisador quer ser: um sábio. Eu tam-

bém tenho a mesma profissão, sabendo sempre que ele é que é o mestre. No terreno político, onde ele escolheu “a reforma” e eu “a revolução”. São duas escolhas inconciliáveis. Então, adeus Mestre!

Nota

Weber, M., 1959, *Le savant et le politique*, Paris: Plon.

Referências

Bâ, A. H. 1996, *Oui, mon Commandant!* Paris: Actes Sud Babel.

Dicko, A. A., 1992, *Journal d'une défaite*, Paris: L'Harmattan & Dag Hammarskjöld Foundation.

Dieng, A. A., 2003, *Les premiers pas de la Fédération des Étudiants d'Afrique Noire en France (FEANF). De l'Union Française à Bandoung (1950-1955)*, Paris: L'Harmattan.

Guirma, F. F., 1991, *Comment perdre le pouvoir? Le cas de Maurice Yaméogo*, Paris: Afrique contemporain.

Ki-Zerbo, J., 2003, *À quand l'Afrique?*, Entretien avec René Holenstein, La Tour d'Aigues F-84240: Éditions de l'Aube (Diffusion Seuil); Genève: Éditions d'en bas.

Mesmer, P., 1998, *Les Blancs s'en vont*, Paris: Albin Michel.

Weber, M., 1959, *Le savant et le politique*, Paris: Plon.

O combate do professor Joseph Ki-Zerbo pela liberdade, justiça e contra a impunidade

O que se designa comumente hoje como “o caso Norbert Zongo” desperta na memória colectiva do povo burkinabe e africano em geral, ou mesmo na comunidade internacional, a lembrança da desumanidade que foi perpetrada no Burkina-faso num certo domingo 13 de Dezembro de 1998. Quatro pessoas que circulavam sossegadamente a bordo de um veículo, a cerca de cem quilómetros a sudeste da capital, foram atacados com uma crueldade indizível por homens armados até aos dentes e que, na verdade, estavam no encaço de apenas uma dessas infelizes vítimas, neste caso o jornalista N. Zongo. Passado o instante de hesitação ou de dúvida legítima, pelo menos para as pessoas de boa fé que se tentou divertir avançando a ridícula tese do acidente, compreendeu-se rapidamente que o objectivo visado, através deste acto bárbaro, era reduzir ao silêncio um homem de pena considerada demasiado perigosa para a segurança do Estado!¹

A constituição em seguida de um colectivo das organizações democráticas de massa e de partidos políticos contra a impunidade (CODMPP)² para reivindicar o esclarecimento deste acto odioso, escandaloso e inqualificável, à margem da “Comissão de inquérito independente”, dá toda a dimensão do sentimento de revolta que se apoderou de todo um povo magoado para sempre. A contribuição do Pr. Ki-Zerbo para as actividades deste colectivo, longe de passar despercebida,

Salif Yonaba
Universidade de Ouagadougou
Burkina Faso

ficou para sempre gravada na memória colectiva do povo burkinabe do qual uma boa parte descobria o actor neste papel de combatente da liberdade e da justiça que se lhe conhecia menos. O que de mais normal, em suma, uma vez que o público em geral apenas conhecia desta venerável personalidade o seu título de historiador emérito, pelo menos no caso do público universitário, ou de oponente histórico para classe política. E nunca será demais lembrar que isso é um dos grandes méritos deste homem que conseguiu funcionar com tanto sucesso neste duplo registo da reflexão científica e da acção política.³ Ora, acontece também que, para se ser um autêntico defensor dos direitos da pessoa humana, o Pr. Ki-Zerbo foi-o ao longo de toda a sua vida, apesar de esse papel ter sido apenas recentemente revelado à juventude burkinabe, precisamente em favor deste trágico assassinato. Em todo o caso, ele administrou durante toda a sua vida, a prova desse engajamento, tanto pelo exemplo que ele conseguiu dar, como pelo exercício de pedagogia a que se dedicou abundantemente no quadro das actividades do “Colectivo contra a impunidade” já mencionado, desde a sua criação em Janeiro de

1999 até ao seu desaparecimento a 4 de Dezembro.⁴

É neste lado um pouco “jardim” do professor que gostaríamos de nos deter nas linhas que se seguem, lembrando passo a passo o exemplo, no sentido genérico do termo, do seu combate pela justiça e pela liberdade, e o exercício de pedagogia na luta contra a impunidade de que os seus jovens companheiros beneficiaram, da mesma maneira como o chantre da tradição oral Amadou Hampâté Ba recebia lições do seu grande mestre Thierno Bokar.

A prova pelo exemplo

Disse-se muitas vezes que “a experiência vale mais do que a ciência”; esta afirmação que se atribui logo a qualquer empirista, encontra rapidamente os seus limites num mundo que está ordenado em torno da cronologia “reflexão depois acção”. O professor, de maneira consciente e no final de profundas reflexões, fez muitos actos na sua vida que denotam o seu apego não equivocado à liberdade, à paz e à luta contra a injustiça. Foi, por assim dizer, um democrata e basta lembrar-se, nesta questão, alguns actos particularmente marcantes da sua vida sindical e da sua vida política.

No terreno da actividade sindical

É preciso ver através deste termo toda a actividade que o professor abraçou durante a sua vida de aluno ou de estudan-

te, e depois da de funcionário. Muitos são, com efeito, os testemunhos que mostram a sua intensa actividade militante durante a sua vida de estudante que lhe permitiram, como a qualquer futuro quadro das nossas administrações africanas que passaram por este molde, perceber com toda a profundidade o sofrimento dos povos oprimidos que aspiram legitimamente à sua independência política e económica. Trata-se seguramente de um momento importante na vida de todos esses futuros quadros, em termos de tomada de consciência dos grandes problemas do mundo que decorrem inelutavelmente das relações desiguais que os Estados mantêm entre si. No imediato, os quadros da geração do professor tiveram que cumprir uma missão urgente que tinha a ver com a contribuição, através das suas ideias, bem como os seus actos materiais se necessário fosse, para a descolonização do nosso continente do duplo ponto de vista político e económico.

Este engajamento viria a concretizar-se, por parte do professor, pela sua contribuição para a criação – e depois para a consolidação – deste reagrupamento dos intelectuais africanos em gestação que foi a Federação dos Estudantes da África Negra em França (FEANF) com as suas diferentes secções nacionais, neste caso, a Associação dos Estudantes Voltaicos em França (AEVF).

E esta série de actos que se qualificaria de bom grado de administrativos, viria a ser completada pelo acto mais forte que simboliza melhor este engajamento, engajamento esse que se concretizou no serviço de ensino assegurado na Guiné, na sequência da partida dos quadros da antiga potência colonial que pretendia afastar-se deste estado recém-independente.

Porque o militantismo estudantil constituiu um excelente trampolim para o militantismo sindical, esta transição operou-se sem o menor choque na evolução do homem. Na sua vida de funcionário do seu Estado, o professor não desviou nem um pouco da actividade sindical, muito pelo contrário, estava nas grandes lutas, apesar de ser verdade que estas se desenvolveram por vezes na esteira – ou concomitantemente – das lutas políticas. Num dos seus memoráveis escritos apresentado na forma de “correção” contra uma série de ofensas que lhe imputava grosseiramente um grupo de pretensos “antigos alunos” que pediu o anonimato⁵, ele não deixou de lembrar que nunca

se tinha privado de tomar posição de cada vez que ameaças graves pairavam sobre a liberdade; assim lembrou justamente que se tinha pronunciado no seu tempo:

- contra a supressão do direito de greve e as diversas exacções em relação aos trabalhadores durante o reinado do comité militar para a reedificação e o progresso nacional (CMRPN) que dirigiu o país entre 25 de Novembro de 1980 e 7 de Novembro de 1982;
- a propósito dos conflitos sociais durante a segunda república (entre 1974 e 1978) ;
- durante a primeira república (1960-1966), e nomeadamente no quadro de uma acção concertada com outros camaradas sindicados, através de uma greve ilimitada contra a ameaça de despedimento que pairava sobre um dos seus camaradas (que era, mesmo assim, um adversário político), pela razão de este último ter recusado uma condecoração, em torno de slogans “Nenhuma sanção profissional por uma ‘falha’ não profissional; nenhum despedimento sem conselho de disciplina!”

E podia-se multiplicar de resto os exemplos. E como da vida sindical para a vida política vai apenas um passo, tal como ilustra maravilhosamente a própria história do país, o professor deu o passo sem se desviar evidentemente desta busca permanente de justiça e de liberdade.

No terreno da actividade política

Esta postura do professor é perceptível através da sua vida de actor ou de oponente político que por vezes o levou a se determinar em relação às diferentes situações em presença. Quando se conhece o destino pouco invejável, em todos os sentidos do termo, do oponente nos Estados africanos, mesmo numa altura em que o tema da democratização se encontra na ordem do dia, pode-se fazer uma ideia do grande risco que esta categoria de actores corre diariamente; pense-se um instante na sorte que conheceram homens como Kysa Besyge no Uganda de Yoweri Museveni, Laurent Gbagbo no regime do falecido presidente Houphouët-Boigny, de Alassane D. Ouattara no regime deste mesmo Gbagbo tornado presidente, Gilchrist Olympio no Togo, Alpha Condé na Guiné de L. Conté, ou Morgan Tsvangirai no Zimbabwe de Robert Mugabe. E que dizer de tantos outros oponentes que tiveram menos sorte por-

que encontraram simplesmente a morte em condições das mais suspeitas, um pouco por todo o nosso continente?

Apesar de a história de um país como o Burkina-faso ter sido durante muito tempo a de um longo e tranquilo rio, em termos de respeito pela vida da pessoa humana, maugrado a sucessão de muitos golpes de estado, as coisas conheceram uma preocupante aceleração a partir do período revolucionário que introduziu a violência em todo o seu esplendor na vida política desde 1982. Os espaços de liberdades política e sindical que eram dados até então como definitivamente adquiridos para os cidadãos e outros pretendentes ao trono vieram a estar, a partir desse período, mais uma vez postos em causa das mais drásticas, a tal ponto que o debate democrático que tinha alcançado o seu apogeu em 1978, e isto pela primeira vez na África negra, se tornou simplesmente inconcebível.

O professor que tinha combatido com força para a tomada do poder pelo exército para pôr fim ao desvio autoritário do regime da Primeira República em 1966 e que conseguiu tomar parte na histórica eleição presidencial, autenticamente democrática, do país teve que aprender à sua própria custa, no regime dos capitães, que a aspiração à liberdade já não era a virtude mais partilhada nesse país. O seu corajoso – e muito memorável – posicionamento contra a prisão e a deportação de alguns actores bem conhecidos da arena política pela sua oposição à repressão das liberdades pelo regime do “Conselho de salvação do povo” (CSP) veio a valer-lhe toda a cólera do regime.⁶ Mas mesmo obrigado a se exilar, o professor não renunciou nunca à busca da democracia que retomou com um vigor renovado no seu regresso a partir de 1991; para além da sua contribuição para o debate democrático,⁷ não deixou de partilhar a sua grande e única experiência com os militantes do “Colectivo contra a impunidade” designado também pelo termo “Movimento já basta!”. A sua longa experiência de luta serviu perfeitamente o procedimento pedagógico que ele soube mostrar acerca dos seus “companheiros de luta do colectivo” particularmente entusiastas.

A prova pela pedagogia

O professor não foi somente um democrata apaixonado pela paz e pela justiça; foi igualmente um grande combatente engajado na luta contra a impunidade;

deste ponto de vista, as actividades realizadas pelo “Colectivo contra a impunidade” foram uma ocasião para o decano dos animadores do referido movimento para partilhar com a jovem geração, a linha de conduta a seguir, “O manual de instruções” ou, para utilizar um termo actualmente na moda, “os documentos de viagem” a utilizar nesta via particularmente perigosa. O que há de mais normal quando se sabe que em África, tal como ele se divertia a lembrar, “o velho sentado vê mais longe do que o jovem em pé!”.

Em relação a este ponto, o sacrifício de N. Zongo terá também permitido à juventude deste país conhecerem esta outra dimensão do professor J. Ki-Zerbo que se tinha tornado, e sem que nos pudéssemos aperceber pelo menos a nível nacional, uma verdadeira instituição em relação à qual parece ter chegado o momento hoje de se empreenderem pesquisas.

A obra de pedagogia do professor consistiu em convidar a coorte das pessoas revoltadas e desamparadas, compreende-se isso olhando para a desumanidade do acto realizado, a agir com lucidez e clarividência para esperar obter a luz sobre este caso perturbador. As suas muitas intervenções por ocasião das diferentes manifestações do “Colectivo”, na forma de “discursos do método”, tenderam a fazer a tomada de consciência em relação à necessidade de se ter uma boa compreensão do sentido e do alcance da luta que se travava, por um lado, e por outro lado, da utilidade de um bom procedimento ou abordagem nessa matéria.

Para uma clara compreensão da luta

O fio condutor das diferentes intervenções pronunciadas pelo professor centrou-se na necessidade de se ter uma boa compreensão do sentido e do alcance do engajamento que os militantes do “Colectivo” tinham ao lançar este grupo. A sua intervenção, a 3 de Janeiro de 1999, diante de todas as partes envolvidas no movimento em vias de constituição ficará como um verdadeiro juramento em relação aos desafios do empreendimento; os jornais que retomaram integralmente o texto deste memorável discurso retiveram dele “que não pode haver reconciliação sem conciliação”⁸ ou, simplesmente, que era preciso “saber dizer não (ao desumanidade)!”.⁹ Uma semana mais tarde, foi-lhe dada a ocasião de melhor precisar o seu pensamento profundo num outro tex-

to não menos memorável que o órgão de imprensa mais directamente envolvido combate assim iniciado reproduziu recentemente como o melhor testemunho do engajamento do professor na luta contra a impunidade.¹⁰

O primeiro texto citado delimita o quadro geral da acção que este grupo se atribuiu levantando de maneira pragmática as questões que toda a gente se coloca sem poder lhes dar uma resposta com toda a pertinência desejada; e para cada uma desses cruéis questões, o professor avança elementos de resposta que recolhem a adesão mais larga do público.

Esse público ou esses actores, ele define-os de bom grado, como “um grupo que transcende as clivagens de partidos, de ideologias, de idades, de sexos, de capelas, de clãs, de etnias, de confissões religiosas (...) de patriotas, de democratas, de republicanos, de humanos simplesmente unidos por um contrato social e cívico”.

A razão de ser deste grupo espontâneo deve ser procurada, segundo ele, no objectivo bem compreendido de “odiar, vomitar e amaldiçoar este crime alucinante (...) apesar dos apelos à calma e à reconciliação, porque diante de acto desses é preciso saber dizer três vezes não! (trata-se portanto de um estado de insurreição mental, moral, espiritual e política contra a impunidade, insurreição que só cessará quando a justiça for efectivamente feita)”.

Quanto ao adversário, o professor advertiu contra qualquer risco de equívoco em relação às manobras de diversão de que não se privarão nada os que encomendaram o crime e que não têm portanto interesse em que a luz e a verdade apareçam.

O segundo texto é um convite à meditação sobre as consequências morais da morte violenta do jornalista e a responsabilidade que incumbe ao povo insurgido contra a negação do seu direito mais elementar, a saber, o direito à vida. Assim, ele insiste em lembrar que só a luta pode ter razão numa tal situação.

Para um bom procedimento na conduta da luta, o eminente professor não se esquece de advertir toda a gente tomada pela emoção, contra os perigos que ameaçam qualquer movimento; ele fala concretamente de dois deles, a saber, a lassidão e a divisão.

Contra a lassidão, ele convida o público a saber armar-se com coragem, quer dizer,

“coragem que dura, porque a coragem de um dia não é coragem”. Assim, ele convida cada uma das pessoas a impor-se dizer ou fazer alguma coisa diariamente contra a impunidade que se tornou no inimigo público n.º 1 e a renunciar para sempre à lassidão; ele encontra, de resto, o antídoto para isso no “necessário regresso ao povo que é a fonte renovável e inesgotável de energia! (...); em caso nenhum se deverá permanecer sentado e ainda menos deitado, porque esta última posição, que prevalece nos cemitérios, é a que os ditadores preferem ver tomada pelos seus sujeitos”.

Contra a divisão, ele dirá mais tarde por ocasião de uma outra reunião do referido Colectivo¹¹, que não se deve deixar impressionar pelas manobras de diversão a que recorrerão todos os que temem a verdade e a luz sobre o acto e que não se farão rogados em recorrer à denegação e à difamação do “Colectivo” ou dos seus responsáveis. Em suma, o espírito de vigilância e de discernimento deve continuar presente.

Como se vê, trata-se de uma verdadeira lição sobre coisas sobre as quais não se acabará de meditar tão cedo! O professor foi-se embora sem ter conseguido obter a luz sobre este caso, apesar de toda a energia que tinha investido; no fundo, ele não tinha grandes ilusões sobre o final do empreendimento a breve prazo, mas o seu mérito foi o de ter indicado com humildade a via a uma multidão que poderia ter sido tentada a recorrer a métodos radicais ou pouco ortodoxos, e sem a mínima garantia de qualquer resultado; é verdade que, neste plano, a direcção do “Colectivo” soube sempre mostrar lucidez e discernimento para conter todas as veleidades anarquizantes ou desviacionistas.

Notas

1. Porque o jornal *L'indépendant* onde trabalhava o jornalista N. Zongo se tinha especializado no domínio da investigação!
2. Trata-se de um grupo atípico de organizações o mais diversas possível de partidos políticos, organizações sindicais, associações de todos os géneros e que se agrupa sob o estandarte de “sociedade civil” que se constituiu por iniciativa do “Movimento Burkinabe de Defesa dos Direitos Humanos e dos Povos” (MBDHP) nos dias a seguir a este acontecimento; no momento mais forte da crise consecutiva a este assassinato, mais de sessenta estruturas estavam representadas neste “Colectivo” que era combatido no

- terreno da legalidade pelo poder político; cf. Yonaba 2000 : 20-23 et 24-26 ; cf. igualmente Sagnon 1999 : 12-13.
3. Cf. o número especial do *Journal Hakili* n° 7, Fevereiro 2007 em homenagem ao professor.
 4. Ficaríamos aborrecidos se deixássemos passar no silêncio esta coincidência quase fortuita uma vez que o desaparecimento do professor aconteceu a alguns dias do aniversário do drama de Sapouy (em referência ao local onde o jornalista foi assassinado) e a cerca de um mês mais ou menos do aniversário da criação do “Colectivo”!
 5. Cf. o diário voltaico de informações *l'Observateur* n° 2571 dos dias 15-17 Abril 1983 : 8.
 6. « Parler pour vivre », in *l'Observateur* n° 2566 des 8-10 Abril 1983.
 7. Nós tínhamos a seu tempo tentado avaliar a inestimável contribuição tanto para o debate, como para o combate democrático do professor; cf. o jornal *Liberté* n° 13, Março/Abril 2000, pp. 12-15.
 8. *Le Pays* n° 1801 de 6 de Janeiro 1999 : 11-12.
 9. *L'Observateur paalga* de 7 de Janeiro 1999 : 6-7.
 10. *L'Indépendant* n° 696 de 9 de Janeiro 2007, p. 2 – Focus : Halte à l'inhumain !
 11. Cf. o jornal *Le Pays* n° 2102 de 22 de Março de 2000 : 5: reunião-balanço do Colectivo: trégua de brincadeira!

Referências

- Yonaba, S., 2000, « Le Collectif des organisations démocratiques de masse et de partis politiques et la question de la coexistence, en son sein, des organisations politiques et des organisations de la société civile », *Journal Liberté du MBDHP*, n° 13, mars/avril, pp. 20-23.
- Yonaba, S., 2000, « Le bilan d'une année de lutte dressé par le Comité exécutif du MBDHP », *Journal Liberté du MBDHP*, n° 13, mars/avril, pp. 24-26.
- Sagnon, T., 1999, « Le Collectif : une nécessité de l'heure », *Liberté*, n° spécial 1er anniversaire du 13 décembre 1998, décembre 1999, pp. 12-13.

Joseph Ki-Zerbo : o intelectual, a política e a África

À família Ki-Zerbo

A África existe. Mas é raro encontrá-la. Eu tive esse privilégio graças ao historiador e homem político burkinabe Joseph Ki-Zerbo. Descobri o professor, como o chamam em África, aos vinte anos, lendo a sua *Histoire de l'Afrique noire*¹. Alguns meses mais tarde, em Março de 2004, tive a honra de o conhecer pessoalmente ao organizar com ele uma conferência sobre “as relações históricas entre a África e o mundo Árabe”². Em Dezembro de 2004, fiz-lhe uma visita a Ouagadougou onde, depois de algumas semanas ao seu lado, me encontrei com a África. Ele foi o meu mestre e, uma vez que ele me chamava seu “neto”, acho que posso dizer que ele foi também o meu “avô”. Quando soube do seu desaparecimento, a 4 de Dezembro último, lembrei-me primeiramente de uma conversa que tínhamos tido em Ouagadougou sobre a morte de Cabral³, e no decurso da qual ele teve esta frase que nunca esquecerei: “fui ao seu enterro para pronunciar as palavras que lhe devia”. Até ouvir estas palavras, nunca tinha com efeito tomado realmente consciência do imperioso dever de homenagem que se tem, quando eles nos deixam, para aqueles que conhecemos vivos e que admiramos. O que é que ele realmente devia a Cabral? Nada mais do aquilo que se deve a um companheiro de luta pela sua solidariedade indefectível. E o que devia eu, no meu caso, a Ki-Zerbo? Nada menos do que a consciência encontrada da minha

Salim Abdelmadjid
École Normale
Supérieure de Paris

africanidade. Quer dizer, tudo. Assim, fiz o caminho que vai até Alger a Ouagadougou, para tomar lugar entre a multidão imensa que o acompanhou até Toma, a sua aldeia natal, onde ia ser enterrado.

Este texto não pretende ser uma nota necrológica, nem uma panegírica, mas mais simplesmente a expressão do meu espanto ao ver esses milhares de homens, mulheres, crianças e velhos que, durante vários dias, de missas e velórios, primeiro em Ouagadougou, e depois ao longo dos duzentos quilómetros de estradas que vão da capital a Toma, revezaram-se para cantar, rezar e dançar em honra do Professor. O cortejo dos carros e autocarros que acompanhavam o caixão estendia-se a mais de um quilómetro. Juntava-se-lhe constantemente outros carros e autocarros que chegavam de todo o Burkina-faso, mas também da Costa do Marfim, do Mali, e do Senegal. Em cada nova aldeia atravessada, uma nova maré humana se formava, enfrentando a poeira vermelha que as rodas levantavam da estrada, para saudar o defunto. Mas quem é que eles realmente saudavam? Havia lá muitos cam-

poneses analfabetos de quem eu não podia acreditar terem estudado as obras do Professor nem, conseqüentemente, terem vindo saudar o historiador. Homenageavam mais o homem político? Mas nunca tinha visto um ajuntamento popular daqueles para honrar um homem que nunca tinha chegado ao poder.

De passar tanto tempo nas escolas parisienses, acaba-se por aceitar esta ideia de Max Weber, que ele desenvolve em *Le savant et le politique* e que se poderia, com Raymond Aron, resumir nestes termos: “não se pode *ao mesmo tempo* ser homem de acção e homem de estudos, sem afectar a dignidade de uma das duas profissões, sem falhar na vocação de um ou de outro” (Weber 1963: 10). Agarrado ao meu preconceito, formulei-me a mim próprio quatro hipóteses que, mantendo sempre a tese weberiana, deviam permitir-me explicar o fervor popular que observava. Primeira hipótese: o meu “avô” tinha sido um historiador e um homem político de segunda categoria. Insustentável para quem leu a sua *Histoire de l'Afrique noire* ou a sua introdução metodológica à *Histoire générale de l'Afrique* da UNESCO (1980, tomo I), e que conseguiu captar a cientificidade e o alcance da sua obra. Insustentável ainda se se considerar o independentista que lutou ao lado de Nkrumah, Ben Bella, Cabral e tantos outros. Ele tinha sido um *grande* historiador e um *grande* homem

político. Segunda hipótese: uma actividade tinha-se sobreposto à outra. Talvez ele tenha sido mais historiador do que político? Todavia, eu não podia reduzi-lo a um desses intelectuais engajados nunca avarentos em actos políticos corajosos, quando eles são gratuitos; pois ele fundou e dirigiu partidos políticos, fez campanhas eleitorais, foi várias vezes eleito deputado e para cumprir com os seus engagements, arriscou muitas vezes a sua vida. Talvez então, ele tenha sido mais político do que historiador? Mas a densidade e o rigor científico da sua obra tornavam-na incomparável a esses livros que certos homens políticos redigem durante o seu tempo de lazer. Não, ele tinha realmente sido *da mesma maneira e ao mesmo tempo* um historiador e um homem político. Terceira hipótese: a homenagem popular era apenas uma manifestação de gratidão a um homem cuja generosidade era conhecida. Todas essas pessoas sabiam que ele tinha sempre largamente redistribuído os rendimentos que lhe provinham da venda dos seus livros. Eles tinham podido constatar que o pátio da sua casa ficava sempre aberto ao visitante e que ele tinha vivido modestamente, sem nunca ceder aos apitos do exílio dourado numa universidade ocidental, e segundo o princípio de união dos intelectuais com o povo⁴ que ele próprio tinha exposto em 1969 em Alger, num colóquio pan-africano sobre a cultura. Na sua morte, juntávamo-nos portanto para saudar essa generosidade. Sim, mas quantos homens generosos não foram esquecidos? Esta hipótese não permitia resolver o meu enigma, dava-lhe somente a forma de uma nova pergunta: porquê ele, e precisamente ele, não foi esquecido? Quarta hipótese: os camponeses juntavam-se porque tinham consciência de assistir a um acontecimento histórico e que, celebrando o Professor, poderiam, coisa rara nas zonas rurais africanas, ter o sentimento gratificante de participar na história universal em marcha. Mas de novo, isso levava para uma nova pergunta: o que é que, na vida desse homem, fez da sua morte um acontecimento histórico? E como é que esta multidão conseguiu precisamente perceber este acontecimento como histórico?

Nenhuma das minhas hipóteses continha o meu espanto, ainda por cima porque, ao deixar o Burkina-faso e considerando as últimas informações do Ocidente, constatei que o desaparecimento do Professor e as manifestações que a ela se segui-

ram tinham passado despercebidos. Daí o meu segundo espanto: como é que o Ocidente tinha ficado ao lado de um espectáculo que não tinha equivalente nas imagens da minha memória, a não ser os ajuntamentos populares consecutivos às mortes de Gandhi ou de Arafat?

Apenas restava abandonar os velhos esquemas de percepção europeus e pôr de lado, pelo menos durante algum tempo, o livro de Weber. Resolvi procurar a ideia que devia ter exprimido a vida, a obra e a acção de Joseph Ki-Zerbo para que aquando da sua morte o povo africano se reunisse. Tive que emitir a hipótese de uma especificidade africana da relação do pensamento, entendido como princípio de toda a vida intelectual, e do político, entendido como princípio de toda a vida colectiva; e confrontá-lo com a ligação íntima que achava discernir entre a vida de Ki-Zerbo, a sua obra e a sua acção. O meu espanto tomou então a forma da última pergunta: o Professor foi o exemplo vivo do surgimento, com a África independente, de um princípio superior ao pensamento e ao político, que os mantinha juntos e que, se fosse elucidado, conseguiu trazer para o mundo uma ideia nova?

“Ousa servir-te do teu próprio entendimento!”

De entre os apologistas da colonização, há uma opinião bastante espalhada, e muito mais insultuosa para os povos antigamente colonizados do que as aparências de fineza que ela pretende demonstrar, segundo a qual a obtenção pelos africanos da sua independência seria a manifestação mais elevada do sucesso do “empreendimento civilizador” pois resultaria da compreensão pelos colonizados do ideal de liberdade das Luzes, pretensamente ensinado nas escolas para indígenas. Mais do que uma retomada, pareceu-me sempre que a África tinha sido o teatro de um ultrapassar das Luzes, porque os independentistas desenvolveram, até um nível e uma profundidade jamais alcançado na Europa, as implicações políticas práticas das Luzes. E assumo o jovem Ki-Zerbo como a encarnação de tal ultrapassagem.

Ele nasceu a 21 de Junho de 1922, numa aldeia do nordeste da colónia recém-constituída do Alto Volta⁵, no meio do império francês da África Ocidental. Da sua infância disse ele um dia: “o essencial da minha relação com a matriz africana provém daí, tanto da relação com a grande

família, como com a natureza” (Ki-Zerbo 2003: 189). Dos seus pais, recebeu por herança a sensibilidade camponesa da fé cristã (Ki-Zerbo 1983). Apesar de ele a carregar consigo até aos seus últimos instantes, ela nunca influenciou explicitamente os seus trabalhos de historiador, nem os programas políticos que ele defendeu, mas inspirará sem dúvida a sua escolha de métodos de acção não violentos.

Para a criança que nasce indígena, o sucesso escolar no estabelecimento dos missionários era a única esperança de avanço social. Os seus pais estavam conscientes disso, e inscrevem-no quando ele fez onze anos. Mas quando, aos dezoito anos, ele terminou o seu plano de estudos, não encontrou ninguém para o encorajar a prosseguir os seus estudos: no sistema colonial, era uma aberração. Começa então um período de divagação instrutiva no ocidente africano. Durante nove anos, foi sucessivamente vigia de liceu, jornalista para um semanário católico e funcionário dos caminhos-de-ferro em Dakar. Com o contacto com os sindicatos descobriu a opção política que seria doravante sempre a mesma: o socialismo. Na África colonial, o sindicalismo foi como um laboratório das lutas de independência. Sindicado, o colonizado toma consciência de que tem direitos e aprende a reivindicá-los; só faltava então um passo para que dos seus direitos de trabalhador, ele passasse para a reivindicação dos seus direitos humanos. Alguns anos mais tarde, Ki-Zerbo escreve a este propósito: “nunca será demais realçar o papel desses sindicatos no impulso do nacionalismo negro-africano. A mais pequena análise do fenómeno colonial, enquanto dominação económica, levava os sindicalistas a não ficarem pelas reivindicações superficiais relativamente às condições de trabalho, mas a pôr em causa “a raiz aprumada” de todos os males: o próprio regime colonial” (Ki-Zerbo 1972: 477). A experiência operária teve sobre ele um efeito inesperado, ela encheu-o de um tal orgulho que ele decide, em 1949, apresentar-se às provas de final de secundário (*baccalauréat*) como candidato livre.

Com efeito, livre: é preciso compreender esta candidatura como uma acto político e, para isso, conseguir ter uma ideia das consequências psicológicas do rebaixamento constante de que foi vítima o colonizado durante o regime colonial. O estatuto de indígena diminuiu juridicamente a sua humanidade. As teorias raciais do século XIX convenceram a opinião pú-

blica da inferioridade do Negro do ponto de vista da razão. Durante os seus anos de escola, e mais tarde com o contacto com os sindicatos, foi preciso que Joseph Ki-Zerbo tivesse totalmente reconhecido nele a razão universal e que esta descoberta o tivesse profundamente agitado para que aos vinte e sete anos ele decidisse enfim afirmá-lo a todos os colonizados na face do colonizador, pretendendo poder usar o seu entendimento, pelos menos tão bem como um francês. Obteve resultados tão brilhantes que lhe ofereceram uma bolsa que lhe permitiu estudar em Paris.

Parece mesmo que foi na capital do império que Ki-Zerbo se tornou indissociavelmente erudito e político. Prosseguiu os seus estudos na capital no Instituto de Estudos Políticos e, em história, na Sorbonne; e de uma só vez leva a cabo acções a favor das independências africanas. Entra também na representação da Federação dos Estudantes da África Negra em França; funda a Associação dos Estudantes Voltaicos em França e a Associação dos Estudantes Católicos Africanos, Antilhanos e Malgaxes. Dentro dessas organizações, manifesta, redige e distribui folhetos. Toma partido pelos vietnamitas na guerra da Indochina, depois pelos argelinos, célebre Bandoeng. Funda ainda a revista *Tam-Tam* que se torna rapidamente um porta-voz para os intelectuais africanos (Frantz Fanon, nomeadamente, escreveu para ela). Em 1954, publica ele próprio na revista um artigo notável, intitulado “On demande des nationalistes”, onde coloca a diferença essencial do nacionalismo europeu e do nacionalismo africano, dando a razão da necessária vitória dos africanos: o nacionalismo apenas é válido para um povo oprimido, porque acontece como independentismo e, como tal, assume de imediato uma significação universal; na opressão, é tudo o que lhe resta, e constitui assim o germe de um movimento progressista.

Em Paris ele encontra-se com Fanon, Césaire, Alioune Diop, o fundador da *Présence Africaine*, Cheikh Anta Diop que se tornou com Ki-Zerbo no primeiro grande historiador africano de África, e tantos outros jovens. Juntos, foram a vanguarda das lutas de independência africanas, tendo-lhes dado o seu conceito. Este período de emulações recíprocas é de uma intensa criação para o pensamento africano. Em 1947, surge o primeiro

número da *Présence Africaine*. Em 1948, Senghor publica a *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache* acompanhada pelo célebre prefácio de Sartre, “l’Orphée noire”. A revista *Esprit* publica esses autores e engaja-se consequentemente a favor da descolonização. Nas caves do quartier latin, toca-se jazz e os ritmos de África encontram-se com a trompeta de Miles Davis. As actualidades relatam a independência da Índia, a insurreição na Indochina, e logo a seguir foi o 1.º de Novembro argelino. 1954 foi também o ano da publicação de *Nations nègres et Culture*, esse “momento importante no despertar de África” dizia Césaire, onde o senegalês Cheikh Anta Diop demonstrou que uma língua nacional como o wolof é tão capaz como as línguas europeias de exprimir as concepções mais abstractas do pensamento. Neste período, o facto histórico principal, talvez tenha sido isso, a perda pela Europa do monopólio da razão. No ano seguinte Césaire publica o *Discours sur le colonialisme*.

Neste Paris africano dos anos 1950, Fanon é sem dúvida o que impressiona mais Ki-Zerbo. Tinha sido nomeadamente marcado pelo seu primeiro artigo, publicado no *Esprit* em 1952, “A síndrome norte-africana”, na qual o antilhano-argelino descreve o modo como o operário norte-africano, cortado das suas origens e dos seus fins, se torna num objecto aos olhos do colonizador. É a dor de uma tal objectividade que Ki-Zerbo tinha sentido no Senegal, e da qual tinha começado a se libertar ao conseguir o exame de fim de estudos secundários. Em Paris, ele prosseguiu o seu caminho de libertação pessoal em 1954 quando obteve o seu diploma do IEP, mas mais ainda em 1956 quando foi aceite, tendo sido o primeiro africano negro, como professor titular de história. A sua subjectividade estava desde então reconhecida pelas mais altas instituições académicas do colonizador. Fanon mostra bem, nomeadamente em *Les damnés de la terre* (Fanon 2002), que uma tal tomada de consciência da sua igualdade em relação ao colonizador foi, para qualquer colonizado, o ponto prévio necessário para o seu engajamento nas lutas de independência. Este processo psicológico de afirmação de si está descrito nestas linhas: “Assim, o descolonizado descobre que a sua vida, a sua respiração, os batimentos do seu coração são os mesmos que os do colono. Ele descobre que

uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Esta descoberta introduz um empurrão essencial no mundo. Toda a segurança nova e revolucionária do colonizado decorre daí. Se, com efeito, a minha vida tem o mesmo peso que a do colono, o seu olhar já não me fulmina, não me imobiliza, a sua voz já não me petrifica. Já não me perturbo na sua presença. Praticamente, mando-o à merda” (Fanon 2002: 48). Esta descolonização do ser, na qual “nós só nos tornamos naquilo que somos através da negação íntima e radical daquilo que fizeram de nós” (Fanon 2002 Prefácio J-P Sartre: 25), e é válida por exemplo para o indígena que combateu durante a segunda guerra mundial e que viu morrer europeus, ou para o moudjahid argelino que combateu os soldados franceses, Ki-Zerbo experimentou-a no domínio da ciência: a razão do colono não valia decididamente mais do que a sua.

Aqui precisamente, é permitido considerar a sua juventude como uma encarnação emblemática da ultrapassagem africana às Luzes. Ela não podia aplicar-se à África se se tomasse a sua definição à letra: “As Luzes, diz Kant, são a saída do homem para fora do estado de tutela do qual ele é o próprio responsável” (Kant 1991: 43). “Estado de tutela” conviria sem dúvida para descrever a existência do colonizado, mas não se for definido segundo Kant: “o estado de tutela é a incapacidade de se servir do seu entendimento sem a orientação de um outro” (Kant 1991: 43), pois o que está em causa no estado de tutela do colonizado, não é uma insuficiência da sua resolução ou da sua coragem de se servir do seu próprio entendimento, é a impossibilidade prática de tal resolução. O estado de tutela do colonizado é, com efeito, antes de mais, a incapacidade de se servir do seu entendimento *por causa* da presença do colono, *por causa* da impossibilidade prática e imediata de se libertar da orientação que lhe impõe o colono. O “*Sapere Aude!*” toma assim para o colonizado um sentido directamente político. Ousar pensar, para ele, é manifestar que a condição de possibilidade de uso próprio do seu entendimento é a partida do colono, é a independência colectiva.

Este caminho de libertação pessoal só podia desde logo acabar com um complemento de engajamento nas lutas de independência. O ano de 1957 age sobre Ki-Zerbo como um catalisador. O Gana acede, primeiro país da África Ocidental, à inde-

pendência e Nkrumah dá a ouvir ao mundo o slogan da “unidade africana”, que se torna para muitos o pendente positivo da oposição africana ao facto colonial. Ki-Zerbo, que ensina nessa altura no liceu Vollenhoven de Dakar, funda o Movimento de Libertação Nacional (MLN) e parte para Acra para apresentar o seu manifesto a Nkrumah. O programa do partido resume-se em três pontos: independência imediata, criação da Unidade Africana e socialismo. O MLN é um partido simultaneamente voltaico e pan-africano, e nisso, não há nenhuma contradição: o pan-africanismo é ao mesmo tempo uma atitude teórica que coloca a África como um todo e uma atitude política a favor da reunião de todos os africanos numa só entidade política, mas pensar e realizar a unidade pressupõe considerar-se a diversidade a unificar e assim os elementos separados. Para Ki-Zerbo, a unidade africana não pode passar além da diversidade cultural de África. Ele exprimiu poeticamente esta ideia em Alger em 1969 aquando de um colóquio pan-africano sobre a cultura: “se o sorriso dos etíopes, dos argelinos e dos guineenses fosse idêntico, que perda de substância!” (*La culture africaine* 1969: 341). O pan-africanismo de Ki-Zerbo não se contenta em se colar um esquema abstracto a centenas de milhões de homens desde logo considerados como idênticos, mas consiste antes num movimento que deve montar a terra africana, dos próprios africanos, considerados tanto nas suas diferenças culturais, como na sua identidade de colonizados libertos.

Em 1958 a atenção da África Ocidental cristaliza-se em torno do referendo decretado por de Gaulle, para o qual os colonizados tinham a escolha entre a independência imediata e a integração numa comunidade francesa seguida dois anos mais tarde pela independência. Ki-Zerbo fez campanha pela independência imediata, segundo um método que ele repetiu mais tarde no contexto político voltaico, e do qual Ali Lankoandé, seu companheiro de luta, se lembra nestes termos: “Nós íamos para as campanhas; Joseph estava sempre ao volante do seu carro. Ficávamos dias e noites inteiras a discutir com os camponeses” (Ki-Zerbo 2003: 192). Mas apenas a Guiné optou pela independência imediata. Embora de Gaulle tivesse prometido durante a campanha que a França não colocaria obstáculos à independência, algumas semanas depois da

declaração de independência da Guiné, ele voltou com a sua palavra atrás e, para fazer a Guiné ajoelhar-se, manda voltar todos os assistentes técnicos. Por solidariedade, Ki-Zerbo demite-se da educação nacional francesa e sacrifica a sua carreira universitária, para se juntar à Guiné e substituir, com a sua mulher e alguns outros, os professores franceses. Ele contaria mais tarde em termos deliciosos a discussão que teve com o reitor da universidade de Dakar: “Ele disse-me: ‘Senhor professor, o senhor tem diante de si uma carreira brilhante, reflecta antes de a sacrificar (...) Vamos africanizar’ (...) Eu respondi-lhe que não tinha vindo para discutir com ele, mas para o informar sobre a minha decisão” (Ki-Zerbo 2003: 130). Praticamente ele mandou-o à merda.

Ele teve a atitude à qual Sartre esteve particularmente atento no seu prefácio aos *Damnés de la terre*, porque para ele ela manifestava ao ponto mais alto esta descolonização do ser de que falava Fanon: ele desviou-se dos europeus, e não falaria mais a não ser “*para os seus irmãos*” (Fanon 2002 Prefácio de J-P Sartre: 19).

História de África

Quando em 1960 o Alto Volta adquire a independência, Ki-Zerbo deixa a Guiné e regressa ao seu país para lançar as fundações do sistema educativo, antes de mais como professor, em seguida como inspector de academia e finalmente como director-geral da educação nacional. Mas a partir de 1960, o primeiro presidente voltaico, Maurice Yaméogo, instaurou a ditadura de partido único e o MLN teve que agir na clandestinidade. A resistência organizou-se e, aliando-se ao líder sindicalista Joseph Ouédraogo, Ki-Zerbo provocou as manifestações de 1966 que levaram à queda do regime. Tornou-se então para o povo voltaico um referente moral, e isto durará para sempre. Ganhou também o seu nome de “Professor”. É verdade que durante este período de luta política, ele não deixou de ser ao mesmo tempo um investigador.

Em 1962 ele tinha efectivamente já reclamado ao governo voltaico uma licença sem vencimento para se dedicar a escrever aquilo que se viria a tornar a sua obra-prima, a *Histoire de l'Afrique noire*. Durante sete longos anos, lançou-se nas bibliotecas de Madagáscar, do Zimbabué, do Quênia, do Sudão, do Congo...; percorreu cidades e vilas para recolher a tra-

dição oral da boca dos anciãos. Esta obra é toda ela produto do instinto prático da sua razão teórica. De resto, ele tinha-a sonhado nos bancos da Sorbonne: “Por vezes, no meio de uma aula sobre os merovíngios, entrevia como uma miragem, a savana sudanesa queimada pelo sol, com a silhueta complacente de um embondeiro pançudo, hirsuto e trocista... E o projecto mudo e violento nasceu, de regressar às raízes de África” (Ki-Zerbo 1972, primeira pagina do prefácio), quando ele descobria em Paris que pensar não consistia apenas em formar representações e depois garantir a sua conformidade com o real, que era muito mais do que uma simples actividade teórica, uma actividade prática, um exercício da liberdade. Tomou desde logo a África como o oriente do seu pensamento, consciente de que a essência de todo o pensamento de África não podia ser somente a verdade, mas que devia sempre ser também a independência.

Para explicar isto, ele punha assim esta frase que Lumumba escreveu na última carta à sua mulher: “A história terá um dia a palavra... A África escreverá a sua própria história”. O líder congolês jogava aqui com a ambiguidade reveladora da palavra “história”, ao mesmo tempo facto e narrativa históricos. Ele queria dizer que a consciência política de um homem só pode exprimir-se plenamente quando ele está na posse da história do povo a que pertence; e daí, queria dizer que a independência de África só estaria totalmente concluída quando ela acontecesse na consciência histórica de si dos africanos. Ki-Zerbo fez desta frase um programa e trabalhou desde logo na reapropriação pelos africanos da história de África. Esta obra científica tem assim, evidentemente, um significado político e de facto, ela só foi possível com as independências africanas: até então, a história de África só tinha sido esboçada por europeus, e filtrada pelo olhar etnocêntrico do colonizador. É um livro que carrega a memória do levantamento armado de Madagáscar em 1947 e da guerra heróica do povo argelino.

Convém antes de mais compreender porque é que “este impulso subjectivo [que] tem ele próprio o seu fundamento objectivo na acessão à independência” (Ki-Zerbo 1972:9) não compromete a cientificidade da obra e, para isso, considerar a relação epistemológica da subjectividade e da objectividade em história, e a especificidade dessa relação no

caso preciso de Ki-Zerbo e da história de África. É importante, não somente para justificar a cientificidade da *Histoire de l'Afrique noire* e daí o valor das suas teses, mas também para justificar a obra de epistemologista de Ki-Zerbo no primeiro tomo da *Histoire générale de l'Afrique* da UNESCO.

Assimila-se geralmente a cientificidade do discurso histórico à objectividade da narrativa, entendida simultaneamente como imparcialidade do historiador e como conformidade com os acontecimentos. Tal concepção é problemática para um historiador envolvido nas lutas de independência, e de quem se poderia então duvidar de imparcialidade. Mas a história relaciona-se com os homens, quer dizer, com comportamentos que carregam sentido. A objectividade da história inclui portanto a subjectividade do historiador como método de abordagem do seu objecto. Não há assim nada de incompatível relativamente ao facto de a objectividade que se espera tenha uma significação política. Ki-Zerbo estava consciente de que uma história-desforra escrita sob o poder de paixões vingativas perderia imediatamente todo o valor político real e, por o ter pessoalmente experimentado, que se a essência do pensamento é mais a liberdade do que a verdade, não são menos verdades de entendimento que conferem ao espírito a sua liberdade, salvando-o de qualquer submissão a uma potência externa a si. O significado político profundo da *Histoire de l'Afrique noire* só podia ser preservado ao preço do maior rigor científico. O problema que se colocou a Ki-Zerbo foi portanto o de manter ao mesmo tempo a simpatia africana e o rigor científico. Este exercício é de tal modo delicado que escrever a história de África nos anos 1960 era necessariamente confrontar-se com todos os tipos de mitos e preconceitos.

O que sem dúvida prejudica mais o estudo do passado africano, é com efeito antes de mais o tráfico negreiro e a colonização. Como observa o antigo director geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, no seu prefácio à *Histoire générale de l'Afrique*, “com [elas] surgem estereótipos raciais geradores de desprezo e de incompreensão e tão profundamente enraizados que falsearam até os próprios conceitos da historiografia. A partir do momento em que se recorreu às noções de “brancos” e de “negros” para nomear genericamente os colonizadores, consi-

derados superiores, e os colonizados, os africanos tiveram que lutar contra uma dupla submissão económica e psicológica. Determinado pela pigmentação da sua pele, tornado mercadoria entre outras, destinado ao trabalho forçado, o africano simbolizou, na consciência dos seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior de *negro*. Este processo de falsa identificação fez descer a história dos povos africanos no espírito de muitos para a categoria de uma etno-história na qual a apreciação das realidades históricas e culturais só podia ser falseada” (UNESCO 1986: 6). Para Ki-Zerbo, as páginas de Hegel sobre a África, nomeadamente no seu capítulo africano de *La raison dans l'histoire* (Hegel 1979: 245-269), ao qual faz referência na introdução da *Histoire de l'Afrique noire*, são como um emblema desta visão de África. Assimilada a uma espécie de estado de natureza real, ela é rejeitada para fora da história e do desenvolvimento do espírito, quer dizer, segundo Hegel, que ela não pode pretender ter nenhuma autonomia: “o que nós compreendemos com o nome de África, é um mundo anti-histórico não-desenvolvido, totalmente prisioneiro do espírito natural e cujo lugar se encontra ainda no limiar da história universal” (Hegel 1979: 269). O correlato descritivo da anti-historicidade de África, é a sua desumanização: “Este continente não é interessante do ponto de vista da sua própria história, mas pelo facto de que nós vemos o homem num estado de barbárie e de selvajaria que o impede ainda de fazer parte integrante da civilização” (Hegel 1979: 247). Há uma ligação directa entre essa percepção de África e o empreendimento colonial. De resto, não é surpreendente que esta percepção tenha durado tanto tempo como a colonização: ela legitimou-a. Para mostrar a tenacidade e a pregnância sobre os colonizadores deste ideia segundo a qual as sociedades africanas foram imóveis, Ki-Zerbo cita as palavras de Pierre Gaxotte, que escreve sem reagir em Outubro de 1957 na *Revue de Paris*: “Esses povos (estão a ver de quem se trata) não deram nada à humanidade, e é realmente preciso que exista alguma coisa neles que os tenha impedido. Eles não produziram nada, nem Euclides, nem Aristóteles, nem Galileu, nem Lavoisier, nem Pasteur. As suas epopeias não foram cantadas por nenhum Homero” (*Revue de Paris* Outubro de 1957: 12). Esse Gaxotte é realmente um historiador menor, e não menos repre-

sentativo do que o era ainda a percepção europeia da África no momento da descolonização. Compreende-se que ao escrever a história de África Ki-Zerbo tenha atacado a própria raiz do colonialismo.

A estes preconceitos veio acrescentar-se uma outra dificuldade: o pequeno número de fontes escritas e de pontos de referência cronológicos, comparativamente às outras áreas culturais. Ora, acontece que o período histórico da colonização de África foi também a da dominação sobre a historiografia europeia da escola dita “positivista”, que tinha tendência de reduzir a objectividade da narrativa histórica às duas condições da fonte escrita e da datação. Limitou-se assim durante muito tempo, ao escrever a história de uma grande parte da África, a fontes externas, o que produzia uma visão, não do que podia ter sido o encaminhamento dos povos africanos, mas do que devia ter sido tendo em conta a evolução histórica da Europa. Os modos de produção, as relações sociais, as instituições políticas não eram apenas vistas por referência ao passado europeu. Desde logo a única possibilidade para Ki-Zerbo de escrever a história de África mantendo a sua simpatia africana e o rigor científico, era uma renovação do método do historiador.

A sua sorte, disse ele, foi que “a historiografia africana entra em cena num momento em que uma revolução se opera na concepção geral da história. Cada vez menos os autores e os leitores de história se interessam pela história historizante das datas de batalhas e dos anos de reinado. A história quer abarcar em largura e em profundidade o rio da evolução humana” (Ki-Zerbo 1972: 16). Ele faz referência aos trabalhos da escola dos Anais, e retoma por sua conta a crítica de Marc Bloch à escola positivista, que resume assim Jacques Le Goff: “O que não aceitava Bloch do seu mestre Seignobos, principal representante dos historiadores “positivistas”, era começar o trabalho de historiador apenas com a recolha dos factos, enquanto que uma fase anterior essencial exige do historiador a consciência de que o facto histórico não é um dado “positivo”, mas o produto de uma construção activa da sua parte para transformar a fonte em documento e depois constituir esses documentos, esses factos históricos em problema” (Bloch 2005 Prefácio de Jacques Le Goff: 12-13). Ora, constituir o facto histórico requer primeiramente situá-lo no seu horizonte históri-

co, quer dizer, considerar as actividades económicas, as organizações social e cultural, com base nas quais ele ganha o seu relevo. O corolário metodológico deste postulado epistemológico é o que Ki-Zerbo chama o “princípio de interdisciplinaridade”. Trata-se de integrar à pesquisa histórica a contribuição metodológica de outras ciências, e principalmente das ciências humanas.

Para manter junta esta necessidade epistemológica de uma colaboração das ciências e a envergadura temporal do seu objecto de estudo – Ki-Zerbo quis escrever a história de África desde as origens. Foi levado a fazer sua a teoria dos três planos sobrepostos de Braudel que, ao assinar o prefácio da obra, realça o sucesso do enxerto. Do primeiro capítulo, “A pré-história. A África pátria do homem”, ao terceiro, “Séculos obscuros”, é “a história quase imóvel, a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia” (Braudel 1979: 16). Do capítulo 4, “A África Negra do século VII ao século XII: dos reinos aos impérios”, ao capítulo 9, “A invasão do continente: a África arrancada aos africanos”, é “a história lentamente ritmada, a dos grupos e dos agrupamentos” (Braudel 1979: 16). Do capítulo 10, “A idade de ouro dos estrangeiros” ao último, “Problemas africanos de hoje”, é “a história tradicional, a história dos acontecimentos” (Braudel 1979: 16). Esta sobreposição permite organizar a interdisciplinaridade: a arqueologia, a antropologia física e a geografia física seriam por exemplo muito úteis para o primeiro plano; a sociologia e a linguística para o segundo; a economia e a antropologia cultural para o terceiro. Para atrelar todas essas disciplinas à tarefa comum de uma ressurreição do passado, em vez de uma interdisciplinaridade por justaposição que deixaria subsistir as deficiências de cada disciplina, Ki-Zerbo pratica uma “interdisciplinaridade por enxerto das abordagens” (UNESCO 1980: 2001), apoiando-se no pressuposto de que a vida social é multidimensional. Mais precisamente, cinco fontes principais são convocadas na investigação interdisciplinar: os documentos escritos, a arqueologia, a tradição oral, a linguística e a antropologia. Mas nenhuma está por obrigação nem está em permanência predominante. O seu arranjo epistemológico e antropológico é em função do objecto estudado. Para ilustrar este método interdisciplinar, o melhor é dar um exemplo preciso da elucidação que ela permi-

tiu: pode-se falar do “reino de Kongo”⁶ no sentido europeu do termo? As pessoas dizem “Nsi a Kongo”, quer dizer “o país dos Kongo”. O arqueólogo aprende que as suas fronteiras são móveis, e seguem a deslocação dos clãs. A linguística descreve a partir daí as línguas actuais, uma língua comum pré-dialectal que, embora não tenham nenhum ancestral real, permitem desenhar o espaço linguístico total comum a várias línguas hoje aparentemente estrangeiras umas em relação às outras, e demonstra assim que dentro desse espaço, houve uma homogeneidade cultural. Estudos de antropologia mostram que o rei é o *mfumu* (primogénito, tio materno) de todas as famílias e de todos os clãs matrilineares que se reconhecem, segundo a tradição oral, dos antepassados fundadores comuns. Pode-se então concluir que o rei é um chefe superior acima de uma rede de clãs e que o seu reino não é um Estado monárquico no sentido europeu.

Escolhi deliberadamente um exemplo “em grande escala” para realçar o grau de precisão que o método interdisciplinar permite alcançar. “Em pequena escala”, os conhecimentos produzidos transformaram literalmente a consciência africana. Citei cinco que me pareceram ser os mais importantes:

- A colocação em causa do conceito de “pré-história”. Através do argumento antropológico: o homem era já homem quando começou a escrever e se a história for realmente a história do homem, então não há nenhum sentido em se separar a sua evolução em antes e depois da escrita. Colocar uma pré-história humana, é condenar-se a deixar de considerar as sociedades sem escrita a não ser como sociedades sem história. Através do argumento epistemológico: se se pode conferir um valor epistemológico à tradição oral, então torna-se necessário, do próprio ponto de vista do rigor científico, integrar na narrativa histórica o homem que fala, mas que não escreve. Colocar uma pré-história teve assim como efeito minorar as influências sobre a humanidade “histórica”, da humanidade “pré-histórica”. Através do argumento *africanista*: a África, berço da humanidade, foi durante os 30 000 primeiros séculos do mundo, desde o Australopitecos e do Pitecantropos, o lugar de todos os maiores desenvolvimentos culturais e técnicos. Rejeitar esse período na

pré-história implica a minimização do reconhecimento universal das contribuições de África para a humanidade. É preciso imaginar a agitação da nossa percepção do mundo que provocaria uma datação que reintegrasse a “pré-história”: estaríamos em 2 002 007, os reis magos seriam actores da história contemporânea e os gregos perderiam o seu estatuto de Antigos em proveito dos Africanos e dos Asiáticos.

- A África tinha alcançado um alto nível de desenvolvimento económico, social, cultural e político antes de o tráfico de escravos e a colonização iniciarem o declínio do continente. Para aquele que sabe que no século XVI a população de Tumbuctu era superior à de Londres, e que quatrocentos anos mais tarde a de Londres se tinha multiplicado por dez enquanto que a de Tumbuctu se tinha dividido por dez, é impossível arguir, para explicar as dificuldades actuais do continente, com uma passividade histórica consubstancial ao africano e torna-se urgente reconhecer a responsabilidade europeia até nas dificuldades de hoje.
- Antes da invasão europeia, a África mantinha largas relações com a Ásia do Sul ao longo do Oceano Índico e com o mundo árabe ao longo do Sahara e do Mar Vermelho. Ela estava envolvida com outras civilizações num jogo de trocas mútuas. Desde logo, a afirmação hegeliana perde todo o seu fundamento, segundo o qual a África ficou fechada sobre si própria, obstruindo assim a passagem nela do espírito do mundo.
- As fronteiras desenhadas aquando da Conferência de Berlim⁷ não têm nenhuma relação com a coerência das unidades geopolíticas de África. Isso permite compreender que a artificialidade do estado-nação, do ponto de vista da história e da cultura, é um travão para o desenvolvimento.
- O Sahara não foi uma fronteira em África. Não há uma África “branca” e uma África “negra”, existe apenas uma África. O título escolhido por Ki-Zerbo para a sua obra é na realidade um gesto de troça a todos os que queriam cortar o continente em dois. De facto, ele apenas trata da África subsahariana, mas ele precisa no seu prefácio que a história de África não estará completamente acabada enquanto

não se tiver efectuado “o estudo sistemático da parte Norte de África”. A *Histoire générale de l'Afrique* da UNESCO, que se inspira na sua *Histoire de l'Afrique noire*, e que ele dirigiu na sua maioria, cumprirá esta ambição. Foram então desvendadas as similitudes linguísticas, religiosas, culturais e mesmo físicas entre o Norte e o Sul do Sahara, que foram a prova de que foi, em vez de uma barreira, um lugar de passagem e de trocas. O desafio político ligado a essas descobertas é considerável: o ideal da Unidade Africana ganha o seu fundamento histórico e, daí, a sua legitimidade política.

Caso os dois argumentos que damos a favor do recurso ao princípio da interdisciplinaridade não sejam suficientes para convencer sobre a cientificidade da obra de Ki-Zerbo – a saber o argumento por defeito ligado ao pequeno número de fontes e de marcas de orientação cronológicas e o argumento metodológico vindo da crítica pelos Anais da escola positivista – a produtividade em conhecimentos novos deste método parece validar *a posteriori* o seu fundamento. Podem acrescentar-se dois outros argumentos. Um primeiro, realçando o facto raro da realização de uma comunidade de eruditos dentro de um comité executivo de direcção de uma *Histoire générale de l'Afrique*, que prolongará a *Histoire de l'Afrique noire* de Ki-Zerbo inspirando-se no seu método e que provará assim que uma colaboração das ciências pode ter uma efectividade prática. Um segundo, directamente ligado à própria natureza da vida africana: as sociedades africanas desenvolveram-se no quadro de organizações políticas incomparáveis ao Estado europeu, se bem que a compreensão da sua evolução necessite mais do que na Europa da consideração dos factos sociais e culturais. Isso não significa que o método de Ki-Zerbo seja um método *africano* no sentido em que convocaria uma *Weltanschauung* africana. Para se alcançar conclusões seguras, as leis do espírito são as mesmas em qualquer lado. Mas na medida em que as realidades são diferentes, os procedimentos do espírito para as apreender são-no também. Neste sentido, a sua obra convida à renovação e ao aprofundamento das relações de reciprocidade que existem entre a historiografia e a identidade cultural. Esta *Histoire de l'Afrique noire* é pois muito mais do que uma contribuição simplesmente técnica à metodologia da história,

ela desvenda uma espécie de teoria nova da ciência histórica que exige do historiador uma cultura multiforme e uma associação permanente com outros eruditos.

Mas isto não chegaria para fazer uma *grande* obra de história, era ainda preciso que ela libertasse uma ideia nova. Por “libertar uma ideia nova”, entendo “dar a pensar alguma coisa que nunca foi pensada”. Dar, com efeito, pois é disso que se trata para o historiador na sua escrita: para além da sua subjectividade envolvida e da objectividade através da qual ele está envolvido, a escrita da história recorre a um terceiro termo, a subjectividade do leitor. E, num certo sentido particular, próprio à história, que se pode enunciar com Ricoeur: “Não é tudo: sob o título de subjectividade esperamos alguma coisa de mais grave do que a boa subjectividade do historiador; esperamos que a história seja uma história dos homens e que essa história dos homens ajude o leitor, instruído pela história dos historiadores, a edificar uma subjectividade de alto nível, a subjectividade não somente de eu próprio, mas do homem. Mas este interesse, essa espera de uma passagem – pela história – de mim ao homem, já não é exactamente epistemológica, mas propriamente filosófica: pois é realmente uma *subjectividade de reflexão* que nós esperamos da leitura e da meditação das obras de historiador; esse interesse já não diz respeito ao historiador que escreve a história, mas ao leitor – singularmente o leitor filosófico – o leitor no qual se acaba todo o livro, toda a obra, por sua conta e risco” (Ricoeur 1955: 24). O nosso percurso foi o da subjectividade do historiador para a objectividade da história, resta por realizar o que de uma e de outra leva à subjectividade filosófica. Fica por se reflectir a ideia imanente à *Histoire de l'Afrique noire*, para se compreender em que ela transformou a consciência africana. Pode-se para tal, considerar três índices: o subtítulo da obra: *D'hier à demain*, a distribuição por capítulos do estudo temporal coberto, a África é tomada como um todo. No subtítulo, os termos significativos não são tanto as palavras “ontem” e “amanhã”, mas o artigo “d” e a preposição “à”: a identidade de África, diz este subtítulo, mantém-se durante milhões de anos, e manter-se-á na história de amanhã. Haverá então um “sentido” da história africana? Não se isso implica uma compreensão da história como exteriorização da razão no tempo e, daí, uma concepção necessitarista da evolu-

ção humana. A história africana foi transformada pela invasão europeia, uma pura exterioridade do seu desenvolvimento histórico: o historiador de África é então o mais consciente da parte de contingência do facto histórico. Mas “d’hier à demain”, isso significa que apesar desta contingência, a história africana seguiu uma direcção que determina o seu futuro. Se se considera agora a distribuição dos períodos por capítulos, nota-se que, embora os três primeiros capítulos cubram vários milhões de anos (64 páginas), os sete seguintes catorze séculos (361 páginas), os três últimos são dedicados aos anos do pós segunda guerra mundial (181 páginas). Tal distribuição revela que Ki-Zerbo percebe, na história de África, uma aceleração que culmina com as independências, o que faz delas o núcleo de significação desta história. Há uma relação entre essa percepção e a consideração da África como um todo. A variedade cultural do continente, no espaço e no tempo, torna pouco evidente tal ajuntamento – “Reunir a África” é, de resto, o título do último capítulo da obra, prova de que Ki-Zerbo tomou em conta esta variedade prévia. Mas pode-se justificar a ideia de uma totalidade africana no momento das independências: em primeiro lugar, porque as independências são notáveis pela sua simultaneidade (elas são obtidas em vinte anos); depois porque a envergadura do fenómeno é também notável (é válido para a totalidade do continente no mesmo momento da história do mundo); finalmente, porque a sua estrutura repete-se de país para país (os movimentos independentistas, num momento ou noutro da sua luta, reconheceram todos o objectivo da Unidade Africana). Em suma, a significação última da história africana jaz nesta totalização política da África no momento das independências.

A *Histoire de l'Afrique noire* põe a descoberto, assim, aquilo a que é realmente preciso chamar uma *teologia histórica africana* ou uma *dialéctica da África*. Teologia *histórica* e não simplesmente teologia, pois o reconhecimento por Ki-Zerbo da contingência do facto histórico exclui qualquer afirmação de um sentido, inerente à África, da sua história. Para além do mais, tanto é uma teologia orientada para o facto histórico, que é ela que integra a história e não o inverso. Pode-se apenas dizer: aconteceu que num determinado momento da história do mundo, que vai da invasão europeia até à reconquista África, a história de África assume

um novo significado. Ou dialéctica da África, num sentido estranhamento hegeliano (mesmo assim com pouca diferença, dado que se toma em conta a contingência do facto histórico) quando se conhece a sua cegueira perante as realidades africanas (esta cegueira seria de resto quase coerente com o seu pensamento: mergulhado, com a sua época, no momento da contradição africana, só podia, como o dono diante do escravo que reconquista a sua consciência de si no trabalho, ser cega em relação à África). A obra dá a conhecer efectivamente: primeiro, aquilo a que se poderia chamar uma identidade imediata de África a si própria durante esses milhares de séculos que precederam a invasão europeia; depois com ela, a negação dessa identidade e a produtividade efectiva de tal negação, na retomada de si africana que constituem as lutas de independência; finalmente, e talvez esteja aí o sentido de “amanhã” de Ki-Zerbo, a reconciliação da África com si própria numa totalização política de si própria. Pode-se acrescentar que a análise das estruturas políticas dos impérios e reinos africanos no período que precede a invasão europeia, e nomeadamente as do império do Mali (p. 138 a 142) e do império de Gao (p. 147 a 149), faz igualmente surgir esta ideia de uma reconciliação, para além das independências, da “África de amanhã” com a “África pré-invasão europeia”. A existência de tais impérios seria a prova de uma tendência político-cultural da África à federação; tendência contrariada pela invasão europeia e pelo recorte do continente africano em micro-entidades integradas nos impérios coloniais. As micro-nações de hoje são as herdeiras desta cartografia europeia de África, e manifestariam que o momento da retomada de si da África na sua identidade reconciliada consigo própria, não acabou; que a negação europeia de África não está completamente ultrapassada. Apenas a Unidade Africana – e parece-me que é o sentido da longa passagem dedicada a Ki-Zerbo à Organização da Unidade Africana (p. 619 a 636) – pode realizar esta ultrapassagem, iniciada com as independências, para uma identidade final e reconciliada consigo própria.

Aí está pois a ideia nova imanente à *Histoire de l'Afrique noire*, é esta teologia histórica africana! É a afirmação de que a África existe como uma figura espiritual no mundo. Isso tem uma primeira consequência para o trabalho do historiador

de África, que, de resto, a *Histoire générale de l'Afrique* da UNESCO tomou em conta: a África, como objecto da ciência histórica já não pode ser somente definida geograficamente, pelos seus limites físicos e cartográficos, mas ela integra doravante, na unidade da sua figura espiritual, as suas diásporas da América, das Caraíbas e da Europa (a simultaneidade do fenómeno da independência e das lutas anti-segregação nos Estados Unidos é deste ponto de vista, notável). O blues e o jazz tornam-se artes africanas. Mas esta ideia nova conferiu-lhe a determinação de um conceito. A *Histoire de l'Afrique noire* apela um conceito de África. Sem dúvida que será preciso, para a nomear, captar na história singular de África, o seu significado universal. Berço da humanidade, ela é o lugar da libertação humana da natureza; engajados nas ou herdeiros das lutas de independência, os africanos acedem à consciência de si próprios como povo na libertação de África; a consciência dos seus habitantes, Ki-Zerbo é a sua incarnação, é antes de mais uma consciência libertada. “Libertação”, eis a palavra de África. Sem dúvida também, segundo o movimento de totalização política da África contra a Europa, será preciso pensar a libertação contra a história da filosofia ocidental. Ora, desta história, e nomeadamente através das obras de Kant e de Hegel, jorra um conceito de Europa que culmina finalmente na *Krisis* de Husserl ou mais exactamente no seu anexo, *La crise de l'humanité européenne et la philosophie*, quando ele diz: “era preciso ter elaborado o conceito de Europa enquanto teologia histórica de objectivos racionais infinitos” (Husserl 1999: 382). Retomemos a fórmula para melhor a transformar: para o leitor filosófico de Ki-Zerbo, seria necessário elaborar o conceito de África como teologia histórica da infinita libertação humana.

O Professorado

Durante todo esse período em que o Professor produz a sua obra de historiador, quer dizer de 1962, quando inicia as pesquisas que levam à *Histoire de l'Afrique noire*, até 1978, quando a sua função termina no comité de direcção da *Histoire générale de l'Afrique*, ele prosseguiu a sua acção política. Vimo-lo até 1966 e nas manifestações que provocaram a queda do regime de Maurice Yaméogo. As esperanças democráticas então suscitadas foram reduzidas a nada pela tomada do poder do tenente-coronel Sangoulé

Lamizana, que instaurou um regime militar. A constituição foi suspensa, a assembleia dissolvida. O MLN foi reenviado para a clandestinidade. Foi preciso esperar 1970 para que um regime parlamentar fosse instituído e que eleições legislativas fossem organizadas. Joseph Ki-Zerbo fez a sua campanha junto dos camponeses, em condições particularmente difíceis, relacionadas com os obstáculos e as ameaças constantes que pesavam sobre os oponentes ao regime militar. O MLN obteve, no entanto, seis assentos de deputado. Nessa época, a produtividade agrícola, perturbada pela instabilidade política, diminui consideravelmente. No Sael, foi a seca. As condições de vida deploráveis e as críticas repetidas da oposição exacerbaram a tensão política, que explodiu em 1974 quando Lamizana provocou um golpe de estado contra o seu próprio regime para depurá-lo dos seus inimigos. A assembleia foi de novo dissolvida e o MLN regressou à clandestinidade, mas os perigos eram tais para os seus militantes que o partido teve que se reorganizar e tomar o nome de União Progressista Voltaica (UPV).

O regime de Lamizana estava esclerótico pela corrupção e pelo clientelismo. Mas Ki-Zerbo recusou-se a empregar a violência. Quando o criticavam pelo seu “reformismo”, ou mesmo a sua “ingenuidade”, ele respondia que um golpe de estado, por definição, não conseguiria nunca criar uma situação democrática. Apenas uma insurreição popular semelhante à de 1966 poderia consegui-lo. A unida saída que permitia fundar um estado de direito sem provocar uma guerra civil sangrenta, era a não-violência activa. Tratava-se de organizar greves, boicotes, manifestações, para alertar a comunidade internacional e dotar-se, através disso, de um poderoso meio de pressão sobre o regime militar. Mas a comunidade internacional desviou-se do Alto Volta. Em Outubro de 1980, a UPV, o Sindicato dos Professores Africano do Alto Volta (SNEAHV) e o Sindicato Único Voltaico dos Professores do Secundários e do Superior (SUVESS) dirigidos por militantes da UPV, provocaram uma greve dos professores. Ela alastrou-se e provocou uma crise política sem precedente. O exército reprimiu o movimento e sacrificou Lamizana. Enquanto que a UPV se tornou no primeiro partido do país e que me parece, apresentava-se como favorito nas próximas eleições, a 25 de Novembro de 1980, foi o golpe de estado de Saye Zerbo.

A assembleia foi dissolvida e mais uma vez a UPV foi reenviada para a clandestinidade. Mas o movimento iniciado, que tinha como reivindicação principal a luta contra a corrupção, não parou nunca mais. Num país exangue pelos seus responsáveis políticos, um novo golpe de estado leva ao poder em Novembro de 1982, o médico-comandante Jean-Baptiste Ouédraogo. Nove meses mais tarde, o capitão Sankara, próximo do povo, e retomando por sua conta as reivindicações das greves de Outubro de 1980, apoderou-se do poder. O destino do Alto Volta ia ser profundamente perturbado.

Sankara era um jovem oficial (tinha trinta e quatro anos no momento do seu golpe de estado) que não parecia estar movido por uma ambição pessoal. É um nacionalista convencido, um inimigo do neocolonialismo, que fez ouvir pela primeira vez a voz do país na arena internacional e proporcionar assim aos seus compatriotas um sentimento de orgulho duradouro e que se pode ainda ver e ouvir exprimido hoje nas ruas de Ouagadougou. Combateu severamente a corrupção, tomou medidas simbólicas populares, mudando por exemplo, o nome do país que se tornou, em 1984, o Burkina-faso (“país dos homens íntegros”). Este homem que vivia muito modestamente e que subjugou a África, seduziu os burkinabes. Era também um marxista-leninista, organizou no campo trabalho colectivo que, nessa atmosfera de entusiasmo e de renovação revelou ser eficaz. Pela primeira vez, depois de muito tempo, a produtividade agrícola aumentou. Entre o nacionalismo, a opção socialista e o programa agrícola, os elementos de aproximação entre Ki-Zerbo e Sankara pareciam mais do que as divergências. Mas Sankara era um ditador. Proibiu os partidos da oposição, formou comités de defesa da revolução para espionar eventuais dissidentes, criou tribunais populares da revolução onde a justiça era expedita. Ki-Zerbo era um democrata, portanto um inimigo. Era um intelectual, portanto, um perigo. Desde 1983 foi posto, com a sua família, em residência vigiada. O jovem presidente, que açaíou a imprensa, fá-la chamar Ki-Zerbo “o reformista”. Como bom historiador, o Professor compreendeu a mensagem e fugiu com a sua família. Mal eles tinham saído de casa, um comando entrou nela e queimou a biblioteca e as suas onze mil obras. Em 1985 Sankara, para se justificar, fez condenar o casal Ki-Zerbo a dois anos de detenção

por “fraude fiscal” (o julgamento foi revisto em 1992). Começou então, para eles, um exílio que durou nove anos. Refugiaram-se em Dakar, de onde acompanharam a queda de Sankara. A sua luta contra a corrupção valeu-lhe inimizades no exército, as suas diatribes para uma nova ordem económica mundial irritaram as chancelarias ocidentais. Em 1987, Sankara foi assassinado em condições ainda não elucidadas, aquando do golpe de estado contra ele pelo seu companheiro mais próximo, Blaise Compaoré. O Burkina-faso entrou, com Compaoré, num período de ditadura disfarçada, que se prolongou até hoje. Será necessário fazer-se um dia a história da relação de Sankara com Ki-Zerbo. A incoerência que existe entre os seus ideais progressistas e a realidade da ditadura que ele instaurou, entre o seu discurso público sobre Ki-Zerbo e o discurso privado que tinha com ele através dos seus emissários que ele enviava a Dakar para o convencer a voltar ao país, permite pensar que é a sua *entourage* militar, mais interessada na preservação do poder e das suas vantagens daí decorrentes, do que com a recuperação do país, o que o levou a banir Ki-Zerbo.

Exilado, o Professor ficou isolado. Pela primeira vez desde a sua juventude, não podia agir politicamente. Nos anos 1980, os sonhos da Unidade Africano pareciam estar quebrados. Pouco a pouco, os grandes líderes pan-africanistas dos anos 1960 foram eliminados ou substituídos, e o ímpeto que eles tinham suscitado tinha-se desfalecido. Em 1961, no Congo, Lumumba foi assassinado e rapidamente Mobuto instaurou a sua ditadura; na Guiné, Sékou Touré acabou também ele por instaurar uma ditadura; no Gana, Nkrumah foi derrubado em 1966 e morreu em 1972; Cabral foi assassinado em 1973; na Etiópia, enterraram-se os restos mortais de Hailé Sélassié numa antiga masmorra debaixo do gabinete de Mengistu; Boumediene morreu em 1978 e a Argélia iniciou a sua viragem para um liberalismo sem nome que a levou inexoravelmente para as revoltas de 1988; na África do Sul, o ANC conheceu dificuldades no seu combate contra o apartheid. Ki-Zerbo tinha mais de sessenta anos e estava só. Mas continua a ter esperança na a unidade de África, consciente no entanto de que essa obra apenas podia ser das próximas gerações. Por elas, ele começa uma obra pedagógica. Retomou em primeiro lugar o ensino, na universidade Cheikh Anta Diop de Dakar. Em seguida criou

centros de estudos em África reunindo pesquisadores e estudantes africanos para harmonizar e transmitir os trabalhos realizados desde as independências. Tinha já fundado em 1967 o Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) que foi um pioneiro na pesquisa sobre a farmacopeia africana. Tinha fundado também em Ouagadougou o Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDA), encarregue de elaborar um programa de desenvolvimento endógeno de África. Em Dakar, para prosseguir o trabalho do CEDA, criou o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Endógeno (CRDE). Finalmente, publicou obras pedagógicas destinadas ao grande público africano.

Em 1990, surgiu assim *Éduquer ou périr* cuja tese é que o desenvolvimento económico de África não pode ser conseguido se este descurar as culturas africanas. Esta obra estava, de facto, anunciada na última página (649) da *Histoire de l'Afrique noire*, e constitui o seu prolongamento programático: “Pode viver-se sem ideologia, mas não há aceleração da história sem uma ideologia adequada. E não pode tratar-se unicamente de uma doutrina negativa. A luta anticolonialista, ou anti-neocolonialista não basta. É preciso uma ideologia positiva integrando os diversos aspectos da vida individual e social num esquema global, mas que não seja a simples recitação de uma lição aprendida de cor no exterior. Nesta óptica, é preciso destacar a comunhão dos recursos culturais do continente como base da personalidade africana, ao mesmo tempo que o progresso económico”⁸. A independência não é um fim em si, fica ainda por fazer o mais difícil: construir a África. Desde logo, que lugar dar à educação e à cultura no desenvolvimento económico de África? É uma questão que se colocou por exemplo a Nasser quando este decidiu construir a barragem de Assuan e afundar assim para sempre locais de escavações arqueológicas de uma riqueza infinita. Ki-Zerbo antes de mais com um argumento pragmático: a educação é uma condição de possibilidade do desenvolvimento económico porque ela permite formar quadros, engenheiros, cientistas. Ele compreendeu antes da maioria dos dirigentes africanos a potencialidade económica da massa cinzenta. Criticou então os governos que abandonam as universidades a pretexto de que a África, pobre e agrícola, deve consagrar os seus poucos recursos ao ensino básico e ao ensi-

no agrícola. Acrescentou um argumento político: o desenvolvimento económico não deve servir de alibi a governantes que, para fortalecer o seu poder, mantêm os seus povos na miséria e na ignorância. Tem por fim um argumento, se assim posso chamar, ontológico: os africanos não sobreviverão à África. A educação deve apoiar-se nas culturas africanas, nomeadamente no estudo das línguas africanas. Se ela for inteiramente europeizada, e se o desenvolvimento for somente definido por referência ao Ocidente, então ela só produzirá a alienação cultural dos africanos. Aqui, o título da obra deve ser comparado à palavra de ordem que lançou o Professor aquando das manifestações que se seguiram no Burkina-faso ao assassinato do jornalista Norbert Zongo em 1998: “*N’an laara, an saara!*” (se nos deitamos, estamos mortos). A educação e a cultura são os únicos fundamentos que podem dar-se à África para se desenvolver mantendo-se ela própria, e é através disso que os africanos continuarão a existir como homens em pé.

Prolongando as reflexões de *Éduquer ou périr, La Natte des autres*, que surge em 1992, ele definiu o conceito de “desenvolvimento endógeno”, que valeu, de resto, ao Professor o prémio Nobel alternativo em 1997. Trata-se antes de mais de desconstruir o conceito de desenvolvimento em geral, mostrando por um lado que todo o desenvolvimento é auto-desenvolvimento, e por outro lado, que esse conceito é um fruto do eurocentrismo: aquilo a que se chama “desenvolvimento”, é na verdade o auto-desenvolvimento dos países do Norte em conformidade com as realidades, os valores e os interesses desses países. O desenvolvimento não deve ser concebido de um ponto de vista evolucionista, quer dizer, como unívoco, o que levaria a encará-lo como uma corrida na qual os Estados Unidos viriam à cabeça e a África estaria afastada do pelotão da humanidade. A forma de desenvolvimento ocidental não pode ser adequadamente transposta para a África. Por exemplo, as condições de empréstimo ditas de “boa governação” que colocam aos Estados africanos as instituições de Bretton Woods pressupõem que o Estado africano tenha as mesmas estruturas que o Estado ocidental, enquanto que as suas organizações sociais e culturais são diferentes. Assim, as descentralizações reclamadas são muitas vezes improdutivas num contexto histórico no qual o Estado africano, criação

artificial herdada da Conferência de Berlim, se tiver que se constituir em Estado-nação, quer dizer, se tiver que motivar uma cultura nacional, isso requer um grau bastante elevado de centralização. É preciso portanto redefinir o desenvolvimento como necessariamente endógeno. Para isso, o Professor apoiou-se no “paradigma da árvore” (Ki-Zerbo 2003: 172): a árvore está enraizada, mas ao mesmo tempo que se inspira nas profundezas da cultura subjacente, se não estiver enclausurada, fica aberta a trocas multiformes. O desenvolvimento endógeno deve assim ser definido como a passagem de si próprio para um nível superior através da multiplicação das escolhas quantitativas e qualitativas, económicas e culturais. Neste sentido, torna-se uma condição prática de possibilidade de uma nova ordem mundial baseada, para retomar a expressão de Lévi-Strauss no final de *Race et Histoire*, numa colaboração das culturas.

A terceira “obra pedagógica” de Ki-Zerbo, *À quand l’Afrique?*, foi publicada em 2003, depois do seu regresso ao Burkina-faso. Trata-se essencialmente de entrevistas autobiográficas em que o Professor quer testemunhar, para as jovens gerações, em relação à África colonizada e à África das independências que elas não conheceram e que devem ter em memória para cumprirem com a tarefa que lhes é legada – a Unidade Africana. Trata-se igualmente, prolongando as conclusões de *La Natte des autres*, de elaborar um olhar africano sobre o mundo e mais precisamente sobre o fenómeno da “globalização”. Para isso, Ki-Zerbo define um novo conceito: “a troca cultura equitativa”. Começa por constatar que as trocas comerciais estão organizadas de modo tal que a África recebe do Norte objectos manufacturados, motorizadas, computadores, engenhos agrícolas, que não carregam nenhuma carga cultural. Esta iniquidade cultural das trocas leva a uma alienação dos africanos: quando se utiliza um bem manufacturado, entra-se insidiosamente na cultura daquele que o produziu. No contexto da globalização, a troca cultural constitui então a condição prática da colaboração das culturas. O desenvolvimento endógeno, para além de se apoiar na educação, implica assim “infra-estruturar” as culturas africanas. Munido com este conceito, Ki-Zerbo transpõe a relação colonizado-colonizador ao fenómeno da globalização: da mesma maneira como durante a colonização, os *globalizados* (quer dizer, o Sul) sofrem esta alienação

dos *globalizadores* (quer dizer, o Norte). Reconhecer a África como globalizada torna tanto mais urgente a realização de uma Unidade Africana que possa, através do jogo das vantagens comparativas entre as regiões africanas, e instaurando para todo o continente uma certa dose de protecção, tornar-se num actor total no teatro do mundo.

Para se compreender perfeitamente o significado daquilo a que chamo “a obra pedagógica” do Professor, é preciso recolocá-la na unidade da sua vida, e relacioná-la com a sua obra científica e com a sua acção política. Esta obra pedagógica (à qual é preciso acrescentar-se o belo documentário realizado em 2005 por Dani Kouyaté em colaboração com o Professor, premiado no Festival Pan-africano do Cinema de 2005, *Joseph Ki-Zerbo: Identités/Identité pour l’Afrique*, que retoma as reflexões de *À quand l’Afrique?*) apoia-se nos e difunde os conhecimentos adquiridos na *Histoire de l’Afrique noire* e na *Histoire générale de l’Afrique*, que podem assim ser transmitidas ao “público em geral” africano. Para empregar o vocabulário das Luzes, a razão de Ki-Zerbo faz uso público de si própria e, criando assim as condições de uma passagem da ciência histórica para o campo do político, ela não visa menos do que o encontro da consciência histórica do africano e da sua consciência política. Tal pedagogia só pode ser assim uma pedagogia da exemplaridade, só pode ter efectividade se o Professor mostrar o exemplo, quer dizer, desencadear a acção política. É o que acontece quando a escrita da história de África de hoje para amanhã inspira o conceito de desenvolvimento endógeno, exprimindo seguidamente nas ruas de Ouagadougou com os gritos de “*N’an laara an saara!*”. Poderia-se representar os dois lados da personalidade de Ki-Zerbo, intelectual e político, como esses dois momentos da alegoria da caverna: uma vez domesticada a luz do sol, o intelectual deve redescender e libertar os seus companheiros. Dito em outros termos, ele deve tornar-se político. A sua longa descida, iniciada no momento do seu engajamento nas lutas de independência, algum tempo interrompida pelo exílio, pode retomar em 1992 quando, libertado da suspeita judiciária, ele regressou ao Burkina-faso. Lá fundou imediatamente um novo movimento político, o Partido para a Democracia e Progresso (PDP). O seu programa comportava quatro pontos principais: instauração da democracia e o

estabelecimento de um estado de direito, fixação de um tecto para o preço dos cereais, a educação como primeira rubrica orçamental, o desenvolvimento dos centros de saúde nas zonas rurais.

Mas o professor foi novamente confrontado com a ditadura. Já não era a ditadura militar de Lamizana, nem a ditadura populista de Sankara, era uma ditadura com uma nova roupagem, muito espalhada em África actualmente, que se disfarça em democracia. Um homem rodeado de uma clique de apparatchiks dirige um Estado com ordens. Em conjunto eles detêm o exército e roubam os dinheiros públicos que dividem entre si. Para não sofrerem com os ataques ocidentais, criam, ao lado do seu partido cujas finanças são de facto confundidas com as do Estado, uma sequência interminável de pequenos partidos através dos quais o país pode dar a impressão da existência de um multipartidarismo e uma oposição. Depois organizam eleições tendo o cuidado, seis meses antes da sua realização, de comprar eleitores, a maior parte dos quais esfomeados, distribuindo aqui e ali alguns sacos de milho, de painço ou de arroz; comprar igualmente os juizes que, nomeados por eles, lhes deviam já as suas carreiras. Finalmente, amordaçam a imprensa, ameaçam fisicamente os verdadeiros oponentes e, se necessário for, enchem completamente as urnas. Tendo reunido as duas condições suficientes da democracia segundo Washington, a saber o multipartidarismo e a realização regular de eleições, eles podem tranquilamente ocupar um lugar no Eixo do Bem. Se isso não bastar, o que afinal de contas podia acontecer depois do 11 de Setembro de 2001, acolhem transnacionais ocidentais e oferecem-lhes terras e minerais do país em troca de um suborno e de um *lobbying* favorável nos corredores dos parlamentos europeus. Tudo o que conta, é que de longe, quer dizer do Norte, isso tenha o ar de uma democracia. Sem o exército e sem o apoio da comunidade internacional, nenhuma oposição verdadeira pode conquistar o poder.

Foram precisos quatro anos a Compaoré para reconhecer as virtudes do modelo da democracia fantoche. De 1987 a 1991, para captar a hernaça de Sankara, perpetuou antes de mais nada a ditadura militar-populista. Mas a queda da União Soviética e a necessidade de um reajustamento das alianças internacionais para entrar no campo das democracias, obri-

gam-no às reformas institucionais. Assim, em 1991, eleições presidenciais foram organizadas. Por mais que fosse candidato único, aos olhos da comunidade internacional isso não deixa de ser uma eleição. No ano seguinte, são eleições legislativas que foram organizadas, mas os novos partidos foram de facto criados e financiados pelo do presidente que fazem uma razia de 75% dos assentos na assembleia nacional. Entretanto, a 9 de Dezembro de 1991, Clément Ouédraogo, o ex-secretário geral do partido do presidente, a Organização para a Democracia Popular/Movimento do Trabalho (ODP/MT), foi assassinado depois de se ter demitido e quando entrava na oposição como secretário-geral do Partido dos Trabalhadores.

Como lutar em tal contexto? Para o Professor, estando a capital tomada pela polícia e pelos indicadores, a salvação eram as aldeias. Com mais de sessenta anos, para realizar a campanha legislativa de 1997, foi mais uma vez percorrer de lés a lés as zonas rurais do Burkina-faso, tão bem que o PDP obteve 10,1% dos votos, tornando-se assim a primeira força da oposição com 6 dos 111 assentos de deputados. 101 foram para o Congresso para a Democracia e Progresso (CDP), o novo partido do presidente que acreditou que escolhendo esta sigla diminuiria a visibilidade do PDP. Esta campanha constitui para o Professor um duplo sucesso, primeiramente porque com esse resultado as suas reivindicações democratas adquiriram uma legitimidade popular, depois porque ela permitiu ao PDP atrair muitos jovens militantes. Este aumento dos efectivos teve uma considerável influência quando, a 13 de Dezembro de 1998, se espalhou a notícia no país de Norbert Zongo tinha sido assassinado. Zongo era o fundador e o director de publicação do semanário *L'Indépendant*, oposto ao poder de Compaoré. No momento do seu assassinato ele investigava sobre o assassinato do motorista de François Compaoré, o irmão do presidente, e estava quase a revelar algumas das maquinacões mais escandalosas do regime. Os burkinabes compreenderam imediatamente que se tratava de um assassinato político, a emoção era considerável. Organizaram-se manifestações em Ouagadougou, e formou-se o colectivo das organizações democráticas de massas e dos partidos políticos. Ki-Zerbo demitiu-se do seu cargo de deputado e juntou-se à direcção do colectivo. Os jovens militantes do PDP

estavam na primeira linha das manifestações. A multidão retomou *N'an laara an saara* do Professor. Pediu a demissão de Compaoré. Durante meses o país ficou paralisado. Mas a opinião internacional, cujo apoio era necessário para os insurgidos para conseguirem satisfazer as suas reivindicações, não se mobilizou. As manifestações degeneraram. Alguns foram mortos, muitos foram feridos por balas. Devido a espancamentos e prisões, o movimento acabou por enfraquecer e o regime por se manter. A 6 de Dezembro de 2000, foi decretada a interdição de todas as manifestações na via pública. Mas o assassinato de Zongo marcou de forma duradoura a consciência política dos burkinabes. Até hoje, o pedido de uma instrução judiciária está no centro das lutas políticas. A 25 de Outubro de 2006, por exemplo, o bimensal *L'Événement* publicou um artigo com este título: "Caso Norbert Zongo: Assim é ele", e com a fotografia em baixo do irmão do presidente. François Compaoré tentou ao jornal um processo de difamação que se abriu a 22 de Janeiro de 2007, e pelo qual Germain Nama e Newton Ahmed Barry, respectivamente director de publicação e redactor-chefe do jornal, arriscam a prisão.

As manifestações que se seguiram a este assassinato permitiram aos jovens burkinabes descobrir verdadeiramente esse Joseph Ki-Zerbo de quem haviam tanto ouvido falar na sua infância, mas que não tinham nunca conseguido ver. Como para lhe dizer que ele tinha chegado a fim da sua "descida", e que ele os tinha libertado, começaram também eles a chamá-lo "Professor". Afinal de contas, é o nome que designa a unidade do intelectual e do político em Ki-Zerbo. Para compreendê-lo, é preciso antes de mais distinguir entre "professor" e "Professor". No sentido ocidental do termo, professor leva na maioria das vezes um "p" minúsculo. É raro que fora da universidade, se apostrofe um professor chamando-o "professor". Sem dúvida que se chamou muitas vezes neste sentido "professor" a Ki-Zerbo, mas em África, o professor primário, o professor goza de um respeito muito particular, e menos pelo seu suposto saber do que pelo seu papel na mediação e na coesão sociais. Consulta-se-lhes, por exemplo, para resolver um diferendo. Mais ainda do que um saber, eles devem supostamente transmitir uma sabedoria. Parece, de resto, que o jornalista do *Figaro* Jean-Claude Perrier ficou particularmente

impressionado por esta aura professoral de Ki-Zerbo, que escreveu depois de se ter encontrado com ele: “há alguma coisa de Sócrates nesse homem”. Todavia, aplicado a Ki-Zerbo, o sentido da palavra tem que ser ainda alargado. Chama-lhe assim os africanos que o conhecem apenas como historiador e homem político, e que não vivem na sociedade cuja coesão ele supostamente deve assegurar. Chamar Professor a um historiador ainda vá, mas um homem político? É que, quando ele lança o seu *N’aa laara an saara!* na multidão para Compaoré, é eminentemente pedagogo. Também não pela clareza de um ensino teórico, mas pela exemplaridade. Estudante colonizado, depois historiador, ele mostrou a via de uma libertação pessoal através do pensamento; companheiro das lutas de independência e oponente às ditaduras, ele mostrou a via da libertação colectiva pela acção política. O Professor torna-se no nome de uma vocação superior à ciência e à política, que as mantém juntas, e que é governada por uma ética que, acho eu, deve apelar, mesmo que isso possa parecer surpreendente para os que conheceram o revolucionário, a uma ética da paciência. Paciência do historiador na pesquisa e na escrita, quando teve que encontrar a palavra certa; que funda a ética de “probidade intelectual” (Weber 1963: 121) com base na qual Weber assenta a vocação de intelectual, mas que já não é ela própria baseada, como ele queria, na “especialização” (Weber 1963: 115), pois é uma paciência que tem como horizonte, para além das bibliotecas, a realidade do mundo em que vivemos. Paciência do historiador, portanto a proibidade intelectual, naquilo que tem de específico a situação africana, apela a acção política. Então, paciência do político, quando a luta parece estar perdida e que é preciso continuar; paciência humanista daquele que, bem próximo de se apoderar do poder, despreza-o se isso custar mortes inúteis. Mas paciência radical daquele que no dia seguinte estará novamente de pé debaixo das janelas do palácio: “Se nos deitamos, estamos mortos!”. Esta perseverança emocionou os burkinabes, ela fez dele a consciência viva do seu povo. Eis porque tantos milhares de homens e mulheres, crianças e velhos, camponeses, iletrados, fizeram o caminho de Ouagadougou até Toma, rezando, cantando e dançando em homenagem ao Professor. Eles reconhecem-se nele. Acaba-

vam de perder algo de si próprios. O meu espanto está acalmado.

Heranças

No dia seguinte ao enterro, um diário burkinabe próximo do poder publicava em primeira página um editorial que explicava que na sua acção política, Ki-Zerbo tinha dado provas de ingenuidade e que, por conseguinte, o melhor era lembra-se dele apenas como um historiador. A astúcia é um pouco forte: a lembrança de um intelectual é menos perigosa para o déspota do que a lembrança do seu primeiro opositor. O problema como o qual estará confrontado este seleccionador de memória, é que a obra científica do historiador apenas toma o seu pleno significado à luz das lutas do homem político. As duas figuras estavam indissociavelmente ligadas na pessoa de Joseph Ki-Zerbo, ela continuarão a estar na sua lembrança. É verdade que ele nunca tomou o poder, mas depois dele, nenhum ditador poderá dormir em paz no Burkina-faso.

Ele mostrou que se podia ser político segundo uma “ética de convicção” (Weber 1963: 206) sem ser ser sangrento, e segundo uma “ética de responsabilidade” (Weber 1963: 206) sem se ser conservador. Que as mantém juntas: a paciência do não-violento, a mesma que de Gandhi a Luther King, depois a Mandela produziu tantas revoluções. Uma coisa ter-lhe-á faltado: que eles tivessem tido o apoio da opinião internacional. Como é que o Ocidente pôde passar ao lado da morte de Ki-Zerbo? A resposta é mais simples do que eu teria ousado ao começar a escrever: o Ocidente não quis saber do desaparecimento do Professor porque não quer saber de África. Assim, fiz o ponto de situação dos meus espantos.

No entanto, gostaria de falar mais longamente do homem Ki-Zerbo. A verdade é que tive medo da tristeza e que este texto ficasse submergido por ela. Seria preciso descrever a sua longa e fina silhueta; a sua graciosa lentidão quando andava, a cabeça ligeiramente inclinada e o olhar directo, nos passeios de poeira vermelha das ruas de Ouagadougou; a cor dos seus tecidos e a aparência que estes lhe davam. Descrever a sua casa, o pátio da sua casa, onde vinham esperá-lo para com ele se encontrarem, um jovem militante do seu partido, um velho amigo do campo que, de passagem pela capital, queria saber da sua saúde e, em sinal de respeito, trazia-lhe uma galinha, um saco de milho ou frutos que tinha colhido, um europeu na esperança de se encontrar a

África, outros vindos simplesmente para o saudar, outros ainda para lhe pedir um determinado conselho relativo a uma determinada decisão prática que eles tinha que tomar para a sua existência pessoal ou a das suas famílias. Gostaria de falar do seu olho sorridente quando olhava de lado. Lembrar-me mais longamente dessas conversas que ele nos concedia. Fazer ouvir o som da sua voz, as suas intonações, a atenção que ele dava às palavras que escolhia. Como ela vinha de longe, a sua voz - e suavemente! E como ela pronunciava a palavra, rodeando-a por vezes de silêncio, para a deixar exprimir inteiramente o seu sentido! Quando ele reflectia, tinha como horizonte trinta mil séculos. Aquele que os escutava podia perceber nele a sua presença. Ele tinha a voz de África. Ele falava dela em termos políticos mais do que humanitários, em termos de povos mais do que de militares. Depois havia a sua inteligência, picante, viva, profunda. Uma noite, ao mesmo tempo que regava a sua salada com azeite, levantou a cabeça e, de uma só vez, me colocou esta pergunta: “mas, diz-me... o que é que Spinoza tem de tão vivificante?”. Eu tinha-lhe escrito algumas semanas antes que era o filósofo que eu tinha estudado mais e que gostava mais de ler. Ele tinha relido para me falar de algumas passagens do *Éthique*. Sorria e eu estava silencioso. Tinha tido aulas na universidade sobre Spinoza, pacientemente anotado as suas obras, estudado vários comentários, e nunca tinha visto a palavra “vivificante”, que abarcava em três sílabas todo o seu pensamento. E ele olhava-me sorrindo e eu continuava silencioso, e nós sabíamos, um e outro, que ele tinha acabado de me dar algo de precioso.

Ele punha-me também à prova. Queria que eu fosse para o campo do Burkina-faso e ver como é que eu me desembaraçaria. Como já não podia deslocar-se para muito longe, nem por muito tempo, dava-me para entregar mensagens a amigos no país. Uma vez, fez-me tomar a estrada de Tampaga, no extremo sudeste do Burkina-faso, para me encontrar com Tankoano Robert, um velho e valente militante do seu partido. Tinha criado na sua aldeia um centro de acolhimento para as raparigas expulsas de suas casas, onde podiam viver em paz, ir à escola, aprender um ofício. Tinha levado comigo *À quand l’Afrique?* e, uma noite, no final de uma conversa, pedi-lhe para escrever umas palavras na primeira página do livro. Dois anos mais tarde, ao reencontrá-lo, pude ler: “Para mim o Professor [com um “p”

maiusculo!] é um grande homem muito útil para o continente africano, seja ele presidente da república do Burkina-faso ou não”. Todo este texto não foi mais do que uma tentativa de um entendimento desse “ou não”.

Compreendi progressivamente que o Professorado de Ki-Zerbo era uma síntese superior do intelectual e do político, levando ambas vocações ao seu mais alto nível de dignidade; que isso tinha um sentido singular para a África cujo renascimento está ligado a uma revolução no pensamento, que encontraria no campo do político a sua efectividade. É no seu Professorado que é preciso procurar-se a especificidade africana da relação do pensamento e do político: em África, pensar é imediatamente um acto político. O pensamento e a política não se juntam no fenómeno da libertação. Uma libertação que não é uma via para a liberdade, que não pressupõe a liberdade como ideia ou como estado a realizar, mas – precisamente porque o pensamento em África é acto – que é liberdade em acto, reflectindo a liberdade como acto; acto sem parar repetido, para o indivíduo e para a comunidade. Pensamento e política da libertação que me parecem então ultrapassar a contradição do holismo e do individualismo; e que alargam a esfera do político, desde logo inseparável das outras esferas da existência humana. Entrevê-se uma luta pela conquista e pelo exercício do poder que não se reduziria mas que teria ainda, e tudo ao mesmo tempo, uma dimensão jurídica e legislativa no sentido em que a independência de África ou o regime democrático são também factos jurídicos; uma dimensão económica e social no sentido em que a igualdade dos cidadãos é a condição da sua fraternidade, quer dizer, da existência do povo; uma dimensão cultural finalmente, pois a cultura, então entendida como a vida do povo, torna-se no schibboleth das justas mudanças.

O meu espanto perguntava: como é que uma ideia penetra nas massas? A lembrança do Professor ensina-me que a pergunta está mal colocada. Nenhuma a penetra, todas a extirpam. Acontece, mas é raro, que um homem capte uma e a leve até à determinação do conceito, dando-lhe pela própria exemplaridade da sua vida, uma efectividade. Então o povo que se reconhece nele, quando ele morre, reúne-se para o saudar. Pouco importa a partir de agora que esse homem tenha, “ou não”, toma-

do o poder, pois ele criou as condições de uma nova época que, em breve, não deixará subsistir nada da que a precedeu.

Será preciso ainda que eu diga a solidão em que me deixou o seu desaparecimento e como, subitamente, o universo me pareceu deserto e insensato. Quando um homem como Joseph Ki-Zerbo desaparece, pode ser que se caia no desespero. Nenhuma promessa parece ter que ser mantida. Como lutar agora? Com que força? Através de que ligação? Num instante, a África torna-se demasiado vasta, demasiado longínqua, os seus sofrimentos demasiado profundos e o perigo dos seus remédios demasiado grande para se entrever o dia em que alguns homens, que não se julgarão generosos, enfrentarão de novo o risco de morrer para que ela renasça – esse dia que parecia tão próximo quando ele vivia. Em que fonte ir buscar a coragem? Luther King na prisão escrevia que é na noite mais obscura que se vê melhor brilhar as estrelas. Semelhante a esses astros mortos cuja energia luminosa nos chega ainda desde há vários séculos, a lembrança de Ki-Zerbo permanece, e as heranças legadas por ele.

Ao Ocidente, na forma de uma injunção: Ocidentais, tomem partido!

O esquema no qual se inseria a acção política de Ki-Zerbo é o seguinte: no poder, um sistema ditatorial; à frente, uma força democrática não-violenta. A definição formal dada da democracia pelo Ocidente (tendo por únicos requisitos o multipartidarismo e a regularidade periódica de eleições) não toma em conta a realidade política de certos países africanos como o Burkina-faso, onde, apesar de um multipartidarismo e de uma regularidade periódica das eleições, a corrupção e o clientelismo permitem a um punhado de homens controlar, acima do processo eleitoral, a mídia, os partidos e o eleitorado. Este esquema político binário ainda maioritário em África pode transformar-se rapidamente, como foi por exemplo recentemente o caso na Somália, num esquema ternário em que viria acrescentar-se uma oposição violenta e antidemocrática. Num cenário desses, as forças democráticas periclitam, é a guerra e a vitória do despotismo. Se esta evolução se generalizar, isso apenas será uma tragédia para a África. Ora, o encontro de um engajamento progressista radical com um método de acção não-violento apenas tem eficácia, como se viu na Índia com

Gandhi, nos Estados Unidos com Luther King, em África com Mandela, se a opinião internacional tomar partido. Conserve na memória a imagem patética de Ki-Zerbo velho na sua casa, redigindo e enviando faxes aos secretariados gerais dos partidos europeus da Internacional Socialista à qual o PDP está afiliado, para convidar os seus representantes ao seu último congresso, e esperando respostas que não virão. Hoje, por exemplo, não se desviem da Guiné.

Aos burkinabes na forma de uma ambição: a instauração para o país de um estado de direito. Para tal, será preciso fazer-se luz sobre os assassinatos de Thomas Sankara, Clément Ouédraogo e Norbert Zongo. Nenhum poder político pode manter-se quando é revelada a mentira sobre a qual ele se apoia. Será também um acto político de envergadura e uma mancha na face do regime de Compaoré defender e manifestar para que a universidade de Ouagadougou receba o nome de Ki-Zerbo.

Aos historiadores do mundo: saibam que a África teve o seu Heródoto e o seu Thucydide. Para os intelectuais africanos, ele traçou o caminho do trabalho em comum. Estes deverão conservar para a África o ideal de um modo colectivo de descoberta da verdade e criar as condições práticas desse saber comunitário, porque ele é ele próprio a condição de uma libertação política de África.

Aos africanos, o velho sonho africano: pensar e realizar a Unidade Africana. Diferente do que acabou por se tornar a OUA, um clube de déspotas que se protegem mutuamente. Diferente também desta União Africana que calca as estruturas e o seu discurso sobre a União Europeia, que queria antes de tudo constituir-se em Comunidade Económica Africana. Há uma diferença simétrica entre a União Europeia e a Unidade Africana: no primeiro caso, uma superestrutura sem infra-estrutura; no segundo, uma infra-estrutura sem superestrutura. Quero dizer que não existe nenhum “povo europeu”, enquanto que existe um povo africano. Até nos bares de reggae miseráveis da periferia de Ouagadougou podem-se encontrar jovens que nem sequer têm vinte anos e que sabem manter numa frase com a mais perfeita coerência os nomes de Lumumba, Nkrumah, Hailé Sélassié, Ben Bella e de Mandela. Quantos jovens parisienses sabem que é verdadeiramente Adenauer? A União Africana cria uma

superestrutura abstracta e separada do povo africano; a Unidade Africana só poderá acontecer, se quiser ter sucesso, nele e por ele.

Assim, reclamar a supressão da dívida dos países africanos é louvável, mas não basta. Os altermundialistas, que acabam de se reunir em Nairobi, vão mais longe propondo pôr em causa a ordem económica mundial que produz a dívida dos países africanos, mas esta ambição honrosa não é ainda suficiente. Ki-Zerbo tinha compreendido isso: é preciso tomar o poder. Quando ele falava da Unidade Africana, falava de uma verdadeira revolução. É claro, pode-se derivar esta palavra para falar, por exemplo, de “revolução industrial” ou de “revolução social”. Mas a verdadeira revolução aconteceu instantaneamente na consciência dos homens. Ora, o que nos mostraram as lutas pela independência é que são os factos políticos que transformam instantaneamente as consciências dos homens. O percurso do Professor terá assim sido, como independentista, de libertar as consciências africanas e, como historiador, de revelar a sua comunidade de destino. Cabe-nos a nós africanos, libertar esse destino de África, quer dizer, determinar-lhe o conceito. Isso será a obra dos filósofos. Mas quer dizer igualmente, acabar as independências abolindo-se as nossas fronteiras. Isso será obra de todos. Desde já, unam-nos! Fundemos o partido da Unidade Africana! E prometamo-nos a nós próprios: em menos de cinquenta anos, a Unidade Africana.

Era este o objectivo último da sua vida e era sempre ele que ele perseguia no seu combate burkinabe. Fazer acontecer a justiça num ponto de África, era fazê-la acontecer para toda a África. Era este objectivo que o fazia continuar quando tudo parecia estar perdido, como depois da repressão das manifestações que se seguiram ao assassinato de Zongo. Ele ia fazer oitenta anos e lutava ainda. Em 2002, ele fez assim uma nova campanha legislativa e o PDP obteve 10 assentos de deputados. Na assembleia nacional, ele continuou incansavelmente a pedir que fosse feita justiça para Zongo – até ao congresso do PDP de Fevereiro de 2005 quando, apanhado pela doença, ele renunciou.

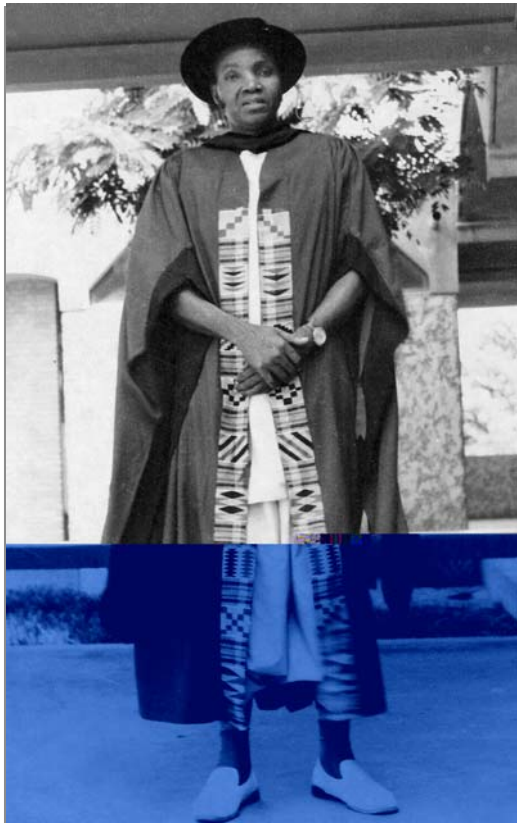
O Professor Joseph Ki-Zerbo morre a 4 de Dezembro de 2006, com 84 anos, na sua casa de Ouagadougou. Como dizem os burkinabes: “Que a terra do Burkina-faso te seja leve”.

Notas

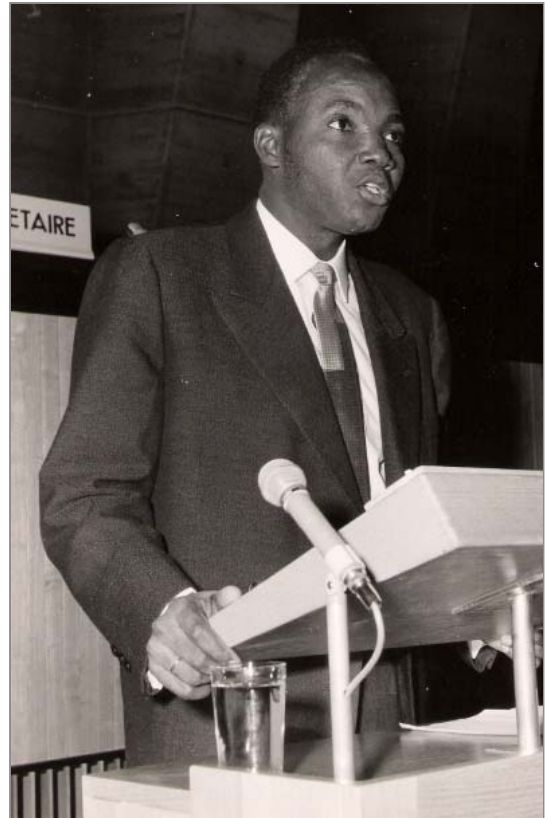
1. Esta conferência realizou-se a 10 de Março de 2004, no quadro da Semana Árabe da École Normale Supérieure de Paris.
2. Amílcar Lopes Cabral (1924-1973), homem político da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, fundador do Partido Africano da Guiné e Cabo-Verde, que conquistou a independência para estes dois Estados colonizados por Portugal. Morreu assassinado a 20 de Janeiro de 1973 em Conacri, seis meses apenas antes da independência da Guiné-Bissau. Os seus assassinos seria membros do seu partido, aparentemente manipulados pelas autoridades portuguesas e beneficiando de cumplicidades ao mais alto nível no Estado guineense. Amílcar Cabral não viu nunca o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde por Portugal a 10 de Setembro de 1973.
3. Princípio enunciado assim: “Muitos intelectuais estão recuados nos países ricos, num exílio por vezes forçado, mas mais frequentemente voluntário. Alguns queixam-se das condições materiais difíceis e do clima de sufoco psicológico e moral que lhes infligem as autoridades políticas dos Estados. Há um problema a analisar objectivamente, pois a matéria cinzenta é o capital mais precioso. Mas não é cortando-se psicologicamente do povo que se pode guiá-lo ou falar em seu nome. Que dizer então dos intelectuais que só produzem para se enriquecerem, mesmo que para isso tenham que arrastar a sua pátria na lama? (...) Mas “ser povo” não consiste para um intelectual em conceder-se tempo para um outro banho popular. O populismo de pacotilha não tem nenhum impacto cultural profundo. É preciso, segundo a palavra de Frantz Fanon, “muscularmente colaborar”, quer dizer associar-se o máximo possível à vida diária do povo” in (*La Culture africaine* 1969 : 343).
4. O Alto Volta é constituído em 1921 dentro da AOF. O Estado foi dissolvido em 1932, depois reconstituído em 1947. Acede à independência em 1960. A 4 de Agosto de 1984, torna-se no Burkina-faso.
5. Ver nomeadamente a biografia do seu pai por Ki-Zerbo (1983).
6. O “reino do Kongo” estabelece-se primeiramente no século XIV, no curso inferior do Congo. Cf. (Ki-Zerbo 1972 : 182 e seguintes).
7. Conferência reunida por iniciativa de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885, durante a qual, para parar os conflitos entre colonizadores, foram estabelecidas as regras da conquista de África.

Referencias

- Bloch, M., 2005, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Préface de Jacques Le Goff, Paris : Armand Colin.
- Braudel, F., 1979, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris : Armand Colin.
- La Culture africaine, le symposium d'Alger, 21 juillet-1e août 1969*, 1969, Alger : SNED.
- Diop, C. A., 1954, *Nations nègres et Culture*, Paris : Présence africaine.
- Fanon, F., 2002, *Les damnés de la terre*, Paris : La Découverte.
- Hegel, F., 1979, *La raison dans l'histoire*, trad. K. Papaioannou, Paris : Plon 10/18.
- Husserl, E., 1999, *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale*, trad. G. Granel.
- Troisième annexe, *La crise de l'humanité européenne et la philosophie*, Paris : Gallimard.
- Kant, E., 1991, *Qu'est-ce que les Lumières ?*, trad. J.-F. Poirier et F. Proust, Paris : Garnier-Flammarion.
- Ki-Zerbo, J., 1972, *Histoire de l'Afrique noire*, Paris : Hatier.
- Ki-Zerbo, J., 1983, *Alfred Diban, premier chrétien de Haute-Volta*, Paris : Cerf.
- Ki-Zerbo, J., 1990, *Éduquer ou périr*, Paris : Unesco.
- Ki-Zerbo, J., dir., 1992, *La Nette des autres : pour un développement endogène en Afrique*, Actes du colloque du CRDE organisé à Bamako en 1989 sur le thème du développement endogène, Paris : Karthala et Dakar : Codesria.
- Ki-Zerbo, J., 2003, *À quand l'Afrique ?*, Entretien avec René Holenstein, La Tour d'Aigues F-84240 : Éditions de l'Aube (Diffusion Seuil) ; Genève : Éditions d'en bas.
- Ricœur, P., 1955, *Histoire et Vérité*, Paris : Seuil, Coll. Esprit.
- Senghor, L. S., 1948, *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française précédée de Orphée noire* par J.-P. Sartre, Paris : PUF.
- UNESCO, Paris, 1980, *Histoire générale de l'Afrique*, tome I, Paris : Unesco.
- UNESCO, Paris, 1986, *Histoire générale de l'Afrique*, édition abrégée, Paris : Présence Africaine, Edicef, Unesco.
- Weber, M., 1963, *Le savant et le politique*, Préface de R. Aron, Paris : Plon 10/18.



Professeur Joseph KI-ZERBO, Dr Honoris Causa da Universidade LEGON, Acra, Gana (1964)



Uma intervenção na 1' UNESCO. Joseph Ki-Zerbo era um orador durante conferências internacionais



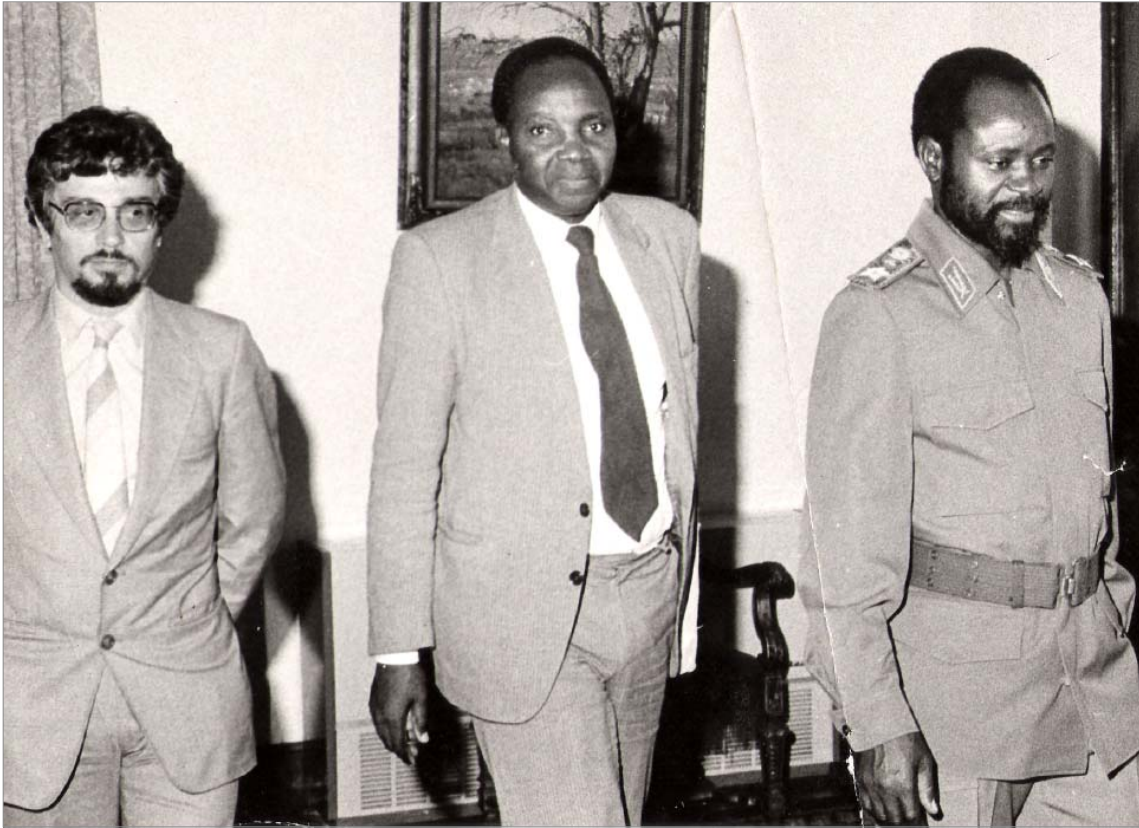
Primeiro professor voltaico no liceu clássico moderno, actual Philippe Zinda Kabore de Ouagadougou



Estudantes africanos saindo de uma conferência que o Professor Joseph Ki-Zerbo acaba de dar na Escola de Jornalismo de Yaoundé.



Jacqueline e Joseph Ki-Zerbo, Anos 1970, Québec



Joseph Ki-Zerbo conduzindo uma delegação da Internacional Socialista ao Presidente Sãwora Machel, Maputo, 1983



Joseph Ki-Zerbo interrogado por jovens jornalistas



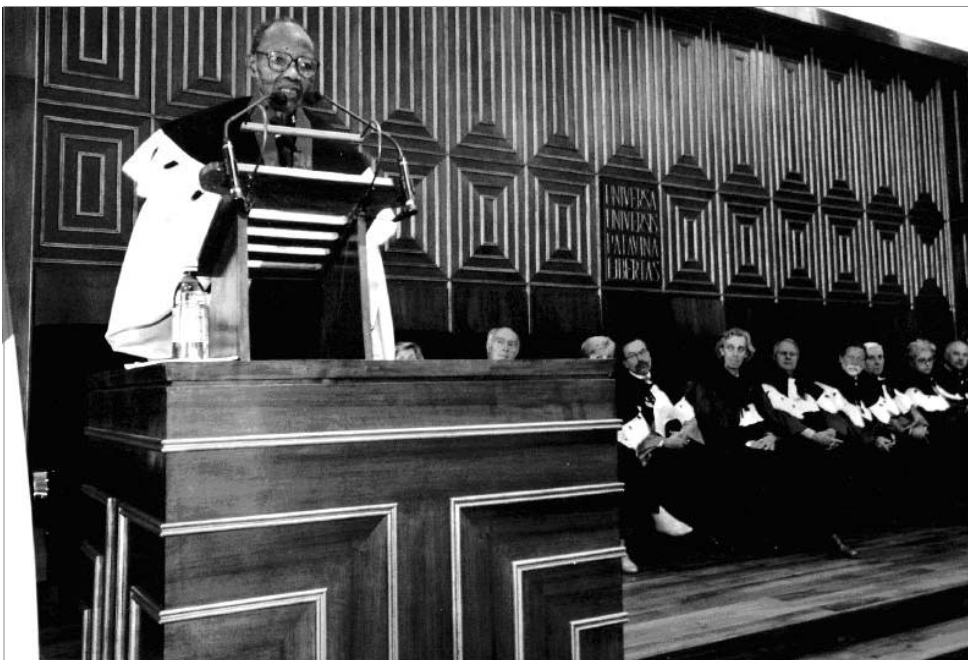
Joseph Ki-Zerbo acompanhado por Alioune Tine, discutindo com Joseph Ndiaye, conservador da casa dos escravos de Gorée.



Joseph Ki-Zerbo em diálogo com jornalistas pan-africanistas em Barako.



Réunião do Juri para a atribuição do prémio Simón Bolívar no gabinete do Director Geral da UNESCO, Sr. Amadou Mahtar B' BOW



Joseph Ki-Zerbo vencedor do prémio Prix Nobel Alternativo, « Right Livelihood Award », Estocolmo 1997



Berlin ano 1970 : Joseph KI-ZERBO na companhia do Presidente de Clube de Roma, Aurelio PECCEI, de um historiador nigeriano e um diplomata serra Leonés



Joseph KI-ZERBO e Cheikh Anta DIOP



Jaqueline e Joseph Ki-Zerbo, au no regresso de Paris onde o Professor tinha recebido o premio « RFI-Testemunha do mundo », conquistado pelo premio do seu livro : *Para quando a Africa ?* (2003) Fotografia feita a 24 de Março de 2004 em Ouagadougou



Casa da UNESCO em Paris, 14 de Junho de 1983

Joseph Ki-Zerbo e a luta pela independência

O professor Ki-Zerbo incarnava muitos personagens de envergadura: um intelectual cosmopolita que fez os seus estudos universitários na Sorbonne com o célebre Fernand Braudel; um historiador nacionalista que tinha fé na revalorização e na prática das tradições africanas autóctones; um militante engajado que trabalhou para a mudança do seu país, o Burkina-faso, em particular, e da África em geral; e defensor da cultura africana que colocava a África no centro da civilização mundial. Combinadas, estas diversas facetas simbolizam uma viragem na história africana, a saber a passagem da era colonial para a era pós-colonial, uma transição não somente vivida, mas estudada por Ki-Zerbo. A sua vivência e as suas pesquisas deram nascimento a uma nova visão da África, que deveria forjar um futuro que não estaria dissociado do seu passado. O presente era, todavia, uma nova época, de transição, mas uma época na qual era preciso imperativamente negociar-se com as forças da tradição e da modernidade. A história, a julgar pelos seus escritos, mudou-se em política – a arte de delimitar o passado, de viver o presente e de forjar-se um futuro. Mas, assim como a política, a história confunde-se com a construção das nações, por intermédio das narrativas e da memória históricas. Nós celebramos a memória de Ki-Zerbo porque ele contribuiu para se fazer conhecer o passado de África. Nós prestamos-lhe homenagem porque ele fazia parte dos que se preocupavam ao nível mais elevado, com a sorte da África. Ele dava realmente muita importância ao desenvolvimento do seu país e do continente.

Momentos chave

A época colonial marcou a primeira infância e a educação de Ki-Zerbo, nascido no Burkina-faso (Alto Volta na época) em 1922, no momento em que as potências coloniais tinham consolidado a sua permanência em África e estavam persuadidas, na sua arrogância, de que a Europa ia perpetuar o seu reino. A primeira guerra mundial acabava justamente de terminar e ninguém esperava o rebentar da segunda guerra mundial e as mudanças espectaculares que se seguiriam, incluindo a

Toyin Falola
Universidade do Texas em Austin.

queda do império colonial europeu. Ele fazia parte dessa classe restrita de privilegiados da sua geração que frequentava a escola europeia. Como era de se esperar, o ensino era marcado pelo seu carácter, ao mesmo tempo francês e colonial, o que implicava uma extirpação dos africanos das suas raízes e a sua imersão num quadro ocidentalizado. A ideologia colonial, inculcada por intermédio do sistema educativo, era o meio de influenciar a mente e o físico. Embora seja verdade que Ki-Zerbo tenha descoberto o francês por esta via, a sua vida adulta faz pensar que ele se serviu deste ensino para evoluir, sem esquecer as suas origens nem as suas tradições, e conseguiu, nomeadamente, preservar uma parte do passado e utilizá-la a serviço do desenvolvimento. Ele manifestava um profundo respeito pelas culturas africanas. Gostava de tomar como fonte de referência as histórias, o saber e os provérbios Samo e burkinabes, não apenas para alimentar a conversa, mas para pôr em destaque conhecimentos e uma visão não ocidentais. Na busca do desenvolvimento, ele propunha revalorizar o *know-how* tradicional e fazer dele um instrumento de mudança progressiva.

Ki-Zerbo atingiu a idade adulta durante o período anti-colonial em que os africanos lutavam pela independência. Para uma geração cheia de esperança, a resistência ao regime colonial tinha subjacentemente perspectivas optimistas, a saber, que a transferência do poder aos africanos levaria a mudanças rápidas. Ele foi então para França, para fazer os seus estudos superiores, onde conseguiu ser professor titular de história e terminou a parte curricular do seu curso no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Esse percurso universitário foi a base do seu apego profundo aos estudos transdisciplinares e as suas obras atestam nitidamente a sua capacidade de se inspirar em diversas fontes e disciplinas, assim como as suas con-

tribuições para o desenvolvimento, que são o testemunho de uma consciência aguda em relação à possibilidade de conciliar a tradição com a modernidade.

Obra intelectual

A sua reputação estabelece-se nos anos 1960 e foi consolidada por duas importantes obras cujo impacto ficará sempre vivaz. Esses livros fizeram dele uma personalidade ímpar na sua qualidade de africanista, de historiador e de intérprete esclarecido das tradições orais. O primeiro, *Histoire de l'Afrique noire*, foi publicado pela Hatier em Paris em 1972, e o segundo, o Vol. 1 da *Collection UNESCO de l'Histoire générale de l'Afrique*, publicado em 1980. Ambos atestam uma firme vontade de restituir o seu orgulho à África. Essas obras de Ki-Zerbo foram premiadas enquanto viveu. Christophe Ehret, no termo de uma análise muito crítica de *Méthodologie et préhistoire africaine*, qualifica-a de “obra preciosa de referência que tem o seu lugar em qualquer biblioteca universitária, ou outra”.¹ John D. Hargreaves saúda a *Méthodologie et préhistoire africaine* por esta ter permitido “difundir” os frutos de pesquisas sobre a história moderna”.² A *Histoire de l'Afrique* foi largamente plebiscitada na sequência de um apelo de um crítico literário de renome que pediu a toda a comunidade africana francófona que manifestasse a sua gratidão a Ki-Zerbo pelo seu trabalho, a sua perspicácia e pelo seu realismo.³

A *Histoire de l'Afrique* passa, a justo título, pela primeira obra de envergadura, que conta com mais de setecentas páginas, escrita por um africano sobre a África. Actualmente este livro serve de manual, dado o grande número de obras que foram publicadas desde essa altura. Na sua primeira publicação, fazia pensar numa obra de síntese dos conhecimentos e interpretações que prevaleciam nos anos 60. Embora fosse autoridade na matéria, ele aceitava de bom grado diversas interpretações e conclusões sobre diversos aspectos da história africana. A linguagem era bela e certas fórmulas são, mesmo quando as releio, de uma beleza encantadora. Sem esta pertinência da afirmação, uma obra tão volumosa teria

sido fastidiosa de se ler e não teria provavelmente marcado durante muito tempo os espíritos. Bem ilustrada em trinta longas páginas, com uma bibliografia detalhada, este livro reserva um lugar preeminente na história da África Ocidental, que ocupa um quarto do volume e recebe uma atenção considerável para o período que vai do século VII ao século XIX. A África do Norte está relegada para segundo plano, e a época colonial é tratada superficialmente.

Algumas características evidenciadas neste livro marcaram a longa carreira do Professor Ki-Zerbo. Ele tinha aquela arte de fazer generalizações segundo uma necessidade determinada, mas não deixava de as sustentar com provas pertinentes e judiciosas. O orgulho que ele tinha de África na era pré-colonial era notável. Na sua opinião, a época mais ilustre de toda a história de África situava-se entre o século XII e o século XV, quando os africanos geriam com brio as suas estruturas políticas e instituições e o impacto dos contactos externos lhes era benéfico.

Ki-Zerbo não parava de insistir nas consequências dramáticas da intrusão ocidental em África. O balanço que faz do comércio transatlântico dos escravos é trágico e faz valer que o impacto deste tráfico a nível demográfico estava na origem do subdesenvolvimento. Ele considerava a população assim subtraída a mais de 50 milhões de indivíduos, cifra deitada por terra pelos estudos ulteriores. Segundo, os africanos, na sequência da abolição da escravatura no século XIX, esforçaram-se para restaurar a idade de ouro que tinha prevalecido, mas a intrusão europeia tornou os seus esforços vãos. Condenava também o colonialismo europeu, bem como a dominação pós-colonial, daí a sua pergunta fundamental:

Como explicar o fenómeno pelo qual o custo da acumulação das riquezas e do desenvolvimento no mundo se repercutem sempre sobre África pelo marasmo e pela sua incapacidade de arrancar? Como é que o que é investimento humano em outros sítios se torna em sacrifício aqui? 4

Era editor do Vo. 1 da *Collection UNESCO de l'Histoire générale de l'Afrique: Méthodologie et Préhistoire africaine*.⁵ Esta edição que faz parte de uma série de oito volumes, é um dos projectos académicos mais ambiciosos do século vinte. Nos anos 90, a UNESCO apoiou a

publicação das edições resumidas desses volumes, em livros de bolso, e Ki-Zerbo co-editou, com D. T. Niane, o Vol. 4 sobre *L'Afrique du douzième ou seizième siècles*.⁶ O projecto da UNESCO, concebido desde 1961, levou bastantes anos para ser conseguido. Em 1970, a organização criou o Comité Científico Internacional para a redacção da *Histoire générale de l'Afrique*, com o apoio de Ki-Zerbo que se tinha então tornado suficientemente conhecido participar neste exercício. Esta série tinha como objectivo, como explicou o Professor B. A. Ogot, presidente do comité até 1983, estabelecer uma primeira síntese, sugerir domínios a explorar posteriormente e promover, por intermédio da história das ideias, a unidade do continente africano. A carreira de Ki-Zerbo prova que ele acreditava nessas ideias. Com efeito, Ki-Zerbo e os seus colegas tinham fé na utilidade da história. Descolonizar a história de África acabava por ser estabelecer uma história autêntica de África, segundo as afirmações de Amadou-Mathar M'Bow, director geral da UNESCO de 1974 a 1987. Num ímpeto entusiasta, o director geral declarou-se convencido de que os volumes da série respondiam à necessidade popularizar a história africana e incitariam novas gerações a ter um olhar positivo sobre o seu passado.

Esses volumes da UNESCO deixam transparecer a fertilidade da imaginação de Ki-Zerbo em matéria histórica. Desde o início ele era resolutamente pan-africanista. Os livros cobriam todo o continente africano, rompendo assim com a tradição eurocêntrica que afastava a África do Norte. Assistia-se assim à inclusão das regiões arabófonas. Para além do facto de que Ki-Zerbo insistia na reconstituição geográfica, vê-se claramente que ele levava a peito rejeitar a exclusão do Egipto e o resto da África do Norte do continente. Constata-se igualmente que o volume que ele publicou vai muito para além da sua *Histoire de l'Afrique* em termos de precisão das fontes históricas e da metodologia. Ele tinha um saber enciclopédico e o volume em causa, fonte de referência de primeira ordem para os pesquisadores, é de facto uma obra-prima. Ele tolerava a multi-plicidade e as divergências de pontos de vista. As tensões saltam aos olhos na *Méthodologie*, como testemunha o anexo de David Dalby no capítulo de Greenberg sobre a classificação das línguas africanas.

Ki-Zerbo transformou a história em observatório para compreender o patriotismo, quer cultural, quer político. As suas duas obras citadas em referência podem ser consideradas, com efeito, como manifestos políticos. Uma delas é uma enunciação na qual a voz de um africano conta a história do seu próprio povo. No começo da carreira de Ki-Zerbo, os trabalhos académicos de redacção de história africana estavam no estado embrionário e era mesmo impossível dedicar-se a este exercício em certos meios. Embora a historiografia ocidental tenha deliberadamente ficado silenciosa em relação à historiografia africana, Ki-Zerbo e os seus pares estavam lá para remediar. Esta missão de reparação era um acto de responsabilidade individual e de engajamento pessoal, uma missão para além da pessoa, um empreendimento colectivo.

Tal como atesta a *Méthodologie et préhistoire africaine*, Ki-Zerbo e os seus pares tiveram também que criar os instrumentos e abordagens necessários usando uma amostra de tradições que davam uma luz sobre o passado de África, bem como novos métodos de origem ocidental em matéria de descoberta e de exploração de fontes. Pode-se dizer que o mais complexo de todos os volumes, dadas as múltiplas expectativas a que os vinte e oito capítulos deveriam supostamente responder – uma análise de diversos historiógrafos; um “ponto de situação” dos conhecimentos em diversos domínios e regiões; a apresentação de resultados complexos obtidos em novos campos da linguística e da arqueologia históricas, etc. O período considerado é longo (e parece ser por vezes difícil de gerir), a saber os cerca de três milhões de anos da era denominada ‘pré-história’. Eu não aprovo esta distinção entre pré-história e história, mas era de bom tom, nos anos 60, criar esse género de separação artificial.

A *Histoire de l'Afrique* e a *Méthodologie et préhistoire africaine* foram possíveis de realizar graças ao apoio de colaboradores e à consulta dos trabalhos existentes. Qualquer pesquisador que publicou uma obra sabe o quanto é difícil organizar os seus pares e o quanto é ainda mais chegar-se a um consenso e gerar um património intelectual. Ki-Zerbo conseguiu criar esse património e levar a cabo os seus árduos empreendimentos. Realizar uma obra tão volumosa foi um exercício difícil, tanto mais que era preciso assegu-

rar uma repartição equilibrada dos autores por disciplina, nacionalidade e raça. Assim, a obra em si constitui um desempenho notável em matéria de cooperação internacional. O comité de redacção internacional para todo o projecto reflectia uma certa diversidade – vinte e quatro pesquisadores de África, dois do ex-bloco soviético, seis dos antigos países membros da OTAN e quatro provenientes de outras regiões do mundo. As reuniões deram lugar à organização de seminários de alto nível. O caminho do consenso foi árduo e longo e, uma vez lançados os trabalhos de redacção, foi difícil impor-se prazos.

A *Méthodologie* caracteriza-se pela diversidade dos domínios cobertos e dos autores, mas Ki-Zerbo soube perfeitamente harmonizar tudo através da sua 'Introdução' e da sua 'Conclusão' do volume. O destaque dado à interdisciplinaridade é nítido e audacioso. A *Méthodologie* é mais do que um livro de história, pois toca na geografia histórica, no clima, na evolução dos hominídeos, na difusão dos metais e a muitos outros aspectos. Ki-Zerbo insistia na necessidade, para os seus colaboradores, de se reconhecer a interdisciplinaridade (que ele considerava, de resto, como uma 'fonte'); a importância de se perceber a história africana de dentro, que nunca mais deveria ser 'avaliada segundo valores estrangeiros',⁸ e a necessidade de se dar destaque à unidade continental – a história dos povos da África inteira, incluindo a parte continental e as ilhas vizinhas como Madagáscar, segundo a definição consagrada pela carta da OUA.⁹ Ele prevenia-nos em relação ao facto de se deixar suplantarem as nossas narrativas históricas pela história das forças e agentes externos:

Mas a parte essencial centrar-se-á nas civilizações, instituições, as estruturas: técnicas agrárias e metalúrgicas, artes e artesanato, circuitos comerciais, concepções e modificações do poder, cultos e pensamento filosófico ou religioso, problema das nações e pré-nações, técnicas de modernização, etc.¹⁰

Ki-Zerbo escolheu deliberadamente um projecto cultural. Ele não se contentava em contar a história de África, mas teimava sobretudo em pôr um carimbo de autenticidade às tradições de antigamente do continente. Considerava a cultura africana na sua diversidade como uma tradição viva, rejeitando a ideia de que o passado de África estava acabado. A

Méthodologie demonstra a importância para a África do seu passado para o presente, citando o exemplo dos peuls e dos mandingues, entre outros. A autenticação das fontes orais tornava-se desde logo um aspecto da autenticação do passado propriamente dito. Com efeito, não se deve confundir a escrita e o saber, como observava um dos autores (Hampaté Ba). A África não fosse talvez rica em fontes escritas, mas era-o em saber. Esse saber tinha sido transmitido à geração actual e era caso de o explorar e respeitá-lo.

Professor, homem político e defensor da cultura

Ki-Zerbo estava consciente da missão atribuída à sua geração e fazia tudo para não a trair. Recebeu o melhor que podia oferecer o sistema educativo colonial, sem cair na armadilha da tentação que eram as vantagens que ele prometia aos indivíduos e não à sociedade propriamente dita. Muitos africanos da sua geração, de todas as regiões do continente, foram seduzidos pelas vantagens da mobilidade inerentes ao ensino colonial. Para as vítimas desta tentação, a educação tornava-se num meio de adquirir riqueza e poder, de tradições africanas, chegando mesmo a exaltar as virtudes do passado, ou melhor, a se servirem do passado na arena política actual. Ele inspirava-se ao mesmo tempo no ensino ocidental e no seu saber intrínseco para falar do futuro da África.

Ki-Zerbo era um professor de história. Foi na França que ele começou a sua breve carreira de professor em 1956 e, em 1958, foi para Conacri onde permaneceu durante um ano. Gostava de falar da sua experiência naquela cidade, no momento em que Sékou Touré carregava promessas e esperanças. A Guiné permitiu-lhe manifestar o seu anticolonialismo radical, juntando-se aos militantes que rejeitaram a constituição francesa de 28 de Setembro de 1958, iniciativa imperialista tomada por De Gaulle para manter para sempre as colónias sob o jugo. No momento em que os franceses conspiravam para pôr a Guiné de joelhos, Ki-Zerbo e os radicais da época entreviam um futuro melhor para esse país. As dissensões políticas eram moeda corrente, e Touré criticava muitas pessoas pelas suas concepções ideológicas. Ki-Zerbo voltou finalmente em 1960 para o seu país que estava confrontado com uma falta de professores e de pessoas instruídas, bem como com um sistema educativo rudimentar.

Único professor titular, Ki-Zerbo recebeu logo todas as honras. Não apenas ele ia supostamente ensinar, mas tinha o dever de participar também na elaboração das políticas para um melhor acesso à educação. Tornou-se numa autoridade que formou professores e tomou iniciativas para democratizar o ensino. Ensinou assim na escola secundária e no Centro de Ensino Superior de Ouagadougou, exercendo ao mesmo tempo as funções de inspector das escolas, de director-geral da educação nacional e de professor de história na universidade de Ouagadougou.

Gravou com letras de ouro o nome do seu país no mapa de África, por ter sido o seu mais ilustre embaixador intelectual. Esforçou-se resolutamente em promover no seu país a cultura africana na sua diversidade, fazendo-se sempre notar nos fóruns e organismos internacionais. Eu vi-o no Brasil alguns meses antes da sua morte, na grande conferência organizada pela União Africana em 2006 e da qual o governo brasileiro foi anfitrião. Muito antes dessa data, ele tinha jogado um papel de primeiro plano na UNESCO (onde esteve no Conselho Executivo de 1972 a 1978), na Organização da Unidade Africana e em diversas instâncias em matéria de elaboração de programas escolares e de projectos de produção histórica. Em todas essas actividades ele considerava a educação como um instrumento de desenvolvimento.

Ao longo do tempo, ele concebeu uma filosofia da educação de carácter específico. Algumas dessas ideias estão expostas em grandes obras.¹² A educação deve ser interdisciplinar, para que os problemas possam ter soluções de diversas fontes. A prática e a teoria são indissociáveis. O passado deve integrar-se no presente e a África deve beneficiar das redes mundiais. Em 1980 criou a sua própria ONG para pôr as suas ideias em prática. Esta ONG denominada Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDA), tinha como objectivo fazer pesquisas cujo segredo é de facto detido pela nossa terra... que permitem integrar a protecção do meio ambiente, a praxis social e a identidade cultural, sectores chave que são regularmente relegados para segundo plano em projectos de desenvolvimento. Durante o seu exílio, ele reimplantou o CEDA no Senegal onde organizou vários encontros académicos e publicou obras.

Ki-Zerbo, como a maioria dos africanos, preocupava-se com a pobreza e a boa

governança, usando de todos os seus recursos para resolver esses problemas. Se é verdade que os seus dois livros de história evocados acima tratam superficialmente as realidades económicas e políticas contemporâneas, o melhor meio de precisar as suas ideias sobre a libertação africana e ler o seu longo ensaio 'Le Développement clés en tête',¹³ que defende que as respostas para o problema do desenvolvimento residem nas nossas próprias mentes e espíritos. Para falar em termos de simbólica autóctone, os africanos devem servir-se da sua cabeça e do seu espírito para encontrar soluções para os problemas. Na sua opinião, a história tinha-se tornado um recurso, um modo de vida, um paradigma. Ele demonstrou a viabilidade das suas ideias em matéria de práticas económicas, insistindo, por exemplo, no facto de que os agricultores locais deverem combinar as práticas seculares com as tecnologias modernas.

Naturalmente, o seu país tirou proveito da sua presença. Amadé Badini, um jovem colega e intelectual burkinabe de renome, atestou a influência de Ki-Zerbo em termos muito elogiosos: É uma figura simbólica das lutas contemporâneas da África negra e goza praticamente de um estatuto de lenda viva no seu próprio país, fazendo pairar a sua aura, omnipresente, se bem que por vezes discreta, sobre todos os grandes acontecimentos da vida pública no Burkina-faso.¹⁴ Ele deixou as salas de aula para entrar na arena política do país, com uma grande ambição – dirigir um partido político e dotar-se de meios de acção. Nesta óptica, criou em 1958 o Movimento de Libertação Nacional, partido político que prometia mudar o Burkina-faso. Ao longo dos anos, o partido foi rebaptizado, primeiro como União Progressista do Alto Volta, e depois como Partido para a Democracia e Progresso, mas a visão continuava sendo fundamentalmente a mesma. Apesar do espaço democrático reduzido, ele aproveitava qualquer abertura que se apresentava para passar mensagens políticas e organizar as populações. Embora o momento não se prestasse a declarações públicas, ele procedia de maneira indirecta para influenciar a vida política. Nos anos 90, tornou-se, em favor do restabelecimento da sua formação política, membro do parlamento e chefe do partido da oposição.

A meu ver, Ki-Zerbo tinha uma tese – decerto contestável – que era que os intelectuais deveriam gozar de poderes polí-

ticos, ou que os que estão no poder deveriam ser filósofos. Mas um partido de intelectuais arrisca-se a transformar-se numa elite restrita incapaz de massificar a democracia. As grandes ideias merecem ser traduzidas em projectos viáveis aos quais as massas pudessem aderir e participar. Uma leitura correcta do seu pensamento indica que ele pediu aos intelectuais para estarem na vanguarda da evolução política criando uma 'neo-civilização africana progressista'. Ele estava convencido que os seus conhecimentos podiam contribuir com elementos úteis do passado, sanear a cultura dos nossos antepassados, derrubar a cultura ocidental imposta e conceber um novo produto de síntese.

Ele privilegiava os intelectuais em relação aos políticos. Na sua opinião, os intelectuais eram nómadas que se encontrava em qualquer lado: eram inacessíveis, independentes, críticos, chamados a mudar, a ultrapassar e a contornar os outros.¹⁵ Ele respeitava os intelectuais engajados que, segundo ele, estavam na 'vanguarda da cidadania responsável'. Esse engajamento, para um intelectual, não estava isento de riscos – Ki-Zerbo foi ele próprio exilado pelos militares durante muito tempo, de 1983 a 1992, e a sua biblioteca, cuja colecção estava avaliada em 11.000 obras, destruída pelo regime militar.

A herança de Ki-Zerbo

Em primeiríssimo lugar, devemos continuar a fazer valer as heranças múltiplas que o inspiraram e lhe insuflaram tanta energia na sua vida de professor, historiador, escritor e homem político. O fundamento desta autenticidade é uma referência. Ele tinha fé em África, tirava glória do seu passado. Apenas podemos dedicarmos a perpetuar esta tradição de autenticidade. A nossa obra permanece inacabada, mas os nossos objectivos são os mesmos do que os de Ki-Zerbo: obter a independência de África e libertá-la do jugo, e afirmar a sua identidade apoiada pelo seu próprio génio criador. Ele desafiava-nos para darmos provas de originalidade nas nossas reflexões. Não queria dizer com isso que nós não devêssemos procurar a educação fora de África – ele próprio se interessava pela filosofia grega, pela literatura clássica ocidental e por muitos outros domínios. O que ele nos pedia era que nos inspirássemos também nas profundas fontes de conhecimento das nossas sociedades autóctones e tirássemos partido de outras fontes para

nos desenvolvermos. Esta mistura intelectual, martelava ele, levar-nos-ia a afastar os modelos que não nos convinham. Devemos, como ele nos convidava a fazer, dar provas de criatividade, recorrer ao génio local e ao desenvolvimento endógeno. Ele não nos pedia que nos tornássemos prisioneiros do passado, mas que considerássemos o passado como uma fonte de referência crucial, garantindo-nos que éramos capazes de pensar por nós próprios. Somos exactamente como ele diante das contradições da nossa época – seja entre o passado e o presente, a tradição e a modernidade, a paz e o caos. Ele via um passado derreter-se no presente, e um futuro imprevisível e incerto. O mesmo acontece connosco.

Permitam-me concluir reiterando o que incarnava esse guru e que devemos cultivar: a afirmação da nossa pertença às grandes tradições de África; o culto da sabedoria africana; a fé que nos dá essa confiança em nós, enraizada num conceito de "autoconhecimento"; a capacidade de pensar por nós próprios; e a recolha de ideias de todas as origens e horizontes. Ki-Zerbo é doravante um antepassado que nos observa: tenhamos o cuidado de não fazermos coisas que o obriguem a fechar os olhos. A África pode renascer? Esta era a pergunta mais importante que colocava Ki-Zerbo durante a sua vida. Ele colocava essa pergunta por despeito – ele estudou uma época ilustre e viu a sua decadência, onde o continente não tinha um grande desenvolvimento em matéria de tecnologia, de ciência e de desenvolvimento. Cabe à nossa geração responder a essa pergunta: Sim, a África vai renascer.

Notas

1. Christopher Ehret, analyse, *African Studies Review*, Vol. 24, No. 4 (Dec. 1981), pp. 134.
2. Analyse dans *Africa: Journal of the International African Institute*, Vol. 54, No. 3, p. 111.
3. A. D. Roberts, analyse, *The Journal of African History*, Vol. 15, No. 1 (1974), p. 150.
4. Joseph Ki-Zerbo, 'African Intellectuals, nationalism and pan-Africanism: a testimony' in Thandika Mkandawire, ed., *African Intellectuals: Rethinking Politics, Language, Gender and Development* (Dakar and London: CODESRIA & Zed, 2005), p. 78.
5. J. Ki-Zerbo, ed., *UNESCO General History of Africa, Vol. 1: Methodology and African Prehistory*. Berkeley: University of California Press. London: Heinemann Books,

- 1981; London: Heinemann Educational Books, 1981.
6. J. Ki-Zerbo and D. T. Niane, eds., *General History of Africa, Volume 4, Africa from the Twelfth to the Sixteenth Century*, abridged edition. Berkeley: University of California Press; London: James Currey; Paris: UNESCO, 1997.
7. J. Ki-Zerbo, ed. *UNESCO General History of Africa, Vol. 1: Methodology and African Prehistory*, p. 16.
8. Ibid, p. 17.
9. Ibid, p. 20.
10. Ibid, p. 23.
11. E. A. Ayandele, *The Educated Elite in the Nigerian Society* (Ibadan: University of Ibadan Press, 1974).
12. J. Ki-Zerbo, *Educate or perish* (Dakar-Abidjan: UNESCO-UNICEF, 1990); et 'La natte des autres (pour un développement endogène en Afrique)', por ocasião dos trabalhos do colóquio sobre o Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Endógeno (CRDE), Bamako (Paris: CODESRIA/Karthala, 1989).
13. Documento apresentado no colóquio organizado pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Endógeno, Bamako, 1989.
14. Amadé Badini, 'Joseph Ki-Zerbo', (Paris, UNESCO: Bureau international de l'éducation), vol. XXIX, no. 4, 1999, p. 3.
15. Ki-Zerbo, 'African Intellectuals', p.79.

Joseph Ki-Zerbo: uma personalidade africana em acção

"Kwame Nkrumah, apóstolo da 'independência antes de mais nada', acrescentava imediatamente a seguir que ela não tinha sentido sem a unidade. Patrice Lumumba caiu vítima da identidade etnicista e imperialista que teleguiava Tshombe. A personalidade, é um papel que se atribuiu a si próprio e que se assume (persona). Apenas a identidade africana pode conferir um papel digno do continente no mundo" (*Repères pour l'Afrique*, p. 87).

Visivelmente desde o dia 4 de Dezembro de 2006, data do seu desaparecimento, a multiplicação de homenagens escritas e dos comentários torna possível a recolha de materiais de um discurso crítico, não necessariamente laudatório, sobre a obra de Joseph Ki-Zerbo. Esta utilização de um discurso crítico, que responde a uma imperiosa exigência de divulgação e, sobretudo, de abordagem e recepção científica, faz-se com tanto entusiasmo como se fosse talvez para cobrir uma lacuna. Com efeito, as dezenas de mensagens dirigidas pelos pesquisadores africanos e estrangeiros à família e à comunidade científica fazem também reaparecer a ausência de monografia.

Dadas as modalidades específicas da sua longa travessia pelo século XX, quer a nível intelectual e político, quer político, os estudos sobre essa obra não são muitos, contrastando com a sua grande popularidade e notoriedade no continente africano e no mundo, assim como com a prática jornalística internacional suscitando o desenvolvimento das biografias e estudos críticos dos grandes autores. Será preciso acreditar que, dado talvez o seu talento, raro, para exprimir os concei-

Lazare Ki-Zerbo
Organização Internacional
da Francofonia (OIF)

tos e verdades mais abstractas numa língua comum, embelezada por provérbios, o público *gostava* mais de ouvir que de escutar o historiador, e que os pesquisadores resmungavam, e então por que razão (ões) estudá-la? É verdade que o jargão parece ter-se tornado nesta época perturbada do pós-modernismo e do pós-colonialismo, um indicador da competência e que a metafísica mais sofisticada avança desde então sem complexos no terreno das ciências sociais, e mesmo da historiografia. A eloquência do "velho", do "Professor" ter-se-á voltado contra ele no campo científico onde a objectividade deveria rimar com aridez de linguagem ou mesmo esoterismo? A acessibilidade das suas afirmações, muitas vezes difundida nas ondas das rádios nacionais e internacionais, e audível nas mil palestras que ele deu, terá tornado menos urgente a tarefa apesar de tudo necessária de *ler* nas bibliotecas, de modo aprofundado? Ou ainda, terá sido uma personalidade tão liberal, com uma relação muito distante com a *autoridade* entendida como virtude própria ao comando dos homens, que ele teria querido fazer (ou quis fazer) *escola*, a nível político ou científico, hipótese mais pessimista ainda do que a feita por um jovem professor burkinabe que me perguntava recentemente num e-mail: terá ele sido mais *útil* a nível científico ou a nível político? Interrogação menos urgente e vital, é verdade, do que a interrogação

desta criança tropa do prítaneu militar Charles N'Tchoréré de Saint-Louis no Senegal, no início dos anos 80: "porque é que o teu pai não recruta no exército (voltaico)"? Estava-se na véspera dos golpes de estado reformistas e depois revolucionários de 1960 e 1983...

O jovem professor de Niangologo (posto administrativo do Burkina Faso antes da Costa do Marfim) presentia a gravidez, talvez não a primazia do intelectual sobre o político quando levantava assim a questão dilemática: a da identidade gemelar daquele que eu gostaria de abordar aqui, não obstante a filiação biológica, senão como meu primeiro "Director" (eu fui responsável de projecto ao seu lado, no Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano - CEDA, Ouagadougou, Burkina Faso, de 1994 a 2004), pelo menos do ângulo da filiação e da crítica intelectuais? Este director de um centro de pesquisas reconhecido internacionalmente, era com efeito, *também* o presidente do Partido para a Democracia e Progresso (PDP), longínquo herdeiro do histórico Movimento de Libertação Nacional (MLN) criado no fogo da evolução pan-africana, no rasto do 6 de Março de 1957 (independência do Gana com Kwame N'Krumah, George Padmore, W.E.B. du Bois...) e na perspectiva do 28 de Setembro de 1958 (referendo francês sobre a constituição da V República, e para todos os territórios africanos, a independência ou a associação).

Pode-se arriscar a hipótese que, fora o próprio facto de que Ki-Zerbo ensinou relativamente pouco e de maneira contínua numa universidade³, se a obra conheceu poucas críticas sistemáticas (ela era

pioneira e paradigmática, talvez ao ponto de suscitar mais evitação do que crítica ou refutação), isso pode ser relacionado ao contexto político da guerra-fria, que poderosa e evidentemente marcou com a sua impressão não apenas o destino de toda a África, mas especificamente a prática das ciências sociais, a tal ponto que um intelectual não marxista era, nos anos 1970, atacado ou ostracizado por todos os lados em outros termos pelas diferentes obediências do marxismo. Ou então, ao contrário, a tonalidade marxista era tão marcada no próprio Ki-Zerbo que, como lembrava recentemente Jean Ziegler em Genebra, numa homenagem organizada na IUED, podia-se reconhecer nele um historiador materialista. Isso parece-me ser difícil de admitir dada a filiação explicitamente braudeliana (Ki-Zerbo 1972 e 1978) do método do historiador burkinabe. Todavia admito que o discurso anti-imperialista existe em Ki-Zerbo desde os seus artigos dos anos 1950 no jornal dos estudantes católicos *Tam Tam*, até ao seu apelo para uma Inter-africana das forças de desenvolvimento co-redigido com Mamadou Dia, e cuja plataforma do CEDA em 1980 tem incontestavelmente a marca.

Que esta plataforma tenha sido marxista ou não, a ligação entre o erudito e o político terá conseguido oberar o valor intrínseco da obra, em vez de apreendê-la filosoficamente numa leitura que eu qualificaria de kantiana e sistémica, como uma brilhante síntese entre razão científica e liberdade (razão prática)? Também não o creio. Penso que um dos grandes méritos desta obra é de ter sido, através de mediações ligadas aos instrumentos do espaço público, parcialmente mas relativamente bem restituída ao grande público, sendo sempre suficientemente robusta no plano científico, através das suas três principais aquisições, a saber, por ordem cronológica: a agregação (1956), *Histoire de l'Afrique noire* (1972), a direcção do Volume I da *Histoire générale de l'Afrique* (1980), *Éduquer ou périr* (1990), *Le Développement clés en tête* (introdução à *La Natte des autres*; 1992).

É menos para diminuir este valor científico do que para imaginar o horizonte eventual do seu desenvolvimento máximo que se coloca a questão: e se ele tivesse sido apenas cientista? Como se a geração nacionalista das independências pudesse não se engajar politicamente: era um momento histórico no qual muitos outros tiveram que se engajar contra a sabotagem

dessas independências, a sua confiscação pelos regimes neo-coloniais: Ibrahim Ly. Abdoulaye Moumouni... são por exemplo, entre muitos outros, ilustrações desta conjuntura histórico-político-intelectual.

A verdade é que, de facto, as novas contribuições feitas desde há alguns meses prefiguram o aparelho crítico kizerbiano: os artigos de David M. Soro (Universidade de Abidjan) em *Éthiopiennes* (Soro 2006)⁴, bem como os de Salim Abdelmajid e de Salif Yonaba no número especial de *Hakili*⁵, jornal do movimento do manifesto para a liberdade no Burkina Faso, sem esquecer uma biografia anunciada publicada por L'Harmattan, e sobretudo a publicação pelo CEDA de textos de Joseph Ki-Zerbo (2007). Se elas forem bem difundidas, vão dar uma nova consistência à obra escrita e desencadear, esperemo-lo, uma renovação dos estudos kizerbianos, a partir da sua memória escrita e não de simples lembranças⁶. Esses estudos esclarecerão de maneira mais precisa o *papel* de Ki-Zerbo em diferentes campos, em particular a historiografia africana contemporânea, e o pan-africanismo “francófono”. Elas permitirão tirar-se proveito da extraordinária riqueza das análises baseadas na intertextualidade, diria a poética da intertextualidade. O meu interesse por esta leitura cruzada dos textos foi renovado⁷ depois de ter contribuído para a elaboração pela Francofonia de uma recolha de textos sobre o *movimento panafricanista no século XX*⁸. A vida intelectual e científica nutre-se evidentemente de leituras aprovadoras ou refutadoras. Um epistema, ou seja uma economia textual, assim como uma economia mercantil, alimenta-se de empréstimos, de trocas, de citações, de imitações, de conflitos.

De entre as grandes citações ou leituras que se inserem no prolongamento das teses kizerbianas, pode-se citar, por exemplo, para além de Thierno Bah e Boubacar Barry, V. Y. Mudimbé⁹, mas também numa certa medida, K. Nkrumah (1988: 165)¹⁰. Não posso citar todos os historiadores, professores, jornalistas, intelectuais que, em África ou em outros lugares, em privado ou em público, reivindicam uma “dívida” mais ou menos importante, ou ter sido “inspirados” por J. Ki-Zerbo. Citarei, por exemplo, Elikia M'bokolo ou as explicações das obras publicadas nos EUA por Molefe K. Asante, ou Sheila Walker, apesar de tudo muito diferentes nas suas abordagens da historiografia africana.

De entre as leituras “refutadoras”: o hegeliano Pierre Franklin Tavarès (1990), Amady Aly Dieng (2006: 58-61), Aboubacry Lam (1994),¹¹ bem se pode dizer leituras centradas nos estatutos do Egipto faraónico na história de África, e da África na história universal, segundo Hegel ou Cheikh Anta Diop; e outras abordagens, nomeadamente as críticas de Mamadou Diouf (1999: 99-128) e Ibrahim Thioub (2005).

Devo dizer que é no mínimo surpreendente constatar que o professor Jean-Marc Ela, aparentemente bastante consciente das questões da citação, que publicou um ensaio sobre a pesquisa ligada ao desenvolvimento endógeno (Ela 2006)¹² ignora – passivamente ou activamente? – o texto de referência do Professor Joseph Ki-Zerbo: o desenvolvimento “clés en tête”.

Pela parte que me toca, gostaria de esboçar aqui, no quadro de uma reflexão sobre o pan-africanismo, uma apresentação da sua visão do *papel* da África, quer a nível científico, quer intelectual, podendo ser considerada como estruturalmente, ontologicamente, encaixado no que se enuncia como o grande desenho pan-africano. Apoio-me na recorrência no corpus kizerbiano do tema cinematográfico ou teatral, de que depende o conceito de papel no sentido dramaturgico. Penso ter encontrado uma confirmação, tardia, da minha construção interpretativa na frase citada para análise, apesar de a historiografia e a filosofia da história¹³, através da questão do sentido, da história, do direito também, poderem ser convocados.

Indústrias culturais e desenvolvimento endógeno « clés en tête »¹⁴

Que lugar ocupam as indústrias no desenvolvimento endógeno, tanto do ponto de vista prático, como do ponto de vista da teoria kizerbiana? Este é o primeiro nível da nossa reflexão. Por ter sido sucessivamente professor-pedagogo, administrador do sistema educativo e perito da Unesco, J. Ki-Zerbo teve particularmente contacto com duas dessas indústrias: a edição e a produção audiovisual. A concorrência desleal que faziam as imagens importadas à leitura e à escrita estava no centro das suas preocupações. A sua relação com a imagem é mediatizada pela linguagem das palavras: como todo o intelectual que desconfia da passividade mental que as imagens induzem, é a

imagem retórica mais do que a imagem no ecrã de que ele mais gosta e pratica. Só mais tarde lhe foi dedicado um filme. Para ele, o espaço público desenvolve-se pelo acto de escrever: obras científicas, artigos, manifestos, se a sua biblioteca pessoal não tivesse sido destruída por uma soldadesca instrumentalizada, são dezenas de milhar de manuscritos que ele teria legado à África e ao mundo.

Se bem que ele estivesse dotado de uma cultura clássica proveniente do seminário, é de um ponto de vista social e histórico que, em 1978, na sua comunicação ao Festival Pan-africano de Alger de 1969, J. Ki-Zerbo caracteriza a criação artística, em particular o cinema, como arte das massas, arte popular:

Se fosse então preciso escolher a qualquer preço, o cineasta africano deveria optar antes de tudo por uma ética social, quer dizer, pelo engajamento em relação ao seu povo; e não para ser mandarin, ou mercenário da película. Ser ou não ser. Ser um utensílio ou uma pessoa, este é o dilema para ele, assim como para o seu povo (Ki-Zerbo 1978 : 165).

O cineasta é ele próprio um actor do desenvolvimento, e a vida dos seus personagens, os “actores” deve exprimir isso.

Ele partilhou durante muito tempo a estigmatização das indústrias culturais dominantes pela intelligentsia pós sessenta e oito: viu-se nelas vectores de alienação, no prolongamento das teses freiristas ou da teoria crítica elaborada pela escola de Frankfurt, muito popular nos anos 70 (Freire 1974)¹⁵. Estavam vidadas a alienação social, cultural, mas também a alienação racial e sexual, dado que os símbolos machistas e falocráticos dominavam. As alternativas às indústrias culturais resultantes do sistema capitalista dominante (nomeadamente americano) são o cinema engajado do lado dos dominados, ou o recurso à leitura como actividade de despertar. Num outro registo, B. Anderson¹⁶ mostrou quem mostrou por exemplo, como é que a imprensa é a técnica de comunicação de massas que permitiu a cristalização de consciências nacionais.

Pode-se então considerar que a reflexão sobre as indústrias culturais que eu iniciei no CEDA há dez anos, juntava-se às preocupações teóricas anteriores de Joseph Ki-Zerbo, mas eu ignorava e ele próprio não o mencionou. Foi ao começar a recolha dos seus escritos em 2004 e 2005,

pouco tempo antes da sua morte, que me apercebi disso. Gostaria de me apoiar no trabalho realizado no CEDA para re-situar o contexto no qual a teoria kizerbiana conseguiu desembocar em resultados concretos, susceptíveis de dar as orientações de um cinema documentarista pan-africanista.

O *Étude sur les industries culturelles au Burkina Faso* foi realizado em 1997 pelo Centro de Estudos sobre o Desenvolvimento Africano (CEDA) por conta da UNESCO. Este estudo, conduzido pela Sra. Aminata Ouédraogo, o Sr. Souleumane Ouattara¹⁰ e o Sr. Clément Tapsoba, homens dos média, tinha como objectivo geral “estudar a dinâmica das relações entre o endógeno e o exógeno” nas indústrias culturais burkinabe apoiando-se no caso da televisão.

Tratava-se mais especificamente:

- de melhor delimitar as relações entre sistemas africanos de comunicação e as indústrias culturais modernas;
- ? de uma génese sucinta e o perfil da televisão no Burkina Faso: um levantamento da situação do sector audiovisual no país;
- de efectuar um diagnóstico dos programas televisivos difundidos no Burkina Faso, partindo da hipótese da sua extravasão, da sua inadaptação, com vista a se apreender os seus efeitos sobre a educação e sobre o campo das consciências colectivas e individuais;
- de determinar as implicações sociais, psicológicas e económicas do uso das indústrias culturais modernas dentro das famílias burkinabes;
- de fazer um diagnóstico sobre o impacto dos programas televisivos, sobre a educação, o cultural, a economia, o social, o psicológico e a família;
- de identificar o potencial de actividades próprias às sociedades burkinabe susceptíveis de resultar em indústrias culturais;
- e, por último, de fazer propostas e recomendações ao CEDA sobre a estratégia a adoptar para se produzir a curto prazo produtos alternativos que dêem ênfase à educação e às culturas nacionais.¹⁷

O estudo tinha revelado as grandes expectativas dos telespectadores – da ci-

dade secundária de Ouahigouya (província do Yatenga), situada a 180 km a noroeste da capital Ouagadougou – em matéria de produções locais, e chegou a recomendações operacionais, das quais nomeadamente a difusão da obra escrita de Ki-Zerbo através da imagem. Nessa altura, tínhamos esboçado uma comparação com a televisão alternativa, crítica, utilizada por ONG's, nomeadamente na América Latina, e centrada na educação cidadã das camadas populares negligenciadas pelos programas públicos. Nós tomávamos em conta os trabalhos da escola de Frankfurt sobre a utilização conservadora das indústrias culturais (Bidima 1993).

O filme-entrevista de Ki-Zerbo¹⁸, *Identités, identité pour l'Afrique*, está agora disponível e pode permitir aos jovens de África e da sua diáspora escutar e meditar a palavra seminal do historiador. Assim, em vez de ser um ecrã para a escrita, o filme espalha-se e é aqui uma introdução à obra escrita: com a condição de ser visível! Acrescente-se ainda que, antes mesmo do filme-entrevista que lhe é dedicado, o professor sabia usar o seu humor para esclarecer as suas afirmações com um toque mordaz de ironia (“se as línguas europeias são pontes entre a África e o mundo exterior, pode-se assim viver nessas pontes e abandonar a sua casa” pergunta ele por exemplo em 1978).

Convém, no entanto, aprofundar o que acaba de ser dito, comparando a abordagem do historiador à do cinema.

A acção histórica, o cinema e a humanização do mundo

É nos anos 50 em Paris que, na sua vida muito intensa, J. Ki-Zerbo pôde apreciar o cinema. Por exemplo, lembro-me que ele falava dos westerns, por exemplo o filme *Gunfight at O.K. Corral*, 1957 de John Sturges.

Para além desta dada biografia, é talvez à sua concepção do engajamento pessoal, enunciada no artigo de 1978, e fazendo eco do seu próprio engajamento cristão, sindical e político, que se deve ligar o seu uso recorrente da noção de papel¹⁹.

“Pela análise estilística desses quadros, conseguiu-se determinar fases ou das idades (caçadores, bóvidos, carroças, etc.) conseguiu-se, dando início a um verdadeiro filme da ocupação humana e das trocas” (Ki-Zerbo dir. 1992 : 2).

“As intervenções na televisão ou no **cinema** sofrem ainda mais a pressão das normas fénicas do Ocidente, contrariamente às práticas tradicionais africanas para as quais o tempo conta, mas não da mesma maneira” (Ki-Zerbo dir. 1992 : 49).

“As trocas culturais são muito mais desiguais do que a troca dos bens materiais. Tudo o que é valor acrescentado é vector de cultura. (...) E a nossa cultura tem menos possibilidades de se difundir, de participar na cultura mundial. É por isso que um dos grandes problemas de África é a luta pelas trocas culturais equitativas. Para isso, é preciso infra-estruturar as nossas culturas. Uma cultura sem base material e logística é apenas vento que passa. (...). Se Adão e Eva tivessem aparecido no Texas, ouvir-se-ia falar todos os dias na **CNN**” (Ki-Zerbo 2003 : 9).

Quando estiver provado que o capitalismo também não tem nenhuma resposta determinante (...) talvez que as condições estarão reunidas para se descobrir enfim uma solução específica: para **plantar uma nova decoração, inventar um novo cenário e constituir um novo casting** para uma nova peça mais digna do ser humano (Ki-Zerbo 2003 : 17).

“É uma questão de se saber se se é sujeito da história, se se está aqui para se jogar um papel na **peça de teatro**. Na realidade, não há peça em que não hajam actores. Há também figurantes, e nós, africanos fomos arrumados entre os figurantes, quer dizer os utensílios e os actores secundários para os papéis de actores” (Ki-Zerbo 2003 : 22).

Estas citações traduzem a ideia de que o desenvolvimento endógeno e a história são um processo, um movimento de diferenciação progressiva, e não a exibição de uma finalidade (*telos*) dada à origem: assim como o filme é uma série de imagens em movimento, a evolução humana é uma série de aquisições, de bifurcações, de impasses ou de enriquecimentos, de *programas*, todos sedimentados progressivamente uns sobre os outros.²¹ Esta visão dinâmica, na qual a imagem deve conter também os esquemas da inteligência, as simulações do homem das cavernas quando este imagina os efeitos das suas precursões sucessivas, é completada pela ideia que no filme actual, o *filme-mundo* e não somente representação do

mundo, os africanos são figurantes ou mendigos, e que não jogam um *papel* que eles teriam eles próprios escolhido: eles não são os donos dos seus destinos:

A África deixou de ser ambígua. Em todo o lado, debaixo dos nossos olhos ela revela a sua estrutura real e o seu papel, as suas funções fisiológicas enquanto que órgão no grande corpo do planeta. O tema da 4.^a sessão do Congresso de Estudos Africanos: “Dependência da África e os Meios de Remediar” é por si só um sinal e uma etapa desta nova situação. Com efeito, não há nenhuma África irreal abstracta; hipóstase que escapa às ondas tumultuosas da história. A África é o que ela faz, o pote formula o desejo de que o continente seja para o resto do mundo “como um coração de reserva” 22

Mas, o que é um coração senão um órgão investido de um certo papel vital e que é esculpido na estrutura anatómica para cumprir esse papel?

No entanto, aí pára a comparação. Pois a história mostra e demonstra que os papéis dos protagonistas não são fixos de uma vez por todas. Desde há vários séculos, a África foi transformada em utensílio, objecto da história dos outros.²³

A insistência sobre a noção de papel exprime a importância dada por J. Ki-Zerbo à vontade e à consciência. Isso poderia ser testemunho da sua profunda fé católica, se bem que alguns considerem que a sua formação pessoal não se exprime na sua obra. Em ciências sociais, as escolas africanas de economia política (Samir Amin, Archie Mafeje, Ake...) falavam antes da divisão do trabalho, de condição subalterna, pois a herança marxista está aí mais marcada: para essas escolas, o humanismo é uma ideologia burguesa que não dá o lugar que cabe à violência desumanizadora das relações sociais e na história. Qualquer praxiologia científica que elas poderiam avançar deveria apoiar-se nas categorias da historiografia marxista e acautelar-se em relação ao que surge aos seus olhos como uma concessão ao indivíduo, esta categoria e figura... pequena burguesia.

Ao mesmo tempo, o humanismo de Ki-Zerbo quer-se revolucionário, contrariamente ao de Senghor. Deve-se reconhecer que nos seus engajamentos políticos, ele esteve mais próximo de Sékou Touré (em 1958), Nkrumah ou Mamadou Dia do

que de Senghor a quem ele criticava muitas vezes a filosofia demasiado englobada, monística, da negritude, da identidade. Por exemplo, ele participou no Festival Pan-africano de Alger, onde acabou a *Histoire de l'Afrique noire*, e de Lagos, mas não no Festival Mundial das Artes Negras de 1966 em Dakar²⁴.

Memória, história africana e herança: o filme de um parentesco

O historiador descobre que os cenários, os dramas, a alternância e a alteração das estruturas e das representações que escandem a história *dos homens* e, a partir do invólucro dos factos, como o homem pré-histórico percutindo a pedra revela formas pretendidas, torna-as manifestas. J. Ki-Zerbo escreve: “A história é a terra onde se fixam as raízes da personalidade africana e dos valores que a qualificam: valores entendidos no sentido de razões de viver como se vive. É por isso que as pessoas que incarnaram mais e dedicaram mais esses valores no passado surgem como figuras de proa”²⁵. Os heróis históricos são educadores por exemplo e o historiador vê neles fontes de edificação do público. O encontro com o cineasta D. Kouyaté, realizador de *Keita, l'héritage du griot, Sia*²⁵, era no fundo o resultado de uma cumplicidade principal. Esses dois filmes do realizador Dani Kouyaté mostram o quanto o diálogo entre a imaginação criadora no cinema africano e a historiografia africana é real. A realidade histórica é muitas vezes fonte de inspiração (Ki-Zerbo 1972: 27 seg.).

Segundo o próprio Dani Kouyaté²⁶, o seu trabalho cinematográfico consistiu muitas vezes em *jogar* ou sonhar com as lendas, e não recitá-las como os tradicionalistas.

O historiador J. Ki-Zerbo contribuiu para mostrar que as lendas do património oral africano não contassem apenas histórias, mas que era preciso uma metodologia apropriada para as descodificar.

Houve nomeadamente nesta epopeia que foi a redacção da *Histoire générale de l'Afrique* na UNESCO, uma reabilitação científica da *oralidade*, da palavra, e da *palavra metafórica* como fonte historiográfica. Os trabalhos de Youssouf Tata Cissé ou Boubou Hama, bem como a descoberta das ruínas de Koumby Saleh na Mauritânia, mostrando as indicações da tradição oral soninké, fazem parte desta aventura intelectual. O professor Ki-

Zerbo foi mesmo até a evocar explicitamente as pinturas rupestres saharianas do neolítico como as primeiras bandas desenhadas, portanto narrativas históricas, como se a arte sahariana fosse afinal de contas o primeiro documentário:

“Pela análise estilística desses quadros, conseguiu-se determinar fases ou das idades (caçadores, bovídeos, carroças, etc.) conseguiu-se, dando início a um verdadeiro **filme** da ocupação humana e das trocas”, dando início a um verdadeiro **filme** da ocupação humana e das trocas”, **in** *Histoire de l’Afrique noire* (Ki-Zerbo 1983 : 22).

Encontra-se no realizador, assim como no seu “herói- historiador – narrador” o amor da língua como elemento constitutivo da identidade. Pensar, por exemplo, no uso das línguas nacionais no cinema africano contemporâneo com uma utilização por vezes de grandes mestres da palavra (Balla Moussa Keita, por exemplo).

Detenhamo-nos neste exemplo: esta oralidade quase erudita, cuja conservação apenas se pode fazer numa prática renovada das línguas, apesar dos constrangimentos ligados às mutações e à urbanização, é conservada até aos nossos dias; são traços dotados de uma dimensão cultural, uma carne, imaginária, simbólica. Detecta-se uma mentalidade, uma espiritualidade... Desde a origem, o documento não é o simples traço objectivo, ele *testemunha*, ele *conta*: os receios e as angústias dos primeiros homens perdidos na luxúria do Sahara, as esperanças e as convicções de um homem que lutou, escreveu e participou na história. Com efeito, a história enquanto disciplina científica, que se relaciona com os factos históricos objectivos, é também apreendida como memória vivida, portanto subjectiva. O historiador não é espectador imparcial, é também actor daquilo que conta (‘círculo vivido hermenêutico’ assim se diz nas ciências sociais). Ele faz parte do teatro que ele descreve visto que diz-nos que a cultura e a identidade africanas visam o papel que África deve assumir no vasto teatro do mundo: “a identidade é o papel assumido; é **como numa peça de teatro** onde cada um tem um papel a jogar” (Ki-Zerbo 2003: 8). Neste mesmo livro-entrevista dada a René Holenstein, Joseph Ki-Zerbo relaciona que a sua escolha da profissão poderia estar relacionada com a *personalidade* do seu pai, arquétipo do patriarca africano (Ki-Zerbo 1983),²⁷ e cuja história pessoal

lhe permitia apreciar a experiência humana e dar lições: *historia magister vitae*.

“Tinha optado pela história antes de mais porque o meu pai viveu muito tempo. Era um homem de história[s]. (...) Considero também que a história é mestra da vida” (Ki-Zerbo 2003: 11).

Há verdadeiramente uma relação lógica entre a visão dos nacionalistas pan-africanistas (cf. Ki-Zerbo 2003: 15) – contada por um actor-historiador da epopeia anticolonialista dos anos 50 – e a(s) do realizador: as metáforas faladas ou escritas ou co-escritas do professor, muito crítico em relação à história – recitação, e marcada pela história viva de Michelet (ele fazia da França um personagem feminino), Braudel e as do narrador escondido que é o realizador: os dois utilizam o gosto, o sentimento do belo para transmitir uma memória pessoal e colectiva ao mesmo tempo.

Há aqui todo um campo de reflexão sobre a imbricação da obra científica e do testemunho, do testemunho tecido por lembranças e acontecimentos históricos reais, campo que pertenceria à ego-história.

Convém realçar a este propósito que no filme-entrevista de Dani Kouyaté as imagens de arquivos são em pequeno número. Para além dos argumentos financeiros e técnicos,²⁸ de produção e da natureza teórica da afirmação (não é um filme de acção, mas de reflexão), é uma escolha assumida de Dani Kouyaté não ilustrar, não fazer história em imagens, historieta. Há à partida uma escolha da imagem como metáfora em vez da imagem como documento histórico, peça de convicção, prova, etc. como tal: a este título, não é um documentário histórico na terceira pessoa, é um documentário onde se joga uma existência engajada, onde se joga com a história, uma palavra viva, que recoloca o testemunho no seu papel original de sujeito histórico, intelectual e fonte permanente de interpelação da consciência colectiva africana, e não objecto de um discurso segundo, senão a própria narrativa cinematográfica.

Pan-africanismo e personalidade africana: papel, personificação e a instituição da República

Antes de terminar, gostaria de lembrar que a realização da unidade política de África é a condição de possibilidade da assumpção plena e inteira por ela do seu

papel no mundo. A *personalidade africana* (African personality) é ao mesmo tempo o papel a jogar e o meio para ser capaz de jogar esse papel, enquanto esquema unificador das multidões africanas, fonte de legitimação simbólica. Daí a lentidão do processo de difusão histórica, de consolidação progressiva no espírito público, na medida em que essa personalidade não se pode objectivar a não ser que a África real mude progressivamente de rosto (persona) para deixar ser de algum modo, como a forma de argila amassada pelo oleiro, a forma unitária em gestação nela: a sua vocação.

Depois da afirmação firme e explícita do mesmo objectivo por Marcus Garvey (1887-1940), J. Ki-Zerbo partilhou com os pioneiros do pan-africanismo, nomeadamente K. Nkrumah, esta ideia da unidade política como desenho último da história africana. Mas uma unidade não desenhada, antes processual. O manifesto do MLN adere à ideia de uma personalidade africana que eu considero diferente da identidade cultural negra exaltada pela negritude (senghoriana): é ao mesmo tempo a nacionalidade e a república pan-africanas.²⁹

Com efeito, embora me falte espaço para desenvolver mais este nível conceptual último da minha leitura, sem dúvida pós-kizerbiano, parece-me necessário realçar o seu princípio: ele está logicamente articulado com o advento do Estado (a pessoa pública) como formação unificadora dos grupos humanos, como foi enunciado nomeadamente na filosofia política moderna, nomeadamente por Hobbes. Faço questão de citar esta obra emblemática porque é ela que, nomeadamente no *Leviathan* (1651), e como mostrou o filósofo ultraconservador alemão Carl Schmitt,³⁰ desenvolve na sua pureza conceptual a temática da unidade política no seio de uma república “una e indivisível”. Ora, para a construir como soberania transcendendo ou representando uma multidão humana, que a respeita e que ela domina, ele refere-se à dramaturgia, uma vez que é ela com efeito que inaugura a representação de um papel por um actor, usando o texto de um autor. Esta delegação concedida pelo autor, único soberano, é portanto o que corresponde à autoridade no sentido primário: “o direito de realizar alguma acção é chamado de autoridade”.³¹ A sucessão do capítulo XVI sobre “As pessoas, autores, e seres personificados”,

e do famoso capítulo XVII intitulado “Sobre as causas da geração e da definição da república” descreve o esboço conceptual a partir do qual se pode compreender todo o alcance de pensamento meta-histórico de J. Ki-Zerbo, ao serviço do seu engajamento pan-africanista. As diferentes sequências regionais do filme da ocupação e da actividade humanas em África são como multiplicidades cuja unidade é apenas possível numa totalização política³² necessariamente de natureza federal; e *pluribus unum*, a unidade a partir da pluralidade. Sobretudo, o papel de África não é ainda o seu: ela descreveu desde a sua génese pré-histórica até às diferentes civilizações, o surgimento da pessoa: ela deve assumir esta dimensão como *personalidade* própria: carácter colectivo, fruto de uma génese multigeracional.³³ O povo africano deve constituir-se e ser o autor. *N’an laaran, an saara*. Esta divisa do movimento “Já basta no Burkina Faso” não é uma invenção: é uma redescoberta da filosofia do engajamento (sob juramento, contam os primeiros militantes!) legível no Manifesto do MLN, e nos artigos do Boletim Estudantil Católico *Tam-Tam*.³⁴ De resto, no início de 1958, Nkrumah dirigiu uma mensagem a este órgão, na qual, acariciando o seu público na direcção do pelo, o homem de estado ganense jogou a carta do cristianismo progressista.

Conclusão

Resumindo, tendo partido da ética do engajamento, entrevemos a dimensão epistemológica e mesmo ontológica da acção humana tal como ela está esquematizada pela imaginação intelectual do historiador J. Ki-Zerbo, atento ao trabalho da imaginação do criador literário ou de cinema. A fecundidade do diálogo entre escrita africana contemporânea da história e dramaturgia (teatral ou cinematográfica) não é fortuita: ela enraíza-se no húmus filosófico da representação (e) da acção de que J. Ki-Zerbo tinha visivelmente consciência, uma vez que era latinista e conhecia a etimologia da palavra personagem. A ligação entre acção pensada, reconstruída na historiografia, e acção sensata, imaginada é consubstancial. O segundo tema, relacionado com a imaginação, é a criação, a imaginação criadora, presente em modalidades diferentes no actor, no pesquisador e no povo agente.

As metáforas recorrentes no historiador, remetendo para o registo do cinema e do teatro, não deveriam assim ser apreendidas como uma simples expressão de estilo, mas como reveladoras de alguma coisa de mais profundo: o humanismo do historiador e do militante pan-africanista manifestar-se-ia através de uma concepção do homem como *actor responsável, cidadão e sujeito* da história. História realizada, numa África que possa exprimir a sua personalidade porque ela terá sabido e conseguido objectivá-la através da totalização das suas diferentes heranças históricas, das suas regiões: numa república.

No fundo, o papel é antes de mais um texto e, como escreveu Lumumba, citado por J. Ki-Zerbo no limiar da sua obra-mestra *Historie de l’Afrique noire*, “um dia a África escreverá a sua própria história”. Compreender: jogará o seu próprio papel, o de um carácter distintivo constituído pela sua personalidade profunda: o respeito da pessoa humana e o engajamento constante de assegurar o seu total desenvolvimento. Então ela será autoridade.

Notas

1. Num texto em relação ao qual voltarei mais adiante, *Cinéma et développement* (Ki-Zerbo 1978: 159-164), ele adverte mesmo assim: “Claro, a eloquência africana é breve e simples na aparência. Mas ela é feita de alusões, símbolos e alegorias que fazem reflectir longamente” (Ki-Zerbo 1978 :163).
2. Cf. a minha comunicação no primeiro encontro da rede de estudos africanos em França (<http://www.etudes-africaines.cnrs.fr/communications/kizerbo.pdf>), retomada e enriquecida para o Colóquio da Associação dos Historiadores Africanos (AHA), em Maio de 2007 em Addis Abeba.
3. De entre os seus estudantes da Universidade de Ouagadougou, podem-se citar o arqueólogo Jean-Baptiste Kiéthéga (2000), Georges Madiéga (1982) e Jeanne-Marie Kambou (1993). Em relação aos seus alunos do secundário, podem-se citar os “guineenses” do período 1958-1960 em Conacri, que desenvolvem uma historiografia regional: Thierno Bah, Boubacar Barry. Cf. o meu texto citado acima.
4. (Soro, G. A. D. M., 2006) http://www.refer.sn/ethiopiques/article.php?id_article=1526

5. *Hakili*, 01 BP 6868 Ouagadougou 01. Burkina Faso. Director de publicação Professeur Mahamade Savadogo da UFR de filosofia na Universidade de Ouagadougou. O presente artigo é igualmente uma versão resumida de um artigo publicado nesse jornal, publicado em homenagem ao intelectual Ki-Zerbo.
6. Sobre a problemática filosófica da escrita e da memória, da paternidade também., cf. « La pharmacie de Platon », célebre introdução de J. Derrida no *Phèdre* de Platão. Nesta obra Platão põe em cena o deus Theuth/Thot (cujo símbolo é o macaco ou a fíbri preta e branca; eu tinha feito disso o emblema do Espaço de Leitura do CEDA), inventor da escrita e o faraó. O faraó-metafísico realça que a escrita *substitui* a memória e a este título impede os homens de se lembrarem.
7. É aquando da minha passagem em Khâgne em Paris, em 1984-1986 que a minha professora da altura, a Sra. Barbéris, fez-me descobrir a teoria literária através dos monstros sagrados do estruturalismo francês que eram Júlia Kristeva e Gérard Genette, ou prestigiosas referências tais como o dialogismo de Bakhtine.
8. Este documento está disponível a pedido em todas as representações da Francofonia.
9. No discurso de abertura do Congresso dos Africanistas de Acra em 1962: 1962 : Cf. *Le mouvement panafricaniste au XX e siècle*, OIF, Paris, 2006, p. 352.
10. (Mudimbe 1988 : 165) : *Joseph Ki-Zerbo’s general history of Africa (1972) provoked a new thinking about the diversity of functions of African cultures*. Esta afirmação insere J. Ki-Zerbo na genealogia do conceito de biblioteca pan-africana, a que se refere M. Diouf, na sequência de Mudimbé.
11. (Lam 1994), sobre o tema cheikhantadiopiano do Vale do Nilo como berço cultural africano. Num instituto Joseph Ki-Zerbo, ou simplesmente num colóquio, a tese kizerbiana centrada no papel do Sahara e da pré-história deviam necessariamente fazer parte dos grandes temas do corpus, e ser confrontada com os escritos de A. Lam et P. F. Tavarès.
12. (Ela 2006) ; sobre a “política” da citação, p. 317 seg. a partir da experiência de Mongo Beti, vítima de ostracismo: poder-se-ia qualificar esta versão intelectual do banimento e da repressão contra os intelectuais dissidentes da prisão do silêncio, censura *a silencio*, ou ainda uma “prisão sem paredes”. Sobre Ki-Zerbo, op.cit, p. 139

- seg., 163, 347, mas nada sobre o texto chave que mencionamos, onde apesar de tudo qualquer diligência de Ela é tratada por um africano. Ver também o meu artigo (Ki-Zerbo, L., 1988).
13. Em direito, o papel é o registo no qual figura a lista das questões submetidas ao tribunal.
 14. “Não há nenhum desenvolvimento ‘pronto a usar’. O único desenvolvimento é o desenvolvimento *clés en tête*” op.cit, p. 1.
 15. P. Freire, *Pédagogie des opprimés* (1974). Para uma versão mais recente dessas teses marcusianas (*l’Homme unidimensionnel*), cf. Stiegler (2004: 24-25). Como J. Ki-Zerbo, Stiegler, que se apoia na filosofia contemporânea da técnica (Husserl, Heidegger, Simondon) e utiliza os trabalhos do paleontólogo Leroi-Gourhan (Cf. Stiegler 1994), dá muita importância aos desenvolvimentos cognitivo e estético decisivos registados no decurso, e desde a longa evolução humana pré-histórica.
 16. Então responsável da agência SYFIA no Burkina Faso.
 17. Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano, Ouagadougou.
 18. Graças à *Lux-développement*, nomeadamente o Senhor Raymond Weber, a difícil procura de financiamentos para implementar os resultados do estudo sobre as indústrias culturais conseguiu concretizar-se: uma gestação de quase dez anos! A publicação póstuma de *Repères d’Afrique* mostra o quanto o CEDA dá importância ao acompanhamento do seu programa.
 19. É uma metáfora que aflora na reflexão filosófica sobre o papel da razão na história, ilustrada pela réplica de Macbeth (Shakespeare): *Life is but a tale, told by an idiot full of sound, and signifying nothing* (a vida não é mais do que uma história contada por um idiota, cheia de barulho e furor, e que não significa nada). Esta réplica foi comentada por Hegel em *la Phénoménologie de l’Esprit* onde cada civilização joga um papel particular, incarnado um momento do desenvolvimento dialéctico da razão, até à apoteose que representa a Europa, em particular a revolução francesa.
 20. Sobre o programa, cf. as pesquisas de Leroi-Gourhan (*Le geste et la parole*) e o pensamento de B. Stiegler.
 21. É sem dúvida por não ter tido acesso a esse texto que David Soro julga no artigo acima citado que a sua análise da metáfora do coração em Ki-Zerbo é uma “extrapolação”.
 22. “Da África utensílio à África parceira” in Mudimbé (1980 : 42-55) ; retomado em *Le mouvement panafricaniste au vingtième siècle* 2006 : 448 seg.
 23. Ele não conseguiu, tal como aconteceu com muitos congressistas, alcançar Lagos para o FESTAC 1977, mas transmitiu uma importante comunicação sobre o papel dos intelectuais. Quanto ao *Festival mondial des arts nègres*, é preciso também tomar-se em conta o facto de que se estava no dia seguinte ao levantamento popular de Janeiro de 1966 no Alto Volta da época: enquanto líder do Movimento de Libertação Nacional, foi-lhe sem dúvida impossível participar, mesmo que tivesse querido. Mas isso é pouco provável dado que o seu engajamento anterior na Guiné de Sékou Touré, ferozmente hostil nessa altura a Senghor. E o camarada Mamadou Dia não estava na prisão?
 24. Art.citado, p. 161. Algumas linhas mais à frente ele fala de um culto da personalidade que se concebia apenas no quadro geral do comunitarismo africano.
 25. Segundo *L’épopée du Wagadu* revisto por *Sia Yatabéré* de Moussa Diagana.
 26. Entrevista sobre *Sia* disponível no bônus do DVD produzido pela *La Médiathèque des Trois mondes*, Paris.
 27. Nasceu nos anos 1870 e morreu em 1980 no momento da visita do papa João Paulo II. Ler *Alfred Diban, premier chrétien de Haute-Volta*,
 28. Não se deve subestimar a questão muito importante da recolha, da conservação e da acessibilidade dos arquivos africanos: quando se introduz a expressão “história geral da África negra” no repertório SUDOC, o catalogo online das universidades francesas: o único autor é Deschamps...! É preciso modificar a pesquisa para se ver aparecer o nome de J. Ki-Zerbo. Isto é verdadeiramente surpreendente. Para os bancos de imagens como o Instituto Nacional do Audiovisual (INA) em França, de onde provêm alguns produtos da RFI (estojo sobre a história de África, por exemplo) o custo é muito elevado para o comprador africano e fora de propósito para o aluno ou para o estudante.
 29. Cf. o texto da minha comunicação no Colóquio de Adis Abeba.
 30. *La Notion de politique*. Cf. os trabalhos de Daniel Cumin na Universidade de Lyon
 31. *Leviathan*, Ed. Sirey, 1987, p. 163, e a célebre personificação do Soberano, na capa da primeira edição na forma de um megahomem composto por uma multidão de cidadãos (imagem em : <http://gallica.bnf.fr/themes/PoIXVII2.htm>). A integralidade da obra está disponível online no link http://classiques.uqac.ca/classiques/hobbes_thomas/leviathan/leviathan.html ; Toda a teoria da pessoa pública ou república (ch. XVII) tornou-se possível com esta passagem do capítulo XVI :
 “A palavra pessoa é latina. Os gregos têm para isso a palavra *prosôpon*, que significa o *rostro*, assim como *peessoa* em latim significa o *disfarce*, a *aparência exterior* de um homem, imitados no palco; e por vezes, mais particularmente esta parte que disfarça o rosto, a máscara, a viseira. Do palco, esta palavra foi transferida a qualquer representante de um discurso ou de uma acção, tanto nos tribunais como no teatro. De modo que uma *pessoa* é a mesma coisa que um *actor*, tanto no palco como numa conversa corrente. E *personificar*, é *ser o actor*, é *representar-se* a si próprio ou *representar* outrem, e o que é o actor de um outro considera-se desempenhar o papel da pessoa desse outro, ou ser actor em nome (é o sentido que utiliza *Cícero* quando diz *Umus sustineo tres personas; mei adversarii, et judicis*, eu tenho a meu cargo o papel de três pessoas, a minha, a do adversário, e a do juiz, e chama-se de diferentes maneiras segundo as diferentes circunstâncias: um *representante* ou *alguém de representativo*, um *tenente*, um *vigário*, um *mandatário*, um *procurador*, um *actor* e assim sucessivamente.
- De entre as pessoas artificiais, algumas têm as suas palavras e as suas acções que são reconhecidas como suas pelas que elas representam. A pessoa é então o *actor*, e o que reconhece como suas as suas palavras e acções é o autor, nesse caso o actor age por autoridade. Pois o que, quando se trata das suas posses, é chamado um *proprietário*, e em latim *dominus*, em grego *kurios*, é chamado autor quando se trata das suas acções. Assim como o direito de posse é chamado dominação, o direito de fazer uma acção qualquer é chamado autoridade. Se bem que por autoridade entende-se sempre um direito de fazer algum acto, e o acto feito *por autoridade*, faz por delegação de autoridade, com a autorização daquele que é o direito.
- A citação de Cícero acima é retomada por Ki-Zerbo, mas para ser aplicada ao historiador: “na realidade o historiador é chamado a jogar sucessivamente o papel de testemunha, de advogado, de parte civil e de

- juiz” (in *Les historiens africains et la mondialisation*, Ed. AHA, ASHIMA, Karthala, Paris, 2005, p. 26). Percebe-se aqui todo o interesse de se desenvolver as abordagens intertextuais para se interpretar correctamente as obras que se quer estudar e sobretudo, que se quer *compreender* a lógica interna.
32. Cf. minha tese de doutoramento: *Contribution à une problématique de l'ontologie sociale phénoménologique à partir de Husserl*, université de Poitiers, 1994.
33. A este título, os prefaciadores burkinabes do caderno de viagem à África redigido pelo filósofo personalista Emmanuel Mounier (*L'éveil de l'Afrique noire*, Ed. Presses de la Renaissance, Paris, 2007) têm sem dúvida razão de fazerem referência a J. Ki-Zerbo.
34. Cf. *Le mouvement panafricaniste*, op. cit., p. 310-312. De entre os contribuidores para esta revista cuja reedição seria útil: o camaronês Georges Ngango, os senegaleses Joseph Mathiam, Henri Senghor, Christian Valantin, le Dahoméén Albert Tévédjré, os voltaicos Joseph Ki-Zerbo, Ignace Sandwidi, Pierre-Claver.
- caïne entre l'État et les communautés », *Revue de Sociologie*, 3, (2), pp.99-128.
- Ela, J.-M., 2006, *L'Afrique à l'ère du savoir : science, société et pouvoir*, Paris : L'Harmattan.
- Freire, P., 1974, *Pédagogie des opprimés*, Paris : Maspéro.
- Kambou, J.-M., 1993, *Peuples voltaïques et conquête coloniale, 1885-1914 : Burkina Faso*, préface de Joseph Ki-Zerbo, Paris : L'Harmattan.
- Kiéthéga, J.-B. , 2000, *L'Or de la Volta noire*, Paris : Karthala.
- Ki-Zerbo, J., 1972, *Histoire de l'Afrique noire : d'hier à demain*, Paris : Hatier.
- Ki-Zerbo, J., 1978, « Cinéma et développement », *Afrique littéraire et artistique*, 49, 3e trimestre, pp.159-164.
- Ki-Zerbo, J., (dir.), 1980, *Histoire générale de l'Afrique*. Vol.1. *Méthodologie et préhistoire africaine*, Paris : UNESCO.
- Ki-Zerbo, J., 1990, *Éduquer ou Périr*, Paris : UNESCO.
- Ki-Zerbo, J., (dir.), 1992, *La natte des autres. Pour un développement endogène en Afrique*. Actes du colloque du Centre de Recherche pour le Développement Endogène (CRDE), Bamako 1989; Paris: Karthala; Dakar: CODESRIA.
- Ki-Zerbo, J., 2003, *À quand l'Afrique ?* Entretien avec René Holenstein, La Tour d'Aigues F-84240 : Éditions de l'Aube (Diffusion Seuil) ; Genève : Éditions d'en bas.
- Ki-Zerbo, J., 2007, *Repères pour l'Afrique*, Dakar : Panafrika/ Silex/Nouvelles du Sud.
- Ki-Zerbo, L., 1988, *La phénoménologie et les tâches critiques des sciences humaines en Afrique*, Présence africaine, 147.
- Lam, A., 1994, *Le Sahara ou la Vallée du Nil ? Aperçu sur la problématique du berceau de l'unité culturelle de l'Afrique Noire*, Dakar.
- Leroi-Gourhan, A., 1964, *Le Geste et la Parole. Tome 1 : Technique et langage*, Paris : Albin Michel.
- Leroi-Gourhan, A., 1965, *Le Geste et la Parole Tome 2 : la mémoire et les rythmes*. Paris : Albin Michel.
- Madiéga, G., 1982, *Contribution à l'histoire précoloniale du Gulma*, Wiesbaden : Ed. Franz Steiner.
- Mandé, Stéfanson B., (dir.), 2005, *Les Historiens africains et la mondialisation*, Paris : Karthala.
- Mudimbe, V. Y., 1980, *La dépendance de l'Afrique et les moyens d'y remédier*. Actes de la 4e session du Congrès international des Études africaines : Kinshasa, 12-16 décembre 1978, Paris : ACCT.
- Mudimbe, V. Y., 1988, *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*, Bloomington : Indiana University Press.
- OIF, *Le Mouvement panafricaniste au XXe siècle*, 2007, Paris.
- Ouédraogo, A. ; Ouattara, S. et Tapsoba, C., 1997, *Étude sur les industries culturelles au Burkina Faso*.
- Soro, G. A. D. M., 2006, « De l'exigence d'une école culturellement intégrée et la problématique du développement de l'Afrique chez Ki-Zerbo », *Éthiopiennes*, 77, 2e semestre.
- Stiegler, B., 1994, *La technique et le temps*, Paris : Éditions Galilée.
- Stiegler, B., 2004, « Le désir asphyxié, ou comment l'industrie culturelle détruit l'individu », *Le Monde diplomatique*, juin.
- Tavarès, P., F., 1990, *Hegel, critique de l'Afrique. Introduction aux études critiques de Hegel sur l'Afrique*, Université Paris I
- Thioub, I., 2005, « Regard critique sur les lectures africaines de l'esclavage et de la traite atlantique », in I. Mandé, Stéfanson B., (dir.), *Les Historiens africains et la mondialisation*, Paris : Karthala.

Referências

Joseph Ki-Zerbo e a UNESCO

Sra. Jacqueline Ki-Zerbo, tendo em conta a multiplicidade dos objectivos da Unesco, quais são os domínios nos quais ele [o Professor Joseph Ki-Zerbo] mais se investiu?

Jacqueline Ki-Zerbo

O seu estudo de referência *Éduquer ou périr* (1990) é uma grande contribuição para a acção da Unesco com vista à educação para todos. Ele dava um conteúdo qualificativo a este objectivo, nomeadamente no que diz respeito à ligação da educação escolar e os trabalhos práticos e manuais. A educação não deve estar desconectada da sociedade. O desemprego massivo dos jovens hoje confirma esta preocupação. Uma outra dimensão que ele levava a peito e que está ligada ao que acabo de dizer, é a utilização das línguas nacionais.

Para além do problema da educação tratado com profundidade nos seus discursos no Conselho Executivo da Unesco, o Professor Ki-Zerbo inclinou-se particularmente sobre a questão do desenvolvimento endógeno baseado nos valores culturais específicos à África e sobre as questões de meio ambiente. Dirigiu assim a *Anthologie de grands textes de l'humanité sur les rapports entre l'homme et la nature* (Unesco, 1992).

Qual foi particularmente a sua contribuição para a promoção da cultura e da paz?

Jacqueline Ki-Zerbo

A sua conduta demonstra constantemente uma opção pela não-violência, por vezes em detrimento dos seus interesses pessoais e políticas imediatas. Era uma escolha ética profundamente enraizada na sua personalidade. Para além disso, ele sempre teve o cuidado de inserir a sua acção no plano nacional ou pan-africano, e com base em posições doutrinárias: isso é uma prevenção importante dos desvios regionais ou da discriminação com bases confessionais. Ele trabalhou muito a nível internacional para o diálogo das culturas que é uma componente essencial da cultura da paz.

O Professor Ki-Zerbo foi um pan-africanista convicto, ele era também favorável à criação dos conjuntos regionais?

Jacqueline Ki-Zerbo
CEDA, Ouagadougou,
Burkina Faso

Jacqueline Ki-Zerbo

Claro, você pode consultar a obra *À quand l'Afrique?*, onde ele considera que a África Ocidental tem trunfos específicos neste sentido.

Uma das suas realizações de que ele tinha um orgulho particular, é o Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) com vista a integrar a produção intelectual dos professores-pesquisadores do ensino superior e garantido que os produtos sejam depositados em África, em Ouagadougou e não em França como antigamente.

Esta integração intelectual que permite a professores de diferentes países africanos poderem ensinar em outros países é tão importante como a integração política, económica e monetária.

Dos escritos do Professor, será que se pode concluir que a África tem uma unicidade de cultura?

Jacqueline Ki-Zerbo

Não, existe uma grande diversidade cultural, mas uma convergência nascida das experiências históricas, tais como a do tráfico de escravos ou a colonização, e hoje a dependência estrutural da globalização.

É por esta razão que o Professor Ki-Zerbo fala de "identidades e identidade para a África" realçando assim a pluralidade e a especificidade das culturas africanas submetidas durante algum tempo à necessidade da convergência e da integração africana.

O Professor não recebeu nenhuma distinção particular por parte da Unesco?

Jacqueline Ki-Zerbo

O Professor Ki-Zerbo recebeu efectivamente a "medalha de prata de Avicenne da Unesco" atribuída em reconhecimento da sua notável contribuição para a história geral de África em Tripoli a 12/04/1999.

A Senhora que esteve ao lado do Professor nas suas diversas lutas, é o mesmo caso em relação à Unesco?

Jacqueline Ki-Zerbo

Enquanto directora do Curso Normal de jovens raparigas, fui levada a colaborar com as actividades da Comissão Nacional da Unesco. A este título interessei-me particularmente pela promoção da igualdade de acesso das mulheres e das jovens raparigas à educação.

Mais tarde, por ocasião da conferência mundial "Educação para Todos" em Jomtien em 1990, fiz uma comunicação sobre a "Educação em matéria de população e a abordagem do desenvolvimento segundo o género".

Que apreciação faz deste Festival Cultural dos Jovens da sub-região ocidental africana?

Jacqueline Ki-Zerbo

É uma contribuição para a re dinamização do panafricanismo, que vem no seu tempo.

O papel da juventude é particularmente importante. É por essa razão que o Professor Ki-Zerbo lhe dedica *Repères pour l'Afrique* o seu último livro na mensagem a seguir.

Mensagem à juventude

'A África tem uma história. A África, berço da humanidade, deu à luz a história. Apesar dos obstáculos, das grandes proezas e dos erros trágicos, a África ilustrou a nossa aptidão para a mudança e progresso: a nossa historicidade. Mas ela deve, pela consciência histórica, governar os três momentos do tempo: o passado, o presente e a projecção para o futuro.

A invocação por nós do passado, do passado simples, não prova nada para o presente e futuro, enquanto que a convocação de um presente medíocre ou calamitoso como testemunho de acusação contra nós, pode fazer duvidar do nosso passado e pôr em causa o nosso futuro.

É por isso que cada africano, cada africano deve ser, aqui e agora, um valor acrescentado.

Cada geração tem pirâmides para construir'.

Joseph Ki-Zerbo

A grandeza das margens

A figura de Joseph Ki-Zerbo fez parte do ambiente intelectual da nossa geração. Os seus engajamentos e os seus trabalhos anteciparam as nossas veleidades e os nossos balbucios. Como batedor, ele colocou as balizas das vias para os outros. Temos ainda em memória um discurso do primeiro presidente da Associação dos Católicos Africanos, Antilhanos e Malgaxes em França e fundador da revista *Tam-Tam*. Ouvíamos uma tomada de posição anticolonialista rigorosa contendo uma opção precoce e clara pela emancipação dos povos colonizados, enquanto que os missionários e os seus bispos, em torno de nós, apenas viam diabólicas maquinações do comunismo ateu.

O “não” de Sékou Touré a De Gaulle que propunha a Comunidade aos africanos, em vez da sua independência, sinónimo de caos foi logo associado ao esquadrão de universitários que se voluntariaram em seu socorro, alguns perdendo a sua vida como o jovem poeta David Diop, e outros uma brilhante carreira universitária como Joseph Ki-Zerbo, ou político-administrativa sob o patrocínio da França, como foi também e ainda o caso dele. O reitor francês tinha-lhe dito claramente: “Senhor Professor, você tem diante de si uma brilhante carreira, reflecta antes de sacrificar”. E insistia: “Senhor Professor, reflecta mais. Você tem à sua frente uma carreira! Vamos africanizar”. Depois destes tempos heróicos e de epopeia, não houve mais acções brilhantes, mas rudes lutas a nível da política universitária e combates para a história africana. A balcanização e a dependência não foram totalmente consumidas na África Ocidental a nível universitário graças aos laços mantidos e criados pelo Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES), organizando e arbitrando com toda a autonomia e independência a qualificação e a promoção dos professores africanos pelos seus pares africanos.

Livros de pioneiro e de educador individual impõem a historiografia africana como disciplina científica, sem falar da direcção da colecção para o ensino secundário, ou da *História Geral de África* (Unesco), na qual ele define no Volume I a metodologia,

Fabien Eboussi Boulaga
Director da
revista *Terroirs*

as orientações e as ambições que farão da obra uma síntese incontornável e um indispensável ponto de partida. Joseph Ki-Zerbo é visto como um dos grandes historiadores de África e uma das suas figuras intelectuais de proa.

Somente me encontrei com ele quando ele era já esse personagem confirmado e célebre, furtivamente no tumulto de um enorme colóquio em Kinshasa, por ocasião do centenário da Conferência de Berlim, e durante vários dias de novo em Kinshasa, em 2002. O seu prestígio conjugado ao de V.Y. Mudimbé atraiu multidões em torno de um tema sofrivelmente obscuro e etéreo baptizado de “Travessia”. Houve 400 auditores, depois 750 e 1500 no terceiro dia. Os nossos caminhos cruzaram-se pela última vez em Dakar há dois anos. Já muito sofrido, recebia uma homenagem emocionante dos seus pares e amigos senegaleses no Centro Cultural Doua Seck.

Foi o primeiro encontro quase impessoal que me deixou a mais duradoura das impressões. Ele era, depois de Cheikh Anta Diop, a grande vedeta. Esqueci tudo desse colóquio com as suas mundanidades frívolas, tanto como as suas sábias comunicações. Foi um incidente menor, - sem dúvida esquecido pela maioria dos participantes - que ficou gravado no meu espírito. Aconteceu durante a interacção com o público na sequência da intervenção de Ki-Zerbo. Saboreava-se com prazer a inteligência, a pertinência e a suculência das suas explicações e das suas respostas ornadas de citações e de provérbio, ditos com uma voz suave e com um tom afável, com um humor divertido. Subitamente, essa serenidade desabou dando lugar a uma réplica violenta e acerba. A causa dessa mudança? Uma observação em forma de intimação agressiva que se enunciava mais ou menos como se segue:

Senhor Professor, desde a sua mais tenra juventude, ouvimos falar de si. Está a ver como a África é lamentável. O que é que o senhor fez por ela? Nada! O senhor fracassou. É mais do que tempo de ceder o lugar a pessoas mais jovens.

A severidade contra esse discurso pareceu-me amplamente justificada, apesar de as minhas preferências irem para a ironia perante a postura ridícula que fazia da juventude uma virtude revolucionária, negando todo o mérito a uma longa vida estudiosa e militante, de propostas de reformas sociais e políticas. Neste caso, a cólera era uma santa virtude.

A afirmação não era apenas irreverente e estúpida. Ele vinha de uma dogmática intolerante que se torna assassina quando acompanhada do poder de vida e de morte. Joseph Ki-Zerbo sofria então as perseguições da junta militar dirigida por Thomas Sankara e Blaise Camopaoré. Só conseguiu salvar a sua vida fugindo precipitadamente para o Senegal, incerto de estar plenamente protegido. Foi destruída uma grande e preciosa biblioteca que ele tinha construído ao longo de anos e de privações, durante os seus estudos, das suas pesquisas e dos seus trabalhos e como um trampolim para futuras prestações e investigações. De 1985 a 1992, foi o exílio com a sua precariedade e os expedientes de uma lógica do provisório indeterminado. Depois disso, é necessário tudo recomeçar, mas nunca estropeado.

Este episódio simbolizou para mim a natureza difícil e problemática que o intelectual tem com a sua sociedade. Joseph Ki-Zerbo não podia acolher Sankara e os seus como messias. A sua fraseologia revolucionária não conseguia dissimular a sua incultura histórica, o carácter improvisado e petulante do seu procedimento. Neste país encravado, esse dispositivo dos Estados do Entendimento que fazia uma inclinação para a Costa do Marfim fornecendo-lhe uma abundante mão-de-obra para o seu papel de vitrina da descolonização bem sucedida à francesa, onde se encontravam as suas bases de recuo, os seus aliados? Onde estava então o equipamento revolucionário deles? Onde é que

ela se tinha formado a não ser nas escolas militares neo-coloniais? Não se devia ter largar jovens milícias sem discernimento sobre populações das cidades e das aldeias. Em que é que a sua ideologia não era mais do que um catecismo marxista-leninista tropicalizado, objecto de psitascimo patético? Esta situação dava sinais de uma crise na qual a “revolução” podia captar as energias em loucura? Os povos e os adolescentes preferem os mitos, os heróis imaginários aos homens sóbrios e com experiência. A irrupção de Sankara e de Campaoré introduziu uma dimensão até então ausente no que tinha

sido o Alto Volta, a violência gratuita e o assassinio político.

O que pode o intelectual fazer em tais condições? Joseph Ki-Zerbo foi exemplar. Ele não se evadiu num absentismo erudito, na fábula da primazia e da sacralidade da ciência considerada como uma vocação. Ele traduziu o seu saber em opiniões discutíveis oferecidas aos não especialistas com vista à sua formação cívica.

Nos partidos políticos que ele fundou e nas organizações não governamentais, ele foi essencialmente um educador das consciências e das liberdades. Joseph Ki-

Zerbo, demasiado grande para o Burkina-faso sem peso na sua casa na alquimia das etnias que determina a alocação dos poderes, a balcanização tornou-o “estranheiro” no resto de África. Apesar do respeito e da veneração que se lhe dedicam, as estratégias de posicionamento capitalista marginalizam-no, condenam-no à dispersão para se encontrar os meios das suas obras.

Joseph Ki-Zerbo conheceu na maior parte das vezes o isolamento. A solidão foi-lhe poupada pela graça de um casamento miraculoso, a presença militante, inteligente e, no entanto afectuosa de Jacqueline.

Joseph Ki-Zerbo e o impulso da historiografia africana: Testemunho

O desaparecimento do Professor Ki-Zerbo a 4 de Dezembro de 2006 mergulhou numa grande tristeza todos aqueles que em África e no mundo o conheceram, com ele se relacionaram, o ouviram e o leram. No que me diz respeito, a minha emoção foi muito grande pois tive a grande honra de ter sido longamente recebido pelo ilustre intelectual pan-africanista, de 28 de Setembro a 2 de Outubro de 2006, ou seja, dois meses antes da sua morte. Isso aconteceu aquando da missão que efectuei a Ouagadougou, por conta do CODESRIA, com vista a realizar um filme sobre Joseph Ki-Zerbo, Intelectual, Nacionalista, Pan-africanista.

Assim, para contribuir para este número especial do *Boletim do CODESRIA*, e à guisa de homenagem póstuma, quis evocar modesta e sucintamente as múltiplas oportunidades que tive de interagir com o ilustre defunto, o que criou entre nós relações estreitas e convívios intelectuais.

Trata-se de uma longa trajectória que corre de 1958 a 2006 e cujas etapas são determinantes e significativas no desenvolvimento da historiografia africana.

O meu primeiro encontro com o Professor Ki-Zerbo situa-se em 1958, em Conacri, no dia a seguir ao “não” histórico através do qual a Guiné escolhia aceder à independência. Ki-Zerbo fazia parte do grupo de cerca de trinta intelectuais e quadros africanos que tinham vindo socorrer a jovem república. De entre os seus compa-

Thierno Mouctar Bah
Universidade de Yaoundé 1,
Camarões

nheiros, podem ser citados: Abdou Moumini, físico originário do Níger, Louis Behanzin, matemático originário do Daomé, Memel Fote, filósofo originário da Costa do Marfim; havia igualmente os antilhanos, mas também franceses progressistas como Jean Suret-Canale e Yves Benot.

Tinham respondido todos ao apelo da Guiné para substituir os professores que a França tinha retirado com o objectivo de sufocar uma experiência que contrariava o projecto neocolonial do general De Gaulle.

Era um período de entusiasmos anticolonialista e pela unidade africana. O jovem professor titular de história tomou funções no Liceu Clássico de Donka e tive o privilégio de o ter como professor, quando estava na 3.ª classe. Com ele, é toda a pedagogia da história, tanto no conteúdo como na forma, que assumiu uma nova feição. Passou-se da evocação de “os nossos antepassados, os gauleses”, para a reabilitação de heróis da resistência, para a conquista e para a dominação colonial. Tratava-se de fazer da história uma alavanca de tomada de

consciência nacional para uma transformação qualitativa da África.

O ensinamento de história de Ki-Zerbo no Liceu de Donka caracterizava-se por um saber rigoroso, uma pedagogia de altos voos e um engajamento militante que ele tinha a preocupação de transmitir às jovens gerações. O nosso mestre viajava muitas vezes pela África afora, para colóquios e conferências. Desde essa época que ele se impunha como testemunho e actor privilegiado do processo de descolonização. Teve contactos estreitos com Kwame Nkrumah e contribuiu para dar um impulso ao ideal pan-africanista.

Quando regressava, contava-nos com entusiasmo os seus encontros oficiais e informais com os líderes nacionalistas e pan-africanistas da época. Falou-nos da conferência africana dos povos realizada em Acra em 1958, durante a qual ele se encontrou pela primeira vez com Patrice Lumumba por quem ele tinha uma real afeição. Era para os jovens alunos que nós éramos, uma incursão apaixonante e exaltante na história do tempo presente.

Depois de ensinado durante um ano no Liceu de Donka, Ki-Zerbo partiu da Guiné onde as condições de trabalho e de vida se tornavam difíceis e onde já se percebi- am os desvios ditatoriais. Ki-Zerbo ficou, no entanto, sempre ligado à Guiné e ao seu povo e fez uma obra útil e fecunda ao dar uma dinâmica nova ao ensino da história e suscitando vocações. Devo con-

fessar do meu lado que ele jogou um papel determinante no meu engajamento na profissão de historiador.

Foram necessários vários anos para que eu pudesse rever o mestre. Foi em 1966, em Paris. A Associação Universitária para o Desenvolvimento do Ensino em África e em Madagáscar (AUDESCAM) tinha convidado os melhores historiadores do continente para uma reforma salutar. Estavam lá Ki-Zerbo, A. Mathar Mbow, Sékéké Cissoko, Baba Ibraima Kaké, Oumar Kane. Havia também eminentes historiadores franceses que ensinavam nas universidades de África à semelhança de Jean Devisse, Yvon Paillard e Serge Robert. O jovem bacharel de história da Universidade de Dakar que eu era foi associado. Foi com muita emoção e entusiasmo que revi o mestre e juntos evocámos a sua estadia na Guiné. As actividades na AUDECAM tiveram um impacto considerável na orientação e no ensino da história. Daí saiu a famosa colecção de história Hatier da qual Ki-Zerbo foi um dos directores.

Esta colecção, recomendada pelos ministros africanos e malgaxe da educação desde 1967, constitui uma verdadeira revolução em matéria de pedagogia da história; rompendo com a visão europeio-centrista que prevalecia, os autores deram um lugar preeminente ao passado de África. O manual da 6.^a classe que se centra na antiguidade, integra o estudo da Núbia restabelecendo assim a ligação umbilical entre o Egipto faraónico e a África subsahariana. Quanto ao manual da 5.^a classe, este dedica a parte essencial das lições à África. O período estudado, do século VII ao XVI, foi reabilitado e valorizado através da desqualificação do conceito de Idade Média, que evidentemente, não convém para caracterizar a era dos grandes impérios e reinos que surgiram em diferentes regiões do continente: Gana, Mali, Sonhai, Kanem Bornou, Monomotapa...

O ano de 1972 foi a ocasião de um novo encontro por ocasião do congresso constitutivo da Associação dos Historiadores Africanos da qual Ki-Zerbo foi um dos iniciadores. O seu papel de decano dos historiadores africanos consistiu, com efeito, em consagrar o seu tempo e a

sua energia à criação de uma estrutura institucional apta a favorecer o desenvolvimento das ciências históricas. Seno a ambição a de coordenar à escala continental os esforços endógenos de produção de uma história nova, que sem ser uma história de contrapartida, muda de perspectiva, privilegia o estudo das realidades e das iniciativas africanas, para servir de alavanca a uma tomada de consciência salutar. Essa foi a visão de Ki-Zerbo, eleito presidente da Associação dos Historiadores Africanos (AHA). No mesmo ano, ele publicou nas edições Hatier o seu livro mestre sobre a *Histoire de l'Afrique noire* que se impôs como referência incontornável a todos os professores, pesquisadores, estudantes que se interessam pelo passado do nosso continente.

Em 1975 tive a insigne honra de estar na frequente companhia do professor Ki-Zerbo. Foi em Yaoundé por ocasião do II congresso da Associação dos Historiadores Africanos cujos trabalhos foram dominados pela elevada estatura do mestre. Ele pronunciou, por esta ocasião, uma alocução que foi para as vinte delegações provenientes de todas as regiões do continente uma fonte de inspiração e de exortação. Em substância declarou:

É claro, a história africana não é monopólio nosso. É um campo aberto [...] Mas, nós percorremos este campo com um passo mais circunspecto, pois sabemos que nele se desvaneceram os restos e os crânios dos nossos antepassados... Ora, que seríamos nós, senão a sombra dos outros, se fôssemos despojados da nossa memória colectiva e se, a nossa lembrança nacional fosse povoada por faustos e pesadelos de outrem? Qualquer povo despojado da sua história cadaveriza-se (Ki-Zerbo 1975 :129).

O redactor da revista de história *Afrika zamani* que era eu, teve no decurso dos anos seguintes, contactos repetidos com o presidente Ki-Zerbo. O comité de redacção sempre beneficiou dos conselhos pertinentes e do apoio moral de Ki-Zerbo. Para ele:

A *Afrika Zamani* constituirá o foco activo de onde jorrará esta neo-história de África pela África, para a Áfri-

ca, que não será mais um olhar externo simpatizante, indiscreto ou alienante, que também não será mais um olhar narcísico de auto-contemplação, mas o olhar da consciência que explora serenamente as nossas próprias taras, as nossas próprias glórias e as nossas próprias virtudes. A revista *Afrika Zamani*, será assim o viveiro de todas essas ideias novas, o local geométrico da sua difusão. Ela ser a nossa voz e o nosso porta-voz (Ki-Zerbo 1975 :129).

Estas afirmações deveriam ser meditadas pelos jovens historiadores para os incitar a se envolverem na controversa histórica cultivando o sentido crítico. Estas afirmações devem também interpelar os responsáveis da *Afrika Zamani* para que essa revista tenha uma publicação regular e uma larga difusão, não apenas em África, mas para além dela.

Em Fevereiro de 1996 realiza-se em Dakar o colóquio sobre “A obra de CheikhAnta Diop e o renascimento africano” para comemorar o 10.^o aniversário do desaparecimento do erudito egíptólogo. Foi para mim uma nova oportunidade de encontro com o mestre. Com a bênção de Ki-Zerbo, um grupo de historiadores incluindo Elikia M'Bokolo, Chentouf Tayeb, Doulaye Konaté e eu próprio, encontrou-se com a Senhora Adam Bâ Konaré para solicitar ao presidente do Mali a organização do III Congresso da Associação dos Historiadores Africanos. Este realizou-se com fausto e sucesso em Setembro de 2001 em Bamako. Assim, graças à benevolente solicitude de um casal de historiadores, Ki-Zerbo realizou uma promessa muito querida para ele, passar o testemunho à jovem geração, para presidir os destinos da Associação dos Historiadores Africanos.

Em Maio de 2007 realizou-se em Addis Abeba o IV Congresso dos Historiadores Africanos. Vindos de todas as regiões do continente e reunidos nessa cidade mítica, símbolo ao mesmo tempo da resistência à conquista colonial e da unidade africana, tiveram todos um pensamento profundo para o saudoso decano dos historiadores africanos, para o nacionalista e pan-africanista que foi de todos os combates para o progresso da historiografia africana.

Homenagem da Associação dos Historiadores Africanos (AHA) ao Professor Joseph Ki-Zerbo (1922-2006)

um homem de consciência, de ciência e de dever

*N'an laara, an saara**
(Se nos deitamos, estamos mortos).

O dia 04 de Dezembro de 2006 fica já uma data memorável, uma data terrível para a comunidade dos historiadores de África e certamente para toda a África e para além dela.

Os historiadores no entanto reconhecidos pela sua lucidez, ou mesmo a “sua frieza” na análise das situações não quiseram, ou preferiram evitar olhar de frente aquilo que as leis da natureza tornam inelutável, quer dizer, o desaparecimento do ser físico do nosso papá. É que os historiadores, longe de serem “monstros frios”, são simplesmente desses humanos para quem a perda de um ser querido não será nunca uma coisa “natural”. O nome do Professor Joseph Ki-Zerbo evoca para todos os historiadores a figura do mestre, o que tranquilizava e em quem “se encostava” num mundo cada vez mais complexo e indecifrável. Compreende-se portanto a amplitude da onda de choque que provocou na comunidade dos historiadores em todo o mundo, o anúncio do falecimento do Papá Ki-Zerbo. Perante as numerosas reacções suscitadas por este anúncio, os historiadores terão definitivamente compreendido a imensidade do homem que escapa a qualquer tentativa de apropriação de tipo categorial (mesmo profissional) para se inserir na universalidade, que ele próprio definia como devendo ser o topo da pirâmide que constituiria a quintessência de todas as culturas.

Nunca se deixará de comentar e de meditar sobre as diferentes facetas da vida e da obra do Professor Joseph Ki-Zerbo, nem de apreciar a sua imensa contribuição para o pensamento universal moderno e contemporâneo. Isso apenas começou!

Gostaria, ao longo destas linhas, de renovar a homenagem da Associação dos Historiadores Africanos e de modo mais largo, a da comunidade dos historiadores de todo o mundo à memória do decano.

Doulaye Konaté
Universidade de Bamako,
Mali

As muitas mensagens que nos chegaram à sede da AHA em Bamako, na sequência do anúncio do falecimento do Professor Joseph Ki-Zerbo dão uma ideia das múltiplas dimensões do homem e da sua imensa obra. Seria vão e pretensioso querer delimitar nestas linhas todas as dimensões, de tal modo a vida e o itinerário do homem foram de uma riqueza excepcional.

Tentaremos simplesmente lembrar aqui algumas das qualidades marcantes do homem e algumas das suas grandes contribuições no seu engajamento constante a favor de África e, mais ainda, da dignidade humana.

É preciso evocar em primeiro lugar justamente o homem Ki-Zerbo tal como ele se apresentava e tal como nós todos o apreciámos. Os historiadores de todas as gerações (dos quais muitos devem a sua vocação de historiador à leitura das obras do Professor Ki-Zerbo) que o conheceram e os que tiveram o privilégio de conviver com ele, são unânimes em reconhecer o humanismo que caracterizava o seu ser e as suas relações com os outros.

O Mestre benevolente e sábio

A primeira imagem e certamente a mais marcante que nós todos guardamos do Professor Joseph Ki-Zerbo é a do papá e do sábio africano que associa entre outras qualidades, a serenidade diante das provações, a experiência, a integridade moral e cuja benevolência que tranquiliza os seus, mas também todos os que o abordam sem preconceito. São testemunho disso as muitas mensagens de historiadores e de outros ainda que utilizam metáforas que exprimem esse respeito, e o

reconhecimento da autoridade moral e científica do mestre por todos.

Esta imagem do sábio e do pai benevolente cuja generosidade na partilha do saber encontrou a sua expressão na parábola do “embondeiro africano”, o que dava a todos a sua sombra tutelar. A expressão utilizada pelos nossos colegas malgaxes é “Ray Amandreny” que dá bem essa ideia da tutela parental, e da autoridade moral do primogénito com toda a consideração com ela relacionada.

Diferentemente da palmeira, essa outra grande árvore do Sahel e em relação à qual há um provérbio que diz que “a sua sombra não beneficia os seus [entenda-se os que se encontram à sua proximidade], o grande embondeiro que era o Professor Joseph Ki-Zerbo fazia-se um sacerdote da partilha do seu imenso saber com os seus, os africanos, e nomeadamente os mais jovens. O Professor Joseph Ki-Zerbo dedicou muito do seu tempo e da sua energia à formação intelectual e moral de gerações sucessivas de quadros africanos através dos seus ensinamentos e das suas numerosas conferências em toda a África e no resto do mundo.

O Pai da historiografia moderna africana

Embora o Professor Joseph Ki-Zerbo gostasse por humildade e por convicção inserir todas as suas acções, nomeadamente os seus sucessos no registo da colegialidade, não deixa de ser verdade que ele constitui com o Professor Cheikh Anta Diop as duas figuras emblemáticas, os “porta-bandeira” do combate pela descolonização da história africana nos anos 1956.

A África nas margens da história

Desde a exclusão da África do campo histórico que a filosofia de Hegel tinha consagrado declarando o continente de

“ahistórico”, o passado da África não devia ser um objecto de estudo, a própria humanidade dos seus habitantes era contestada: a colonização influenciada por esta concepção marcou uma etapa importante na gestão da relação dos africanos com o seu passado.

A História, disciplina considerada dar conta dos factos do passado e da sua inteligibilidade apresentou-se então como uma operação que somente podia apoiar-se em documentos escritos. A África considerada como o domínio por excelência da oralidade não podia ser tema de História. As tradições orais e todas as outras práticas que mantêm a ligação com o passado só podiam assim estar dependente da **memória** entendida como emoção, repetição da tradição, recondução de um “presente eterno”. A distinção maniqueísta assim estabelecida entre **História** e **Memória** vai marcar de forma duradoura as abordagens do passado africano. Com efeito, durante muito tempo esse passado africano não era evocado a não ser como um apêndice da História da Europa através, nomeadamente, da História do tráfico atlântico e a da expansão colonial. Tudo o que se produziu antes dos primeiros contactos com a Europa era do domínio das trevas, o que alguns chamaram os “séculos obscuros” da África.

O conhecimento no entanto antigo dos textos árabes relativamente à África subsahariana, tais como as narrativas de viagem de Ibn Batuta, a descoberta de diferentes documentos escritos em África, tais como as crónicas de Tumbuctu, não mudou em nada esta atitude. Os historiadores “positivistas” do período colonial que se interessaram por esta história atribuíram origens estrangeiras (hamitas, caucasoides, líbios, romanos, fenicianos) à maioria das brilhantes realizações políticas (fundação de impérios...) e culturais (locais antigos, objectos artísticos)¹ que eles descobriam no continente e cujas tradições orais locais, no entanto, mencionavam largamente.

Esta situação que frustrava as elites africanas ocidentalizadas e que ignorava a demanda de História dos povos africanos, tinha suscitado reacções por parte de alguns amadores esclarecidos africanos no século XIX e no início do século XX em diversas regiões do continente.² É preciso assinalar também o papel jogado pelos africanos da diáspora no nascimento de uma historiografia africana escrita nessa época.

O tempo das rupturas epistemológicas.

A partir dos anos 50, o movimento a favor de uma reabilitação da África através da escrita da sua história acelerou sob o impulso de uma geração intelectual que o Professor M'Bokolo designa com propriedade de “geração de 1956”.³

Esta geração, iniciada pelos escritores da negritude, tais como Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor, René Dupestre tem “um olhar alternativo sobre a África, um olhar sem complexos”, foi muito mais longe na busca de reabilitação da História de África.

A liderança do Professor Ki-Zerbo foi essencial dentro desta geração na qual a África Ocidental tinha um lugar com os senegaleses Cheikh Anta Diop e Abdoulaye Ly, os nigerianos K. Onwuka Dike, Biobaku Saburi, Ade Ayaju e Akinjogbin I. A. Esta geração que afirmou “a necessidade de se refazer a história a partir da matriz africana” (Ki-Zerbo 2003: 11) não podia consegui-lo se não fizesse rupturas epistemológicas a diferentes níveis.

O Professor Ki-Zerbo jogou um papel pioneiro neste procedimento modificador que marcou verdadeiramente o nascimento da historiografia moderna africana. Ele atacou de frente as questões metodológicas, nomeadamente as fontes, sendo a inexistência de fontes escritas o alibi que se evocava para manter a África à margem da História. Em suma, sem documentos escritos, não há História!

Neste terreno, o Professor Ki-Zerbo foi daqueles que trabalharam para o reconhecimento da **validade das tradições orais como fontes de História** paralelamente aos documentos escritos e muitos outros ainda fornecidos pelas ciências chamadas na época, auxiliares da História (arqueologia, etnologia, epigrafia...). A utilização da memória colectiva das sociedades africanas foi acompanhada pela colocação em causa pelo Professor Ki-Zerbo da noção de **Pré-história** utilizada para designar os períodos que antecederam o surgimento da escrita.

Na análise dos factos históricos, a “geração de 1956” privilegiou a “iniciativa dos povos africanos” em vez da “acção dos factores externos”. Esta geração exprimiu os seus pontos de vista e as suas convicções durante o primeiro congresso dos artistas e escritores negros, organizado

em Paris em 1956 e aquando do primeiro congresso dos africanistas em Acra pela voz do Professor Ki-Zerbo e de K. Onwuka Dike (**História Geral de África em 8 volumes, UNESCO**). Se bem que animado pela mesma vontade de fazer ressuscitar a história africana desembaraçando-a dos preconceitos racistas, esta geração não adoptou mesmo assim uma abordagem “unanimista” da história africana. O Professor Ki-Zerbo ilustrou-se nomeadamente na elaboração de uma historiografia chama “dos processos” através da qual ele tenta restituir os diferentes processos internos e externos que podem explicar a evolução do continente durante muito tempo.

A outra abordagem dominante desta geração, liderada pelo Professor Cheikh Anta Diop, visava a busca das origens de África e a afirmação do carácter negro do Egipto faraónico, e que devia servir de fundamento para a renovação cultural africana no mundo contemporâneo.

Ao número de contribuições que se devem a esta geração, seria necessário antes de mais citar a obra guia do Professor Ki-Zerbo: **História da África Negra** publicada pela Hatier em 1972 que fez renascer ao mundo um continente, restituindo-lhe a sua dignidade humilhada durante séculos.

Um dos empreendimentos colectivos mais emblemáticos no activo desta geração foi a publicação da **História Geral de África** em 8 volumes iniciada sob os auspícios da UNESCO nos anos 1970 e acabada nos anos 1990. O Professor Ki-Zerbo jogou um papel de primeiro plano na concepção e na implementação deste empreendimento de envergadura cujo impacto mereceria ser alvo de uma avaliação com vista a se fazerem surgir novas perspectivas de trabalho.

A obra historiográfica da “geração de 1956” e nomeadamente a do Professor Ki-Zerbo suscitou muitas vocações de historiadores nas gerações seguintes cujos trabalhos contribuíram progressivamente para dar um rosto à África.

O educador e formador emérito

O Professor

É assim que se chama afectuosamente ao decano no Burkina-faso, apelação bastante merecida e que reflecte bem o reconhecimento deste papel assegurado e assumido pelo homem. Primeiro profes-

sor titular de História da África subsahariana em 1956, o Professor Joseph Ki-Zerbo teve efectivamente um itinerário muito longo de docente e de educador. Começado em França (nos liceus Buffon em Paris, Pothier em Orleães), e depois em África (Liceu Vollenhoven em Dakar, Liceu Donka em Conacri (1958-1959), esse itinerário prosseguiu no Alto Volta (actual Burkina Faso), no Liceu Zinda Kaboré e mais tarde na Universidade de Ouagadougou. Na Guiné, o Professor Ki-Zerbo e outros patriotas africanos engajaram-se do lado da Guiné independente (1958) para cobrir a falta de professores consecutiva à retirada pela metrópole dos seus quadros, na sequência do “não” guineense no referendo sobre a comunidade franco-africana proposta pelo General De Gaule.

De volta ao Alto Volta (actual Burkina Faso), o Professor Ki-Zerbo fez alternativamente, ou ao mesmo tempo, a sua carreira de professor com o exercício de responsabilidades importantes no sector da educação. Assim, foi presidente da Comissão Nacional para a UNESCO, Inspector-geral de Academia e Director-geral da Educação Nacional no Alto Volta (Badini 1999: 679-711).

Num período mais recente, muitas universidades em África e no resto do mundo beneficiaram dos ensinamentos do Professor Ki-Zerbo e das suas numerosas conferências. Durante o seu exílio em Dakar de 1983 a 1992, a sua actividade de docência na Universidade de Dakar marcou de forma duradoura os estudantes e todos os que com ele conviveram e que guardam a lembrança de uma “grande generosidade no dom do saber”.⁴

O Professor Ki-Zerbo não concebia o ensino em separado da educação em relação à qual ele tinha uma abordagem sistémica. Para ele, o ensino e nomeadamente o da História devia participar na formação das consciências, e portanto, do cidadão.

Evocando as razões da sua escolha de fazer história, o Professor Ki-Zerbo considerava que “a história era mestra da vida (*historia magistra vitae*), uma disciplina formadora do espírito, porque ele nos ensina a raciocinar na lógica e para além da ciência pela consciência” (Ki-Zerbo 2003: 11).

Esta elevada apreciação que ele tinha da História não implicava para ele um acantonamento distante num território disciplinar privilegiado. Muito pelo con-

trário, a sua concepção e a sua prática da História faziam um chantage da transdisciplinaridade da qual ele gostava de lembrar as vantagens para as ciências sociais e a formação dos homens, sobretudo em África.

Tal como lembra Amadé Badini no seu excelente artigo dedicado a J. Ki-Zerbo (já citado), para o Professor Ki-Zerbo os factores chave da promoção africana são a formação de Homens e a unidade africana (Badini 1999: 4). Esta convicção alimentou toda a sua reflexão dedicada ao tema da educação e constitui o leitmotiv das suas inúmeras iniciativas e realizações concretas nessa matéria.

O educador

O interesse do Professor Ki-Zerbo pela educação transparece em toda a sua obra, apesar de ter consagrado à educação estudos especializados (Exemplo: *Éduquer ou périr* 1990).

As abordagens inovadoras do Professor Ki-Zerbo sobre a educação concebida como um fenómeno transversal (envolvendo tanto a escola de introdução colonial como a educação tradicional africana) assenta em alguns princípios chave. “A confiança em si”, “o pensar por si próprio” e a alteridade que não aliena.

A referência ao passado apenas serve porque este serve como fonte de inspiração para a criatividade dos contemporâneos. A sua abordagem da educação em África dá um lugar privilegiado à educação escolar, universitária e à investigação universitária.

O Professor Ki-Zerbo era um dos mais fervorosos defensores do ensino superior e da pesquisa científica contra certas correntes de pensamento dominantes (infelizmente) que apresentam esses sectores, como sendo um luxo supérfluo para a África. O desprezo pelos africanos e as opções ideológicas que estão por detrás desses julgamentos eram constantemente denunciados pelo Professor, assim como o desequilíbrio entre o Norte e o Sul na produção mundial do saber, incluindo o saber sobre a África. Ele estigmatizava a punção exercida pelo Norte (fuga de cérebros) sobre os recursos humanos do Sul, agravando assim a marginalização da África.

O Professor Ki-Zerbo não se contentou em teorizar sobre a educação. Ele tentou corajosamente pôr em prática os seus pontos de vista sobre a educação, privi-

legiando a perspectiva pan-africanista que ele tinha.

O pan-africanista convencido

É impossível descrever a figura do Professor Ki-Zerbo sem evocar o Militante e o Político. Análises mais especializadas sobre os engajamentos políticos no Burkina-faso, bem como a nível internacional não deixarão de ser feitas. Testemunhos comoventes foram dados pelos seus companheiros de luta durante as exéquias em Ouagadougou e em Toma. Nós iremos limitar-nos aqui a evocar o pan-africanista.

O Militante e o Político

Militante desde a primeira hora da causa da unidade africana, ao lado de Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba e muitos outros, o Professor Ki-Zerbo tinha uma verdadeira paixão pela África. O militante político que era o Professor Ki-Zerbo revelou-se nele muito cedo, numa altura em que ainda era estudante. Assim, ele foi co-fundador e primeiro presidente da Associação dos Estudantes do Alto Volta em França (membro da Federação dos Estudantes da África Negra em França – FEANF) assim como da Associação dos Estudantes Católicos Africanos, antilhanos e malgaxes. A este título, animou a revista *Tam-Tam* cujos editoriais são a favor da independência e da unidade africana.

Em 1958 a criação do Movimento de Libertação Nacional (MLN) vem concretizar as convicções pan-africanistas do professor, tanto mais que este partido que defende o federalismo fez campanha pela independência e optou pelo “não” no referendo de 1958 sobre a adesão à comunidade franco-africana.

Toda a acção política do Professor Ki-Zerbo, através nomeadamente de diferentes formações políticas que ele dirigiu em seguida (UPV e PDP/PS) foi de acordo a este engajamento constante a favor da realização da unidade africana. As suas convicções pan-africanistas foram objecto de diferentes desenvolvimentos nas suas obras, nomeadamente a questão do Estado multinacional federalista em África – debate de actualidade.

O Professor Ki-Zerbo é dos que não se contentaram em teorizar o pan-africanismo. Ao longo de toda a sua vida ele traduziu em actos concretos no terreno as suas convicções a favor da necessária integração africana.

Algumas realizações essenciais em benefício da integração africana

A opção de ir apoiar os esforços da Guiné independente em 1958 em detrimento de uma carreira universitária que se anunciava “prometedora” é bastante significativa do ponto de vista do engajamento do Professor e da senhora Jacqueline Ki-Zerbo.

Neste nosso mundo que está a perder referências, regido pela “religião do agora” um exemplo desses de sacrifício merece ser meditado.

O Professor Ki-Zerbo tentou em todos os domínios que ele considerava essenciais para o futuro de África, nomeadamente o da **formação** e implementação de estratégias e acções com vista à “mutualização” dos recursos humanos e materiais dos Estados africanos a favor da integração. Foi assim que se criou o Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) do qual ele foi um dos iniciadores e o primeiro secretário-geral.

O Professor estava legitimamente orgulhoso desta instituição inter-africana que autoriza a harmonização dos programas e define os critérios comuns de promoção da carreira dos universitários dos países membros.

O marasmo actual que caracteriza as universidades nacionais africanas prova hoje, mais do que nunca, a pertinência da abordagem integrada que o Professor Ki-Zerbo tinha do ensino superior em África.

Entre outras responsabilidades a nível africano e internacional, o Professor Ki-Zerbo foi presidente da comissão “História e Arqueologia” do Primeiro Congresso dos Africanistas em Acra em 1962, membro do bureau do Congresso dos Africanistas (1962-1969), presidente do Colóquio sobre a Enciclopédia Africana (1962), presidente da Comissão Consultiva para a reforma dos programas universitários nos países francófonos de África.

Co-fundador da Associação dos Historiadores Africanos (AHA)⁵ fundada em Dakar em 1972, ele foi eleito seu presidente durante o congresso de Yaoundé em 1975, presidência que ele assumiu até ao congresso de Bamako em 2001.

Por ter tido o privilégio de assistir na preparação desse congresso de 2001 organizado graças ao apoio do Presidente Alpha Oumar Konaré e com o seu patrocínio, foi-me dado a apreciar o elevado sentido do dever que o Professor tinha, bem

como a grande preocupação que caracterizava o seu procedimento e as suas reflexões (“esta África pode reproduzir-nos melhor, desenvolver-nos de acordo com os nossos interesses e os nossos valores?” (J. Ki-Zerbo).

O intelectual

O pensamento e a prática do Professor Ki-Zerbo fazem dele o intelectual por excelência. Este termo foi de tal modo maltratado que tem que ser usado com precaução.

O Professor Ki-Zerbo não era do género (mais espalhado em África e em outros lugares, certamente) de intelectual, ou aliás de “diplomado”, que aspira a “tornar nalguma coisa” custe o que custar. Ele era dos que cujo saber os aproxima dos seus concidadãos e que ambicionam empreender com eles “alguma coisa” em benefício da comunidade.

Num “*Ultima verba*”, no final do seu discurso quase testamental na abertura do 3.º congresso da AHA em Bamako, o Professor ao definir a missão dos historiadores especificava:

Assim, o verdadeiro historiador é o intelectual na cidade, o intelectual orgânico que a pátria ligou com o seu meio, mantendo ao mesmo tempo o mínimo de distância sem a qual ele seria apenas um praticante (Ki-Zerbo, Associação dos Historiadores Africanos (AHA), III Congrès, 2005, Discours : 48).

É pois neste espírito que se deve compreender as reflexões feitas pelo Professor sobre diferentes assuntos de preocupação e que envolvem o futuro.

Pode-se reter por exemplo as suas reflexões esclarecedoras sobre os temas da globalização, do desenvolvimento, da educação, do meio ambiente, ou ainda da “identidade das identidades”. Elas exprimem-se nas suas obras, conferências, e um filme documentário recente com títulos evocadores (*Éduquer ou périr – La Natte des autres – À quando l’Afrique? – Identité et identités pour l’Afrique*). Uma das grandes contribuições do Professor Ki-Zerbo para o desenvolvimento das ciências sociais, é de ter sabido renovar os paradigmas na abordagem de todos esses temas e de ter forjado um aparelho conceptual novo que propõe instrumentos pertinentes de análise.

É o caso dos conceitos de “desenvolvimento endógeno”, associado a fórmulas

de explicitação tais como “desenvolvimento chave em primeiro lugar”, ou ainda os conceitos de “pesquisa desenvolvimento”, de “cidade educativa”.

“A teoria que decifra”, dizia ele, “torna-se num recurso, e recusar-se a teorizar é adoptar ou submeter-se à teoria implícita da prática em curso, quer dizer, o status quo” (Ki-Zerbo 2000: 43).

Consciente do papel que deve jogar os intelectuais para a transformação social, o Professor criou e contribuiu para a criação de diferentes centros de animação da pesquisa para o desenvolvimento concebidos como quadros de reflexão apoiada pela acção.

É o que acontece com o Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDEA) no Burkina-faso e a nível africano, o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Endógeno (CRDE cuja sede se encontra em Dakar.

Todas essas iniciativas têm origem, é claro, na preocupação do Professor de reunir uma massa crítica de perícia científica que permitiria propor soluções alternativas para os problemas concretos do desenvolvimento, desenvolvimento que ele definia como “uma passagem de si próprio para um nível superior através da formação”.

Futuro e engajamento

O Professor Ki-Zerbo exprimia nestes termos a sua fé no futuro diante dos congressistas de Bamako: “O presente é volátil, o passado está fora do alcance, o futuro também. Mas pelo menos o futuro está por vir. Apenas o futuro é grande!”.

A mais bela homenagem que a Associação dos Historiadores Africanos pode prestar ao Professor Ki-Zerbo, para além do seu reconhecimento pelas suas inúmeras contribuições, é a nossa determinação de continuar a “corrida dos revezamentos” a que fazia alusão o Professor no seu discurso premonitório de Bamako (Ki-Zerbo, Associação dos Historiadores Africanos (AHA), III Congresso, 2005, Discurso: 48). Devemos reconhecer que o Professor Ki-Zerbo “mereceu a nossa corporação” carregando honrosamente o testemunho deste revezamento que temos, por nosso turno, transmitir a outros para que a corrida continue.

Ao fazê-lo, saberemos lembrar o anúncio feito por Patrice Lumumba e utilizado pelo Professor Ki-Zerbo: “A África escreverá

a sua história”. E saberemos lembrar quando o Decano nos instruíra com firmeza: “Escrevam! É um mandato imprescritível. Podemos ser ajudados, mas cabe-nos a nós a principal responsabilidade” (Ki-Zerbo, Associação dos Historiadores Africanos (AHA), III congresso, 2005, Discurso: 50).

Conservamos todos no nosso espírito a utilidade da nossa missão de historiadores tal como foi já definida pelo Decano: “Aprender o passado, compreender o presente, empreender o futuro” (Ki-Zerbo, Associação dos Historiadores Africanos (AHA), III congresso, 2005, Discurso: 48).

A melhor maneira de se honrar e de se perpetuar a memória do Professor Ki-Zerbo é de nos investirmos ainda mais nas inúmeras pistas que ele abriu, ou seja, reabrir esta grande biblioteca que pouco conhecemos para nela buscarmos uma inspiração criadora.

O comité executivo da AHA e todos os historiadores de África e do mundo exprimem a sua simpatia à Senhora Jacqueline Ki-Zerbo cujo engajamento ao lado do Professor em todos os combates da sua vida apreciam e saúdam.

Gostaríamos pois assegurar-lhe, bem como a toda a família Ki-Zerbo a nossa inteira solidariedade.

Viva a memória do Professor Ki-Zerbo e a sua esperança numa nova humanidade para a qual ele muito trabalhou.

Notas

- * *N'an laara, an saara* (Se nos deitamos, estamos mortos), fórmula muito querida do Professor Joseph Ki-Zerbo.
1. Os bronzes de Ife, as ruínas do Zimbabwe foram assim atribuídas no momento da sua descoberta a estrangeiros não africanos (Fenícios... desaparecidos).
 2. Pode-se citar Thomas Mafela na África do Sul, l'Abbée Boilat no Senegal, Samuel Johnson na Nigéria.
 3. 1956 é um ano fundamental na evolução das colónias de África: véspera da independência do Gana e adopção da lei Gaston Deferre na AOF.
 4. Mensagem de Ibrahim THIOUB, chefe do departamento de história da l'UCAD.
 5. A AHA ambiciona agrupar os historiadores africanos em torno da escrita e da difusão da história africana. Ela dispõe de uma revista trimestral *Afrika Zamani* publicada actualmente com o apoio do CODESRIA, ela realizou 4 congressos Dakar (1972), Yaoundé (1975), Bamako (2001), Addis Abeba (2007).

Referências

- Association des Historiens africains (AHA), IIIe Congrès, 2005, Allocutions et Actes Administratifs. Bamako : AS.HI.MA. Graphique Industrie Bamako
- Badini, A., 1999, « Joseph Ki-Zerbo (1992) «Le développement clés en tête» », *Revue Perspectives*, XXIX (4), pp.699-711.
- Florian, P., 2004, Joseph Ki Zerbo, itinéraire d'un intellectuel voltaïque au XXe siècle,

Mém. Maîtrise Université Toulouse Le Mirail.

- Ki-Zerbo, J., 1978, *Histoire de l'Afrique noire*, Paris : Hatier.
- Ki-Zerbo, J., 1986, *Histoire Générale de l'Afrique*, Tome 1 : *Méthodologie et Préhistoire africaine*, Paris : Présence africaine, Edicef, UNESCO.
- Ki-Zerbo, J., 1991, *Histoire générale de l'Afrique*, Tome IV : *l'Afrique du XII au XVI siècle*, Paris : Présence africaine, Edicef, UNESCO.
- Ki-Zerbo, J., (dir.), 1990, *Éduquer ou périr* (Impasses et perspectives africaines). Dakar, Abidjan : UNESCO-UNICEF.
- Ki-Zerbo, J., (dir.), 1992, *La Nette des autres : pour un développement endogène en Afrique*, Actes du colloque du CRDE organisé à Bamako en 1989 sur le thème du développement endogène, Paris : Karthala et Dakar : Codesria.
- Ki-Zerbo, J., 2000, *Défi humanitaire, défi humain : une approche africaine in forum de Solidarité. L'Afrique face au défi humanitaire* Fondation Partage, Paris : Ed P.A
- Ki-Zerbo, J., 2003, *À quand l'Afrique ?*, Entretien avec René Holenstein, La Tour d'Aigues F-84240 : Éditions de l'Aube (Diffusion Seuil) ; Genève : Éditions d'en bas.
- Filmografia
- Kouyaté, D., 2004, J. Ki Zerbo, « Identités, identité pour l'Afrique », documentaire de Dani Kouyaté avec J. Ki-Zerbo.

Joseph Ki-Zerbo, retrato de uma geração africana sob a influência colonial

Entrevista a Cheikh Hamidou Kane

Realizada por Francis Beng Nyamnjoh e Jean-Bernard Ouédraogo

Cheikh Hamidou Kane nasceu em 1928 em Matam, no Fouta senegalês. Escritor e administrador civil, assumiu a partir de 1960 responsabilidades governamentais no Senegal e em organizações internacionais. É o autor de um dos grandes clássicos da literatura africana francófona, a *Aventure ambiguë* (Grande prêmio literário da África negra em 1962), na qual ele exprime as contradições das diferentes heranças da África contemporânea. Esta obra exprime bem, numa poderosa poética romanesca, a dificuldade de um projecto de conciliação do pensamento existencial africano com a cultura ocidental imposta pela colonização. Tal como se pode ler nesta entrevista, Cheikh Hamidou Kane faz parte dessa geração de africanos que se engajou na luta contra o colonialismo e que esteve definitivamente envolvida neste face a face trágico das culturas ocidentais e africanas. Recusando o impasse do afro-pessimismo ambiente, defensor obstinado de um “lugar verdadeiro e justo” da África neste mundo, Cheikh Hamidou Kane é um velho companheiro de luta e um amigo muito próximo de Joseph Ki-Zerbo. É actualmente presidente do Conselho de Administração da Enda-Tiers Monde.

CODESRIA Boletim (CB)

A seguir ao desaparecimento do professor Joseph Ki-Zerbo, o secretariado do Conselho decidiu dedicar-lhe um número especial do Boletim do CODESRIA. Para este número pareceu-nos importante ouvir a sua voz, você que é seu amigo, seu testemunho, sobre o percurso de Joseph Ki-Zerbo.

Cheikh Hamidou Kane (CHK)

Enquanto velho e antigo amigo, acreditei que o meu dever era de ir a Ougadougou quando a Jacqueline, a sua mulher, me informou do seu falecimento. Antes disso, tinha tratado de tudo para que ele fosse recebido no Senegal; na minha quali-

Cheikh Hamidou Kane
Enda-Tiers Monde
Dakar, Sénégal

dade de presidente da Enda-Tiers monde, tinha mandado organizar uma visita a Joseph aqui ao Senegal, mas ele já estava doente. Estava de volta da Argélia e fisicamente diminuído. Assim, não consegui trazê-lo à Universidade Gaston Berger de Saint-Louis. No entanto estivemos lá, com muitos intelectuais e universitários senegaleses para lhe prestar homenagem. Nessa ocasião, apresentámos o filme de Danny Kouyaté. Essa apresentação suscitou debates muito interessantes com os estudantes e os professores da Universidade Gaston Berger. Em seguida, voltámos aqui para Dakar, para a Casa da Cultura Douata Seck. Ele veio com a Jacqueline e conseguiu ter um diálogo muito rico com intelectuais senegaleses, professores e estudantes. Joseph era um velho amigo meu, e acho que essa amizade teceu-se e reforçou-se graças a três grandes pontos de convergência.

O primeiro é, creio eu, que ele e eu pertencemos a uma geração de africanos bem enraizados na sua identidade africana, na sua cultura africana. Tal como eu, Joseph falava muitas línguas africanas, como eu viveu no meio familiar, na família alargada, quer dizer o meio no qual a criança desperta para o conhecimento e para a consciência rodeada por duas ou três gerações de bisavós, avós e pais, pelo menos, e também pela família alargada, uma vez que a tradição não é que a criança seja educada simplesmente pelos pais biológicos. A criança era educada pelos seus pais, irmãos e irmãs do pai, os irmãos e irmãs da mãe. Era a escola mais fundamental, para as pessoas da nossa geração e das gerações anteriores, na medida em que mais tarde, a gerações que se seguiram não tiveram a felicidade nem a sorte,

devido à evolução social, de beneficiar dessa educação, dada, exercida, vigiada pela comunidade na sua totalidade. Isso é verdade para o meu caso, é verdade para o caso de Joseph e é infelizmente algo que não existe, que não existiu para as gerações seguintes e é uma falha considerável nos sistemas educativos actuais, de modo que os meus netos muitas vezes são os filhos de pais que não pertencem à mesma etnia, à mesma cultura de base, o que é uma coisa boa, mas ao mesmo tempo, esses pais por vezes não falam nenhuma das línguas nacionais africanas. Quando os pais falam essas línguas, os seus filhos não as falam. Muit rapidamente essas crianças são colocadas depois da pré-escola naquilo a que eu chamo a “escola estrangeira”. Assim, uma característica comum a mim, ao Joseph e a todos os da nossa geração, é que não fomos “desviados” da educação tradicional desde a pequena infância. Deste modo, estamos bastante conscientes da nossa identidade africana, não de modo teórico, mas de modo efectivo e vivido. Este traço de carácter nós partilhamos com os nossos mais velhos como os Amadou Mahtar Mbow, os Assane Seck, os Kéba Mbaye, Boubacar Telli Diallo antigo primeiro secretário-geral da Organização da Unidade Africana (OUA), só para citar alguns deles. Isso é uma primeira característica que nos é comum.

Uma segunda característica, é o facto de que quando chegámos à idade de ir à escola, a nossa ambição para nos formar era paradoxalmente entravada pelo colonizador. Antes de mais porque as escolas que existiam não eram quantitativamente suficientes. Quero com isto dizer que não havia uma minoria de crianças africanas que podia ir para a escola primária. As taxas de escolarização realizadas pelo colonizador eram muito baixas. E os que de entre os jovens africanos que tinham acesso à escola primária eram uma minoria. Por um lado, porque a escola, a rede escolar não era importante, e, por outro

lado, porque as sociedades africanas eram muitas vezes reticentes em mandar as suas crianças à escola. Elas recebiam justamente o facto de que ao mandar as crianças à escola, esta fizesse com que as crianças ficassem desviadas da sua cultura, da sua identidade.

Esta minoria que acedia à escola, o colonizador arranjava uma astúcia para a acantonar no ciclo primário, e talvez no ciclo primário superior, dado que havia uma pirâmide muito pontiaguda. Por exemplo, aqui no Senegal, aos postos administrativos daquilo que constituem hoje as sub-prefeituras, apenas existiam escolas primárias elementares. Para aceder à escola regional que levava ao Certificado de Estudos Primários Elementares, era preciso ir até aos postos administrativos dos círculos que eram doze. Depois destas escolas regionais de onde se saía munido com o Certificado de Estudos Primários Elementares, só havia a Escola Primária Superior. Aqui no Senegal ela estava em Saint-Louis. É a mesma estrutura educacional que se encontra em todas as colónias africanas da França. Quando se ultrapassava esse nível de Escola Primária Superior, chegava-se à Escola Normal que recebia os alunos vindos das Escolas Primárias Superiores das oito colónias da África Ocidental Francesa. Acima da Escola Normal foi criada a Escola Africana de Medicina, bem como escolas técnicas (Katibougou, etc.). Estes são os níveis superiores aos quais as elites africanas tinham acesso; elas não podiam ultrapassar esses níveis. Havia uma espécie de numerus clausus do colonizador que fazia com que o acesso ao ensino fosse medido, reservado. Aquele que acedia à escola não podia sonhar ser monitor de ensino ou professor primário, ou enfermeiro, ou parteira, ou médico africano. Era assim. Não se podia sonhar nem em ser professor do ensino secundário, nem ser professor diplomado, professor titular, médico, engenheiro de nível superior. Essas posições estavam reservadas ao colonizador. Faziam-nos acreditar que não éramos capazes intelectualmente de aceder a esses níveis de formação. E isso era verdadeiramente o desafio que estava muito evidente aos nossos olhos, essa espécie de desprezo intelectual no qual o colonizador pretendia manter-nos, essa espécie de complexo que ele pretendia inculcar-nos. Eu acho que é um dado importante de que a nossa geração estava muito consciente. As gerações anterior-

res tinham estado conscientes disso, uma vez que era ainda pior. Homens como Senghor e Alioune Diop que conseguiram ter acesso ao ensino superior podiam ser contados pelos dedos da mão. Dessas gerações que precederam as de Senghor e de Alioune Diop, há apenas dois ou três no Senegal que conseguiram escapar porque passaram como Léopold Sédar Senghor pelo seminário. É este desafio para a nossa geração que explica o combate renhido para ultrapassar essas barreiras, para ultrapassar esses limites. Era um combate para nós próprios, pela ambição pessoal, mas também um combate para defender a ideia de que o saber, a ciência e a inteligência não deviam ser um monopólio de que a nossa raça negra deveria ser excluída tal como o colonizador tentou fazer-nos acreditar nessa época, para nos manter na sujeição. É por isso que toda a nossa geração fez, no que nos diz respeito a cada um de nós individualmente, uma espécie de percurso do combatente para sair desse gueto intelectual no qual nos queriam conter. Poder-se-ia, ao olhar a biografia de cada um de nós, constatar o que foi esse percurso do combatente.

CB. *Justamente. Você fala de biografia, é verdade que se constata uma grande fraternidade entre todos os nomes que citou. Como é que essa fraternidade, quer dizer, como é que vocês se reconheceram mutuamente? Quando se pensa em particular em Ki-Zerbo, pergunta-se como é que vocês se reconheceram, em que ocasião, em que circunstâncias e como é que nasceu essa grande cumplidade?*

CHK. Absolutamente. Nós reconhecemos a partir do momento em que nos encontramos. Embora Joseph tenha vivido no Senegal no momento em que eu efectuava a segunda etapa do meu percurso de combatente, ou seja, a passagem da Escola Primária Superior de Blanchot (secção Escola dos Filhos de Chefes, isto é, a antiga “Escola dos Reféns”) no Liceu Van Vollenhoven de Dakar, acabei no final das contas por me encontrar com Ki-Zerbo apenas em França onde cheguei em Setembro de 1952, para efectuar a última etapa deste percurso: Faculdade de Direito, Sorbonne, classes preparatórias no Liceu Louis-le-Grand, Paris, Escola Nacional da França do Ultramar ou ENFOM (antiga “Escola colonial”). Reconheci-os antes de mais porque, tal como eu mas antes de mim, ele tinha conseguido “ultrapassar a

linha”, saltar o obstáculo: ela era um dos estudantes africanos mais conhecidos para ser provavelmente um dos primeiros titulares da Sorbonne. O segundo elemento que chamou a minha atenção reside no facto de que Joseph pertencia, como alguns estudantes africanos cristãos, a um movimento social militante, o da Juventude de Acção Cristã, acho eu. Nessa altura, a grande maioria dos estudantes africanos estava atraída pelas ideologias revolucionárias, nomeadamente marxistas. Foi o momento em que organizações políticas como o Partido Africano da Independência (PAI) nasceram. Este envolvimento dos estudantes africanos nesses movimentos revolucionários se compreendia na medida em que eles apelavam para uma luta anticolonialista e para a independência. Esta aspiração à independência e à revolução social era comum a todos os estudantes africanos. Um número cada vez maior de estudantes africanos de religião muçulmana partilhava esta aspiração à independência das colónias e a uma revolução social para mais prosperidade e justiça, sem poder acomodar-se à filosofia do materialismo histórico que não conseguiam conciliar com as suas convicções religiosas. Joseph Ki-Zerbo do Alto Volta, Albert Tévoédjré do Daomé são, entre outras coisas, estudantes africanos cristãos, os que mostraram que era possível conciliar a fé com a prática religiosa com um engajamento político e social militante. É por isso que quando Joseph Ki-Zerbo criou Movimento de Libertação Nacional (MLN) cujas palavras de ordem eram “Independência”, “Socialismo africano” e “Estados Unidos de África” nós nos reconhecemos em todas essas opções e aderimos a elas. Como acabámos de dizer, os estudantes africanos partilhavam a aspiração à libertação do jugo colonial dos seus países. Quanto à palavra de ordem do “socialismo africano”, ela inseria-se por um lado como contraponto de um socialismo materialista dito científico, e por outro lado, reclamava-se como um modelo socialista inspirado pelas tradições comunitárias existentes nas sociedades africanas, sendo importante visitar e modernizar. No que diz respeito à aspiração à constituição dos Estados Unidos de África, parece-me que o MLN, mais do que os marxistas do PAL, estava consciente do facto de que a força do continente e a sua viabilidade assentavam principalmente na sua reunificação. O MLN sabia que os pequenos “Estados” em que pretendiam

tornar-se cada uma das antigas colónias eram armadilhas, não seriam viáveis. Desde essa altura o MLN, que era pela independência, militava para que essa independência fosse a das antigas Federações da África Ocidental e da África Equatorial, em vez daquelas 13 colónias que agrupavam essas federações. A Inglaterra tinha “balcanizado” menos as suas possessões coloniais africanas do que a França. O MLN militava para as duas federações resultantes da colonização francesa se unissem com as antigas colónias inglesas da África Ocidental, da África Oriental e todos os outros conjuntos de antigas colónias europeias em África, para constituir os Estados Unidos de África. No MLN nós pensávamos que a escolha política era mais viável, mais indispensável, mais urgente do que a de uma “independência imediata” na balcanização, na dispersão e na impotência.

Insisto muito sobre este ponto. Alguns de nós, no MLN, éramos de opinião que, mesmo que fosse preciso, era melhor recuar o acesso à independência do que precipitar-se para obtê-la imediatamente, de forma dispersa, pois tínhamos o sentimento muito forte de que era uma armadilha que nos preparavam. As pessoas do PAI diziam que era necessária a “independência imediata e o que resto havia de seguir-se”. Nós não estávamos convencidos disso e era isso o ponto de encontro muito forte entre Joseph Ki-Zerbo, eu e um número cada vez maior de aderentes ao MLN, nomeadamente senegaleses. Numa recente recensão de um livro dedicado pelos dominicanos ao R.P Lebreton e à sua missão a serviço do Senegal, Amady Aly Dieng escreve o seguinte: “Ele [este livro] ajuda também a compreender o apoio dado a Mamadou Dia pelo grupo de senegaleses membros do MLN criado em 1958 e dirigido por Joseph Ki-Zerbo, como Mamadou Touré, Daniel Cabou, Christian Valentin, Amadou Soe, Henri Senghor, Joseph Mathiam, Babacar Bâ, Cheikh Hamidou Kane”. Eu acrescentaria a esta lista senegaleses membros do MLN Abdourahmane Cissé, professor primário que se tornou jornalista, Mbaye Mbengue futuro embaixador, Abdoulaye Wade, actual presidente da República do Senegal. Assim, foi dentro do MLN que se efectuou o meu segundo encontro substancial com Joseph Ki-Zerbo.

CB. *Designou três vertentes, começou com a primeira, o de uma geração de africanos bem enraizados, e em segun-*

do lugar forjado pela situação colonial e pelo seu sistema de educação então reservado a um punhado de africanos. O vosso combate contra este sistema mostrava que os africanos podiam chegar ao mesmo nível que os franceses. Em que consiste a terceira vertente que termina o quadro esboçado desta geração?

CHK. A terceira etapa é o nosso regresso à África. Dado que os graus universitários que ele tinha adquirido, todas as ambições eram possíveis a Ki-Zerbo a nível do Governo Geral. Nós tínhamos felicitado por Joseph, no estádio em que estávamos do desenvolvimento do MLN, ter a possibilidade de voltar, pois tínhamos feito o máximo de recrutamento do MLN entre os estudantes em França, não tínhamos ainda começado a implantar-nos realmente em África.

Aqui no Senegal tínhamos uma secção MLN que era dirigida na época por Mbaye Mbengue que era um sindicalista, que mais tarde se veio a tornar diplomata e embaixador. E um outro militante que era um jornalista que se chamava Adourahmane Cissé. Eram esses dois que animavam a secção MLN do Senegal e nos tínhamos pensado que quando Joseph fosse colocado aqui em Dakar isso constituiria para ele uma ocasião para reforçar a secção senegalesa, para criar secções nas 8 antigas colónias da África Ocidental Francesa, para recrutar estudantes da Universidade de Dakar, etc. Foi depois desse regresso de Joseph a África que houve o referendo de Setembro de 1958, o voto negativo por Sékou Touré e a decisão dos franceses de puni-lo. O sangue apenas deu uma virada nas veias de alguns quadros africanos, de entre Joseph, que decidiram largar tudo para ir para a Guiné socorrer Sékou Touré e a Guiné. Eu estava em profundo desacordo com Joseph em relação a esta questão. Tenho ainda cartas que trocámos. Tinha duas razões para me opor à ideia da sua partida para Conacri: a primeira é que me parecia que enraizar o MLN aqui e nos outros territórios era mais importante do que ir para a Guiné. A segunda razão, é que eu desconfiei sempre de Sékou Touré. Desde há muito tempo tinha percebido, claro algumas das qualidades do homem, mas também os seus defeitos, e em particular o seu, como direi? a força das suas certezas que nem sempre são sustentadas, o seu autoritarismo, o facto de que ele não ultrapassou o Certificado de Estudos e que alimentava um sério comple-

xo contra todos os intelectuais. Para além disso, considerava que como muitos líderes sindicais ou políticos negros, ele tinha de algum modo sido instrumentalizado pelo partido comunista.

Alguns sectores do Partido Comunista Francês tinham a tendência de utilizar os líderes africanos, sindicais e políticos, um pouco como uma massa de manobra na sua luta contra os seus adversários franceses para o triunfo da causa proletária, da luta de classes. Eles utilizavam-nos com esta finalidade muito mais do que para a conquista da sua independência. O Partido Comunista Francês tinha criado para eles estruturas de formação, os grupos comunistas de estudos, que lhes tinham dado uma coloração revolucionária marxista que muitos não se aprofundaram para poderem apropriar-se verdadeiramente.

As gerações anteriores como as de Lamine Senghor que tinham começado a perceber este facto, tinham-se recusado a se deixarem utilizar como massa de manobra, porque tinham compreendido que a revolução, o triunfo do proletariado não resolveria totalmente o problema do anticolonialismo, nem da tomada de consciência da identidade negra. Um homem como Césaire acabou por tomar a sua independência. Está ainda na memória de todos da sua famosa apóstrofe a Depestre para o exortar a não aceitar que nenhuma imposição do “realismo socialista” limitasse a inspiração do poeta negro: “Não ligués Depestre! Não ligués e deixa falar Aragon!”. Ele dizia de certo modo a Depestre: “Deixa-te inspirar pelas tuas convicções de negro, de poeta, mais do que pela causa da defesa do proletariado”. Esta lavagem cerebral contra a qual Césaire advertia Depestre, eu tinha o sentimento de que Sékou Touré também a tinha sofrido muito no domínio da luta política revolucionária. Eu receava que Sékou Touré levasse a Guiné para um impasse e os meus pressentimentos confirmaram-se. Joseph Ki-Zerbo e todos os quadros intelectuais africanos, de entre os quais muitos senegaleses, que tinham ficado a seu lado, não tardaram a ter a amarga experiência.

CB. *Qual era o argumento de Ki-Zerbo para ir para a Guiné apesar dos seus conselhos?*

CHK. Joseph como disse, deixou-se levar pela vontade de enfrentar o desafio lançado à África. Ele não tinha compreendido o perigo que representava Sékou

Touré. Eu tinha dito a Joseph que em vez de ir ele próprio, nós podíamos escolher de entre os nossos camaradas, pessoas que tinham acabado os seus estudos e que podiam ir para a Guiné representar o MLN. Em relação a ele, com o papel histórico que devia ter enquanto fundador do MLN, devia permanecer em Dakar, ficar disponível para a causa. Mas pronto, ele não aceitou isso. Foi e lamentou isso imenso. De resto, eu disse-lhe quando nos encontramos muitos anos depois.

CB. *E se você voltasse ao período que evocou há pouco, à situação colonial. Disse que a sua geração sofria com isso, mas qual era a reacção da própria colonização em relação a vocês, como é que o colonialismo reagiu em relação a vocês e a essa época?*

CHK. Olhe, aí eu posso talvez falar da minha experiência pessoal. Como lhe disse, a minha família estava reticente a que eu fosse à escola. No final, ela ultrapassou essa reticência e muito rapidamente eu quis ultrapassar a barreira que representava o sistema da época. Quando eu obtive o meu Certificado de Estudos, quis entrar para o liceu. Havia dois liceus para toda a África Ocidental Francesa que estavam em Saint-Louis, o Liceu Faidherbe e em Dakar, o Liceu Van Vollenhoven. Acontece que esses liceus existiam para os filhos dos colonos brancos, eram alunos brancos e os negros eram uma minoria que para ter acesso era necessário que os pais tivessem os meios. O meu pai não tinha esses meios, portanto eu tive que fazer o concurso para ir para a Escola Primária Superior Blanchot, secção Filhos de Chefes. Era a antiga “Escola dos Reféns” criada por Faidherbe. Passei e e tive sucesso no concurso na EPS, secção Filhos de Chefes.

A formação incluía um tronco comum de três anos para todos os alunos da EPS, seguida de um quarto ano de especialização para os Filhos de Chefes. Os alunos da EPS que passavam no concurso iam para a Escola Normal. Mas para a secção Escola dos Filhos de Chefes, depois do quarto ano de especialização, os alunos eram colocados como secretários de administração indígenas junto dos seus pais chefes de cantões. Nós éramos sete nessa leva. Desde o segundo ano, eu tinha proposto aos meus condiscípulos que tentássemos conseguir para nós aulas de línguas estrangeiras, de ciências, etc., de maneira a ter o mesmo nível de formação

que os nossos amigos que estavam no Liceu Faidherbe ao lado.

Para tal, fizemos diligências junto da direcção da escola Blanchot que não quis ouvir nada. Eu comecei a emprestar livros aos meus amigos, os raros africanos do Liceu Faidherbe, de modo que em cada ano comparava o que lá se lhes ensinava com o que nos ensinavam no Blanchot e completava a minha formação. No final do quarto ano, colocaram as sete antigas alunas da Escola de Filhos de Chefes. A mim colocaram-me como secretário do meu avô que era chefe de cantão em Saldé no vale do rio Senegal. Naturalmente recusei-me a ir para lá. Os meus outros seis camaradas aceitaram, foram enviados como secretários dos seus avós chefes. Assim, no mês de Junho, saio do Blanchot, e em vez de ir ter com o meu avô, volto a Thiès onde o meu pai era funcionário. Comecei a trabalhar para poder entrar no Liceu Van Vollenhoven e “marrei”, como se dizia na época. Em Agosto vim com o meu pai aqui para Dakar para o Liceu Van Vollenhoven cujos provisor e censor, estavam de férias na França. Encontrámos lá o administrador e o meu pai disse-lhe que eu queria fazer todos os exames de passagem para a segunda classe, uma vez que depois do Certificado de Estudos tinha feito quatro anos na Escola Primária Superior; nós achávamos que eu tinha o nível para poder entrar para a segunda classe.

O senhor em causa olhou para o meu processo e disse-me que eu era demasiado velho para a segunda. Eu fiquei abatido, mas o meu pai pediu que eu fizesse os exames para a primeira classe. Efectivamente, inscreveram-me para fazer todos os exames de entrada na primeira.

Fiz os exames e, sorte a minha, passei. Entrei assim para o Liceu Van Vollenhoven como aluno da primeira classe.

Devo dizer que, em Junho antes de sair do Blanchot, tinha ido ver o provisor que era um francês naturalmente, para lhe pedir que me desse o meu processo escolar. Ele recusou terminantemente a pretexto de que, devendo eu ir para o meu local de colocação em Saldé, já não precisava do meu processo escolar. Tive que falar com um dos meus tios que era escriturário em Saint-Louis que lhe explicou que eu queria esse processo escolar porque me propunha inscrever-me no Liceu Van Vollenhoven. Quando, ao responder à minha questão, o meu tio lhe disse que eu

queria entrar na segunda classe, ele desatou a rir e disse-lhe: “eu sou provisor, professor do ensino secundário, eu sei o que ensinaram ao seu sobrinho e você diz-me que ele quer ir para a segunda classe. Não vale a pena, não perca o seu tempo, é uma insensatez. O meu tio deu um murro na mesa, insistiu e deram-lhe o meu processo, o que apresentei no Liceu Van Vollenhoven.

Veja que no dia da entrada para o “Vanvo”, o provisor do Blanchot veio a Dakar para ver os seus colegas professores de Vanvo. No momento em que os alunos se juntavam no pátio para irem para as suas respectivas turmas, o meu perseguidor do Blanchot viu-me, perguntou o que é que eu fazia ali, e obtive a confirmação do censor de Vanvo que realmente eu tinha sido admitido na primeira classe. Ele deu meia volta e foi-se embora. Mas mesmo assim não me deixou em paz. Assim fui para a primeira. Depois de algum tempo, fazia parte da associação dos alunos senegaleses do liceu. Nós tínhamos desencadeado uma greve pela melhoria da comida diária no internato do liceu. O provisor convocou os cabecilhas, onde eu me incluía, bem como Abdou Moumouni do Níger (futuro professor titular de Ciências Físicas), e outros. Deunos um raspanete, mas aceitou melhorar o menu. Quando estávamos a sair, ele disse-me para ficar. “Você é o Sr. Kane, devia ficar sossegado, disse-me ele, porque você é um funcionário, está num outro meio aqui, você deveria estar em Saldé”. O meu perseguidor do Blanchot tinha continuado a bombardear o liceu com cartas para reclamar o meu reenvio. Escrevi logo uma carta ao Governador do Senegal, que, na altura era um antilhano de nome Wiltord para lhe comunicar a minha situação. Ele respondeu-me felicitando-me pelas minhas “proezas” e para me informar sobre a decisão que ele acabava de tomar de prorrogar a bolsa que eu tinha na Escola de Filhos de Chefes até ao final dos meus estudos superiores se eu conseguisse entrar na Escola Nacional da França Ultramarina e eu comprometi-me servir como administrador da França Ultramarina durante pelo menos dez anos. Assim, depois de ter o meu diploma do ensino secundário e um primeiro certificado de bacharelato em direito em Dakar, bem como o Propedêutico de Letras, tive uma bolsa para ir para o Liceu Louis-le-Grand, preparar a Escola da França Ultramarina, acabar o bacharelato de direito, um

bacharelato de filosofia, fazer e passar no concurso de entrada na ENFOM. Foi este o meu percurso de combatente. Não lhe factio pelo facto de, como eu era o representante dos alunos senegaleses do Liceu Van Vollenhoven, fazia parte do conselho de disciplina do estabelecimento. Havia um representante dos alunos negros e um representante dos alunos brancos. Quando me encontrei perante o caso de um aluno negro, percebi o desprezo que os professores, que de resto eu admirava, tinham por nós! Havia professores de ciências físicas, de ciências naturais e de outras disciplinas onde eu bebia as palavras quando eles ensinavam. Quando eu via as atitudes racistas e de desprezo que eles demonstravam de cada vez que o caso tratado era de um negro, ficava abatido! São situações semelhantes que fizeram a minha educação e eu acho que cada um de nós, nesta geração, viveu situações como essa. De resto, quando se lê o que diz Senghor na sua passagem pelo seminário, vê-se um pouco de que maneira ele percebeu esse comportamento de superioridade, de condescendência por parte dos padres.

CB-Que mensagem acha que o seu amigo Ki-Zerbo teria lançado aos jovens africanos de hoje?

CHK. Essas mensagens lêem-se em tudo aquilo que ele escreveu. Mas, em particular, estão bem resumidas na entrevista publicada com o título *À quand l'Afrique?* Os conselhos de Joseph Ki-Zerbo são que os jovens africanos devem tomar consciência da sua identidade, daquilo a que ele chama a "endogenia". Não devemos deixar que aquilo que aprendemos na escola moderna nos faça esquecer a nossa identidade. Não podemos deixar, por exemplo, que o facto de se aprender a falar e escrever bem francês, inglês, português, espanhol, nos faça esquecer de falar pular, mooré. Que a abertura para a modernidade não oculte o nosso enraizamento, não nos faça esquecer as nossas identidades, as nossas línguas, as nossas culturas, os nossos valores endógenos, as nossas realidades ecológicas e outras coisas. Esta é provavelmente uma das lições principais que ele daria à juventude africana. Uma segunda lição seria que nós realizemos a unidade africana, os Estados Unidos de África. Ele estava convencido que os 53 ou 54 "Estados" actuais, tal como eles se apresentam em África, não fossem viáveis. E era preciso substituir a esta dispersão um retorno à unidade africana.

Mesmo que esta unidade não fosse mais do que um retorno às entidades políticas que antecederam a balcanização ou à divisão do continente pela Conferência de Berlim. Mesmo um retorno às entidades políticas pré-coloniais teria sido preferível a preservação dos 54 Estados actuais. Mais ainda, não nos deveríamos contentar com este retorno aos status quo anterior à colonização. Nós deveríamos ir para uma organização moderna da unidade africana, os Estados Unidos de África, por exemplo.

Joseph escreveu que a África ocidental, e nomeadamente o antigo Império do Mali, tinha dado já no século XIII um modelo de coexistência entre etnias diferentes, clãs diferentes, patronímicos diferentes, províncias diferentes. Ele disse palavras muito fortes nessa entrevista *À quand l'Afrique?* Ele diz que já desde o século XII o Império do Mali deu o exemplo, um dos melhores exemplos, de um modelo de organização federal e que era necessário inspirar-se nele actualmente em relação à maneira como nós devemos conduzir a unidade africana. Isso é provavelmente o que Joseph Ki-Zerbo teria desejado. Mesmo assim, Joseph não se opõe, ao contrário, a uma coexistência entre a África e o resto do mundo. Ele indicou em que condições essa coexistência se deveria fazer. Em relação a isso, apenas posso aconselhar as jovens gerações a lerem esta entrevista de Joseph para saberem quais são a lições que ele dá.

CB. Quando se lança um olhar retrospectivo do seu percurso, não lhe acontece de vez em quando compará-lo aos descritos na *Aventure ambiguë*?

CHK. Sim, sim certamente. Todo o percurso descrito na *Aventure ambiguë* apresenta um eixo comum: o da nossa identidade africana negra, confrontada a outras correntes intelectuais, religiosas, etc. que nós tentámos percorrer. São esses percursos de historiadores, juristas, administradores, homens de ciência, etc., esses itinerários religiosos de cristãos, muçulmanos, etc. que são evocados na *Aventure ambiguë*. É o percurso dos africanos da nossa geração e das gerações seguintes. Pode-se ser professor de ciências, professor de história, médico, etc., pode-se ser muçulmano, cristão, pensador livre, etc., mas é preciso conciliar isso com as suas identidades africanas. Não falo de uma identidade que continua fixa no passado. Não digo isso, mas que é preci-

so inspirar-se nesse passado, recorrer a esse passado. Não digo um retorno às fontes, mas um recurso às fontes.

CB. Pode-se avançar um pouco e abordar agora o período depois das independências? Qual era a atitude de Ki-Zerbo e do MLN durante os anos das independências africanas até hoje?

CHK. Sim, os receios que eu tinha quando me opus à partida de Joseph para a Guiné confirmaram-se. Se tivesse conseguido enraizar o MLN na altura das independências, ter-se-ia tido um partido federal pan-africano que teria conseguido, como nós tentámos fazer com os antigos do MLN aqui no Senegal, ter a sua palavra a dizer nos diversos governos pós-independência, e que teria tido a sua palavra a dizer na administração, na concepção das políticas de desenvolvimento, na maneira de aplicar o socialismo africano da postulação teórica à sua implementação. Se nós tivéssemos disposto desse Partido Federal, teríamos conseguido discutir com os outros partidos no poder as suas políticas nos domínios da educação, do desenvolvimento económico e social.

No MLN tínhamos quadros que respeitavam, que tinham feito estudos brilhantes e sérios. Para dar algumas ilustrações, deve-se lembrar o papel jogado por Joseph, entre outros, na redacção da História Geral de África, no lançamento e na direcção do CAMES. Deve-se lembrar também a participação dos quadros do MLN na exigência iniciada no Senegal pelo tandem Dia-Senghor e a equipa *Économie et Humanisme*.

Ao deixar Conacri, Ki-Zerbo refreou ao Alto Volta onde, na minha opinião, ficou refém num ambiente político dominado pelos aliados do presidente da RDA, Félix Houphouët-Boigny e onde o número de quadros do MLN não era tão significativa como no Senegal. Joseph Ki-Zerbo viu-se num outro contexto, e assim eu acho que ele teve que enfrentar uma parte mais forte no Alto Volta. Penso também que ele não recebeu na época, e muito pelo contrário, o apoio de um homem que era determinante em todas essas regiões, estou a falar de Houphouët-Boigny.

Houphouët desconfiava de Joseph e preferia lidar com homens como Maurice Yaméogo, presidente da república. O combate de Joseph pelo MLN no Alto Volta estava impedido à partida por esse contexto. Thomas Sankara e os jovens militares que tomaram o poder mais tarde e cri-

aram o Burkina Faso também não podiam acomodar-se a uma personalidade e um partido político que não se colocasse sob a sua estrita obediência. A sua polícia política urdiu um complot destinado a tomar a sua pessoa, complot esse ao qual ele escapou por um triz, vindo-se refugiar no Senegal.

CB. *Você disse no início que tinha a ambição de sair do gueto intelectual no qual a colonização o tinha fechado? Ao olhar, como há pouco, para o seu itinerário enquanto geração, você pensa hoje que abriu algumas brechas nesse gueto intelectual? Senão, porquê?*

CHK. Sim, nós abrimos brechas, claro está, na medida em que nos libertámos dos limites nos quais eles queriam fechar-nos. Quando se pensa na produção intelectual das pessoas dessa geração, vê-se tudo o que fizeram, as suas memórias, as suas teses de doutoramento, o seu envolvimento nos governos dos países nos quais se encontravam, a sua contribuição nas Nações Unidas, a parte importante que eles tomaram na redacção da história geral de África, as contribuições que uns e outros conseguiram dar para as reformas do ensino, etc.

CB. *São contribuições, digamos, quase individuais, será que se pode imaginar um balanço da geração? Numa entrevista recente alguém disse que você é um homem do passado e você retorquiu-lhe: “as pessoas que disseram isso são pessoas que não chegaram, são não-chegados”.*

CHK. Esse gracejo não é meu, mas de Amadou Hampâté Bâ. Foi ele que retorquiu que os que dizem que da nossa geração que estamos “ultrapassados” são pessoas que “ainda não chegaram” ao nosso nível de consciência identitária. Aquilo que eu sonho é que as novas gerações, não apenas cheguem ao nível intelectual a que nós chegámos, mas que também alcancem o nível de consciência identitária que nós tínhamos dada a educação que recebemos, a nossa impregnação na cultura africana, dado que vivemos nesta família alargada, nesta cultura africana. Ora, muitas vezes, eles não chegaram a esse nível, é isso que Amadou Hampâté Bâ quis dizer.

O facto de nos tornarmos bons engenheiros, bons professores de ciências físicas, bons médicos, etc., não pode custar-nos deixar de falar pular ou malinké. Isso não nos deve levar a nos amputarmos da cul-

tura africana, da tradição africana, dos valores sociais africanos. Infelizmente, muitas vezes é assim. Tudo acontece como se aprender-se isso lhe faça esquecer aquilo, e como eu disse na *Aventure ambiguë*, será que o que se aprende vale o que se esquece? Será que o que se aprende vale aquilo que se esquece?

CB. *O facto de, para um intelectual africano, ter um passaporte francês, possuir um doutoramento francês, ter todos esses trunfos que a civilização moderna colonial dá, favorece uma certa visibilidade, pode-se mesmo falar de um certo poder, num sentido da superioridade, mas esse intelectual precisa de enunciar um discurso sobre a identidade africana, mas geralmente é um discurso vazio no qual ele não acredita, mas é importante porque isso dá-lhe uma aparência africana ao mesmo tempo que ele conserva o privilégio da pertença ao mundo dos guarnecidos. Acredita que no caso dos africanos, dos intelectuais africanos, esse duplo discurso existe?*

CHK. Sim, isso é possível, mas é uma posição que não é sustentável. Pode-se e deve-se com certeza ter a ambição de conseguir a modernidade, de se guarnecer com os meios dessa modernidade. Não se deve renunciar a nenhum dos privilégios que a modernidade oferece e que se pode adquirir indo aprender no país deles. Mas ao mesmo tempo, o que eu digo é que não se deve subestimar ou subavaliar a necessidade de se apoiar nas suas verdadeiras raízes. É aí que as elites devem esforçar-se para elucidar bem esta identidade, porque apesar de tudo, a esmagadora maioria das populações africanas a sul do Sahara continua ainda a viver segundo esses códigos, essas normas. Os que falam francês, inglês, português, são uma minoria, não é? Ainda hoje, os que podem tirar proveito dessa modernidade são uma minoria. A massa mais importante continua ainda a falar as nossas línguas. Nós devemos-lhes ajudar a transcrever essas línguas, a escrevê-las, a lê-las de maneira a que eles não sejam obrigados como nós, quer a não falar as nossas línguas, quer não saber lê-las nem escrevê-las. Eu sonho sobre o que poderia ser uma literatura africana em língua pular, em língua wolof escrita por africanos que não terão que ser obrigados a passar seis ou sete anos da sua vida a aprender a ler ou escrever o francês. Estou persuadido que se fará aparecer mais a estética africana, o génio africano, gra-

ças a pessoas que terão sido formadas dessa maneira, e não graças a pessoas como eu que tiveram que passar 20 anos da sua vida antes de poder escrever um livro e exprimir-se claramente em francês. A mesma coisa em todos os domínios do saber. Tomemos o exemplo do que deve ser o regime do fundiário no direito positivo dos países africanos. Vê-se o que se passa aqui no Senegal actualmente. Senghor, no seu tempo, tinha dito que na tradição africana a terra não pode ser objecto de uma apropriação privativa como o ar e a água. Em muitas sociedades africanas, é a um senhor eminente das terras que a colectividade confiava, sob o seu controlo, a utilização das terras, propriedade de todos. Senghor tinha recomendado que a legislação fundiária moderna se inspirasse nessa regra e foi assim que foi concebida a Lei sobre o Domínio Nacional.

Mas como conciliar isso com a modernidade? Para que serve dizer-se que a terra, aqui no Cabo Verde, pertence aos lebus se o Estado senegalês cuja capital está em Dakar não tem a possibilidade de utilizar essas terras para o bem da comunidade, se homens de negócios que vêm para investir aqui não podem comprar pedaços de terra, revendê-las, utilizá-las, etc. É sobre isso que é preciso reflectir. De que maneira conciliar este elemento fundamental da cultura africana com a necessidade da modernidade. Eu considero que os juristas africanos devem reflectir sobre a questão de se saber como é que o direito positivo moderno pode inspirar-se na tradição, na cultura africana? O mesmo trabalho deve ser feito no que diz respeito à vida na cidade, ao ensino cívico. Joseph Ki-Zerbo tinha dito que a maneira como Império do Mali tinha organizado esse domínio, era um modelo desse género. Porque não inspirar-se nesse modelo para se determinar uma cidadania que ultrapassaria as fronteiras dos nossos “países actuais”?

CB. *Efectivamente, é aí que se chega à minha questão, e à preocupação de se sair do gueto em que se está fechado; obteve-se os diplomas, mas volta-se para o gueto, desta vez voluntariamente. Apesar de tudo o que adquiriram os intelectuais africanos, essa discordância entre a palavra e o acto mantém-se. O que é que explica esta discordância nos intelectuais africanos? Pronuncia-se um discurso que lhe pode enviar para o céu instantaneamente, mas o acto envia-o*

imediatamente para o inferno. O que é que explica isso?

CHK. Pois é! Eu não explico, mas é preciso denunciar essa situação. Há, talvez, explicações para esta incúria das elites africanas. Uma reside no nosso enfeudação a ideologias políticas dominantes. Essas ideologia marxista revolucionária à luz da qual qualquer explicação do mundo para nós, africanos, que se afastasse disso seria uma atitude reaccionária, retrógrada. O esforço que essas elites se impunham para penetrarem com explicações fornecidas por essas ideologias dominantes não tem equivalente quando se trata de procurar e avançar explicações que a realidade, a história e as especificidades culturais africanas podem propor.

De modo mais largo, pode-se considerar que não somente a esta grelha explicativa “política” que as nossas elites se dedicaram de corpo e alma. Tenho o sentimento de nós nos enfeudamos, como discípulos submetidos, às grelhas explicativas fornecidas pelos nossos senhores ocidentais, em todas as disciplinas: psicologia, sociologia, história, psiquiatria, etc. Cada vez que consideramos essas questões começamos por explicar qual deve ser a posição por explicar qual deve ser a posição dos nossos mestres ocidentais, sem ver como explicar com as nossas próprias realidades. É preciso desalienarmos desse ponto de vista.

Não digo que se deva rejeitar esses mestres, mas é preciso desalienarmos-nos deles. É preciso que cessemos de sofrer essa lavagem cerebral a que nos submeteu o nosso processo de formação na sua escola, para reconstruir e restaurar a nossa própria identidade. Eu não defendo um retorno ao um passado ido. Apelo a um recurso a esse passado para tirar ensinamentos susceptíveis de esclarecer o nosso presente e a nossa caminhada para a modernidade.

CB. *Mas vamos talvez terminar com esta última pergunta. Com o professor Joseph Ki-Zerbo você partilha também uma preocupação importante em relação à educação para a libertação de África. Como é que vê o nosso futuro? Como é que vê o futuro de África hoje?*

CHK. Eu sou um optimista, e esse optimismo tem fundamento. Basta simplesmente comparar o estado em que estávamos, em 1958-60, no final da era colonial, com a nossa situação presente. Foram percorridas muitas etapas. Pode não se ficar satisfeito. Temos mesmo o direito de não estarmos satisfeitos. Apesar de tudo, quando se vê os efectivos escolarizados hoje em relação ao eram no tempo colonial, quando se vê o número de liceus construídos, de universidades abertas, quando se verifica o existe em termos de instalações dos centros de saúde, de hospitais, o que foi realizado em termos de infra-estruturas rodoviárias, portuárias, aeroportuárias constata-se que, apesar de tudo muitas cosas foram realizadas. Seja lá como for, progredimos e vamos continuar a ir em frente. Mesmo que se possa considerar que as elites dirigentes actuais estão carentes, vê-se a maneira como a evolução actual do mundo está a empurrar-nos. As massas africanas vão empurrar-nos. As desgraças e as dificuldades vão obrigar-nos a encontrar as verdadeiras soluções para os verdadeiros problemas.

As verdadeiras soluções são a utilização comum dos recursos humanos e naturais de que o nosso continente é rico, a organização da unidade política da África. Depois deve-se implementar uma melhor governação, ao mesmo tempo inspirada pelas nossas tradições e mais fiéis às regras do jogo do modelo democrático ocidental moderno. Ser-nos-á cada vez menos permitido fazer batota com as realidades. No modelo democrático moderno, há eleições livres e transparentes,

uma divisão dos poderes, dos contra-poderes, dos controlos aos quais os dirigentes não se podem subtrair.

É esta a lei do género e se as elites que pretendem dirigir não querem conformar-se a elas, de sua própria vontade, as circunstâncias vão obrigá-los a fazê-lo.

CB. *Fomos todos um pouco influenciados pela Aventure ambiguë que é um texto com ressonâncias ainda agora actuais. Sobre as questões que abordámos hoje, qual é o personagem que desajaria fazer falar hoje? A qual deles daria a palavra?*

CHK. Samba Diallo foi privado da palavra por um personagem que é o Louco. Reflectindo nisso *à posteriori*, eu digome a mim próprio que o Louco era um pouco uma espécie de prefiguração do conservadorismo, das formas de integrismo ao mesmo tempo religiosos e culturais que apareceram desde então. Pense no que se passa com essas formas de integrismos religiosos muçulmanos ou cristãos, ou de integrismos culturais, a coberto dos quais viu-se seitas ou obediências sectárias pretenderem opor-se a métodos modernos de administração da justiça, da lei, do direito. Tinha assim sentido esses riscos que nos ameaçam. O assassinato de Samba Diallo era um pouco uma espécie de advertência às elites modernas. Se era preciso dar a palavra a um personagem de *L'Aventure ambiguë*, esse personagem seria a *Grande Royale des Diallobé*. Ela teria lembrado às elites o seu dever de aprender com os “outros” a arte de vencer, quer dizer a ciência, a técnica, os meios do progresso ao mesmo tempo que o seu dever de fidelidade à sua cultura e à sua identidade. Ela não teria gostado que, indo ter com o outro para aprender, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, eles esquecessem o que eles são e de onde eles vêm.

Dakar 14 de Setembro de 2007